



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011

PORTUGUÊS

| SOBRE ESTE RELATÓRIO

Sobre este Relatório

No presente relatório são reportados indicadores e práticas em matéria de sustentabilidade, associados à atividade desenvolvida pela Luís Simões (LS), entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011, nas seguintes áreas de negócio: transporte, logística e manutenção e comercialização de semirreboques e rent-a-cargo.

Este relatório intercalar atualiza os indicadores de desempenho da LS publicados no 1.º Relatório de Sustentabilidade e inclui o conteúdo correspondente ao Relatório & Contas (nos capítulos “Garantir a robustez financeira” e “Contas”).


A periodicidade do Relatório de Sustentabilidade é trianual, sendo os dados e objetivos económicos (Relatório & Contas) atualizados anualmente, assim como os indicadores de desempenho da LS.

O relatório foi elaborado tendo em conta as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), na sua versão G3, e os seus conteúdos foram desenvolvidos com base na estratégia de sustentabilidade da LS, cuja definição considerou os princípios definidos pela GRI.

Os indicadores que refletem a realidade das áreas de negócio acima descritas foram compilados ao nível do Grupo. Na consolidação de indicadores foram também considerados os documentos referidos pela GRI, nomeadamente o GHG Protocol, assim como os dados constantes na legislação vigente em Portugal e Espanha.

A Luís Simões Logística Integrada S.A. subscreveu os princípios do Global Compact das Nações Unidas em janeiro de 2011, incluindo neste relatório a Comunicação de Progresso (COP) e inserindo os princípios do Global Compact no capítulo referente à Estratégia de Sustentabilidade da LS. Na tabela GRI cruzam-se os indicadores que respondem aos princípios do Global Compact.

Este relatório intermédio obteve o nível de aplicação “B” autodeclarado

Nível de Aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório	Auto declaração						
Opcional	Verificação por terceira parte						
	Verificação da GRI						

Contacto para esclarecimento de dúvidas sobre este relatório: **Cláudia Simões**
Email: claudia.simoese@luis-simoese.com



© MACED / FOTOLIA

I UNIVERSO LS

Universo LS

PRESENÇA

A atividade da Luís Simões desenvolve-se maioritariamente na Península Ibérica, onde está presente em 24 localidades (sites), como apresentado abaixo:



SECTORES DE ACTIVIDADE

Os principais setores de atividade da LS são: transporte de mercadorias, logística, manutenção e comercialização de viaturas, rent-a-cargo e ainda a área de seguros. No caso desta última, por ter menor expressão não se encontra relatada neste documento.

INDICADORES CHAVE DO GRUPO

Logística e Transportes	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Área de armazéns (m²)	250.000	300.000	300.000
Lugares de Europaletes	268.000	318.000	318.000
Unidades de <i>picking</i> /mês	3.176.295	4.085.795	3.688.064
Unidades de <i>co-packing</i> /mês	512.853	1.823.479	980.588
Idade média da frota própria (anos)	3,5	5,1*	3,1
Número de rotas diárias	1.700	1.700	3.750**
Toneladas transportadas por ano	5.800.000	3.690.000	6.505.614
Quilómetros percorridos por ano	145.000.000	142.100.000	202.533.472
Manutenção de Semirreboques			
Área total dos 3 centros de assistência (m²)	19.000	19.000	19.000
Estações lavadoras de viaturas pesadas	2	2	2
Capacidade instalada de manutenção (horas)	111.000	111.000	111.000

* O aumento da idade da frota deve-se à maior resistência em escoar as viaturas para o mercado, devido à dificuldade de obtenção de crédito pelos compradores

**O aumento de rotas deve-se à reunião de informação da área de logística.

FORMAÇÃO A COLABORADORES

- Mais de 29 mil horas de formação a 1.750 colaboradores no ano de 2011.



INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

- Sistemas de informação integrados com os clientes e com as aplicações de negócio, permitindo a rastreabilidade da mercadoria, da origem ao destino (dentro e fora dos armazéns).
- Separação de rotas automatizada para túneis de expedição.
- Automatização de movimento de paletes.
- Traçabilidade de lotes na cadeia de abastecimento.
- Seguimento de operações com padrões de aceitabilidade, permitindo que o controlo se focalize nas exceções.
- Domínio de aplicações de BI (Business Intelligence) que suportam os diferentes Balanced Score Card.

63 anos de empreendedorismo, valores éticos, visão estratégica, tecnologia e inovação...para ir mais longe...até onde for o futuro.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011

Índice

Mensagem do Presidente	09	06.5 Atração, Retenção e Desenvolvimento Profissional	39
História LS	10	06.5.1 Gestão de Tabelas - Projetos LSplus	40
01 Perfil LS	14	06.5.2 Mobilidade Interna	41
01.1 Organigrama	15	06.5.3 Estágios	41
01.2 Governança	16	06.5.4 Ideias LS	41
01.3 Negócios	17	06.6 Pesquisa de Clima Organizacional	42
02 LS na Rota da Sustentabilidade		06.7 Integração Laboral	43
02.1 Desenvolvimento da Estratégia	20	06.8 Direitos Humanos e Abolição do trabalho infantil	44
02.2 Envolvimento dos <i>Stakeholders</i>	20	07 Saúde e Segurança no Trabalho	
02.3 Estratégia de Sustentabilidade	21	07.1 Enquadramento	46
03 Serviço de Qualidade e Responsabilidade Elevadas		07.2 Monitorizar e Mitigar os Riscos associados à Atividade	46
03.1 Enquadramento	23	07.2.1 Prevenção de riscos	46
03.2 Níveis de Serviço	23	07.2.2 Monitorização dos acidentes de trabalho e suas casas	46
03.3 Auditorias Externas	24	07.3 Vigilância da Saúde	47
03.4 Segurança Alimentar	24	08 Promover a Segurança Rodoviária	
03.5 Comunicação com os Clientes	24	08.1 Enquadramento	49
03.6 Anti-corrupção	24	08.2 Formação para a Segurança	49
04 Garantir a Robustez Financeira		08.3 Reconhecimentos	49
04.1 Enquadramento	26	09 Eficiência Energética no Transporte de Mercadorias	
04.2 Principais Indicadores Consolidados	26	09.1 Enquadramento	52
04.3 Análise Macroeconómica 2011	27	09.2 Investimento na Frota Própria	52
04.4 Análise do Setor do Transporte	28	09.3 Desempenho do Motorista	53
04.5 Análise do Setor da Logística	29	09.4 Frota Subcontratada LS	54
04.6 Desempenho Económico	29	10 Desempenho Ambiental das Instalações	
04.7 Principais Acontecimentos em 2011	30	10.1 Enquadramento	56
04.8 Perspetivas para o Futuro	31	10.2 Eficiência Energética e Emissões Associadas	56
05 Inovação e Vanguardismo		10.3 Gestão de Resíduos	57
05.1 Enquadramento	34	10.3.1 Resíduos por tipologia	57
05.2 Inovação nos Transportes e Logística	34	10.3.2 Resíduos por método de deposição	57
05.3 Inovação na RETA - Aluguer de Tratores	35	10.4 Consumo de Água	58
06 Captação, Formação e Retenção de Colaboradores		11 Promover a Cidadania Interna e Externa	
06.1 Enquadramento	37	11.1 Enquadramento	60
06.2 Colaboradores	37	11.2 Principais Ações em 2011 - Público Interno	60
06.3 Qualificação	38		
06.4 Distribuição por Faixa Etária e Género	38		

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011

Índice

11.2.1 Dádivas de sangue	60		
11.2.2 Corridas	60		
11.2.3 Biketour LS	61		
11.2.4 Torneio Snooker LS	61		
11.2.5 Entrega de presentes de Natal	61		
11.2.6 Parcerias e Protocolos	61		
11.3 Principais Ações 2011 - Público Externo	62		
11.3.1 Serviços de Transporte em regime de mecenato	62		
11.3.2 Participação em Instituições e Associações	62		
12 Comunicação Interna e Externa			
12.1 Enquadramento	64		
12.2 Canais de Comunicação Interna	64		
12.2.1 Eventos para os Colaboradores do ano 2010	64		
12.3 Canais de Comunicação Externa	65		
12.3.1 Eventos para os <i>Stakeholders</i> externos no ano de 2011	65		
12.4 Formas de Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	66		
13 Contas			
13.1 Relatório de Gestão	69		
13.2 Demonstrações Financeiras	75		
13.3 Anexos Consolidados	81		
Relatório e Parecer do Fiscal Único	113		
Certificação Legal de Contas	114		
Luís Simões Logística Integrada, S.A.			
Relatório de Gestão	115		
Demonstrações Financeiras	119		
Relatório e Parecer do Fiscal Único	154		
Certificação Legal de Contas	155		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedad Unipersnal)			
Balanco e Conta de Perdas e Ganhos	156		
Relatório de Gestão	161		
Relatório de Auditoria de Contas Anuais	193		
		LS - Luís Simões SGPS, S.A.	
		Relatório de Gestão	194
		Demonstrações Financeiras	196
		Relatório e Parecer do Fiscal Único	221
		Certificação Legal de Contas	222
		RETA - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	
		Relatório de Gestão	223
		Demonstrações Financeiras	226
		Relatório e Parecer do Fiscal Único	258
		Certificação Legal de Contas	259
		Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda	
		Relatório de Gestão	260
		Demonstrações Financeiras	262
		LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	
		Relatório de Gestão	285
		Demonstrações Financeiras	288
		Relatório e Parecer do Fiscal Único	319
		Certificação Legal de Contas	320
		Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda	
		Relatório de Gestão	312
		Demonstrações Financeiras	324
		Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	
		Relatório de Gestão	343
		Demonstrações Financeiras	345
		Relatório e Parecer do Fiscal Único	366
		Certificação Legal de Contas	367
		Glossário	369
		Tabela GRI	370

Mensagem do Presidente

Incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável em contextos de mudança não é apenas um desafio. É uma questão de atitude e de visão estratégica do negócio. Neste sentido a Luís Simões coloca-se ao lado dos seus clientes para criar valor na cadeia de abastecimento, garantindo inovação e produtividade nos serviços que presta.

Este contexto leva-nos ainda a reforçar todo o trabalho desenvolvido ao nível da otimização de processos e premeio da produtividade, estimulando, em simultâneo, o envolvimento dos stakeholders na estratégia da organização.

A resposta aos desafios que se colocam ao setor dos transportes e da logística posiciona a sustentabilidade como fator diferenciador, levando à definição de compromissos cada vez mais exigentes. A LS continua a envolver-se e a acreditar. Neste ano de 2011 subscrevemos o Global Compact das Nações Unidas, uma medida que vai de encontro à nossa estratégia de sustentabilidade, em cujos princípios nos revemos, e que são objeto de trabalho a vários níveis da organização.

Na área do ambiente, a eficiência energética associada ao transporte de mercadorias, que monitoriza e minimiza um dos impactes ambientais decorrentes do nosso core business, está acompanhada em projeto desde 2007. Mantemos como estratégia a renovação da frota, permitindo a atualização às tecnologias mais limpas.

No que respeita à gestão dos impactes ambientais diretos da nossa atividade, de destacar o início do projeto de implementação da norma ISO 14001:2004 e a gestão centralizada dos resíduos produzidos pela LS na Península Ibérica, garantido o cumprimento das disposições legais aplicáveis.

Por último, e não menos importante, a Luís Simões manteve a sua autonomia financeira nos 29% e cresceu 3,7% em vendas, num ano em que a retração da economia foi uma constante.

Promover a sustentabilidade no negócio é, acima de tudo, construir o futuro em cada dia, em cada uma das dimensões: económica, social e ambiental. É esta a nossa forma de ser e de estar há 63 anos.

José Luís Simões
Presidente



Luis Simões



I HISTÓRIA LS

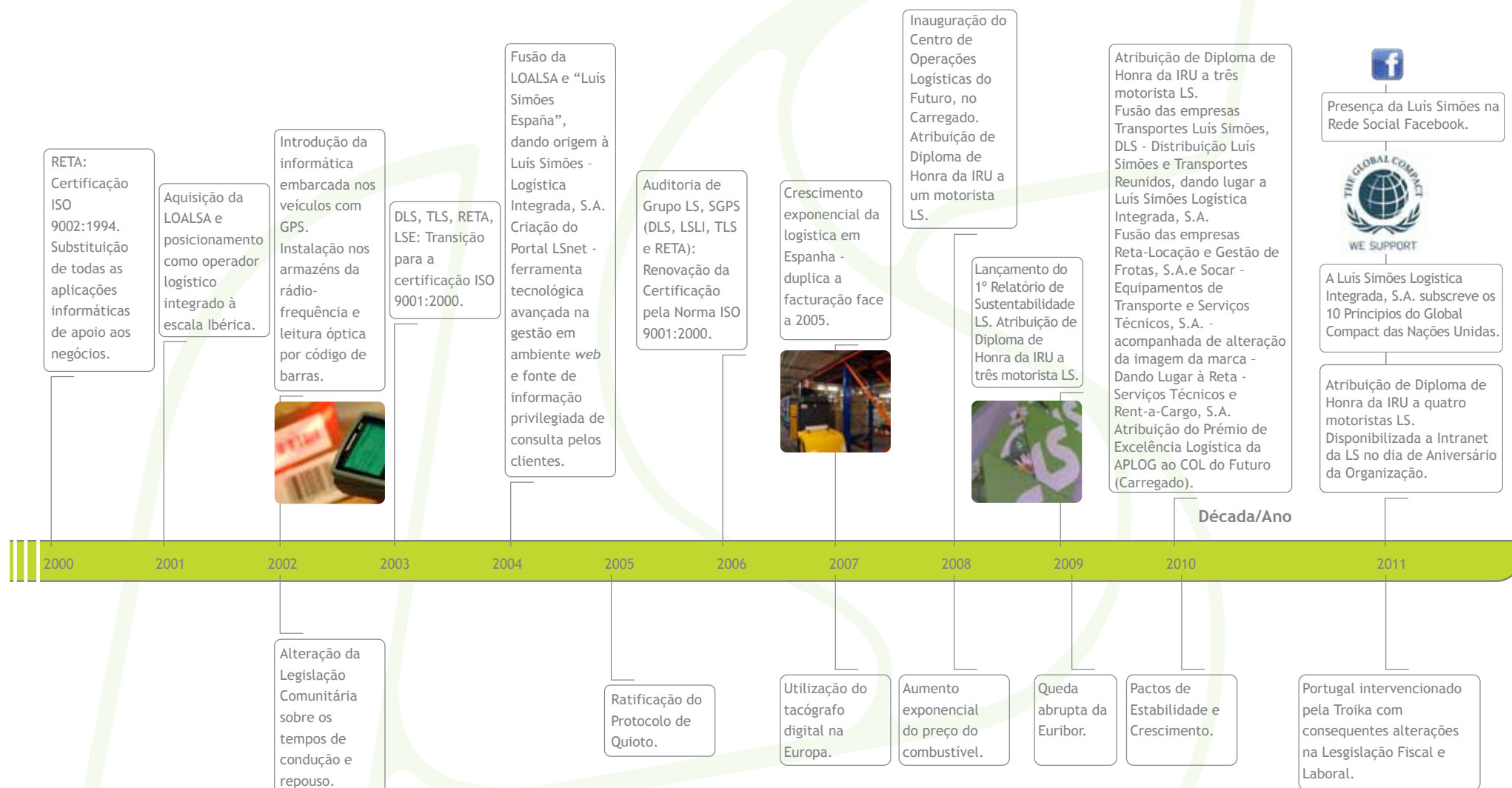
História LS

Na imagem baixo apresentamos a forma como a LS evoluiu desde a década de 30, data da sua fundação, até aos dias de hoje e o que sucedeu no nosso país e no mundo, durante o mesmo espaço temporal.

Luís Simões



Mundo/Portugal



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011 | 01.PERFIL LS



01 | Perfil LS

VISÃO

A LS tem como visão “ser a referência ibérica em termos de qualidade de serviço do setor dos Transportes e da Logística”.

MISSÃO

No que diz respeito à sua missão, a LS pretende “garantir soluções eficientes e competitivas de Transporte, Logística e serviços auxiliares, promovendo a satisfação de clientes e sociedade em geral, sob o ponto de vista, económico, social e ambiental”.

VALORES

Para realizar com sucesso esta missão, é essencial a divulgação e a partilha dos seguintes valores:

- **Orientação para o cliente:** superar as expectativas dos clientes, através da prestação de serviços de valor acrescentado, suportados por soluções flexíveis, inovadoras e tecnologicamente avançadas;
- **Respeito pelas pessoas:** garantir a qualificação contínua de todos os colaboradores, desenvolvendo competências para diferentes e desafiantes desempenhos das atividades com qualidade e em segurança;
- **Sustentabilidade:** favorecer o desenvolvimento sustentado da organização através de uma conduta transparente, social e eticamente responsável;
- **Confiança:** pautar a atuação do grupo e dos seus colaboradores pelo respeito por colegas, clientes e fornecedores, acreditando nas capacidades de trabalho de cada um e na defesa dos valores LS;
- **Lealdade:** basear a prática quotidiana no profissionalismo, no rigor de operações e na transparência das relações, colocando o interesse da LS acima do interesse pessoal, por forma a salvaguardar a credibilidade e boa imagem institucional;
- **Inovação:** focalizar a gestão em processos estruturados e suportados por modernos sistemas tecnológicos, contribuindo para o desenvolvimento de vantagens competitivas face ao mercado;
- **Ambiente:** implementar boas práticas ambientais, reduzindo os efeitos adversos resultantes da atividade e protegendo o meio envolvente;
- **Preocupação pela segurança:** assegurar as melhores condições de trabalho com ações preventivas, por forma a eliminar os riscos inerentes à atividade e preservando o bem-estar dos colaboradores;

- **Património:** manter a qualidade de instalações, equipamentos e marcas, garantindo a valorização e respeito de todos, especialmente dos colaboradores, e dignificando o seu posto de trabalho.

POLÍTICAS

Para concretizar a missão e visão, a gestão da empresa compromete-se a seguir as políticas de Qualidade, Segurança Alimentar, Segurança e Saúde no Trabalho, Ambiente e Responsabilidade Social.

Qualidade

- Disponibilizar os recursos relevantes ao incremento da qualidade dos negócios e à sua melhoria contínua.
- Privilegiar os ganhos de eficiência e de eficácia dos processos, como vantagem competitiva das empresas e valor acrescentado ao cliente, tendo em vista a sua fidelização.
- Desenvolver a competência e motivação dos colaboradores face aos objetivos do negócio, em matéria de qualidade; higiene, saúde e segurança no trabalho; ambiente e segurança alimentar.

Segurança Alimentar

- Preservar a qualidade e segurança alimentar dos produtos, nas operações e serviços prestados, assegurando a comunicação com todas as partes intervenientes na cadeia alimentar: fornecedores, colaboradores, clientes e autoridades competentes.

Segurança e Saúde no Trabalho

- Disponibilizar os recursos necessários à prevenção dos riscos profissionais, à melhoria das condições de segurança no desempenho das atividades e à vigilância da saúde dos colaboradores, desenvolvendo as suas competências e reforçando a consciencialização em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Ambiente

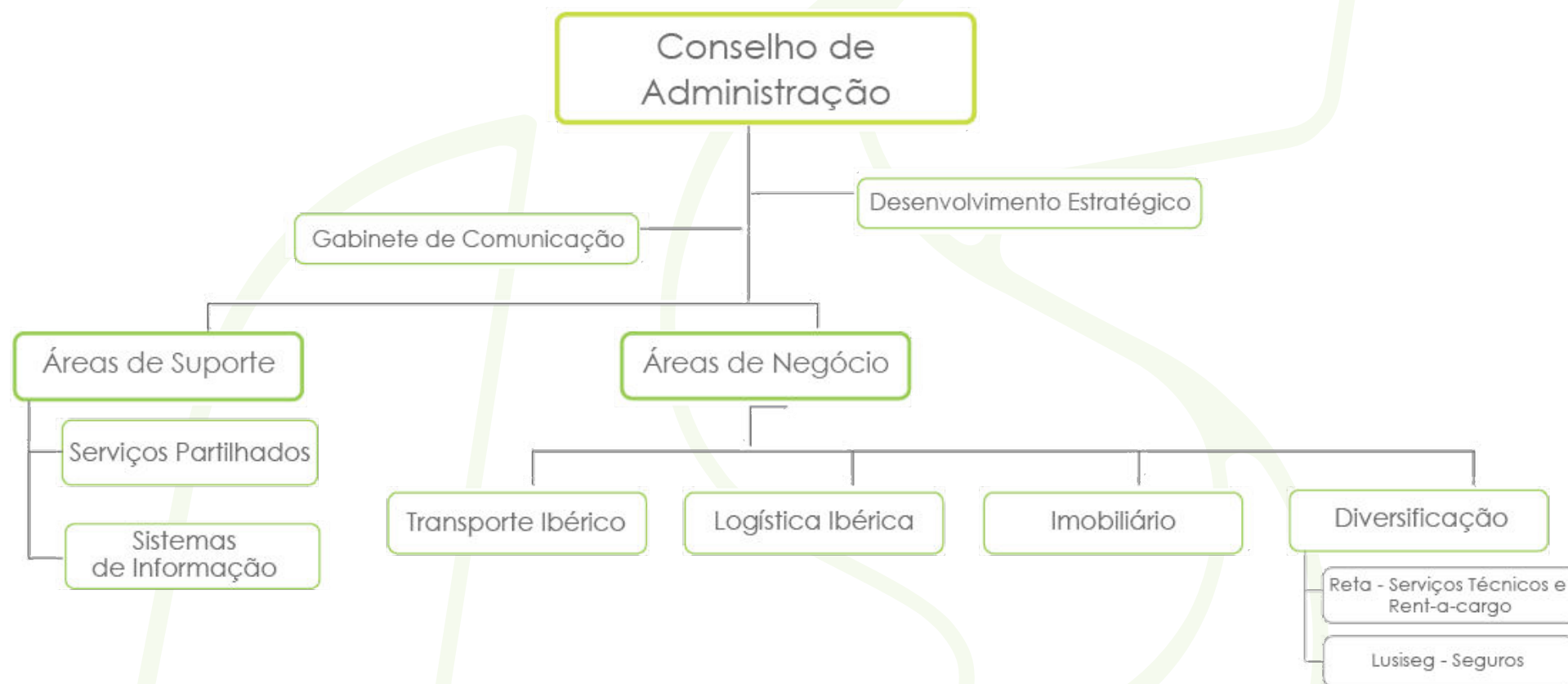
- Implementar medidas de minimização dos impactes ambientais resultantes da atividade, bem como de gestão e controlo dos resíduos produzidos, sensibilizando os colaboradores para comportamentos e hábitos que promovam a proteção do ambiente.

Responsabilidade Social

- Desenvolver ações dirigidas aos colaboradores para promover a valorização pessoal, profissional e familiar, valorizando as atividades de informação, de sensibilização e/ou de solidariedade, direccionadas para entidades externas com as quais colaboramos.

01.1 | ORGANIGRAMA

A estrutura organizacional da LS está distribuída da seguinte forma:



01.2 | GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração da Luís Simões SGPS considera que a condução dos negócios do Grupo é feita de acordo com padrões apropriados ao bom governo das sociedades.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Composição:

José Luís Simões (Administrador Delegado do negócio “Imobiliário” e Presidente do Conselho de Administração), Jorge Simões (Administrador Delegado da área de negócio “Diversificação”), Leonel Simões e Celeste Santos (Administradora Delegada do negócio de Logística e Transporte)

- Três consultores externos.

| Periodicidade: 4 vezes/ano.

| Objectivos:

- Aprovação da estratégia da Luís Simões, nomeadamente planos estratégicos do grupo e planos estratégicos de cada empresa/área de negócio;
- Análise das grandes prioridades da organização: resultados, investimentos, estrutura directiva e assuntos societários.

As empresas Luís Simões são detidas a 100% pela família Luís Simões. O Conselho de Administração inclui os três elementos da 2.ª geração. Mais de metade dos elementos da 3.ª geração já incorpora os quadros da organização.

COMITÉ(S) EXECUTIVO(S) (por área de negócio)

| Composição:

- Diretor Geral;
- Responsáveis da 1.ª linha.

| Periodicidade: 3 a 4 vezes/ano.

| Objectivos:

- Assegurar que os objetivos de vendas e resultados de cada empresa são superados;
- Assegurar que os planos de ação estão implementados.
- Garantir a avaliação da gestão de desempenho das equipas;
- Garantir que a comunicação acontece aos diferentes níveis de gestão.

COMITÉ(S) DIRETIVO(S) por área de Negócio (Logística e Transporte, Diversificação)

| Composição:

- Administrador(a) Delegado(a);
- Diretores Gerais e Corporativos.

| Periodicidade: 4 vezes/ano.

| Objectivos:

- Assegurar que os objetivos de vendas e resultados são superados;
- Aprovar planos de investimento;
- Aprovar políticas de recursos humanos.

VISITA DO PRESIDENTE

| Feita pelo Presidente da Luís Simões a cada site/empresa/área corporativa.

| Periodicidade: a cada 2 anos.

| Objectivos:

- Conhecer antecipadamente as situações de relevo, para posterior tomada de decisões;
- Transmitir critérios;
- Fomentar a convivência entre os colaboradores.

Negócio Logística LS

Objeto	Desenvolvimento de atividades de logística integrada, compreendendo transporte primário, armazenagem, preparação de pedidos, controlo de inventários, distribuição de produtos e outros serviços de valor acrescentado, como a manipulação de produtos ou logística de eventos promocionais.			
Localização geográfica	Península Ibérica.			
Dimensão	20 centros operacionais (nove em Portugal e 11 em Espanha), três plataformas de cross docking e 13 plataformas de cross-docking subcontratadas (três em Portugal e 10 em Espanha), correspondendo a uma área total de 300 mil m2.			
	11 Centros de co-packing (três Portugal e oito em Espanha).			
	413 equipamentos de movimentação envolvidos nas atividades de armazenagem.			
	Rede de distribuição com mais de 600 rotas de distribuição por dia.			
Carteira de Clientes	<p>200 empresas dos mais variados setores: alimentação e bebidas, higiene e limpeza, PLV, eletrodomésticos e eletrónica de consumo, setor automóvel.</p> <p>24 maiores clientes representam 89% do total de vendas.</p> <p>Taxa de retenção de clientes (2011): 88,5% do volume de vendas assegurado por clientes com 3 ou mais anos em Logística.</p>			
Evolução do Volume de Vendas		2009	2010	2011
	Vendas (Milhões de Euros)	68	80	83

Negócio Transportes LS

Objeto	Garantir soluções eficientes e competitivas de transporte, promovendo a satisfação de clientes e sociedade em geral, sob os pontos de vista económico, social e ambiental. A atividade principal é o transporte rodoviário de mercadorias, embora se utilize como regime complementar de alguns fluxos as vias marítima e ferroviária.			
Localização geográfica	Líder no transporte rodoviário em Portugal e no tráfego entre os dois países ibéricos.			
Dimensão	10 centros operacionais distribuídos por Portugal (três) e Espanha (sete).			
	Gestão de cerca de 1.278 viagens por dia.			
	600 Colaboradores em Portugal e 211 em Espanha, num total ibérico de 811 Colaboradores.			
Carteira de Clientes	<p>Produtos alimentares e bebidas, papel e embalagem, grande distribuição, componentes auto e higiene e limpeza.</p> <p>1.201 clientes em 2011.</p> <p>62 clientes são responsáveis por 80% das vendas.</p> <p>Taxa de retenção de clientes (2011): 83% do volume de vendas assegurado por clientes com 3 ou mais anos.</p>			
Evolução do Volume de Vendas		2009	2010	2011
	Vendas (Milhões de Euros)	101	110	118

¹ Plataformas de Coimbra, Alicante e Granada

Negócio Diversificação LS

Objeto	Manutenção e reparação de viaturas pesadas. Montagem e comercialização de semirreboques. Rent-a-cargo.			
Localização Geográfica	Carregado, Gaia e Perafita.			
Dimensão	Área total de 19 mil m2.			
	Duas estações lavadoras de viaturas pesadas, nos centros de assistência técnica do Carregado e de Gaia.			
	Uma estufa de pintura no Carregado.			
Carteira de Clientes	Os produtos e serviços comercializados pela RETA destinam-se a empresas do setor de transportes rodoviários de mercadorias, sejam eles privados ou públicos. A Reta dispõe de uma carteira de clientes muito atomizada, do setor de transportes e logística.			
Evolução do Volume de Vendas		2009	2010	2011
	Vendas (Milhões de Euros)	12,13	11,3	10,8



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011

| 02.LS NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE



02 | LS na Rota da Sustentabilidade

02.1 | DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA

O desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade da LS teve como base a análise dos resultados da consulta a *stakeholders*, o enquadramento setorial, as orientações de gestão, as práticas internas e ainda o *benchmark* efetuado às empresas congéneres.

02.2 | ENVOLVIMENTO DOS STAKEHOLDERS

A identificação das partes interessadas assim como das suas preocupações e expectativas tem uma importância vital no processo de definição de uma estratégia de sustentabilidade. Desta forma, a LS fez o mapeamento dos stakeholders, com base na análise influência e dependência que tem para estes grupos.



No âmbito do 1.º Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2008 foram realizadas 12 entrevistas a partes interessadas externas, bem como dois focus group com colaboradores para aferir a perceção que têm da empresa, assim como as suas expectativas.

De salientar que as entrevistas efetuadas aos stakeholders permitiram a identificação dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças da LS no domínio do desenvolvimento sustentável.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e imagem • Formação e retenção de talentos • Investimento em alternativas de transporte com menos Gases com Efeito Estufa (GEE) • Inovação e internacionalização • Satisfação do cliente • Robustez financeira • Segurança rodoviária • Gestão ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Impactes ambientais da atividade (consumo de combustíveis fósseis) • Impactos na comunidade (ruído, trânsito e estacionamento nas vias) • Stress laboral (profissão de motorista) • Comunicação interna • Variabilidade no comportamento dos motoristas - frota própria versus alheia • Pouca comunicação estratégica com clientes em Espanha
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para apoio ao negócio • Alargamento do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) às áreas da segurança no trabalho e ambiente • Intermodalidade, cargas fracionadas e distribuição urbana • Desempenho ambiental e eficiência como diferenciação numa sociedade com crescente consciência ambiental • Desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis • Implementação dos sistemas de apoio aos motoristas • Uniformização dos convénios em Espanha • Estreitamento de relações com as universidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Excesso de oferta no mercado • Crise atual • Liquidez financeira dos subcontratados de transportes • Oscilação dos preços de combustível • Pouca disponibilidade no mercado de mão-de-obra qualificada (mecânicos e motoristas) • Regulamentação laboral inflexível • Posição periférica (península ibérica) face à legislação sobre os tempos de condução • Pressão regulamentar e da sociedade

Tabela 1 - Impactes, riscos e oportunidades identificados

02.3 | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

Os princípios de sustentabilidade da LS estão em sintonia com os seus valores, estando a sua operacionalização intimamente relacionada com as políticas já desenvolvidas pelo Grupo. A LS tem potenciado os seus negócios de forma a torná-los rentáveis e sustentáveis, criando em simultâneo prosperidade, não só nas atividades que desenvolve como na sua cadeia de valor.

Apresentam-se de seguida os princípios de sustentabilidade sobre os quais assenta a estratégia da LS:

1. Prestar um serviço de qualidade e responsabilidade elevadas
2. Garantir a robustez financeira do Grupo
3. Promover a inovação e o vanguardismo
4. Captar, formar e reter colaboradores
5. Promover a saúde e segurança no trabalho
6. Promover a segurança rodoviária
7. Promover a eficiência energética no transporte de mercadorias
8. Melhorar o desempenho ambiental das instalações e operações
9. Promover a cidadania interna e externa
10. Promover a comunicação interna e externa

Estes princípios são concretizados na definição de metas e objetivos e monitorizados periodicamente através de indicadores. A operacionalização dos princípios e o desempenho da LS face aos mesmos encontra-se descrita nos capítulos que se seguem.

A Luís Simões subscreveu em 2011 os 10 Princípios do Global Compact das Nações Unidas, que integra com os princípios para o desenvolvimento sustentável.

Princípio LS: Captar, formar e reter colaboradores

Direitos Humanos	Princípio 1	As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente.
	Princípio 2	Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos
Práticas Laborais	Princípio 3	As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva
	Princípio 4	A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório
	Princípio 5	Abolição efetiva do trabalho infantil
	Princípio 6	Eliminação da discriminação no emprego

Princípio LS: Promover a Eficiência Energética no Transporte de Mercadorias

Proteção Ambiental	Princípio 7	As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
--------------------	-------------	---

Princípio LS: Melhorar o desempenho ambiental das instalações e operações

Proteção Ambiental	Princípio 8	Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental
	Princípio 9	Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente

Princípio LS: Prestar um serviço de qualidade e responsabilidade elevadas

Anti-Corrupção	Princípio 10	As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno
----------------	--------------	--

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011

03.SERVIÇO DE QUALIDADE E RESPONSABILIDADE ELEVADAS

03 | Serviço de Qualidade e Responsabilidade Elevadas

03.1 | ENQUADRAMENTO

A qualidade é uma das principais formas de diferenciação da LS, razão pela qual faz parte da sua estratégia de sustentabilidade. A mesma passa por colocar as expectativas do cliente no centro dos seus valores.

Orientação para o Cliente

Superar as expectativas dos clientes, através da prestação de serviços de valor acrescentado, suportados por soluções flexíveis, inovadores e tecnologicamente avançadas.

In Valores LS

A preocupação com a qualidade do serviço prestado na LS esteve sempre presente desde o início da atividade, tendo sido desenvolvidos e atingidos objetivos concretos nesta área a partir da década de 90. A história destas certificações marca o curso da LS (a mesma pode ser analisada na linha temporal apresentada no início deste relatório). A LS distingue-se por ter sido a primeira empresa de transportes a obter a certificação pelo IPQ, existindo atualmente a certificação do Grupo.

A prática da qualidade é da responsabilidade de todos os colaboradores da LS, de acordo com a política definida (ver Perfil LS).

A LS faz um acompanhamento constante da operacionalização desta política, avaliando os níveis de serviço prestados, os níveis de satisfação do cliente, os resultados das auditorias internas e externas, as reclamações recebidas e os vários canais de comunicação estreita estabelecidos com os seus clientes.

Ao desenvolver um **Serviço de Qualidade e Responsabilidade Elevadas**, a LS trabalha para:

- Responder às expectativas dos clientes, oferecendo soluções inovadoras e flexíveis;
- Garantir elevados padrões de qualidade para a frota própria e subcontratada, para as operações internas de logística e para os serviços de Rent-a-cargo, venda e de assistência técnica a semirreboques;

- Garantir elevados padrões de segurança dos produtos, incluindo a segurança alimentar, no decorrer do seu envolvimento na cadeia de abastecimento.

- Garantir ausência de corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Princípio 10 do Global Compact das Nações Unidas (Princípios subscritos pela LS em 2011)

03.2 | NÍVEIS DE SERVIÇO

A manutenção dos padrões de qualidade nos serviços prestados aos clientes podem ser acompanhados pelo indicador nível de serviço. Este indicador é medido diariamente, permitindo uma reflexão mensal sobre a qualidade do serviço prestado e eventuais medidas a implementar.

Área de negócio		Indicador					
		2008	2009	2010	2011		
Logística	Portugal	98%	98,6%	98,08%	99,20%	Nível de Serviço	On-time
	Espanha	96%	97,2%	96,86%	97,98%		On-time
Transporte	Ibérico	98%	99,5%	99,7%	99,6%		Global

Tabela 2 - Valor médio de Nível de Serviço

03.3 | AUDITORIAS EXTERNAS

O padrão de qualidade exigido pelos clientes é regularmente validado em auditoria. Durante o ano de 2011 quinze clientes realizaram 28 auditorias aos procedimentos operacionais seguidos na LS.

03.4 | SEGURANÇA ALIMENTAR

Tendo em conta que a logística e o transporte são áreas integrantes da cadeia de abastecimento de produtos alimentares, há vários anos que as empresas LS têm vindo a desenvolver o seu trabalho com especial enfoque na qualidade e segurança alimentar.²

Por este motivo, o Sistema de Gestão da Segurança Alimentar (norma ISO 22000:2005) é um fator estratégico em termos de qualidade de produto e serviço ao cliente, encontrando-se em fase de implementação nas áreas de Transporte, Logística e Manutenção de Viaturas (desinfecção).

03.5 | COMUNICAÇÃO COM OS CLIENTES

03.5.1 | INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE

São realizados com uma periodicidade anual desde 1997 os Inquéritos de Satisfação dos Clientes, dirigidos aos principais clientes dos diferentes negócios de Espanha e de Portugal.

No ano de 2010 foi feita uma alteração na análise de resultados do inquérito, incluindo um fator de ponderação relacionado com a faturação dos clientes avaliados. Desta forma, deixa de ser linear a comparação de resultados com os anos anteriores. Relativamente a 2011 verifica-se um ligeiro aumento, com exceção para a Logística em Espanha.

A tabela resume os resultados dos inquéritos efetuadas desde 2008. No ano de 2011 o valor de satisfação global é de 78%, similar ao ano anterior.

² A segurança alimentar também se encontra incluída na Política LS (ver Perfil LS).

Empresa	2008	2009	2010	2011
Logística Portugal	74%	69%	66%	75%
Logística Espanha	78%	79%	83%	72%
RETA	72%	81%	85%	84%
Transportes Ibéricos	88%	90%	82%	83%
LS	80%	80%	79%	78%

Tabela 3 - Evolução do nível de satisfação dos clientes nos ISC

Das participações obtidas no ano de 2011, 89% dos clientes consideraram a Logística LS como vantagem competitiva para a sua empresa. Foram salientadas ainda a fiabilidade, a rapidez e a veracidade tanto no serviço comercial como nas cargas e entregas.

Ouvir a opinião dos clientes tem permitido à LS a adaptação e evolução contínuas do negócio.

“Têm uma oferta alargada de serviços e uma equipa com meios capazes de satisfazer as nossas necessidades, ao nível de performance necessário...”

03.6 | ANTICORRUPÇÃO

A LS é uma empresa familiar que opera de acordo com os seus valores (in Perfil LS), não permitindo a corrupção. Embora sem estruturação de código de ética, a LS não tolera a falta de transparência nas operações e atividades, nomeadamente nos processos de negociação.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011

| 04. GARANTIR A ROBUSTEZ FINANCEIRA

04 | Garantir a Robustez Financeira

04.1 | ENQUADRAMENTO

A evolução do desempenho económico da LS resulta de uma estratégia de negócio sustentada que lhe conferiu a posição líder que ocupa ao nível do setor dos transportes rodoviários de mercadorias em Portugal e que lhe permitiu também fundar as bases do seu posicionamento como um dos mais relevantes operadores logísticos e de transportes na Península Ibérica.

De forma a impulsionar o aumento das receitas provenientes da sua atividade e a garantir a robustez financeira, a LS empenha-se em:

- Promover uma política de retenção de resultados, com reforço do seu capital próprio e consequente equilíbrio financeiro;
- Adequar a estrutura temporal dos capitais alheios à natureza dos investimentos financeiros;
- Gerir eficientemente a carteira de clientes, com enfoque na redução do prazo médio de recebimento, garantindo o financiamento do ciclo de exploração.



Depósito de água do serviço de incêndios, no Carregado

04.2 | PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

Na tabela que se segue são apresentados os principais indicadores económicos consolidados, associados à actividade da LS nos últimos anos.

	Milhares Euros			
	2008	2009	2010	2011
Vendas + Prest. Serviços	172.601	176.338	198.940	206.267
Resultados Líquidos	-663	5.109	4.669	1.664
Amortizações	10.739	12.156	13.578	14.225
EBITDA	9.987	18.919	19.788	17.808
Activos Fixos	71.723	108.660	98.381	100.089
Clientes	43.926	48.788	49.128	51.584
Total Activo	135.668	170.805	168.573	168.985
Capital Próprio	32.085	48.028	48.089	49.746
Total Passivo	103.582	122.777	120.484	119.240
Gastos com Pessoal	42.119	45.756	47.273	49.467
Empregados	1.731	1.778	1.832	1.811
Autonomia Financeira	24%	28%	29%	29%

Tabela 4 - Principais indicadores económicos consolidados

No ano de 2011 foi possível à LS superar os compromissos que havia traçado, da seguinte forma:

- A autonomia financeira fixou-se nos 29%, sinónimo de uma estrutura financeira mais sólida, superando o objetivo definido internamente (24%).
- O EBITDA representou uma margem de 8,6% sobre o volume de vendas consolidado.

Algumas das rubricas de gastos operacionais cresceram a um ritmo superior face ao ritmo de crescimento das vendas, entre as quais se destaca a subida dos preços dos combustíveis que penalizaram o desempenho dos resultados da empresa, representando um gasto acrescido no ano de **3 320 Mil Euros**, sem que se conseguisse repercutir esses custos nos clientes.

Por outro lado, verifica-se um aumento dos encargos financeiros da empresa em cerca de 68%, essencialmente por via do aumento do custo do crédito, tendo penalizado o resultado líquido consolidado do ano que se fixou em **1 664 Mil Euros**.

04.3 | ANÁLISE MACROECONÓMICA 2011

O ano de 2011 vai ser recordado como o ano da crise soberana europeia e o risco para 2012 é que se espalhe por contágio e afete também os países emergentes. A estagnação na Europa e nos Estados Unidos vai continuar, juntamente com o Japão, sinal que as grandes economias mundiais também não sairão ilesas desta crise.

As condições económicas serão mais difíceis para a maior parte do mundo em 2012, perpetuando-se um **crescimento global** do PIB de 3,2% em 2012, contra 3,8% em 2011 e de 5,2% em 2010.

A austeridade fiscal vai conter o crescimento económico e a criação de empregos, aumentar a pressão sobre os serviços públicos e alimentar um feroz debate político, assim como inquietação política na maior parte do mundo rico.

Para os EUA, os analistas prevêem um crescimento de 1,8% para 2012, e de 2,2% em 2013.

Uma contração acentuada nas economias da **Zona do Euro** irá prejudicar o crescimento global e minar a confiança dos investidores, das empresas e dos

consumidores. Na opinião de alguns analistas, a crise na Zona do Euro irá continuar em 2012, podendo intensificar-se, causando até mesmo a saída de um ou mais países da moeda única. A possibilidade de uma rutura total da Zona do Euro, embora menos provável, também não será colocada de parte, sendo esse cenário desastroso para a economia global.

O FMI reviu em baixa as previsões de crescimento para a Zona Euro em 2012, apontando para uma contração de 0,5, contra 1,4% em 2011. Já para 2013 prevê um regresso ao crescimento, ainda que a expansão deva ficar-se pelos 0,8%.

Recentemente a diretora do FMI afirmou que a economia mundial mostra “sinais de estabilização”, sinais de que as políticas aplicadas estão a dar frutos. Ressaltou no entanto que ainda existem “fragilidades económicas e financeiras a enfrentar”, como a fragilidade persistente dos sistemas financeiros, um endividamento público e privado que continua sendo muito importante em muitas economias desenvolvidas, assim como os preços do petróleo muito elevados.

As previsões económicas para Espanha apontam para uma contração do PIB em 2012 pelo menos em 1,7% e 0,3% em 2013, contra 0,7% em 2011.

A Comissão Europeia antecipa uma desaceleração significativa na inflação de cerca de 3% em 2011 para 1,3% em 2012, condicionada entre outros aspetos, pelo consumo interno enfraquecido, elevados desequilíbrios acumulados do setor privado durante o ‘boom’ imobiliário e desemprego em níveis recorde, que continuam a pesar nas previsões para a economia espanhola.

Com um cenário de menor investimento a única boa notícia vem das exportações que continuarão a ser um incentivo importante da economia espanhola.

As perspetivas para Portugal apontam que a economia portuguesa deverá contrair 3,2% em 2012, contra -1,5% em 2011. Para 2013 existe divergência de opiniões que vão desde uma contração de 0,5% até 1,2%. Estima-se que a taxa de desemprego atinja 13,8% em 2012 e que em 2013 atinja um máximo histórico de 14,3%.

A OCDE alerta ainda que permanecem vários riscos negativos no horizonte, o que poderá levar a uma revisão em baixa destas projeções. “A forte deterioração das condições globais e os efeitos mais negativos do que o previsto da consolidação orçamental, poderão levar a uma contração mais pronunciada da atividade económica”.

A opinião comum dos técnicos que integram a troika é que Portugal está a executar as políticas “como planeado e o ajustamento económico está em curso, o programa está no bom caminho, mas subsistem alguns desafios”.

As reformas do setor financeiro e os esforços de desalavancagem estão a avançar, “ao mesmo tempo que estão a ser tomadas medidas para assegurar as necessidades de crédito das empresas com boas perspetivas de crescimento. Já as reformas para aumentar a competitividade, o crescimento e o emprego estão numa fase mais prematura.

A economia portuguesa continuará a enfrentar dificuldades e em 2012 o crescimento das importações dos parceiros comerciais continuará a desacelerar, enquanto a procura interna vai sofrer ajustamentos, o desemprego e as falências das empresas vão aumentar.

A avaliação globalmente positiva da Troika, na última cimeira europeia, é acompanhada de duas promessas: os esforços de Portugal “serão apoiados por um reforço do quadro de política económica da UE”. Além disso, “desde que as autoridades continuem a apostar numa execução rigorosa do programa, os Estados-membros da zona euro declararam que estão prontos a apoiar Portugal até que o país consiga regressar ao mercado”.

	Valores Reais			Projeções		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Econ. Global	3,7	-0,6	5,2	3,8	3,2	3,9
Zona Euro	0,7	-4,1	1,9	1,4	-0,5	0,8
Espanha	1,2	-3,6	-0,1	0,7	-1,7	0,3
Portugal	0	-2,5	1,1	-1,5	-3,2	-1,2

Tabela 5 - Crescimento Anual do PIB | fonte: FMI

04.4| ANÁLISE DO SECTOR DO TRANSPORTE

O setor de transporte rodoviário de mercadorias, depois de um forte decréscimo em 2009, teve em 2010 uma ligeira recuperação, com o mercado ibérico a gerar um volume de negócios de 16,7 mil milhões de euros. Já em 2011 terá crescido cerca de 4%. Este crescimento terá no entanto sido sustentado por um aumento

de preços motivado pela subida dos preços do petróleo, já que em termos de toneladas transportadas a atividade terá diminuído em 2011.

O mercado em Portugal registou em 2010 um valor de 2,7 mil milhões de euros, resultando do transporte de 34,6 mil milhões de toneladas-quilómetros. É esperado que o mercado tenha crescido em valor cerca de 1,8% em 2011. No final de 2010 existiam em Portugal 8.757 empresas de transporte rodoviário de mercadorias, o que representava um decréscimo de mais de 300 empresas face ao número existente em 2007. Segundo uma associação de transportes, durante o ano de 2011 terão encerrado em Portugal mais cerca de mil empresas do setor.

O setor apresenta uma grande atonicidade quando comparado com outros negócios de serviços. O volume de negócios das primeiras cinco empresas representa apenas 12,4% do total de mercado. De facto a dimensão das empresas é relativamente reduzida, apresentando uma média de 5,7 veículos pesados por empresa em 2010.

Em termos dos principais segmentos de mercadorias transportadas, os principais fluxos em 2010 foram os produtos alimentares com 14,7%, agrícolas e pescas com 11,3%, minerais não metálicos com 10,7% e madeiras e cortiças com 8,2% do volume de toneladas-Km transportadas.

Em Portugal o trânsito internacional, ao contrário do que acontece em Espanha, representa o principal fluxo de mercadorias com 64% (contra 30% em Espanha). Deste trânsito internacional, Espanha, França e Alemanha representam 75% do total de toneladas-Km de mercadoria transportada.

Em Espanha o mercado de transporte rodoviário de mercadorias representou um valor de 14,0 mil milhões de euros em 2010, sendo esperado que tenha apresentado um crescimento de 3,9% em 2011. O mercado espanhol é o 2.º maior mercado da zona euro em termos de mercadorias transportadas, tendo representado 210 mil milhões de toneladas-Km em 2010, apenas atrás da Alemanha.

O mercado em Espanha, embora maior e portanto mais atrativo à entrada de multinacionais do setor, apresenta uma ainda maior atomização da oferta e um perfil de empresas com uma dimensão média ainda mais reduzida do que a verificada em Portugal. As primeiras cinco empresas do setor concentram um volume de negócios de apenas 9,0% do total do mercado em 2010 e a dimensão média é de 2,2 veículos pesados por empresa.

Em termos de segmentos, os produtos alimentares e os provenientes da agricultura e pescas foram os mais representativos concentrando 19,9% e 15,0% respetivamente das toneladas-km transportadas em 2010. O índice de externalização dos serviços de transporte em Espanha é superior ao registado em Portugal, sendo estimado que em 2010 apenas 5% do volume de mercadorias transportadas seja realizada in-house pelos produtores, comparando com 14% em Portugal.

Para 2012 é de esperar uma quebra dos níveis do consumo em Portugal e em Espanha em resultado da adopção pelos Governos de medidas restritivas. Este efeito poderá no entanto ser compensado pelo esperado aumento das exportações. O negócio será ainda fortemente influenciado pela evolução dos preços do petróleo, que têm apresentado uma tendência de subida já no início de 2012.

04.5 | ANÁLISE DO SECTOR DA LOGÍSTICA

O setor da Logística na Península Ibérica, depois de uma década de crescimentos anuais elevados de 8%-10%, registou uma quebra de atividade em 2009, principalmente em Espanha com uma redução de 8,5%. Em 2010 voltou a apresentar crescimento embora mais moderado (3% em Portugal e 1,5% em Espanha).

O mercado em 2010 representou um valor de 3.922 milhões de euros na Península Ibérica, 3.475 milhões de euros em Espanha e 447 milhões de euros em Portugal.

Ao contrário do transporte rodoviário de mercadorias, o setor de Logística apresenta uma maior concentração, que tem sido intensificada com aquisições realizadas pelos operadores de maior dimensão. O volume de negócios das primeiras cinco empresas, representou aproximadamente 41% e 38% do mercado em Portugal e em Espanha respetivamente. No final de 2010 foram identificadas 85 empresas do setor em Portugal e 200 em Espanha.

Em termos dos segmentos de atividade, o setor alimentar aparece como o mais representativo com 45% da atividade em Portugal e 35% em Espanha.

À semelhança do negócio de transporte rodoviário de mercadorias, é expectável que o setor de logística sinta alguns efeitos da previsível redução

da atividade económica e do consumo em Portugal e em Espanha. No entanto, esta redução poderá ser compensada pela tendência dos últimos anos de maior externalização das operações logísticas por parte das empresas e produtores, o que deverá continuar a acontecer.

Numa conjuntura económica de abrandamento, os operadores logísticos poderão desempenhar um papel chave na vida das empresas e da sociedade, possibilitando transformar estruturas de custos fixos em variáveis e obtendo sinergias nos fluxos de mercadorias.

04.6 | DESEMPENHO ECONÓMICO

O volume de vendas consolidado da Luís Simões fixou-se em 206 Milhões Euros, o equivalente a um crescimento de 3,7%. Este desempenho foi conseguido num ano em que mundialmente se assistiu a um cenário de incerteza, com especial enfoque na Península Ibérica, onde Espanha atingiu no final do ano níveis de desemprego como não há memória, com efeito penalizador no consumo das famílias.

Este cenário de desaceleração económica teve impacto na atividade dos clientes da Luís Simões, levando-os a procurarem alternativas para redução dos seus custos.

Foi neste contexto que a empresa, através da sua equipa de gestão com elevado potencial e empenho, encontrou soluções inovadoras que garantiram níveis de serviços elevados, indo ao encontro das exigências dos clientes, acabando estes por reconhecê-las como diferenciadoras, e que permitiram o crescimento da atividade em alguns dos clientes estruturais, bem como a conquista de novos clientes em novos segmentos de mercado.

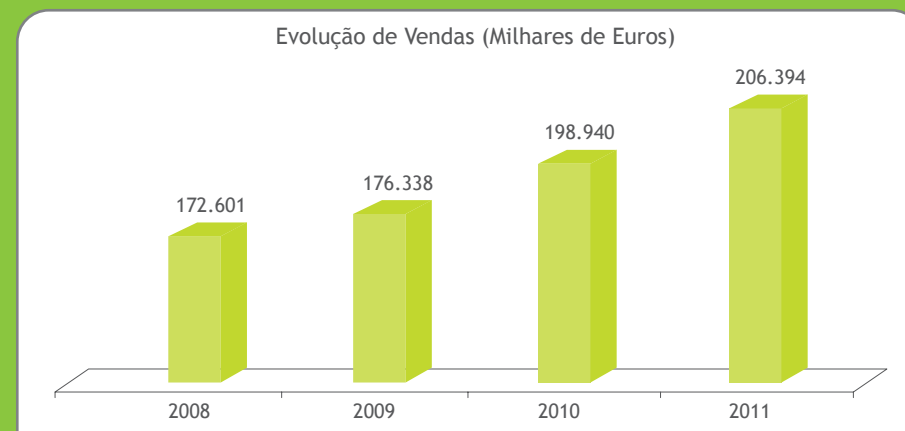
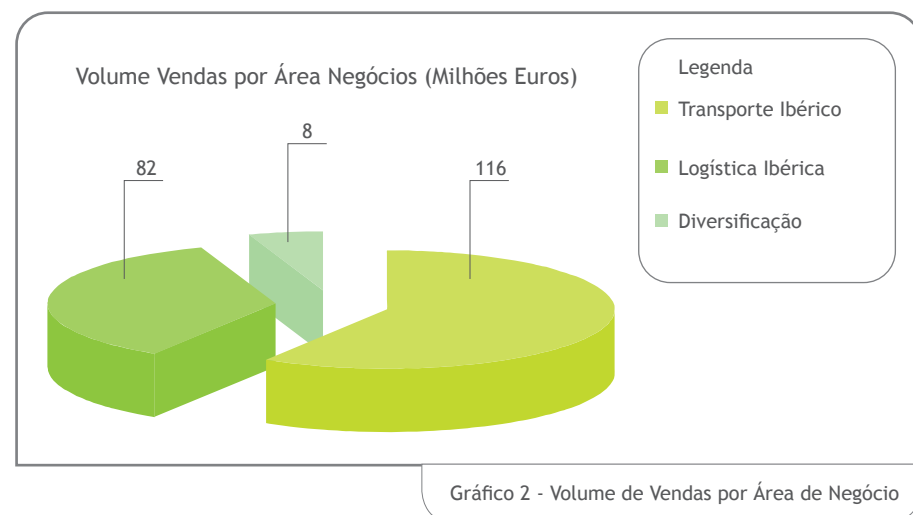


Gráfico 1 - Evolução de Vendas

Foi neste sentido que a Luís Simões viu crescer as suas atividades Core em 4%, com a Unidade de Negócio de Transportes Ibéricos, a registar uma variação positiva no seu volume de vendas de 5,3%, enquanto que a Unidade de Negócio de Logística Ibérica apresentou um crescimento de 2,5%.

No que diz respeito à Diversificação, Unidade de Negócio complementar às restantes atividades do Grupo, verifica-se uma redução de 5,3%, essencialmente pela quebra do segmento de venda de semirreboques novos. As dificuldades económico-financeiras conduziram à falência de muitas empresas de transportes, clientes alvo deste segmento. Em sentido oposto, os restantes segmentos Aluguer de Viaturas e Reparação e Manutenção registaram crescimentos com o segmento do aluguer, a grande aposta desta unidade de negócio, a crescer ao mercado aproximadamente 9%.



04.7 | PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2011

O desempenho evidenciado pelas diversas empresas do Grupo Luís Simões reflete a conjunção de vários esforços. Consolidaram-se muitos dos projetos que vinham sendo desenvolvidos e foram delineadas estratégias que serão determinantes para que a Luís Simões continue a afirmar-se com a solidez e estabilidade que a tem caracterizado ao longo dos anos.

No **Negócio Core** consolidaram-se alguns projetos que têm sido desenvolvidos no sentido de aumentar a competitividade da empresa, designadamente;

- Garantia do funcionamento, em todo o seu potencial, do novo Centro de Operações Logísticas do Futuro, no polo logístico da Luís Simões no Carregado, inaugurado em Novembro de 2008. Este novo armazém semiautomático suportou a angariação de novos clientes, atingindo ocupações superiores a 80%;
- Entrada no negócio do canal Horeca em Portugal, setor com elevado grau de especialização e onde a tecnologia e processo da LS é diferenciadora;
- Montagem de processos inovadores em transporte de temperatura controlada, com report on-line da situação, aumentando a integração junto dos clientes deste segmento;
- Implementação de projetos de reengenharia de processos ao nível operacional, utilizando metodologias *Lean* permitindo não só uma diferenciação no serviço a cliente, mas ainda um aumento da eficiência;
- Conquista de operações de gestão integral da expedição de fábricas sobretudo no setor do papel, aumentando a quota neste setor e permitindo maior integração e valor acrescentado ao cliente, com soluções globais com presença *in-plant*;
- Crescente alienação de viaturas para transportadores com serviço incluído, flexibilizando a operação e aumentando a integração com transportadores permanentes;
- Desenvolvimento das equipas de gestão de cada centro (gestores e quadros médios), que permitiram consolidar a gestão dos clientes garantindo níveis de serviço de acordo com as suas exigências;
- Aumento da dimensão no negócio na zona Centro (Espanha), com a abertura de um novo armazém (Alovera 3), ascendendo a nova superfície total nesta região a 105.000 m2;
- Conquista de uma operação de grande dimensão de caráter local em Barcelona, que permite uma posição mais firme nesta região e assim consolidar a aposta nas cinco regiões estratégicas da península ibérica.

Nos **Negócios complementares**, salientam-se os seguintes projetos desenvolvidos ao longo do ano pela empresa Reta;

- Entrada no aluguer de tratores desde 2010, com o intuito de acrescentar valor aos clientes e de se apresentar como uma excelente solução para o mercado transportador; (in Cap. 5 - Inovação e Vanguardismo)
- Consolidação com sucesso da implementação de uma nova ferramenta de gestão, que se revela estrutural para o desenvolvimento do negócio a curto e a médio-longo prazo.
- A **atividade Imobiliária** centrou-se nas seguintes ações:
 - Criação de condições para o desenvolvimento das atividades logísticas

a Norte de Portugal com a assinatura e demais atividades tendentes à instalação da LS em novas instalações logísticas, no horizonte 2013/2014;

- Concretização da expansão do edifício do Carregado 2, traduzindo a disponibilidade de uma zona com cerca de 800 m2 para as atividades de co-packing, concretizando uma poupança significativa na redução de fluxos de mercadorias e de quebras verificadas, além da permitir um acréscimo significativo da capacidade de resposta a solicitações dos clientes da Logística;
- Obtenção do alvará de loteamento para o terreno do Terminal de Transportes da Azambuja, situação que permitiu a conclusão da primeira fase dos trabalhos, ainda durante o ano, e início do processo de elaboração do Plano de Pormenor, enquanto instrumento essencial para a urbanização dos 80.000 m2 de terrenos pertença da LS naquela localização.

04.8 | PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

A Luís Simões encara 2012 com muita prudência face a todas as dificuldades do meio envolvente, mas ainda assim com uma perspetiva de crescimento da sua atividade.

De facto, a empresa assistiu em 2011 ao preço mais elevado de sempre dos combustíveis e a um cenário marcado pela ausência de crescimento económico. A consequente atualização de preços a clientes chocará constantemente com intenções contrárias por parte destes, pela pressão para racionalização de custos um pouco por todos os setores.

Assim sendo, a pressão para a gestão eficiente de recursos e para a inovação em projetos e processos que permitam fazer mais e melhor com menos custo será a nota dominante no próximo ano.

Neste sentido o **Negócio Core** tem as suas linhas de atuação assentes nos seguintes pontos:

- Grande orientação para manutenção de elevado domínio e qualidade nos processos logísticos, de forma a assegurar a manutenção de elevados níveis de serviço aos clientes atuais e capacidade para continuar a integrar novos negócios e atividades;
- Enfoque no projeto iniciado em 2010 de melhoria da gestão das operações internas (atividades logísticas dentro do armazém), cujo objetivo é assegurar níveis de excelência na qualidade e produtividade do serviço prestado aos clientes;



•Manutenção do investimento no desenvolvimento de tecnologias de informação que suportem um domínio estruturado de todos os processos logísticos e permitam ter mais e melhor informação de gestão. Neste contexto será dada prioridade a:

- Conclusão do projeto de desenvolvimento de uma aplicação para gerir a atividade de CoPacking;
- Introdução de novos módulos de informação de gestão na ferramenta de Business Intelligence (Produtividade Individual, Gestão Frota, Indicadores RH);
- Diversos projetos no âmbito da faturação, nomeadamente autofaturas de subcontratados e faturação eletrónica a clientes;
- Renovação de imagem e conteúdo do Portal LSnet;
- Implementação na maioria dos subcontratados da tecnologia LSMobile.

•Reforço da equipa de gestão em concreto ao nível de funções de desenvolvimento comercial;

•Redimensionamento das equipas de cariz administrativo / operacional, simplificando processos;

•Lançamento do projeto estratégico denominado “Go!Inter”, com o objetivo de dinamizar o negócio inter-regional;

•Aposta contínua em projetos de reengenharia de processos que aumentem a eficiência das operações;

•Consolidação do projeto LSplus, cumprindo o objetivo de desenvolvimento e formação da equipa de gestão;

•Estruturação da política de *outsourcing* em termos de transporte, permitindo aumentar as sinergias com transportadores e o aumento da qualidade média desta frota;

•Promoção de projetos inovadores na relação com clientes, facultando soluções tecnologicamente avançadas e que aumentem o nível de serviço;

•Garantia da implementação do projeto LSMobile, que garante a comunicação eletrónica com todos os transportadores ao serviço da empresa;

•Promoção da implementação de um novo portal LSnet, melhorando a capacidade de interação com clientes e transportadores e o seu domínio das operações com a Luís Simões.

Os Negócios complementares têm os seus projetos para o próximo ano assentes nos seguintes alicerces:

•Continuidade pela Reta à implementação da estratégia definida para o quinquénio 2011-2015, que passa por:

- Prosseguir com a materialização da estratégia que conduz ao reforço da sua posição nos seus mercados preferenciais, onde é líder ou tem posição relevante;
- Continuar a formatar produtos e serviços que correspondam às necessidades dos clientes;
- Consolidar o aluguer de tratores, processo iniciado no final do ano de 2010;
- Continuar atenta às oportunidades que possam conduzir com sucesso à internacionalização da empresa, processo só materializável com um grau previsível de sucesso elevado, sendo imprescindível a parceria com clientes atuais ou futuros;
- Apostar continuamente nos recursos humanos, quer através de formação, quer através do reforço da estrutura ao nível de quadros intermédios, suporte indispensável ao crescimento prospetivado da organização.

• A atividade Imobiliária dará seguimento às seguintes ações;

- Continuação dos trabalhos de apoio desenvolvidos no que diz respeito às novas instalações das atividades logísticas a Norte de Portugal;
- Aprovação do Plano de Pormenor e conclusão das obras referentes ao Terminal de Transportes da Azambuja;
- Investimentos em projetos específicos que traduzam reduções de custos de exploração ou aumento de receitas, como por exemplo a alteração da iluminação no Carregado 1 por tecnologia mais eficiente, alteração dos consumos de água nas instalações de Gaia 1, estudo para a produção de energia fotovoltaica em algumas das nossas instalações, entre outros projetos em curso;
- Gestão corrente do património existente.

As Demonstrações Financeiras e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados encontram-se no Capítulo 13 (Contas), assim como os Relatórios de Gestão das empresas LS.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011

| 05. INOVAÇÃO E VANGUARDISMO

05 | Inovação e Vanguardismo

05.1 | ENQUADRAMENTO

Para a LS a Inovação é um fator estratégico para ganhar competitividade, constituindo um dos seus valores fundamentais:

Inovação

Focalizar a gestão em processos estruturados e suportados por modernos sistemas tecnológicos, contribuindo para o desenvolvimento de vantagens competitivas face ao mercado.

In Valores LS

Organizacionalmente a LS dispõe de uma estrutura que consideramos a incubadora de projetos inovadores e melhorias processuais:

- Áreas de Inovação e Processo em cada área de negócio, que estabelecem o elo de ligação entre as necessidades dos negócios e clientes e em caso de envolver sistemas, estabelecem a ponte com a Direção de Sistemas de Informação, assegurando a inovação ou otimização nos processos e serviços.

A LS promove a Inovação e o Vanguardismo pela implementação de uma cultura de inovação aos níveis de serviço, processo e organizacional, aumentando a eficiência e criando valor para o cliente e para o Grupo. A LS adota também as melhores soluções disponíveis para o exercício da atividade, antecipando, sempre que possível as necessidades dos clientes e o cumprimento das exigências regulamentares.

05.2 | INOVAÇÃO NOS TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Os projetos de 2011 desenvolvidos na área do Transporte e Logística demonstram a adaptação das soluções às necessidades dos nossos clientes, em sintonia com as necessidades de adaptação do mercado.

Canal Horeca - Entregas Multicliente

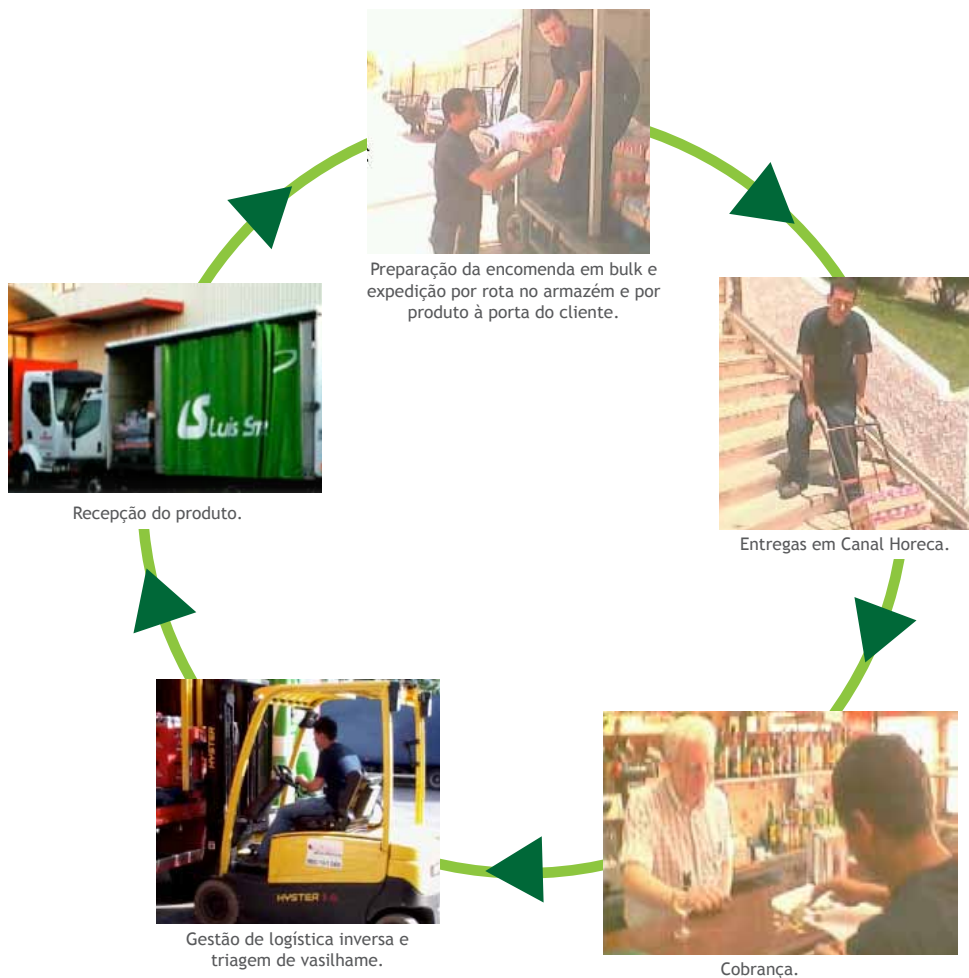
A LS caracteriza-se por criar ou adaptar soluções às necessidades do cliente.

Neste contexto de produtividade e eficiência energética, desafia-se a melhorar o seu desempenho, tendo em conta o contexto de prestação de serviço e os impactos no ambiente.

Num contexto em que a produtividade é uma ferramenta essencial, o desafio está na eficiência do consumo de recursos, não só devido à sua escassez, mas também devido à poluição que o consumo implica. A Luís Simões incorporou na sua estratégia de Sustentabilidade a eficiência energética no transporte de mercadorias, porque este é um desafio diário partilhado com os nossos clientes. Da adaptação à melhor solução para o cliente e o menor impacto para o ambiente, a LS integrou em 2011 o serviço de entregas em canal Horeca num contexto multicliente que permite a otimização dos recursos e a redução das emissões carbónicas.

Neste segmento cada vez mais especializado pelos requisitos de entrega e pelas tipologias de frota que cada vez tendem a ser menos poluentes, a LS posiciona-se com veículos de imagem própria e com a prestação de serviço de qualidade que lhe é reconhecida.

Com operações a decorrer na Zona Norte e Sul de Portugal, é assegurada a separação de mercadorias por rota e a entrega em canal especializado com envolvimento direto do motorista com o vendedor na resolução de incidências e na cobrança da mercadoria em dinheiro ou cartão multibanco.



Assinatura do 1º contrato de aluguer de trator

Este serviço potencia a flexibilidade dos transportadores, minimizando a necessidade de investimento, disponibilizando um serviço que permite aumentar a frota à medida do serviço, sem implicações de investimento, tendo em conta o contexto económico desfavorável.

O ano de 2011 foi de implementação do serviço, contando com 57 Alugueres dos 29 tratores disponíveis. Este serviço vai de encontro às necessidades do setor e evidencia a postura da LS e da Reta na procura de soluções que beneficiem o fornecedor e o mercado, num contexto de sustentação dos operadores de transporte.

05.3 | INOVAÇÃO NA RETA - ALUGUER DE TRATORES

A atividade da RETA dirigida ao setor do transporte rodoviário de mercadorias, prevalece pelo seu posicionamento diferenciador e especializado.

A Reta, líder no aluguer de semirreboques em Portugal, lançou um novo serviço em Dezembro de 2010: aluguer de curta duração de tratores (entre 7 dias e 12 meses), o que permite aos clientes ajustarem-se às oscilações do mercado sem penalizar a sua estrutura financeira.

06. CAPTAÇÃO, FORMAÇÃO E RETENÇÃO DE COLABORADORES



06 | Captação, Formação e Retenção de Colaboradores

06.1 | ENQUADRAMENTO

Os colaboradores da LS estão no centro dos seus valores:

Respeito pelas Pessoas

Garantir a qualificação contínua de todos os colaboradores, desenvolvendo competências para diferentes e desafiadores desempenhos das actividades com qualidade e em segurança.

In Valores LS

Ao longo dos seus 63 anos de existência, a LS tem contribuído para a criação de emprego nas 24 localidades (sites) onde está presente, bem como nas zonas mais interiores da Península Ibérica.

A responsabilidade pela avaliação e cumprimento das políticas de recursos humanos e formação compete à Direcção Corporativa de Serviços Partilhados. A LS pretende continuar a:

- Dinamizar a captação e retenção de colaboradores com potencial;
- Assegurar a continuidade da capacidade de gestão por via da qualificação e motivação das pessoas;
- Potenciar o desenvolvimento profissional e realização pessoal;
- Transmitir uma visão de empresa comprometida com os seus profissionais e com o seu desenvolvimento;
- Contribuir para a criação de emprego em zonas socialmente desertificadas, através da contratação de motoristas.
- Apoiar e respeitar a proteção dos Direitos Humanos, reconhecidos internacionalmente
- Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos
- Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva
- Contribuir para a abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório, consequentes da sua atividade
- Contribuir para a abolição efetiva do trabalho infantil
- Garantir a ausência de discriminação no emprego

Princípio 1 a 6 do Global Compact das Nações Unidas (Princípios subscritos pela LS em 2011)

06.2 | COLABORADORES

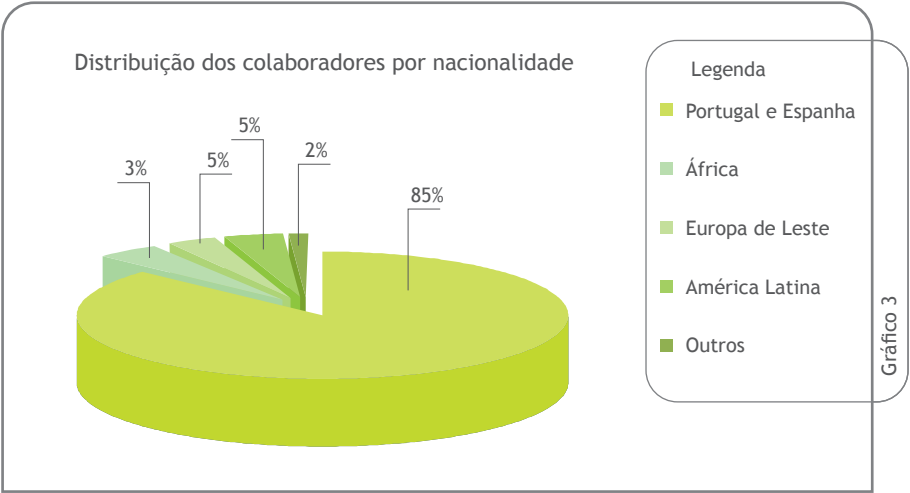
A população da LS é composta por um quadro de 1750 colaboradores, repartidos

entre Portugal (1225) e Espanha (525). Os colaboradores da LS trabalham 99,5% a tempo inteiro e a grande maioria faz parte do quadro permanente da empresa.

	2009			2010			2011		
	Espanha	Portugal	Total LS	Espanha	Portugal	Total LS	Espanha	Portugal	Total LS
Empresa									
LSLI - Logística PT	288	567	855	318	561	879	314	489	803
LSLI - Transportes	180	632	812	192	633	825	211	600	811
LSG		75	75		63	63		66	66
Lusiseg		9	9		9	9		11	11
Reta		58	58		56	56		59	59
Solmoninhos						0			0
Total LS	468	1341	1809	510	1322	1832	525	1225	1752
Tipo de Contrato									
Quadro Permanente	369	852	1221	402	918	1320	431	918	1349
Contrato a termo	99	489	588	108	404	512	94	307	401
Total LS	468	1341	1809	510	1322	1832	525	1225	1750
Género									
Masculino	341	1043	1384	375	1021	1396	379	933	1312
Feminino	127	298	425	135	301	436	146	292	438
Total LS	468	1341	1809	510	1322	1832	525	1225	1750

Tabela 6 - Número de colaboradores por género e por tipo de vínculo

A LS não faz qualquer tipo de discriminação no recrutamento. Em 2011 a origem dos seus colaboradores apresenta a dispersão patente na figura (que corresponde a 34 países), o que evidencia o carácter multicultural da organização da LS. Analisando o gráfico da distribuição dos colaboradores por nacionalidade, verifica-se uma redução de 2% nos colaboradores de nacionalidade portuguesa e espanhola e um equilíbrio nas restantes nacionalidades, mais notório na América Latina e Europa de Leste.



	2009		2010		2011	
Portugal e Espanha	1590	88%	1615	88%	1502	85%
África	45	5%	47	3%	51	3%
Europa de Leste	88	2%	62	3%	91	5%
América Latina	73	4%	81	4%	79	5%
Outros	13	1%	27	2%	27	2%

Tabela 7 - Distribuição dos colaboradores por nacionalidade

06.3 | QUALIFICAÇÃO E CATEGORIAS

Na estratégia da LS é fundamental a aposta no desenvolvimento profissional dos seus colaboradores.

Habilitações	2009		2010		2011	
	Número	%	Número	%	Número	%
Ensino Básico / Obrigatório	1054	58%	1028	58%	937	51%
Ensino Secundário/Profissional	598	33%	626	34%	611	33%
Ensino Superior	138	8%	162	9%	182	10%
Pós-Graduação / Mestrado	18	1%	16	1%	20	1%

Tabela 8 - Distribuição de colaboradores por qualificação académica

Os setores de atividade onde a LS intervém caracterizam-se pela necessidade de colaboradores com especialização em Logística e Transporte. Assim a grande maioria dos seus ativos dispõe de formação profissional qualificada nesses setores. A tabela acima evidencia essa evolução nas habilitações dos colaboradores. Na Diversificação, a LS tem profissionais qualificados em diversas áreas, desde serralheiros ou mecânicos a técnicos operacionais de seguros.

As funções de operador de armazém (351) e motoristas (591) são as mais representativas da população LS (cerca de 54% deste universo). Verifica-se uma redução no número de colaboradores, ajustada à realidade do mercado, mas uma distribuição equilibrada nas funções.

Funções mais Representativas	2009		2010		2011	
	Número	%	Número	%	Número	%
Operadores Armazém	482	26%	442	24%	351	20%
Motoristas	593	33%	630	34%	591	34%

Tabela 9 - Distribuição das funções mais representativas dos colaboradores da LS

06.4 | DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E GÉNERO

A LS apresenta uma média de idades de 38 anos, sendo que quase metade dos colaboradores têm entre 30 e 40 anos e 16% tem menos de 30 anos.

Apesar de contar com uma equipa jovem, cerca de 47% dos colaboradores trabalham na LS há mais de cinco anos, reflexo do auto nível de fidelização que a LS alcançou entre os seus colaboradores, que surge do respeito do compromisso adquirido

Escalões Etários	2009	2010	2011
Menos de 18 anos	0%	0%	0%
Entre 18 e 30 anos	24%	19%	16%
Entre 31 e 40 anos	48%	47%	49%
Entre 41 e 50 anos	22%	26%	28%
Mais de 50 anos	6%	8%	8%
Idade Média	36	37	38

Tabela 10 - Distribuição por Escalão Etário

A política salarial da LS é clara e uniforme, não permitindo qualquer tipo de discriminação salarial devido ao género, origem, religião.

A população feminina representa 33% do número total de colaboradores.

Operadores Femininos no Armazém	2009	2010	2011
Portugal	21%	23%	32%
Espanha	19%	26%	33%

Tabela 11 - Percentagem do Sexo Feminino nas Operações

A presença de mulheres na LS é especialmente relevante na medida em que se trata de um setor onde as mulheres estão sub-representadas. A LS, a cada ano que passa, aumenta a sua presença na família de colaboradores tanto em Espanha como em Portugal. Em 2009, a LS contou com 30,9% de colaboradores do género feminino, em 2010 31,2% e em 2011 alcançou os 33,4% de colaboradores do género feminino na organização.

Nas equipas que garantem a operacionalidade das atividades logísticas 24h/24h, 33% dos colaboradores são mulheres. Na área de transporte (motoristas) é mais difícil o equilíbrio entre géneros devido à indisponibilidade de mão-de-obra feminina para recrutar.

06.5 | ATRAÇÃO, RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O investimento da LS na captação e qualificação dos seus colaboradores implica um envolvimento particular da área de formação (composta por uma equipa ibérica).

O momento da admissão de novos colaboradores é crucial para o sucesso da sua integração na LS. Por isso as novas admissões são suportadas por **Planos de Acolhimento e Integração** específicos para as funções a desempenhar. A formação de acolhimento supõe aproximadamente 30,8% de toda a formação ministrada pela LS.

Ao nível da formação, a LS dá grande enfoque à qualificação e desenvolvimento das suas funções operacionais - **formação operacional**. A bolsa de formadores internos é reflexo da forte aposta da LS na qualificação dos seus operacionais por via da **formação interna**. Estes formadores internos asseguram a transmissão do *know-how* que reside na organização.

Em 2011 a LS realizou mais de 600 horas de formação para motoristas. Entre os conteúdos formativos destacam-se temas como condução defensiva, os tempos de condução e higiene e segurança no trabalho, onde se promovem hábitos de condução eficiente e segura. (*in* Capítulo 8 - Promover a Segurança Rodoviária).

Empresa	2009		2010		2011	
	Horas Formação	Horas por Colaborador	Horas Formação	Horas por Colaborador	Horas Formação	Horas por Colaborador
LSLI - Transportes PT	13.358	24	7.209	13	6.911	12
LSLI - Transportes PT	5.261	8	4.963	8	9.912	16
LSG - Serviços Partilhados PT	1.989	32	1.107	18	1.169	19
DIVER (Reta + Lusiseg)	1.307	20	2.323	36	1.642	25
LSLI - Logística ES	4.628	15	13.028	43	11.666	38
LSLI - Transportes ES	4.991	26	8.423	41	5.584	27
Total de Horas	31.533	21	37.052	26	29.973	25

Tabela 12 - Número de horas de formação por área de negócio



Imagem do Jogo Interativo sobre “Sustentabilidade aplicada às Operações” - Barragem de Albufeira

Também a formação de quadros é uma aposta constante, através da promoção anual da participação de colaboradores em programas de direção de empresas em instituições como a AESE (Associação de Estudos Superiores de Empresa), o Instituto San Telmo ou o IESE Business School em Barcelona e Madrid.

No que respeita à formação em sustentabilidade, em 2011 a LS voltou a participar no programa Young Managers Team (YMT), promovido pelo BCSD Portugal. Sob o tema “A biodiversidade e o serviço dos ecossistemas”, a LS fez-se representar por Sandra Fernandes da Direção de Inovação e Processos dos Transportes. Integrada no Grupo “Caldo Verde” dos YMT 2011, em conjunto com representantes de outras cinco empresas (ANA, EDP, EPAL, Grupo Portucel Soporcel e REN) criaram um jogo interativo e formativo sobre “Sustentabilidade aplicada às Operações” (<http://www.activemedia.pt/portfolio/jogo-caldo-verde/>).



Sessão de Testes do Jogo Interativo - Equipa LS

A participação neste programa tem como objetivo central a consciencialização das futuras gerações de líderes empresariais para as várias questões relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável. Paralelamente, o YMT permite estabelecer uma rede de contactos entre jovens quadros de diferentes setores de atividade, promovendo a partilha de conhecimentos e experiências diversificadas.

06.5.1 | Gestão de Talentos - Projeto LSplus

A LS assumiu o compromisso para 2010 da implementação do projeto de Gestão de Talentos com o envolvimento de 80 colaboradores com elevado potencial. Superou-se o objetivo, iniciando o projeto com a avaliação de mais de 180 colaboradores.

Este programa de Desenvolvimento de Talentos tem dois objetivos centrais:

- Reforçar e potenciar os conhecimentos, habilidades e atitudes pré-existentes nos nossos profissionais.
- Estimular os nossos colaboradores a desenvolver as lacunas, superar limitações e preparar os nossos colaboradores para novos desafios com que se deparem.

Com este projeto os colaboradores desenvolvem quer competências técnicas e específicas para determinados perfis (conhecimento operacional, comercial, entre outros), quer competências transversais (de liderança e gestão, por exemplo).

Para dar resposta a todos estes requisitos, são várias as técnicas e metodologias aplicadas. No ano de 2011 foi potenciado o desenvolvimento de 19 colaboradores provenientes dos diferentes negócios da companhia (transportes, logística, diversificação) vai acontecendo através de tutorias, coaching, formação, participação em projetos ou autoformação, que lhes permite desenvolver ou adquirir novas competências de um modo estruturado e integrado.

Será ainda de destacar o papel preponderante dos tutores, profissionais com um elevado conhecimento do negócio e da organização, cujo papel de “facilitador” tem contribuído para o desenvolvimento destes colaboradores de elevado potencial.

O êxito deste processo e a evolução que se tem verificado deve-se ao facto dos próprios participantes terem interiorizado que é determinante assumir o papel de protagonista neste projeto, pois só com a sua proatividade, exigência, esforço e vontade de crescer lhes permite atingir as metas definidas para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

06.5.2 | Mobilidade Interna

Atrair e reter talentos constitui um desafio para qualquer organização que pretenda atingir o sucesso. Na LS a mobilidade interna, quer entre as várias direções quer entre negócios constitui uma estratégia de atração e retenção de colaboradores, conciliando o alargamento de competências, através de progressões verticais ou horizontais com a diversificação de experiências, sendo uma mais-valia quer para o indivíduo quer para a organização.

No ano de 2011, com o objetivo de proporcionar novos desafios profissionais e valorizar o capital humano da LS, 21 colaboradores integraram novas funções através dos processos de mobilidade interna.

A comunicação de oportunidades de mobilidade interna é efetuada pela intranet da LS.

06.5.3 | Estágios

A promoção de estágios na LS também tem contribuído para a atração de jovens talentos. A Luís Simões acolhe estagiários de diversas instituições de ensino para proporcionar aos alunos um contato direto com a realidade empresarial e a possibilidade de aplicarem na prática os conhecimentos teóricos obtidos, o que poderá contribuir para a sua empregabilidade futura.

No ano de 2011, a LS promoveu 58 estágios, e consequentemente 19 integrações nas áreas de negócio do grupo.

	LSLI Transp. PT	LSLI Logística PT	LSLI Transp. ES	LSLI Logística ES	RETA	Serviços Part. PT
Estágios	10	23	8	7	4	2
Integrações na Organização	3	8	1	1	4	1

Tabela 12 - Dados Relativos aos estágios na Luís Simões no ano de 2011

A maioria dos alunos provêm de cursos técnico-profissionais, sendo que os restantes estagiários são provenientes de institutos politécnicos, universidades, centros de formação, entre outros. Os estagiários provêm de diferentes graus de ensino (ensino superior, 12.º e 9.º ano de escolaridade) e possuem formação em áreas tão diversas como engenharia industrial, robótica, gestão de recursos humanos, gestão de empresas, economia, comunicação e marketing, informática e transportes.

Estes estágios proveem das principais universidades e escolas de Portugal e Espanha.

06.5.4 | Ideias LS

No ano de 2011 iniciou-se o projeto Ideias LS, que consiste num sistema de promoção e reconhecimento do contributo dos colaboradores para a melhoria dos processos, instalações e condições de trabalho, com especial incidência para as áreas da Qualidade, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, Produtividade e Ambiente. Este sistema baseia-se na participação voluntária dos colaboradores, através de sugestões e ideias que posteriormente são avaliadas para validação da sua aplicabilidade, do valor que aportam para a LS e da forma de implementação.

O projeto iniciou-se no centro de Gaia em Agosto de 2011, tomando a figura de Centro Piloto. Em outubro de 2011 alargou-se a implementação aos centros de Azambuja e Alenquer. Para o ano de 2012 está prospetivado o alargamento a outros centros da LS em Portugal e Espanha.

Neste período foram dadas 83 ideias pelos colaboradores LS e destas, oito foram premiadas. O prémio consiste na atribuição de um valor monetário e no reconhecimento através da divulgação do nome do colaborador e respetiva ideia nos quadros do centro.

As ideias focam diversas áreas como a Qualidade, a Segurança e Saúde no Trabalho, a Produtividade e o Ambiente. Algumas das ideias já implementadas foram as seguintes:

Ideia: “Haver um Gabinete para fazer a receção dos motoristas em geral, para que estes evitem de circular pelo armazém sem devida ordem. Assim o Operador responsável atribuía o cais aos motoristas para determinada operação e também evitava as saídas dos Operadores para fora da instalação.”

Colaborador: Carlos Maio, Centro: Gaia.

Resultado:

A implementação da ideia ajudou a facilitar a circulação dentro do armazém melhorando as condições de trabalho e a produtividade. Neste momento, e como consequência desta ideia, já se está a estudar a reestruturação de outras áreas do armazém.



Colaborador Carlos Maio - Ideias LS Gaia

Ideia: “Reagrupamento de um Cliente: estando as paletes deste cliente dispersas por vários corredores do armazém, proponho para uma maior rapidez na separação das guias de remessa, o seu reagrupamento em corredores fixos, procurando caso seja possível a sua arrumação por famílias de produtos, por exemplo, os produtos de linha branca, procurando assim um aumento de produtividade.”

Colaborador: José Eduardo Freitas, Centro Azambuja.

Resultado:

O layout do Centro Azambuja 1 foi reestruturado contemplando esta ideia permitindo otimizar os tempos de produção/ produtividade.

06.6 | Pesquisa de clima organizacional

Conhecer o nível de satisfação dos colaboradores é fundamental para que uma organização possa tomar medidas futuras. Através da gestão do clima organizacional é possível melhorar a qualidade do ambiente de trabalho, a qualidade de vida das pessoas no trabalho e consequentemente, a qualidade dos serviços prestados pela empresa.

Desde o ano 2000 são realizados estudos de clima organizacional. Entre o final do ano 2010 e início de 2011 a LS voltou a questionar os seus colaboradores sobre diferentes aspetos relacionados com o seu dia-a-dia no trabalho.

Este estudo foi realizado com uma entidade externa e independente com experiência a nível mundial - Great Place to Work Institute, cuja ferramenta é aplicada em 45 países, nomeadamente em Espanha. Por este motivo foi escolhido este parceiro, dado o âmbito da aplicação deste estudo ser ibérico.

Em conjunto com o Great Place to Work Institute garantiu-se o anonimato e a confidencialidade da informação de cada questionário. Foram obtidas as opiniões de todos os que de forma voluntária participaram neste estudo, com uma taxa de participação na ordem dos 70%.

Apresentam-se de seguida os resultados que caracterizam a Luís Simões nas dimensões Portugal, Espanha e LS Ibéria.

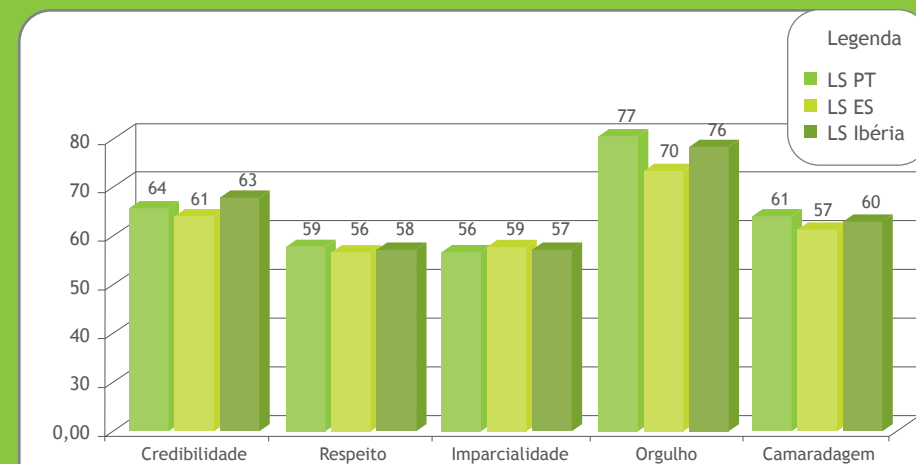
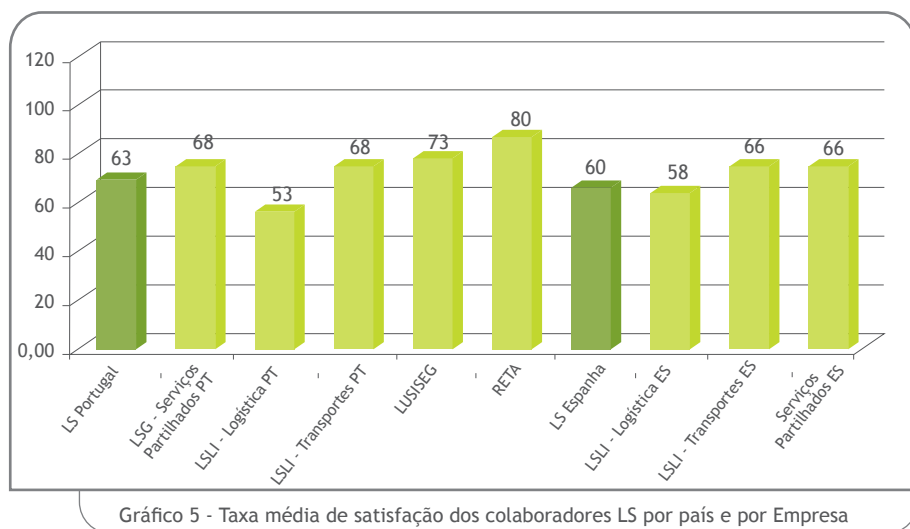


Gráfico 4 - Resultados da Taxa de satisfação dos colaboradores por dimensão analisada

O gráfico acima apresentado mostra as três dimensões que revelam maior índice de satisfação dos nossos colaboradores a nível ibérico: **Orgulho, Credibilidade e Camaradagem**. A dimensão Orgulho, está associada ao sentimento de pertença à organização, obteve uma elevada taxa de satisfação em Portugal e em Espanha está muito próxima. Quanto à dimensão Credibilidade, com uma taxa de satisfação de 63% a nível ibérico, revela a confiança que os colaboradores têm nas chefias, pela perceção acerca das suas práticas no que respeita à comunicação, competência e integridade.

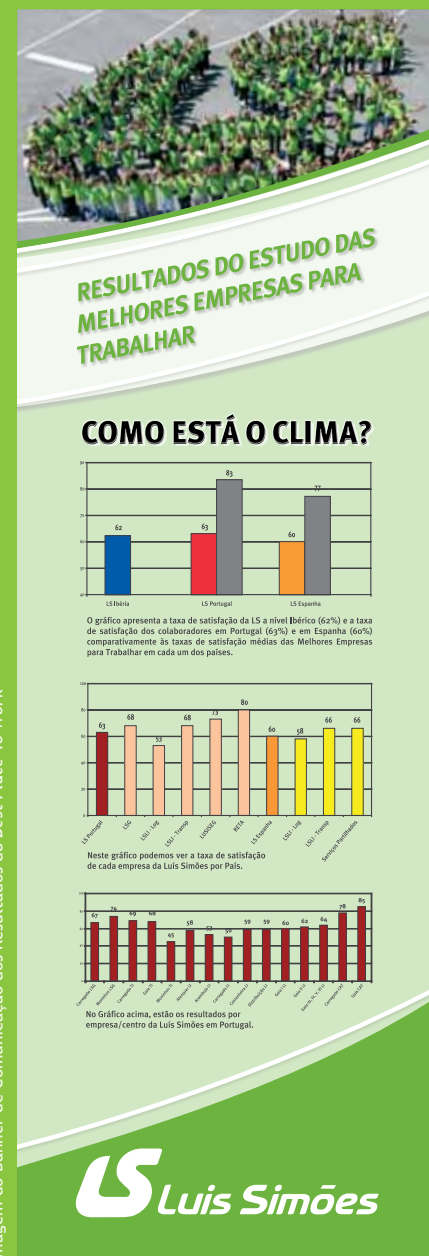
As duas dimensões que registam menor taxa de satisfação são o Respeito e a Imparcialidade. A considerarmos que estas duas dimensões contemplam questões relacionadas com a retribuição e reconhecimento, aspetos estes que geralmente são os que obtêm resultados menos satisfatórios em qualquer organização. No entanto, foram definidas ações no sentido de melhorar estes aspetos. Na LS aspiramos a que os nossos colaboradores também estejam satisfeitos com a sua remuneração e reconhecimento.



O gráfico acima permite analisar as taxas médias de satisfação dos colaboradores da LS por empresa, assim como as médias por país. De salientar em Portugal a taxa de satisfação dos colaboradores da Reta (88%) e em Espanha da LSLI Transportes e Serviços Partilhados (66%).

A partir da análise de dados do relatório final e das sugestões apresentadas pelos colaboradores aquando da comunicação dos resultados do estudo foram definidas ações (específicas e transversais) que se pretende que contribuam para a melhoria contínua do clima organizacional da LS.

De salientar que estes dados foram apresentados a 100% dos colaboradores e que estes sugeriram medidas para a melhoria do clima organizacional.



06.7 | INTEGRAÇÃO LABORAL

No ano de 2011 a Luís Simões associou-se a duas organizações de integração e apoio social a Deficientes Mentais, para promoção de estágios no interior da organização.

Em Portugal, a LS estabeleceu uma parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Vila Nova de Gaia, que tem como objetivo combater a exclusão dos jovens com deficiência mental, promovendo cursos profissionalizantes em várias áreas que culminam com um estágio numa organização.



Em 2011, no âmbito desta parceria, a LS acolheu dois estágios nas instalações de Gaia, na área do Co-packing, no Centro de Operações Logísticas (COL) Gaia 1, sob a tutoria de João Passos Coelho (Gestor de Co-packing). As atividades desenvolvidas na linha de produção auxiliaram na execução e finalização do produto em manipulação. Esta área foi selecionada em conjunto com a associação. Semanalmente foi efetuado um acompanhamento entre a APPACDM e a LS. (<http://www.appacdm-gaia.org.pt/>)



Em Espanha, a LS tornou-se parceira da Fundação Síndrome de Down de Madrid, que tem como objetivo promover, desenvolver e potenciar atividades no âmbito da integração familiar, escolar e laboral de pessoas com Síndrome de Down ou deficiência mental.



Foi já planeado o acolhimento de um estágio na área do Serviço de Assistência a Clientes a um jovem com deficiência mental, com início marcado para 2012. Estas ações resultantes de uma parceria empresarial e social são extremamente importantes para a promoção e integração destes jovens no mercado de trabalho.

06.8 | DIREITOS HUMANOS E ABOLIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

A Luís Simões subscreveu os princípios do Global Compact das Nações Unidas onde se compromete apoiar a proteção dos Direitos Humanos e a abolição do trabalho infantil. Nas atividades da LS estes temas não são fatores de risco e nos processos de subcontratação a LS compromete os seus parceiros de negócio para que o risco seja reduzido.

A LS nos Cadernos de Encargos inclui como requisito o compromisso em como respeita e cumpre no âmbito da sua atividade os direitos humanos fundamentais, assim como as normas legais e princípios aplicáveis em matéria de ambiente e segurança, saúde e higiene nos locais de trabalho.



© MACEDO FOTOLIA

*Vivo a vida
com paixão!*

07 | Saúde e Segurança no Trabalho

07.1 | ENQUADRAMENTO

A preocupação pela segurança está expressa nos valores da LS:

Assegurar as melhores condições de trabalho com acções preventivas, por forma a eliminar os riscos inerentes à actividade e preservando o bem-estar dos colaboradores.

In Valores LS

A LS procura promover e manter nos locais de trabalho as condições que asseguram a integridade física e mental dos colaboradores, ajudando-os a vigiar a sua saúde.



Soldadura - Centro de Assistência Técnica do Carregado

A prática da Segurança e Saúde no Trabalho é da responsabilidade de todos os colaboradores, de acordo com a política definida (ver Perfil LS). O seu acompanhamento é assegurado por parceiros qualificados na área de Higiene e Segurança no trabalho, que garantem o cumprimento das normas de segurança através da monitorização das atividades, da realização periódica de auditorias, da realização dos exames médicos, da avaliação das práticas operacionais do ponto de vista da sua ergonomia e investigação dos acidentes de trabalho, com objetivo de criar uma cultura de segurança na LS.

A Saúde e Segurança no Trabalho é uma condição necessária a um futuro sustentável. Por esse motivo a LS tem desenvolvido esforços no sentido de:

- Monitorizar e mitigar os riscos associados à atividade;
- Garantir os meios adequados para a promoção da segurança e saúde no desempenho profissional;
- Melhorar as condições ergonómicas e o ambiente nos locais de trabalho;

07.2 | MONITORIZAR E MITIGAR OS RISCOS ASSOCIADOS À ATIVIDADE

07.2.1 | Prevenção dos riscos

Foram realizadas ações de formação, num total de 890 horas em Portugal e 944 horas em Espanha sobre a prevenção de riscos, alertando para os principais perigos e riscos inerentes às atividades desenvolvidas na organização.

	2009	2010	2011
Portugal	914	542	890
Espanha	1.147	995	944

Tabela 14 - Horas de Formação em Prevenção de Riscos

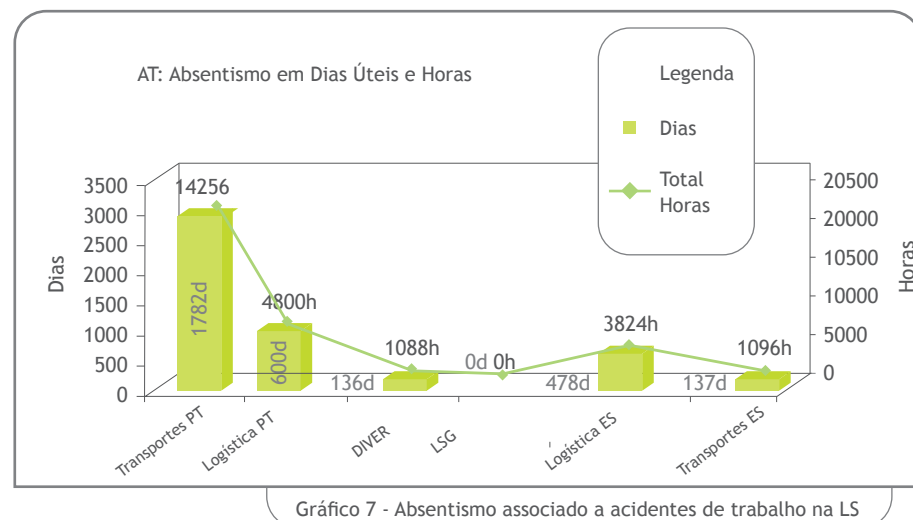
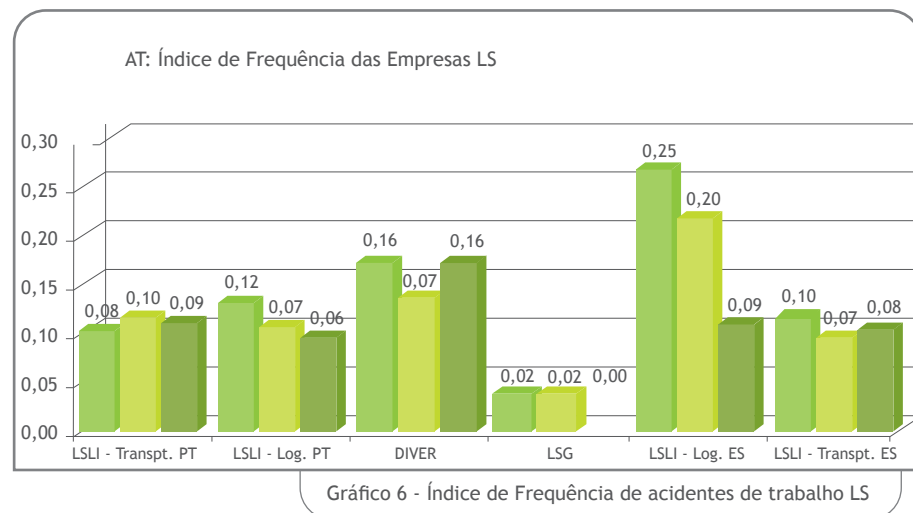
No ano de 2009 realizaram-se as reavaliações dos riscos nas funções e dos planos de emergência dos centros, com forte incidência na formação nesta área. Em 2010 as necessidades de formação recaíram sobre outros temas, evidenciando uma redução significativa da mesma, recuperada em 2011.

07.2.2 | Monitorização dos acidentes de trabalho e suas causas

Em 2011 ocorreram 134 acidentes de trabalho (90 em Portugal e 44 em Espanha), cujo índice de gravidade³ foi de 0,81%. Verificou-se a redução dos acidentes de trabalho em ambos os países, assim como a sua gravidade, resultado da consolidação da formação dada na prevenção de riscos das actividades.

³ Índice de Gravidade = N.º de dias de ausência acumulados / N.º total de dias trabalháveis

A esses acidentes de trabalho corresponderam os seguintes Índices de Frequência⁴:



O absentismo associado aos acidentes de trabalho no ano de 2011 foi o seguinte: No global regista-se uma redução do índice de frequência dos acidentes de trabalho, mas salientamos o registo na Logística ES que teve uma evolução muito positiva de 61 acidentes em 2010 para 27 acidentes em 2011, com impacto

⁴ Índice de Frequência = N.º. de acidentes de trabalho / N.º total de colaboradores

direto na redução da frequência, no índice de gravidade e do absentismo relativo a acidentes de trabalho. Esta evolução é consequência direta da consolidação da formação, da sensibilização e consciencialização dos nossos colaboradores para a área da prevenção e segurança no desenvolvimento das atividades e das suas funções em particular.

07.3 | VIGILÂNCIA DA SAÚDE

A LS tem vindo a realizar exames médicos periódicos aos seus colaboradores ao longo dos últimos anos.

Em 2011 foram realizados 790 exames médicos aos colaboradores da LS em Portugal e 427 em Espanha, onde não é obrigatória a realização de exames médicos periódicos. Não obstante, a LS incentiva e facilita os seus colaboradores para que os realizem.

Além da normal vigilância da saúde dos seus colaboradores, todos os anos a LS promove outras ações de prevenção e proteção da saúde, abertas a todos os colaboradores em Portugal e Espanha, das quais se destaca:

- Vacinação antigripal (307 em Portugal e 100 em Espanha)
- Dádivas de Sangue (Portugal e Espanha) - [Ver capítulo 11 - 11.2.1 - Dádivas de sangue]
- Rastreios: PSA e mamografia (apenas em Portugal em 2011)
- Rastreio Visual - Portugal (Gaia, Carregado e Loures)
- Rastreio de Condição Física e Saúde - Carregado (Maio)
- Despiste aleatório de álcool (Portugal)



Dádiva de Sangue no Carregado



08 | Promover a Segurança Rodoviária

08.1 | ENQUADRAMENTO

A natureza da atividade da LS implica que todos os anos centenas de pessoas percorram mais de 120 milhões de quilómetros ao seu serviço. A segurança destes colaboradores e fornecedores, assim como dos demais utentes da rede viária, ocupa naturalmente uma posição de topo nas preocupações da LS.

A **segurança rodoviária** é uma prioridade em que a LS pretende continuar a investir:

- Promovendo boas práticas de condução, através de formação e monitorização de desempenhos e premiando os bons comportamentos;
- Garantindo adequadas condições de trabalho aos motoristas, do ponto de vista de ergonomia e dos tempos de condução e repouso;
- Assegurando a manutenção preventiva das viaturas;
- Criando canais de comunicação sobre segurança rodoviária, monitorizando a sinistralidade e assumindo compromissos com vista à sua redução.

Este compromisso com a segurança levou a LS a ser uma das primeiras organizações de transporte de mercadorias e logística na Península Ibérica a subscrever em 2008 em Portugal a Carta Europeia de Segurança Rodoviária (CESS). A LS subscreveu em 2010 a carta Europeia de Segurança Rodoviária em Espanha.



O indicador de Segurança Rodoviária assumido pela LS foi a “**Percentagem de condutores com 500 ou mais dias, sem qualquer tipo de sinistralidade**”. A meta apontada no compromisso foi de 60%.

% Condutores com 500 dias ou + sem acidentes					
2011	2010	2009	2008	2007	Objetivo
50%	84%	59%	53%	52%	60%

Tabela 15 - Objectivo Segurança Rodoviária

Em 2011 não foi atingido o objetivo definido na Carta de Segurança Rodoviária de 60%.

08.2 | FORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA

Em 2011, no programa de formação contínua que abrange a totalidade dos motoristas, foram ministradas 619 horas que incluíram Tempos de Condução e Condução Defensiva.

	2010	2011
Espanha	559	404
Portugal	213	215
Total	772	619

Tabela 16 - Horas de Formação em Segurança Rodoviária

08.3 | RECONHECIMENTOS

Em 2011 a Luís Simões candidatou quatro motoristas, que receberam o Diploma de Honra da IRU (International Road Transport Union) no final do ano. A Luís Simões tem o orgulho de integrar na sua organização já 11 motoristas reconhecidos pela IRU.

Anteriormente

2008	2009	2010	2011
João da Mata Isidoro Motorista LS há 29 anos	José Marques Motorista LS há 25 anos	João José Rodrigues Toscano Motorista LS há 23 anos	Alexandre Borges Motorista LS há 21 anos
	António Isidro Motorista LS há 23 anos	Manuel Caeiro Correia Motorista LS há 22 anos	António Crisóstomo Motorista LS há 21 anos
	Rui Justino Motorista LS há 19 anos	António Carlos Vieira Pereira Motorista LS há 21 anos	Francisco Durães Motorista LS há 21 anos
			José Hilário Motorista LS há 20 anos



Cerimónia de entrega dos Diplomas da IRU, 2010

Esta distinção é atribuída anualmente pela Presidência da IRU. Do conjunto de critérios tidos em consideração pela IRU destacam-se:

- a) O mínimo de 20 anos de exercício da profissão de forma ininterrupta e ter efetuado, enquanto condutor profissional, no mínimo um milhão de quilómetros em transporte nacional ou internacional;
- b) Que o condutor, nos últimos 20 anos, não tenha causado por responsabilidade sua qualquer acidente grave de circulação rodoviária;
- c) Não tenha infringido gravemente as prescrições rodoviárias, aduaneiras ou administrativas do seu e de outros países, nos últimos cinco anos.



Reconhecimentos



09. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO TRANSPORTES DE MERCADORIAS

Luís Simões
1948-2008

ANOS

09 | Eficiência Energética no Transporte de Mercadorias

09.1 | ENQUADRAMENTO

O setor dos transportes é caracterizado pelo seu consumo de derivados de petróleo e consequente emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). Esta preocupação está expressa nos valores da LS:

Implementar boas práticas ambientais, reduzindo os efeitos adversos resultantes da atividade (...).
In Valores LS

A LS considera a gestão destes impactes como um desafio e um fator de diferenciação face à concorrência, tendo antecipado a aplicação da legislação ambiental nesta matéria, apostando em motorizações mais ecoeficientes aquando da renovação da frota.

A LS concretiza a **eficiência energética** na atividade de transporte, da seguinte forma:

- Promovendo motorizações eficientes, combustíveis alternativos e soluções de inter e co-modalidade;
 - Otimizando as rotas, diminuindo os quilómetros em vazio e aumentando as taxas de ocupação dos veículos;
 - Investindo em formação sobre Eco-Driving;
 - Monitorizando os consumos de combustíveis, emissões de gases com efeitos de estufa e partículas;
 - Investindo na relação com subcontratados de transportes e outros fornecedores, apoiando-os numa adoção crescente de critérios de sustentabilidade.
- Promovendo uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

Princípio 7 do Global Compact das Nações Unidas (Princípios subscritos pela LS em 2011)

09.2 | INVESTIMENTO NA FROTA PRÓPRIA

A LS reforçou o investimento em viaturas equipadas com motores que cumprem os limites Euro V da Directiva Comunitária sobre emissões de gases poluentes. A antecipação, a partir de 2007, da entrada na frota de veículos que cumprem a

referida norma, que se tornou obrigatória na Europa a partir de 1 de Setembro de 2009, é um reflexo da contínua preocupação da empresa ao nível da redução das emissões de GEE e da eficiência energética.

Comparativamente com o ano anterior, em termos evolutivos, o peso da frota de tração equipada com motores Euro V passou de 45,4% no final de 2010 para 78,5% no final de 2011.



Consola do Camião

Distribuição da Frota LS por tipo de Norma Euro por negócio

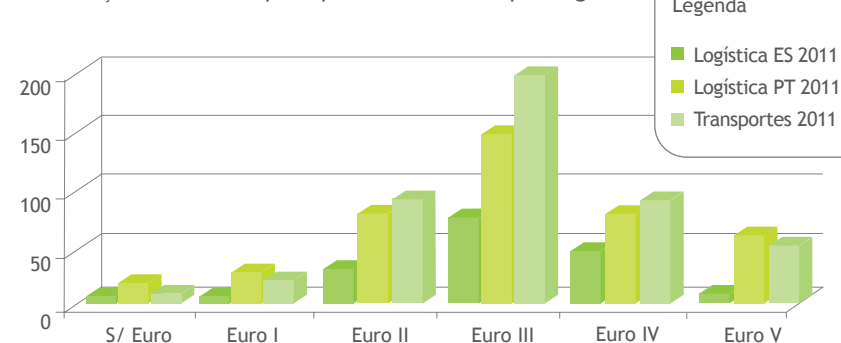


Gráfico 13

Os motores Euro V, comparativamente com os veículos que cumprem a norma Euro III, permitem a redução das emissões de NOx (Óxido de Azoto) em cerca de 60% e das emissões de partículas em cerca de 80%, através de uma maior eficácia no sistema de combustão e do sistema de redução catalítica seletiva (tratamento dos gases de escape com o aditivo Adblue).

09.3| DESEMPENHO DO MOTORISTA

Sendo o transporte um setor cuja principal fonte de energia é o gasóleo, somos simultaneamente um dos principais atores e um dos principais afetados nesta temática. As alterações climáticas, numa ótica de médio e longo prazo, colocam em perigo o planeta e ameaçam as condições de vida das futuras gerações. O custo da energia põe em causa a sobrevivência das empresas de um setor dependente dos combustíveis fósseis e impacta globalmente os consumidores, pelo aumento do custo dos bens que consumimos.

Neste contexto é preciso agir. Consideramos que todas as contribuições, ainda que pequenas, são importantes, na medida em que a sua soma dará lugar a uma grande ação com impacto no nosso meio.

A ecocondução é claramente uma das ações a colocar em prática. O prefixo “eco” remete-nos automaticamente para “ecologia”, mas este tipo de condução também visa a economia. Ainda pouco conhecida mas com benefícios comprovados, trata-se uma modalidade que usa as novas tecnologias à mudança de comportamentos de condução para promover a eficiência energética nos transportes. Permite reduzir significativamente o consumo de combustíveis e por inerência, a emissão de Gases com Efeitos de Estufa, nomeadamente o CO2.

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 11/07	Variação 11/10
Camião 3,5 tons	17,3	16,6	16,1	16,6	16,2	-6,6%	-2,4%
Camião 5 tons					15,7		
Camião 12 tons	29,3	27,5	27,5	27,3	26,5	-9,6%	-2,8%
Camião 19 tons	32,6	32,6	32,7	33,5	31,5	-3,5%	-5,8
Camião 26 tons	32,6	28,8	0,0	0,0	0,0		
Tractor Mega	38,4	37,8	37,1	37,1	36,0	-6,2%	-2,8%
Tractor Normal	37,7	36,9	36,8	37,2	36,5	-3,1%	-1,8%
Frota TI	37,4	36,5	36,09	36,53	35,54	-4,9%	-2,7%

Tabela 17 - Consumo médio da frota (l/100km)

	2011	2010	2009	2008	2007
Emissões GEE (ton CO2eq/l)/ 1000 Kms	988	1013	1003	1015	1039
Variação face ano referência (2007)	-4,9%	-2,5%	-3,4%	-2,3%	

Tabela 18 - Emissões de GEE associadas à frota

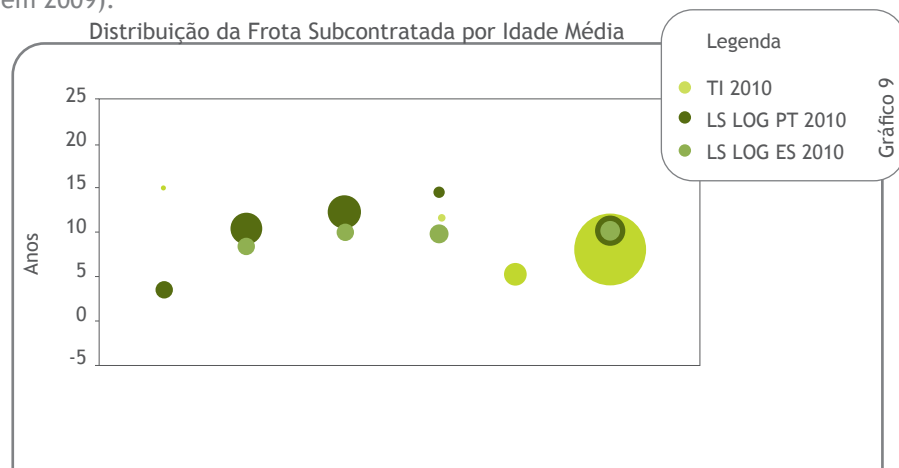
A análise das emissões de GEE da frota própria, através da comparação com o ano de referência (2007) anterior ao projeto Eco-Driving, permite identificar a redução da média de consumo de combustível como fator determinante, complementada com a aposta de renovação da frota.



Ação de Formação a Motoristas LS

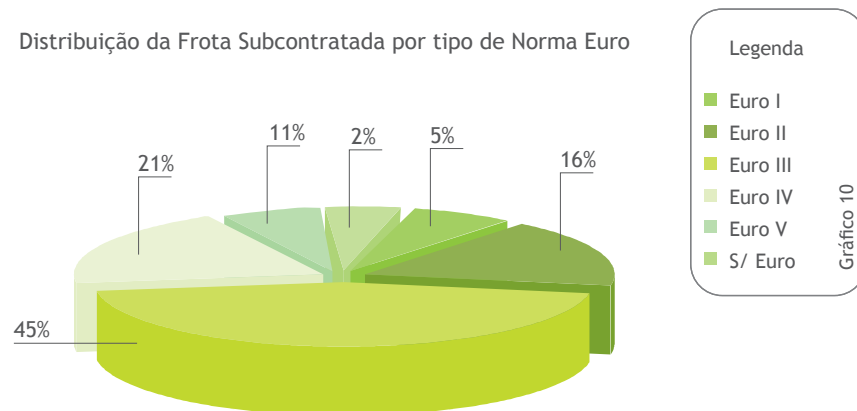
09.4 | FROTA SUBCONTRATADA LS

A idade média da frota subcontratada mantém-se em 8 anos (1 ano mais do que em 2009).



Analisando a distribuição dos veículos por norma Euro, constata-se que o grupo com mais peso é o dos veículos Euro III, mas importa destacar o peso dos veículos EURO IV e V que, no seu conjunto, já representam 32% da frota subcontratada, corresponde a um aumento de 5% face a 2010.

Distribuição da Frota Subcontratada por tipo de Norma Euro



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011

10.DESEMPENHO AMBIENTAL DAS INSTALAÇÕES

10 | Desempenho Ambiental das Instalações

10.1 | ENQUADRAMENTO

O desempenho ambiental das instalações, nomeadamente a sua eficiência energética, consumo de água e gestão dos resíduos, integra as preocupações da LS e tem reflexo na sua gestão do negócio.

Implementar medidas de minimização dos impactes ambientais resultantes da atividade, bem como de gestão e controlo dos resíduos produzidos, sensibilizando os colaboradores para comportamentos e hábitos que promovam a proteção do ambiente.

In Política de Ambiente LS

A implementação desta política é da responsabilidade de todos os colaboradores, sendo coordenada pelo Gabinete de Ambiente e Desenvolvimento Sustentado desde 2007.

A concretização da política ambiental é assegurada da seguinte forma:

- Promovendo a eficiência energética ao nível dos armazéns, centros de assistência técnica a pesados e escritórios;
- Promovendo a correta gestão e valorização dos resíduos;
- Monitorizando o consumo de água e promovendo a sua reutilização;
- Realizando ou apoiando iniciativas para a promoção da responsabilidade ambiental;
- Encorajando o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.

Princípios 8 e 9 do *Global Compact* das Nações Unidas (Princípios subscritos pela LS em 2011)

10.2 | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E EMISSÕES ASSOCIADAS

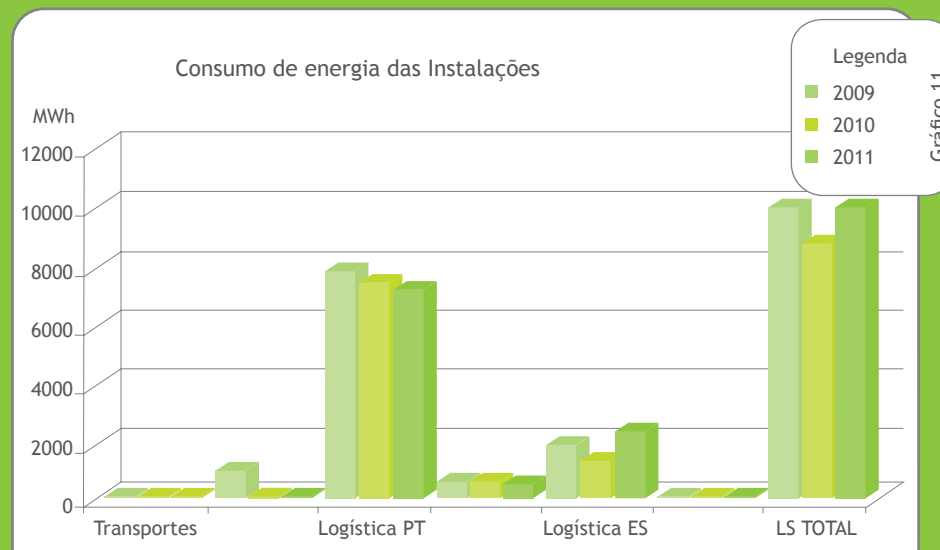
O consumo de energia elétrica apresentado considera os centros de operações logísticas, os centros de assistência técnica e as áreas administrativas (serviços partilhados) de Portugal e Espanha.

Verifica-se na tabela seguinte o registo do aumento significativo no consumo de energia nas unidades de Espanha, devido ao esforço na recolha de informação que em anos anteriores não se encontrava disponível.

Nos COL evidencia-se uma redução de 6% do consumo de energia elétrica, fruto da promoção da eficiência energética nas instalações.

Ano	Transportes	Serviços Partilhados	Logística PT	Diversificação (RETA)	Logística ES	Lusiseg	LS TOTAL
2009	0	395	7.505	457	1.696	15	10.067
2010	52	103	7.423	438	709	13	8.738
2011	97	131	7.026	422	2.296	14	9.738

Tabela 19 - Consumo de energética elétrica nas Instalações da LS (MWh)



Em consequência dos consumos energéticos apresentados verifica-se a emissão de gases nocivos para a atmosfera, nomeadamente GEE. Na tabela que se segue são apresentadas as emissões de GEE associadas às instalações da LS e as emissões indiretas resultantes da utilização de energia elétrica. Esta informação permite evidenciar uma redução das emissões de GEE, devida à seleção de fornecedores de energia elétrica com um maior desempenho ambiental em matéria de emissões em Espanha.

	2011	2010	2009	2008
Emissões indirectas de GEE (ton CO ₂ eq)	3.299	4.107	4.731	4.219

Tabela 20 - Emissões directas e indirectas de GEE associadas às instalações da LS

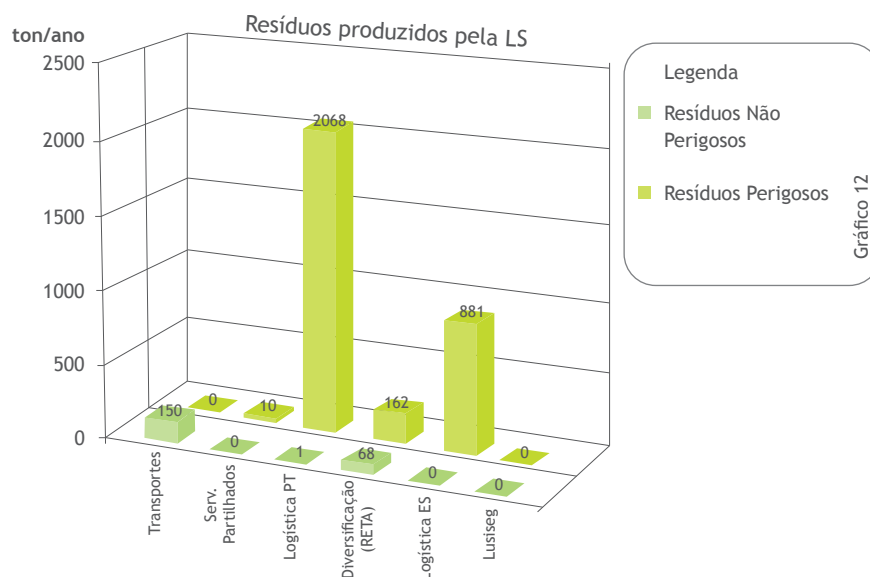
10.3 | GESTÃO DE RESÍDUOS

A gestão de resíduos na LS assegura a recolha e destino final de resíduos perigosos e não perigosos nas várias instalações da Península Ibérica. Existe uma preocupação em gerir adequadamente o seu destino e em trabalhar com operadores de resíduos que ajudem a encontrar soluções preferenciais de reciclagem. A LS produz cerca de 42 diferentes tipologias de resíduos, 19 das quais são enviados para reciclagem.

10.3.1 | Resíduos por tipologia

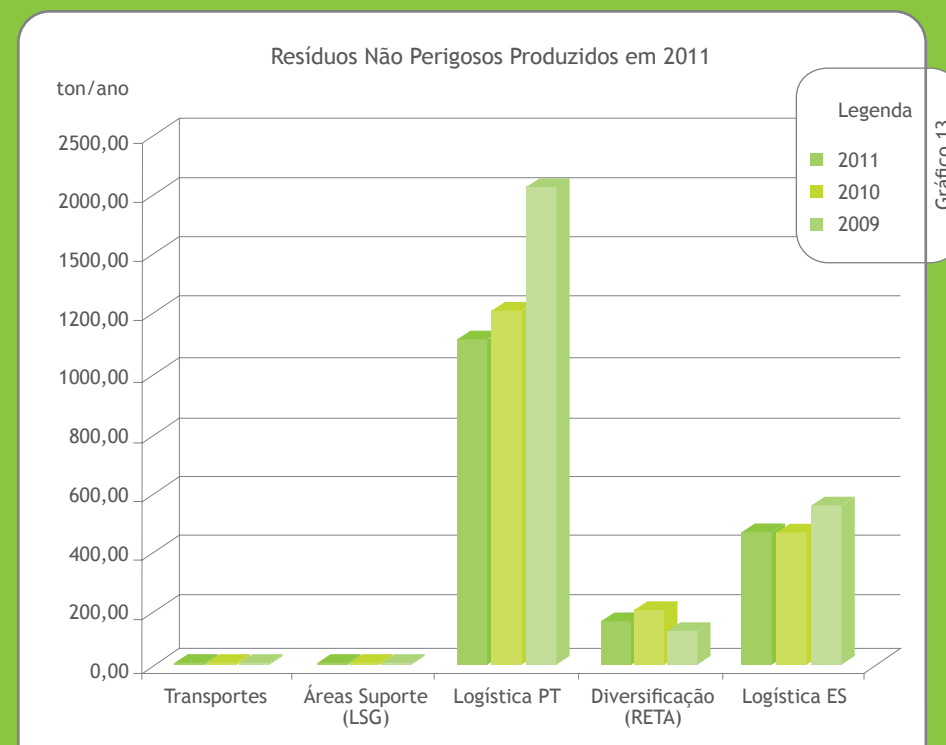
Como acima referido, em 2011 foram recolhidos 42 tipos de resíduos diferentes (menos três do que em 2010) pelas várias empresas da LS: 15 do tipo perigosos e 27 não perigosos, verificando-se um aumento na separação de resíduos e consequente aumento na maturidade do sistema de recolha.

A sua distribuição pelas empresas LS é a seguinte:



Foram produzidas em 2011 cerca de 219 toneladas de resíduos perigosos. No caso dos equipamentos elétricos e eletrónicos fora de uso, que correspondem à substituição do parque informático da LS, representaram 2,58 toneladas de resíduos, que foram encaminhados para reciclagem em operadores da rede de recolha das entidades gestoras de REEE.

Também em 2011 foram produzidas cerca de 3.121 toneladas de resíduos não perigosos (20% aumento face a 2010), das quais 94,5% foram produzidos nos COL.

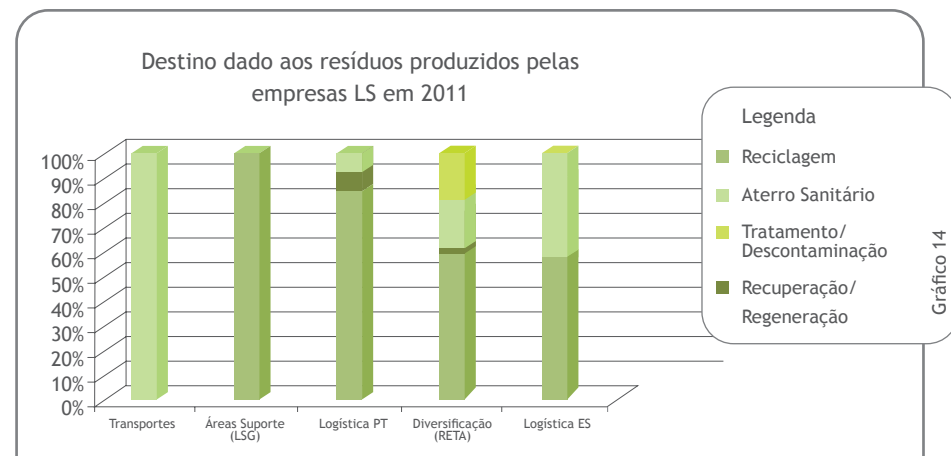


O aumento de resíduos não perigosos produzidos resulta do aumento de operações de co-packing no negócio da logística.

10.3.2 | Resíduos por método de deposição

Os resíduos produzidos são encaminhados por operadores de resíduos licenciados, privilegiando-se como destino a reciclagem (74%).

Como se pode verificar pela análise do gráfico seguinte, os tratamentos de descontaminação estão associados à produção de resíduos perigosos (6%). A deposição em aterro ainda conta com 14% dos resíduos produzidos, sendo relativa aos resíduos indiferenciados categorizados como resíduos industriais banais e aos resíduos perigosos cujo destino é aterro de resíduos industriais perigosos. Os resíduos perigosos correspondem apenas 4% dos resíduos enviado para aterro.



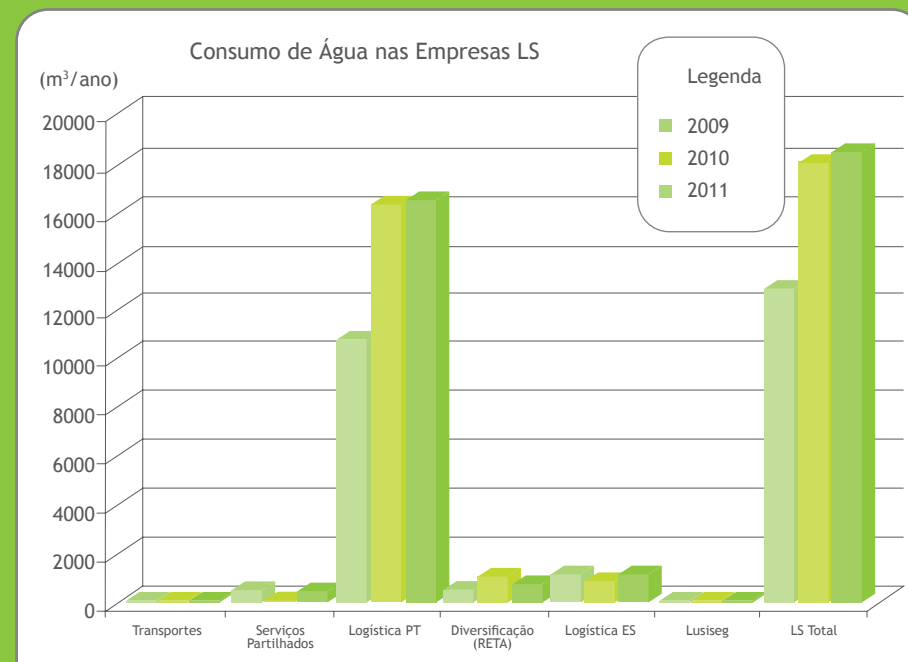
Arco de Lavagem - Centro de Assistência Técnica do Carregado



10.4 | CONSUMO DE ÁGUA

A água consumida nas instalações da LS é proveniente da rede, exceto a utilizada para rega em quatro instalações e que é proveniente de furos, devidamente licenciados para o efeito.

O consumo de água é mais representativo nas unidades de logística, onde estão incluídas zonas administrativas.



A Luís Simões tinha assumido o compromisso de implementação da norma ISO 14001:2004, tendo iniciado o projeto no 1.º Semestre de 2011.



11 | Promover a Cidadania Interna e Externa

11.1 | ENQUADRAMENTO

O envolvimento com os colaboradores e com as restantes partes interessadas está integrado nas políticas e práticas LS:

Desenvolver ações dirigidas aos colaboradores, por forma a promover a valorização pessoal, profissional e familiar; e atividades de informação, sensibilização e/ou de solidariedade direcionadas para entidades externas com as quais interagimos.
In Política de Responsabilidade Social

Todas as empresas participam na implementação desta política, que é coordenada pelo Gabinete de Comunicação.

A promoção da cidadania interna e externa é concretizada da seguinte forma:

- Promovendo uma aproximação crescente à comunidade, através de uma estratégia de mecenato e apoio a iniciativas de cariz social;
- Apoiando instituições, organizações e projetos de interesse público, disponibilizando capacidades técnicas, recursos humanos e financeiros;
- Incentivando a cidadania dos seus colaboradores, promovendo a sua saúde e investindo em parcerias que os beneficiem.

11.2 | PRINCIPAIS ACÇÕES EM 2010 - PÚBLICO INTERNO



Dádiva de Sangue

11.2.1 | Dádivas de Sangue

A LS, em colaboração com o Instituto Português do Sangue (IPS), tem promovido dádivas de sangue nos seus sites em Portugal e Espanha.

Na campanha de 2011 foi efetuada uma recolha de dádiva de sangue em Azuqueca, em que a Unidade de Dadores do Hospital Universitário de Guadalajara se deslocou ao centro LS em Azuqueca e juntou 24 dadores.

Em Portugal foram feitas duas dádivas no centro LS do Carregado, que contaram com 90 inscrições e 75 dadores, e uma no centro de Gaia, que contou com 35 inscrições e 26 dadores.

11.2.2 | Corridas

ALS estimula a promoção de estilos de vida saudáveis junto dos seus colaboradores. Em 2011 incentivou a sua participação na Mini Maratona da Ponte 25 de Abril, na Corrida Sempre Mulher no Parque das Nações, cuja receita reverteu a favor da Associação Portuguesa de apoio à Mulher com Cancro da mama. Incentivou ainda a participação na Marcha Contra a Fome em Lisboa e no Porto, coordenando as inscrições e suportando o valor das inscrições dos seus colaboradores.

Foram 95 inscritos na Mini Maratona, 63 na Corrida Sempre Mulher e 133 na Marcha Contra a Fome.



Corrida da Mulher

11.2.3| Biketour LS

Decorreu em março o 1.º LS Bike Tour em Gaia, que contou com a participação de 30 colaboradores para efetuarem 25 km pela zona de Gaia. Esta iniciativa foi dinamizada por dois colaboradores do Centro de Gaia, tendo o apoio da LS, nomeadamente na aquisição de material promocional ao evento.



Biketour LS

11.2.4| Torneio de Snooker LS

No seguimento do sucesso que foi o 1.º Open de Snooker Luís Simões realizou-se a 2.ª edição em Setembro. Esta edição teve 32 participantes, tendo sido entregue no final do torneio a todos os participantes um troféu.

11.2.5| Entrega de presentes de Natal

Na época de Natal a LS incentiva os seus colaboradores a serem solidários com as crianças carenciadas, recolhendo ofertas nos principais centros, que são posteriormente entregues a instituições locais.

Este ano em Espanha, fizemos uma campanha de recolha de brinquedos, livros e roupa de criança e adulto, em colaboração com a Organização Não Governamental - REMAR. Esta ação contou com a participação dos centros de Espanha: de Madrid, Azuqueca de Henares, Sevilha, Zaragoza e Valladolid. Juntos recolhemos cerca de 100 brinquedos, 60 livros e inúmeras peças de roupa.

Em Portugal, pudemos contar com a participação de todos os centros, Gaia, Coimbra, Carregado e Loures. A lista de bens entregues é variada e conta com elementos tão variados como: roupa, calçado, livros didáticos, brinquedos, alimentos não perecíveis e produtos de higiene para bebé e rapaz. As instalações visadas nesta iniciativa foram as seguintes: Casa do Infatado, Casa do Gaiato, Loja Social do Carregado e Associação Protetora da Criança.

11.2.6| Parcerias e Protocolos

A LS tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas no sentido de proporcionar um número de benefícios aos colaboradores. Este ano criámos parcerias e protocolos com condições preferenciais para os colaboradores em Portugal, com as seguintes entidades:

- Ginásios VivaFit
- BodyConcept
- Farmácia Varela
- Farmácia Cuco
- Ginásio Get Heathy
- Ginásio OndaFit
- Institutoptico
- Multicare



Donativos dos Colaboradores LS

11.3| Principais ações 2011 - Público externo

11.3.1| Serviços de transporte em regime de mecenato

A LS efetua transportes ao serviço de várias instituições em regime de mecenato, das quais se destaca a colaboração com o Banco Alimentar contra a Fome, tendo assumido o compromisso de manter em 2011 a disponibilidade em prestar serviços de transporte ao Banco Alimentar contra a Fome e outras instituições de cariz social, nomeadamente:

- ABEA - Associação para o Bem-estar de Alenquer
- ANAP - Associação Nacional de Ajuda aos Pobres
- APERCIM - Associação para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Mafra
- Associação Humanitária Mãos Abertas
- Associação Protectora da Criança
- Associação Remar Portuguesa
- BIPP - Banco de Informação de Pais para Pais
- Entrajuda
- Fundação Rotária Portuguesa (Rotary Clube de Sintra)
- Legião da Boa Vontade

11.3.2| Participação em instituições e associações

Consciente do seu papel no meio empresarial em que está inserido, a LS exerce o seu dever de cidadania, participando em diversas instituições:

- ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores;
- ACICA - Associação Comercial e Industrial do Concelho de Alenquer;
- AECOC - Asociación Española de Codificación Comercial;
- AEP - Associação Empresarial de Portugal;
- AESE - Associação de Estudos Superiores de Empresa;
- Amigaia - Agência Municipal de Investimento;
- ANTRAM - Associação Nacional de Transportadores;
- APEF - Associação Portuguesa para as Empresas Familiares;
- APLOG - Associação Portuguesa de Logística;
- ASTIC - Asociación de Transportes Internacionales por Carretera
- BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável;
- CCILE - Câmara Comércio e Indústria Luso-Espanhola;

- CHP - Cámara Hispano Portuguesa;
- COTEC - Associação Empresarial para a Inovação;
- ICIL - Instituto Catalán de Logística;
- Lógica - Organización Empresarial de Operadores Logísticos;

Para além destas participações, a LS é membro do Conselho Geral da Escola Secundária José Afonso de Loures, como representante da comunidade local nesse órgão de gestão.



Entrega de bens recolhidos por colaboradores LS, à instituição de caridade em Madrid





12 | Comunicação Interna e Externa

12.1 | ENQUADRAMENTO

Uma eficiente comunicação interna e externa promove a disseminação da cultura da empresa pelas suas partes interessadas, sejam elas clientes, colaboradores, fornecedores ou instituições, fortalecendo a relação de parceria estabelecida. No caso concreto dos colaboradores, a comunicação é fundamental para congrega os esforços de todos em torno dos mesmos objetivos, estimulando a sua participação e potenciando a sua motivação.

Através de uma estratégia de comunicação, a gestão de topo assegura a divulgação de toda a informação necessária (...) de forma a garantir a sua eficácia, aos mais diversos destinatários.

In Plano de Comunicação LS

A implementação do plano de comunicação é da responsabilidade de todas as chefias e é coordenada pelo Gabinete de Comunicação.

Consciente de que a comunicação com os seus stakeholders é uma ferramenta essencial para o seu envolvimento na sua atividade, a LS promove a comunicação interna e externa da seguinte forma:

- Estruturando canais de comunicação internos e dinamizando atividades presenciais para motoristas e restantes colaboradores;
- Promovendo comunicação estratégica e plataformas web de comunicação operacional com fornecedores e clientes;
- Comunicando de forma transparente com os media, as autoridades locais e nacionais;
- Promovendo visitas das instituições de ensino, famílias de colaboradores e/ou outras partes interessadas às localidades (sites) LS.

12.2 | CANAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Ao nível dos canais de comunicação interna, a LS dispõe de um jornal interno, designado por Notícias LS. Este jornal conta com a participação dos colaboradores e dos seus familiares e é distribuído à totalidade dos colaboradores da LS.

Outros Canais de Comunicação Interna

- Cartazes afixados em todas as delegações;
- Bases de Dados de boas práticas, que constituem ferramentas de divulgação dos vários acontecimentos e ações aos colaboradores (responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, segurança e sistemas de informação, recursos humanos).
- Newsletter DIVER, com informações sobre as empresas da diversificação do grupo LS, enviada todos os meses junto ao recibo de ordenado.
- Agenda do dia.



12.2.1 | Eventos para os Colaboradores no ano de 2010

• Encontro de Gestores (janeiro)

É um evento anual de apresentação da estratégia para o ano, que reúne a Administração, os Diretores Gerais, os Gestores até ao nível de coordenação. Este ano foi realizado em Espanha - Cáceres.

Neste evento é incluída a menção honrosa de Gestor do ano.

• Festa aniversário do NLS (maio)

O Notícias LS promove anualmente uma festa de aniversário entre os colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento de conteúdos do jornal.

• Portas Abertas - (delegações de Portugal e Espanha)

Em 2008 foi criada uma ferramenta de comunicação interna e informal para os colaboradores da LS e subcontratados - Portas Abertas - que permite a integração da família dos colaboradores com a LS, através de visitas guiadas às instalações (armazéns e zonas administrativas). Este ano pela 1.ª vez associámos o evento Portas Abertas de Portugal (Gaia) às ações de recolha de sangue e a uma campanha para a Legião da Boa Vontade, com o intuito de ajudar os sem abrigo e as famílias carenciadas da zona do Porto e de Gaia (campanha “1kg de alimentos e/ou 1 cobertor e/ou 1 brinquedo”).

Em 2011 foram efetuadas Portas Abertas em três delegações em Espanha e numa delegação em Portugal:

- Barcelona (abril) contou com 100 presenças;
- Madrid (junho) contou com 650 presenças das delegações de Alovera, Azuqueca de Henares, Cabanillas, CTM, Daganzo, Fuenlabrada e Seseña;
- Zaragoza (setembro) contou com 117 presenças das delegações de Pinseque e Zaragoza;
- Gaia (outubro) delegações de Gaia I e II, Canelas e Coimbra que contou com 676 presenças.



Evento de Portas Abertas em Sevilha

• Homenagens por antiguidade

Integrado no evento Portas Abertas, são distinguidos todos os colaboradores que, no ano anterior, completaram 15, 20, 25 e 30 anos de colaboração ininterrupta com a LS. Em 2011 foram homenageados 59 colaboradores, 55 em Portugal e quatro em Espanha.



Grupo de colaboradores homenageados por antiguidade no Carregado

12.3 | CANAIS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA

De forma a promover a comunicação com os seus stakeholders externos, a LS desenvolveu várias ferramentas de comunicação, entre as quais se destacam:

- Website LS (www.luis-simoes.com) - Portal da LS dirigido a todo o público;
- Portal LSnet (www.luis-simoes.net) - Portal B2B dirigido a clientes e fornecedores de transporte;
- Newsletter digital para clientes - Informação atualizada sobre a LS;
- Relatório e Contas - Publicado desde 1997;
- Presença nas redes sociais - Desde 2011, Página Luís Simões Logística Integrada na rede social Facebook - www.facebook.com/LS.LogisticaTransporte e o perfil do gabinete de comunicação www.facebook.com/GabComLS.

12.3.1 | Eventos para os stakeholders externos no ano de 2011

A LS promove também inúmeros eventos para os seus stakeholders externos.

• Visitas aos Centros de Operações

No ano 2011 a LS recebeu nos Centros de Operações Logísticas as seguintes visitas:

- o **COL Carregado** - 55 visitas institucionais, das quais se destacam: duas embaixadas, sete clientes, uma escola de negócio, três centros de formação, cinco escolas secundárias, quatro universidades e duas empresas familiares, num total de 584 visitantes;
- o **COL Castanheira** - Duas visitas institucionais, num total de 11 visitantes;
- o **CAT Carregado** - Três visitas institucionais, de um centro de formação, um fornecedor e de um cliente que contou com 50 presenças;
- o **COL Azuqueca** - Uma visita institucional de um colégio, que contou com 14 presenças.

- **Presença comercial e institucional**

- o **Foro de Empleo AlcaJob 2011, Universidade de Alcalá, março.**
- o **5.ª edição da Feira de emprego ESCE - Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setubal, maio.**
- o **7.ª edição debates ICIL Palácio Municipal dos Congressos de Madrid, novembro.**

A presença do *stand* comercial da Reta foi um meio de contacto com potenciais clientes e transportadores e outras partes interessadas:

- o **Salão Logitrans - Salão Profissional da Logística, Transportes, Equipamentos e Armazém, maio;**
- o **XI Congresso da Antram, outubro.**

12.4 | FORMAS DE ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS

Tendo em conta a influência, a dependência e o poder que alguns stakeholders têm relativamente à LS, e de forma a promover a comunicação transparente, são apresentadas de seguida as formas de envolvimento do Grupo com os seus *stakeholders*.

De salientar que a consulta de *stakeholders* desenvolvida e descrita no subcapítulo 2.2, no âmbito da definição da estratégia de sustentabilidade do Grupo, foi um momento importante de envolvimento da LS com as suas partes interessadas (2008).



Foro de Empleo AlcaJob 2011, Universidade de Alcalá

	Objetivos	Formas de envolvimento	Ferramentas de comunicação
Cientes	<ul style="list-style-type: none"> • Captar e reter • Responder às expectativas • Prestar um serviço de valor acrescentado 	<ul style="list-style-type: none"> • Inquérito de satisfação do cliente • Portal LSnet • <i>Newsletter</i> digital • Apresentações • Fóruns de qualidade • Reuniões 	<ul style="list-style-type: none"> • Site • Relatório e Contas de Sustentabilidade • Redes Sociais 
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Captar e reter • Promover a qualificação contínua • Desenvolver competências 	<ul style="list-style-type: none"> • Notícias LS • Inquérito de satisfação dos colaboradores • Acções de formação • Encontro de Gestores • Cartazes • Eventos • Portas abertas • Portal LSnet • Intranet 	
Subcontratados permanentes	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver competências 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de formação • Portas abertas • Portal LSnet 	
Subcontratados eventuais	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver competências 	<ul style="list-style-type: none"> • Portas abertas • Portal LSnet 	
Banca	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir as orientações 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões periódicas 	
Outros fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir prazo de pagamentos • Simplificação dos processos • Futura plataforma de comunicação <i>web</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartazes • Portas abertas • Comunicação regular • Portal LSnet • E@sy7 	
Sindicatos	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo construtivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociações de convenções de trabalho • Reuniões 	
Associações	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias • Mecenato 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de protocolos • Participação em associações • Eventos 	
Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação <i>standard</i> • Presença comercial e institucional 	
Universidades	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas aos centros de operações • Parcerias • Comunicação <i>standard</i> 	
ONG's	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias • Mecenato 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de protocolos • Eventos 	
Autoridades Nacionais/Regionais e Locais	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação <i>standard</i> 	

Tabela 21 - Questões chave e envolvimento com os stakeholders

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011 | 13.CONTAS



13 | CONTAS

13.1 | RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE MACRO ECONÓMICA

O ano de 2011 vai ser recordado como o ano da crise soberana europeia, e o risco para 2012 é que se espalhe por contágio e afecte também os países emergentes. A estagnação na Europa e nos Estados Unidos vai continuar, junto com o Japão, sinal que as grandes economias mundiais também não sairão ilesas desta crise. As condições económicas serão mais difíceis para a maior parte do mundo em 2012, perspectivando-se um **crescimento global** do PIB de 3,2% em 2012, contra 3,8% em 2011 e de 5,2% em 2010.

A austeridade fiscal vai conter o crescimento económico e a criação de empregos, aumentar a pressão sobre os serviços públicos e alimentar um feroz debate político, assim como inquietação política, na maior parte do mundo rico.

Para os EUA, os analistas prevêem um crescimento de 1,8% para 2012, e de 2,2% em 2013.

Uma contração acentuada nas economias da **Zona do Euro** irá prejudicar o crescimento global e minar a confiança dos investidores, das empresas e dos consumidores. Na opinião de alguns analistas, a crise na Zona do Euro irá continuar em 2012, podendo intensificar-se, causando até mesmo a saída de um ou mais países da moeda única. A possibilidade de uma ruptura total da Zona do Euro, embora menos provável, também não será colocada de parte, sendo esse cenário desastroso para a economia global.

O FMI, reviu em baixa as previsões de crescimento para a **Zona Euro** em 2012, apontando para uma contracção de 0,5, contra 1,4% em 2011, já para 2013 prevê um regresso ao crescimento, ainda que a expansão deva ficar-se pelos 0,8%.

Recentemente, a directora do FMI, afirmou que a economia mundial mostra “sinais de estabilização”, sinais de que as políticas aplicadas estão a dar frutos, ressaltou, no entanto, que ainda existem “fragilidades económicas e financeiras a enfrentar”, como a fragilidade persistente dos sistemas financeiros, um endividamento público e privado que continua sendo muito importante em muitas economias desenvolvidas, e os preços do petróleo muito elevados.

As previsões económicas para Espanha, apontam para uma contracção do PIB em 2012 pelo menos em 1,7% e 0,3% em 2013, contra 0,7% em 2011.

A Comissão Europeia, antecipa, uma desaceleração significativa, na inflação, de cerca de 3% em 2011 para 1,3% em 2012, condicionada, entre outros aspectos, pelo consumo interno enfraquecido, elevados desequilíbrios acumulados do sector privado durante o ‘boom’ imobiliário e desemprego em níveis recorde, que continuam a pesar nas previsões para a economia espanhola.

Com um cenário de menor investimento a única boa notícia vem das exportações que continuarão a ser um incentivo importante da economia espanhola.

As perspectivas para Portugal, apontam que a economia portuguesa deverá contrair 3,2% em 2012, contra -1,5% em 2011, para 2013 existe divergência de opiniões, que vão desde uma contracção de 0,5% até 1,2%, estima-se que a taxa de desemprego atinja 13,8% em 2012 e que em 2013 atinja um máximo histórico de 14,3%.

A OCDE alerta ainda que permanecem vários riscos negativos no horizonte, o que poderá levar a uma revisão em baixa destas projecções, “A forte deterioração das condições globais e os efeitos mais negativos do que o previsto da consolidação orçamental, poderão levar a uma contracção mais pronunciada da actividade económica”.

A opinião comum dos técnicos, que integram a troika, é que Portugal está a executar as políticas “como planeado e o ajustamento económico está em curso, o programa está no bom caminho, mas subsistem alguns desafios”.

As reformas do sector financeiro e os esforços de desalavancagem estão a avançar, “ao mesmo tempo que estão a ser tomadas medidas para assegurar as necessidades de crédito das empresas com boas perspectivas de crescimento, já as reformas para aumentar a competitividade, o crescimento e o emprego estão numa fase mais prematura.

A economia portuguesa continuará a enfrentar dificuldades, e em 2012, o crescimento das importações dos parceiros comerciais continuará a desacelerar, enquanto a procura interna vai sofrer ajustamentos e o desemprego e as falências das empresas vão aumentar.

A avaliação globalmente positiva da Troika, na última cimeira europeia, é acompanhada de duas promessas: os esforços de Portugal “serão apoiados por um reforço do quadro de política económica da UE”. Além disso, “desde que

as autoridades continuem a apostar numa execução rigorosa do programa, os Estados-membros da zona euro declararam que estão prontos a apoiar Portugal até que o país consiga regressar ao mercado”

Crescimento Anual do PIB (%)

	Valores Reais			Projeções		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Econ. Global	3.7	-0.6	5.2	3.8	3.2	3.9
Zona Euro	0.7	-4.1	1.9	1.4	-0.5	0.8
Espanha	1.2	-3.6	-0.1	0.7	-1.7	0.3
Portugal	0	-2.5	1.1	-1.5	-3.2	-1.2

Fonte: FMI

ANÁLISE DO SECTOR

O sector de Transporte Rodoviário de Mercadorias, depois de um forte decréscimo em 2009, teve em 2010 uma ligeira recuperação, com o mercado ibérico a gerar um volume de negócios de 16,7 mil milhões de euros. Já em 2011 terá crescido cerca de 4%. Este crescimento terá no entanto sido sustentado por um aumento de preços motivado pela subida dos preços do petróleo, já que em termos de toneladas transportadas a actividade terá diminuído em 2011.

O mercado em Portugal registou em 2010 um valor de 2,7 mil milhões de euros, resultando do transporte de 34,6 mil milhões de toneladas-kilómetros. É esperado que o mercado tenha crescido em valor cerca de 1,8% em 2011. No final de 2010, existiam em Portugal 8.757 empresas de transporte rodoviário de mercadorias, o que representava um decréscimo de mais de 300 empresas face ao número existente em 2007. Segundo uma associação de transportes, durante o ano de 2011 terão encerrado em Portugal mais cerca de mil empresas do sector.

O sector apresenta uma grande atonicidade, quando comparado com outros negócios de serviços. O volume de negócios das primeiras 5 empresas representa apenas 12,4% do total de mercado. De facto a dimensão média das empresas é relativamente reduzida, apresentando uma média de 5,7 veículos pesados por empresa em 2010.

Em termos dos principais segmentos de mercadorias transportadas, os principais fluxos em 2011 foram os produtos alimentares com 14,7%, agrícolas e pescas com 11,3%, minerais não metálicos com 10,7% e madeiras e cortiças com 8,2% do volume de toneladas-km transportados.

Em Portugal o trânsito internacional, ao contrário do que acontece em Espanha, representa o principal fluxo de mercadorias com 64% (contra 30% em Espanha). Deste trânsito internacional, Espanha, França e Alemanha representam 75% do total de toneladas-km de mercadoria transportada.

Em Espanha o mercado de transporte rodoviário de mercadorias representou um valor de 14,0 mil milhões de euros em 2010, sendo esperado que tenha apresentado um crescimento de 3,9% em 2011. O mercado espanhol é o 2º maior mercado da zona euro em termos de mercadorias transportadas, tendo representado 210 mil milhões de toneladas-km em 2010, apenas atrás da Alemanha.

O mercado em Espanha, embora maior e portanto mais atractivo à entrada de multinacionais do sector, apresenta uma ainda maior atomização da oferta e um perfil de empresas com uma dimensão média ainda mais reduzida do que a verificada em Portugal. As primeiras 5 empresas do sector concentram um volume de negócios de apenas 9,0% do total do mercado em 2010, e a dimensão média é de 2,2 veículos pesados por empresa.

Em termos de segmentos, os produtos alimentares e os provenientes da agricultura e pescas foram os mais representativos concentrando 19,9% e 15,0% respectivamente das toneladas-km transportadas em 2010. O índice de externalização dos serviços de transporte em Espanha é superior ao registado em Portugal, sendo estimado que em 2010 apenas 5% do volume de mercadorias transportadas seja realizada in-house pelos produtores, comparando com 14% em Portugal.

Para 2012, é de esperar uma quebra dos níveis do consumo em Portugal e em Espanha em resultado da adopção pelos Governos de medidas restritivas. Este efeito poderá no entanto ser compensado pelo esperado aumento das exportações. O negócio será ainda fortemente influenciado pela evolução dos preços do petróleo, que têm apresentado uma tendência de subida já no início de 2012.

O sector da Logística na Península Ibérica, depois de uma década de crescimentos anuais elevados, de 8%-10%, registou uma quebra de actividade em 2009, principalmente em Espanha com uma redução de 8,5%. Em 2010 voltou a apresentar crescimento, embora mais moderado (3% em Portugal e 1,5% em Espanha).

O mercado em 2010 representou um valor de 3.922 milhões de euros na Península Ibérica, 3.475 milhões de euros em Espanha e 447 milhões de euros em Portugal.

Ao contrário do Transporte Rodoviário de Mercadorias, o sector de Logística apresenta uma maior concentração, que tem sido intensificada com aquisições realizadas pelos operadores de maior dimensão. O volume de negócios das primeiras 5 empresas, representou aproximadamente 41% e 38% do mercado em Portugal e em Espanha respectivamente. No final de 2010 foram identificados 85 empresas do sector em Portugal e 200 em Espanha.

Em termos dos segmentos de actividade, o sector alimentar aparece como o mais representativo com 45% da actividade em Portugal e 35% em Espanha.

À semelhança do negócio de transporte rodoviário de mercadorias, é expectável que o sector de logística sinta alguns efeitos da previsível redução da actividade económica e do consumo em Portugal e em Espanha. No entanto esta redução poderá ser compensada pela tendência dos últimos anos de maior externalização das operações logísticas por parte das empresas e produtores, o que deverá continuar a acontecer.

Numa conjuntura económica de abrandamento, os operadores logísticos poderão desempenhar um papel chave na vida das empresas e da sociedade, possibilitando transformar estruturas de custos fixos em variáveis e obtendo sinergias nos fluxos de mercadorias.

O GRUPO LUÍS SIMÕES

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2011

O desempenho evidenciado pelas diversas empresas do Grupo Luís Simões, são reflexo da conjugação de vários esforços. Consolidaram-se muitos dos projectos que vinham sendo desenvolvidos e foram delineadas estratégias que serão determinantes para que a Luís Simões continue a afirmar-se com a solidez e estabilidade que a tem caracterizado ao longo dos anos.

No **Negócio Core** consolidaram-se alguns projectos que têm vindo a ser desenvolvidos no sentido de aumentar a competitividade da empresa, foram eles;

- Assegurado o funcionamento, em todo o seu potencial, do novo Centro de Operações Logísticas do Futuro, no pólo logístico da Luís Simões no Carregado, inaugurado em Novembro de 2008. Este novo armazém, semi-automático, suportou a angariação de novos clientes, e atingiu ocupações superiores a 80%;
- Entrada no negócio do canal Horeca em Portugal, sector com elevado grau de especialização e onde a tecnologia e processo da LS é diferenciadora;

- Montagem de processos inovadores em transporte de temperatura controlada, com report on-line da situação, aumentando a integração junto dos clientes deste segmento;
- Implementação de projectos de reengenharia de processos ao nível operacional utilizando metodologias Lean, permitindo não só uma diferenciação no serviço a cliente mas ainda um aumento da eficiência;
- Conquista de operações de gestão integral da expedição de fábricas sobretudo no sector do papel, aumentando a quota neste sector e permitindo maior integração e valor acrescentado ao cliente, com soluções globais com presença *in-plant*;
- Cada vez mais a empresa potenciou a alienação de viaturas para transportadores com serviço incluído, flexibilizando a operação e aumentando a integração com transportadores permanentes;
- Desenvolvimento das equipas de gestão de cada centro (gestores e quadros médios), que permitiram consolidar a gestão dos clientes, garantindo níveis de serviço de acordo com as suas exigências;
- Aumento da dimensão no negócio na Zona Centro, com a abertura de um novo armazém (Alovera 3). A nova superfície total nesta região, ascende a 105.000 m²;
- Conquista de uma operação de grande dimensão de carácter local em Barcelona, facto que permite uma posição mais firme nesta região e assim consolidar a aposta nas 5 regiões estratégicas da península ibérica.

Nos **Negócios complementares**, salientam-se os seguintes projectos, desenvolvidos ao longo do ano;

- A empresa Reta focalizou-se nos seguintes vectores;
- No cliente, pela procura e oferta de soluções estruturadas que acrescentem valor aos seus clientes e que sejam percebidas por estes, foi neste sentido que, entrou em finais de 2010 no aluguer de tractores, continuando durante 2011, a apresentar-se como uma excelente solução para o mercado transportador;
- A consolidação com sucesso da implementação de uma nova ferramenta de gestão, a qual é estrutural para o desenvolvimento do negócio a curto e a médio-longo prazos;
- **A actividade Imobiliária**, centrou-se nas seguintes acções;
- Criação de condições para o desenvolvimento das actividades logísticas a Norte de Portugal com a assinatura e demais actividades tendentes à instalação da LS em novas instalações logísticas, no horizonte 2013/2014;
- A concretização da expansão do edifício do Carregado 2 traduzindo a disponibilidade de uma zona com cerca de 800 m² para as actividades de *co-packing* concretizando uma poupança significativa na redução de

fluxos de mercadorias e de quebras verificadas, além da permitir um acréscimo significativo da capacidade de resposta a solicitações dos clientes da Logística;

- A obtenção do alvará de loteamento para o terreno do Terminal de Transportes da Azambuja, situação que permitiu a conclusão da primeira fase dos trabalhos, ainda durante o ano, e início do processo de elaboração do Plano de Pormenor enquanto instrumento essencial para a urbanização dos 80.000 m² de terrenos pertença da LS naquela localização.

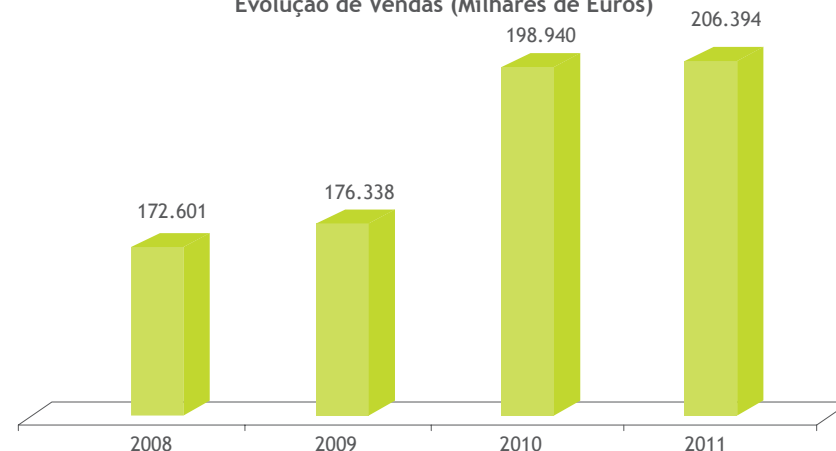
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Volume de Vendas Consolidado da Luís Simões, fixou-se em 206 Milhões Euros, o equivalente a um crescimento de 3,7%. Este desempenho foi conseguido, num ano em que mundialmente assistiu-se a um cenário de incerteza, com especial enfoque na Península Ibérica, onde Espanha atingiu no final do ano, níveis de desemprego como não há memória, com efeito penalizador no consumo das famílias.

Este cenário de desaceleração económica, teve impacto na actividade dos clientes da Luís Simões, levando-os a procurarem alternativas para redução dos seus custos.

Foi neste contexto que a empresa, através da sua equipa de gestão com elevado potencial e empenho, encontrou soluções inovadoras, que garantiram níveis de serviços elevados, indo ao encontro das exigências dos clientes, acabando estes por reconhecê-las como diferenciadoras, e que permitiram o crescimento da actividade em alguns dos clientes estruturais, bem como a conquista de novos clientes, em novos segmentos de mercado.

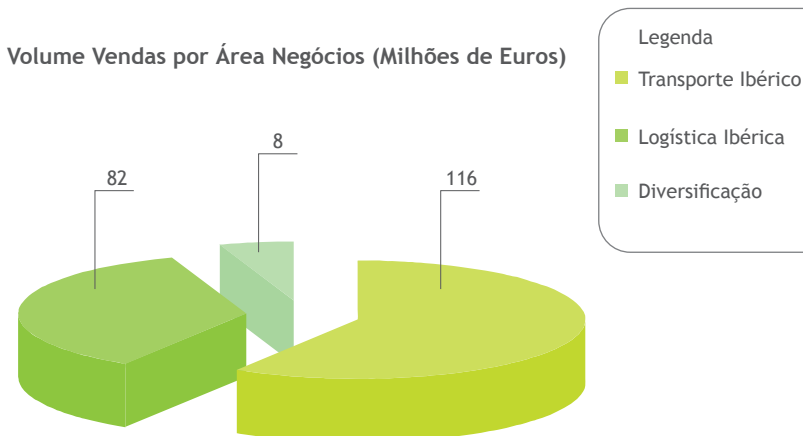
Evolução de Vendas (Milhares de Euros)



Foi neste sentido, que a Luís Simões, viu crescer as suas actividades Core em 4%, com a Unidade de Negócio de Transportes Ibéricos, a registar uma variação positiva no seu Volume de Vendas de 5,3%, enquanto que a Unidade de Negócio de Logística Ibérica apresentou um crescimento de 2,5%.

No que diz respeito à Diversificação, Unidade de Negócio complementar às restantes actividades do Grupo, verifica-se uma redução de 5,3%, essencialmente pela quebra do segmento de venda de semi-reboques Novos. As dificuldades económico-financeiras conduziram à falência de muitas empresas de transportes, clientes alvo deste segmento de Negócio. Em sentido oposto, os restantes segmentos; Aluguer de Viaturas e Reparação e Manutenção registaram crescimentos, com o segmento do aluguer, a grande aposta desta Unidade de negócio, a crescer ao mercado aproximadamente 9%.

Volume Vendas por Área Negócios (Milhões de Euros)

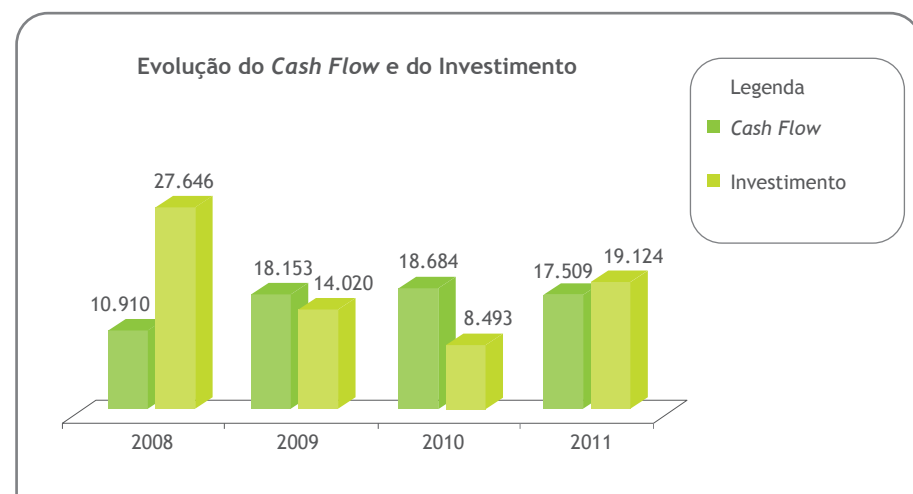


O EBITDA do ano fixou-se nos **17.808 Mil Euros**, representando 8,6% sobre o Volume de Vendas Consolidado.

Algumas das rubricas de Gastos Operacionais, cresceram a um ritmo superior face ao ritmo de crescimento das vendas, das quais se destaca a subida dos preços dos combustíveis que penalizaram o desempenho dos resultados da empresa, representando um gasto acrescido no ano de **3.320 Mil Euros**, sem que se conseguisse repercutir esses custos nos clientes.

Por outro lado, verifica-se um aumento dos encargos financeiros da empresa em cerca de 86%, essencialmente por via do aumento do custo do crédito, tendo penalizado o Resultado líquido consolidado do ano que se fixou em **1.664 Mil Euros**.

A Política Financeira do Grupo Luís Simões assenta em três vectores principais: o Autofinanciamento como forma de financiamento do Investimento, a adequação da estrutura temporal dos Capitais Alheios à natureza das aplicações e a manutenção de uma estrutura financeira equilibrada.



A preferência dada ao autofinanciamento, para o qual tem contribuído o bom nível de *Cash Flow*, no valor de **17 509 Mil Euros**, constitui factor decisivo na materialização dos objectivos prosseguidos. O Investimento no ano, foi de **19 124 Mil Euros**, na sua maioria afecto a viaturas, e com um carácter de substituição, com um financiamento adequado à sua vida útil.

Os indicadores financeiros evidenciam uma estrutura financeira saudável e sólida, com um Rácio de Autonomia Financeira de 29,4%, em conjunto com a actual performance económica, será uma importante base de apoio ao desenvolvimento futuro projectado da Luís Simões.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

A Luís Simões, encara 2012, com muita prudência em face de todas as dificuldades do meio envolvente, mas ainda assim com uma perspectiva de crescimento da sua actividade.

De facto, a empresa assistiu em 2011, ao preço mais alto de sempre em termos de combustível e num cenário marcado pela ausência de crescimento económico, a actualização de preços a clientes chocará constantemente com intenções contrárias por parte destes, em virtude da pressão para racionalização de custos um pouco por todos os sectores.

Assim sendo, a pressão para a gestão eficiente de recursos e para a inovação em projectos e processos que permitam fazer mais e melhor com menos custo, será a nota dominante neste próximo ano.

Neste sentido o **Negócio Core**, tem as suas linhas de actuação, assentes nos seguintes pontos;

- Grande orientação para manutenção de elevado domínio e qualidade nos processos logísticos, de forma a assegurar a manutenção de elevados níveis de serviço aos clientes actuais, e capacidade para continuar a integrar novos negócios e actividades;
- Enfoque no projecto iniciado em 2010 de melhoria da gestão das operações internas (actividades logísticas dentro do armazém), cujo objectivo é assegurar níveis de excelência na qualidade e produtividade do serviço prestado aos clientes;
- Manter o investimento no desenvolvimento de tecnologias de informação que suportem um domínio estruturado de todos os processos logísticos, e permitam ter mais e melhor informação de gestão. Neste contexto estão definidas prioridades para:
 - Conclusão do projecto de desenvolvimento de uma aplicação para gerir a actividade de *CoPacking*;
 - Introdução de novos módulos de informação de gestão na ferramenta de *Business Intelligence* (Produtividade Individual, Gestão Frota, Indicadores RH);
 - Diversos projectos no âmbito da facturação, nomeadamente, Auto-Facturas de Subcontratados e Facturação electrónica a clientes;
 - Renovação de imagem e conteúdo do Portal;
 - Implementação na maioria dos subcontratados da tecnologia LS MOBILE.
- Reforçar a equipa de gestão em concreto ao nível de funções de desenvolvimento comercial;

- Redimensionamento das equipas de cariz administrativo / operacional, simplificando processos;
- Lançamento do projecto estratégico denominado “GO-INTER” com o objectivo de dinamizar o negócio inter-regional;
- Continuar a apostar em projectos de reengenharia de processos que aumentem a eficiência das operações;
- Consolidar o projecto LS PLUS cumprindo o objectivo de desenvolvimento e formação da equipa de gestão;
- Potenciar a utilização de clientes do Grupo Luís Simões em outros negócios como base para crescimento do negócio de transporte;
- Estruturar a política de outsourcing em termos de transporte, permitindo aumentar as sinergias com transportadores e o aumento da qualidade média desta frota;
- Promover projectos inovadores na relação com clientes, facultando soluções tecnologicamente avançadas e que aumentem o nível de serviço;
- Garantir implementação do projecto LS MOBILE, projecto que garante a comunicação electrónica com todos os transportadores ao serviço da empresa;
- Promover a implementação de um novo portal LS NET, melhorando a capacidade de interacção com clientes e transportadores e o seu domínio das operações com a Luís Simões;

Os **Negócios complementares**, têm os seus projectos para o próximo ano, assente nos seguintes alicerces;

- A Reta dará continuidade à implementação da estratégia definida para o quinquénio 2011-2015 que passa por:
 - Continuar a materializar a estratégia que conduz ao reforço da sua posição nos seus mercados preferenciais, onde é líder ou tem posição relevante;
 - Continuar a formatar produtos e serviços que correspondam às necessidades dos clientes;
 - Consolidar o aluguer de tractores, processo iniciado no final do ano de 2010;
 - Continuar atenta às oportunidades que possam conduzir com sucesso à internacionalização da empresa. Este processo só será materializado com um grau previsível de sucesso elevado, sendo imprescindível a parceria com clientes actuais ou futuros;
 - Apostar continuamente nos recursos humanos, quer através de formação, quer através do reforço da estrutura ao nível de quadros intermédios, suporte indispensável ao crescimento perspectivado da organização.

- **A actividade Imobiliária**, irá dar seguimento às seguintes acções;
 - Continuação dos trabalhos de apoio desenvolvidos no que concerne às novas instalações das actividades logísticas a Norte do país;
 - Aprovação do Plano de Pormenor e conclusão das obras referentes ao Terminal de Transportes da Azambuja;
 - Investimentos em projectos específicos que traduzam reduções de custos de exploração ou aumento de receitas como por exemplo a alteração da iluminação no Carregado 1 por tecnologia mais eficiente, alteração dos consumos de água nas instalações de Gaia 1, estudo para a produção de energia fotovoltaica em algumas das nossas instalações, entre outros projectos em curso;
 - Gestão corrente do património existente.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos da Empresa é definida pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade de cada uma das áreas a sua aplicação prática.

A Empresa pretende que as Políticas de Gestão de Riscos, actualmente descentralizadas pelas diversas áreas da sua estrutura, sejam no futuro consolidadas com o objectivo de promover uma actuação integrada das diversas vertentes de gestão de risco.

A gestão de riscos de crédito, de taxa de juro, de tesouraria e restantes riscos financeiros é da responsabilidade da Direcção Financeira do Grupo.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

Moninhos, 28 de Fevereiro de 2011

José Luís Soares Simões - Presidente

Leonel Fernando Soares Simões - Vogal

Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

13.2 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO CONSOLIDADO
31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		2011	2010 (Reexpresso)
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	8	97.536.364,34	96.179.789,94
Propriedades de investimento	10	378.818,82	386.237,00
Activos intangíveis	7	1.327.494,42	1.163.174,44
Participações financeiras - outros métodos	18	59.859,86	9.859,86
Outros activos financeiros	18	785.975,71	641.750,25
Activos por impostos diferidos	17	3.431.278,80	2.884.796,07
		103.519.791,95	101.265.607,56
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	11	2.548.789,48	3.652.768,60
Clientes	18	51.583.687,69	49.127.525,89
Adiantamentos a fornecedores	18	125.248,52	322.231,45
Estado e outros entes públicos	21.5	3.313.712,32	3.057.082,40
Outras contas a receber	18	4.833.796,91	8.694.751,93
Diferimentos	21.1	2.182.314,00	782.366,13
Outros activos financeiros	18	30.149,81	90.149,81
Caixa e depósitos bancários	18	847.935,39	1.580.848,81
		65.465.634,12	67.307.725,02

Total do activo		168.985.426,07	168.573.332,58
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	18	29.578.950,00	29.578.950,00
Acções (quotas) próprias	18	(1.360.271,75)	(1.360.271,75)
Outros instrumentos de capital próprio	18	6.830.400,00	6.830.400,00
Reservas legais	21.2	844.748,90	614.967,83
Outras reservas	21.2	5.451.656,02	1.093.315,70
Resultados transitados	21.2	5.161.158,08	5.347.074,05
Ajustamentos em activos financeiros	21.2	268.414,41	268.414,41
		46.775.055,66	42.372.850,25
Resultado líquido do período		1.635.152,72	4.362.703,84
Interesses minoritários		1.335.564,36	1.353.460,31
Total do capital próprio		49.745.772,74	48.089.014,40
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	13	279.625,49	872.228,17
Financiamentos obtidos	18	41.642.719,48	36.389.724,36
Passivos por impostos diferidos	17	3.993.844,32	4.402.006,85
		45.916.189,29	41.663.959,38
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	30.115.242,01	29.550.957,17
Adiantamentos de clientes	18	28.072,24	11.753,37
Estado e outros entes públicos	21.5	2.844.608,58	4.143.331,47
Financiamentos obtidos	18	25.856.818,85	33.124.973,40
Outras contas a pagar	18	14.159.145,05	11.719.343,44
Diferimentos	21.1	279.577,32	269.999,96
		73.323.464,05	78.820.358,81
Total do passivo		119.239.653,34	120.484.318,19
Total do capital próprio e do passivo		168.985.426,07	168.573.332,58

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões - Presidente | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	12	206.267.539,87	198.939.645,31
Subsídios à exploração	14	34.409,79	27.415,90
Variação nos inventários da produção	11	(32.875,44)	(266.603,35)
Trabalhos para a própria entidade	21.6	157.402,51	106.727,21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(15.112.469,95)	(14.527.497,96)
Fornecimentos e serviços externos	21.7	(135.341.279,59)	(127.588.328,43)
Gastos com o pessoal	19	(49.467.350,46)	(47.272.819,62)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	11	1.546,80	(21.561,41)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	18	(1.733.402,69)	(352.352,77)
Provisões (aumentos / reduções)	13	111.703,85	(334.077,94)
Aumentos / reduções de justo valor	21.8	-	63.889,86
Outros rendimentos e ganhos	21.9	14.629.062,10	12.709.881,30
Outros gastos e perdas	21.10	(1.706.019,74)	(1.696.272,59)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		17.808.267,05	19.788.045,51
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	21.11	(14.224.992,72)	(13.578.403,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.583.274,33	6.209.641,90
Juros e rendimentos similares obtidos	21.12	1.368,15	152,41
Juros e gastos similares suportados	21.13	(2.508.902,41)	(1.345.199,12)
Resultado antes de impostos		1.075.740,07	4.864.595,19
Imposto sobre o rendimento do período		588.518,34	(395.196,90)
Resultado líquido do período		1.664.258,41	4.469.398,29
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		1.635.152,72	4.362.703,84
Interesses minoritários		29.105,69	106.694,45
Resultado por acção básico		0,28	0,76

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		263.422.067,34	246.244.152,65
Pagamentos a fornecedores		(184.831.096,48)	(168.753.027,68)
Pagamentos ao pessoal		(33.216.510,07)	(33.282.127,61)
Caixa gerada pelas operações		45.374.460,79	44.208.997,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(533.685,45)	(516.286,62)
Outros recebimentos/pagamentos		(27.082.886,98)	(26.971.654,93)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		17.757.888,36	16.721.055,81
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(8.605.353,43)	(4.758.166,57)
Activos intangíveis		(386.626,77)	(89.731,00)
Investimentos financeiros		(65.000,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		3.455.402,33	3.845.996,38
Investimentos financeiros		15.224,37	224,37
Juros e rendimentos similares		1.875,41	--
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(5.584.478,09)	(1.001.676,82)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		54.242.227,97	60.281.663,40
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	6.830.400,00
Doações		12.938,22	27.415,90
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(46.582.444,71)	(53.709.368,19)
Juros e gastos similares		(2.357.275,26)	(1.453.644,92)
Dividendos		(7.500,00)	(8.562.900,00)
Outras operações de financiamento		(11.601.751,84)	(12.987.213,19)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(6.293.805,62)	(9.573.647,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		5.879.604,65	6.145.731,99
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(17.025.652,57)	(23.171.384,56)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(11.146.047,92)	(17.025.652,57)

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

No período de 2010

(Euros)

	Capital Realizado	Acções (Quotas) Próprias	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no Início do Período 2010	29.578.950,00	(3.840.354,44)	-	593.100,00	14.535.049,72	849.975,14	49.744,69	5.061.672,38	46.828.137,49	1.199.764,23	48.027.901,72
Efeito da reexpressão - Nota 5	-	-	-	-	-	(2.845.002,25)	-	-	(2.845.002,25)	-	(2.845.002,25)
Posição no Início do Período 2010 - reexpressa	29.578.950,00	(3.840.354,44)	-	593.100,00	14.535.049,72	(1.995.027,11)	49.744,69	5.061.672,38	43.983.135,24	1.199.764,23	45.182.899,47
Alterações no Período:											
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio:											
Diferença de fusão da FLS, concretizada em 2010	-	2.480.082,69	-	-	(2.480.082,69)	-	-	-	-	-	-
Outras alterações efectuadas directamente nos CP	-	-	-	-	-	(49.453)	218.669,72	-	169.216,64	-	169.216,64
	29.578.950,00	(1.360.271,75)	-	593.100,00	12.054.967,03	(2.044.480,19)	268.414,41	5.061.672,38	44.152.351,88	1.199.764,23	45.352.116,11
Resultado Líquido do Período								4.362.703,84	4.362.703,84	106.694,45	4.469.398,29
Resultado Integral								9.424.376,22	48.515.055,72	1.306.458,68	49.821.514,40
Operações com detentores de capital no período											
Aplicação de resultados	-	-	-	21.867,83	-	4.985.302,91	-	(5.061.672,38)	(54.501,64)	47.001,64	(7.500,00)
Prestações Suplementares/Acessórias	-	-	6.830.400,00	-	-	-	-	-	6.830.400,00	-	6.830.400,00
Outras operações											
Distribuição Dividendos	-	-	-	-	(10.961.651,33)	2.046.251,33	-	-	(8.555.400,00)	-	(8.555.400,00)
	-	-	6.830.400,00	21.867,83	(10.961.651,33)	7.391.554,24	-	(5.061.672,38)	(1.779.501,64)	47.001,64	(1.732.500,00)
Posição no fim do Período 2010 - reexpressa	29.578.950,00	(1.360.271,75)	6.830.400,00	614.967,83	1.093.315,70	5.347.074,05	268.414,41	4.362.703,84	46.735.554,08	1.353.460,32	48.089.014,40



No período de 2011

(Euros)

	Capital Realizado	Acções (Quotas) Próprias	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Posição no Início do Período 2011	29.578.950,00	(1.360.271,75)	6.830.400,00	614.967,83	1.093.315,70	5.347.074,05	268.414,41	4.362.703,84	46.735.554,08	1.353.460,32	48.089.014,40
Alterações no Período:											
	29.578.950,00	(1.360.271,75)	6.830.400,00	614.967,83	1.093.315,70	5.347.074,05	268.414,41	4.362.703,84	46.735.554,08	1.353.460,32	48.089.014,40
Resultado Líquido do Período								1.635.152,72	1.635.152,72	29.105,69	1.664.258,41
Resultado Integral								5.997.856,56	48.370.706,80	1.382.566,01	49.753.272,81
Operações com detentores de capital no período											
Aplicação de resultados	-	-	-	229.781,07	4.358.340,32	(185.915,97)	-	(4.362.703,84)	39.501,58	(47.001,65)	(7.500,07)
Prestações Suplementares/Acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações											
Distribuição Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	229.781,07	4.358.340,32	(185.915,97)	-	(4.362.703,84)	39.501,58	47.001,65	(7.500,07)
Posição no fim do Período 2011	29.578.950,00	(1.360.271,75)	6.830.400,00	844.748,90	5.451.656,02	5.161.158,08	268.414,41	1.635.152,72	48.410.208,38	1.335.564,36	49.745.772,74



13.3 | ANEXO CONSOLIDADO

(valores em euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

O Grupo Luis Simões (“Grupo”), é constituído pela LS - Luis Simões, SGPS, S.A., e subsidiárias.

A LS - Luis Simões, SGPS, S.A. (“Empresa”), sociedade anónima, com sede em Moninhos, Loures, foi constituída em 5 de Agosto de 1996 e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

1.2 - SEDE:

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

1.3 - NATUREZA DA ACTIVIDADE:

O Grupo opera nas seguintes áreas de negócio:

1- A actividade do transporte rodoviário de mercadorias que representa cerca de 56% do volume de negócios do Grupo, lidera o mercado do transporte nacional e o mercado dos fluxos rodoviários na Península Ibérica.

2- A actividade logística que representa cerca de 40% do volume de negócios do Grupo, lidera na Logística e Distribuição de produtos de grande consumo, em Portugal, prestando serviços integrados de transporte, armazenagem, preparação de encomendas, controle de inventários e distribuição, para além de outros serviços de valor acrescentado. Em Espanha, esta actividade é também especializada em Logística e Distribuição de produtos de grande consumo.

3- As outras actividades que representam cerca de 4% da facturação global do Grupo, cumprem dois objectivos fundamentais: apoiar as actividades principais do Grupo e desenvolver negócios autónomos nos seus mercados específicos.

1.4 - DESIGNAÇÃO DA EMPRESA-MÃE:

A Empresa-mãe denomina-se LS - Luís Simões, SGPS, S.A.

1.5 - DESIGNAÇÃO DOS DETENTORES DE CAPITAL:

A empresa é detida pelas entidades descritas no quadro seguinte:

Accionistas	Nº Acções Detidas	% Direito de Voto	% Participação
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
Mira Serra SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
José Luís Simões	234.000	4,15%	3,96%
Leonel Fernando Simões	234.000	4,15%	3,96%
Jorge Manuel Simões	234.000	4,15%	3,96%
Acções Próprias	273.060	-	4,62%
	5.915.790	100,00%	100,00%

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de Fevereiro de 2012. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.22.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior. Contudo, deverá ser tido em consideração que estes valores comparativos foram reexpressos de forma a reflectirem a situação referida na nota 5.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 - BASES DE CONSOLIDAÇÃO

O universo empresarial do Grupo é composto pelas Subsidiárias descritas na Nota 6.

Em obediência ao disposto no artº 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de Julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais:

- Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:
 - Pode exercer, ou exerce efectivamente, influência dominante ou controlo;
 - Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;
- Sendo titular de capital:
 - Tem a maioria dos direitos de voto, excepto se se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
 - Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
 - Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
 - Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;

- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As Subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das Subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos Instrumentos de Capital emitidos e dos Passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos Activos e Passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como *Goodwill*.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados consolidados no exercício em que é apurada.

No processo de consolidação, as transacções, saldos e ganhos não realizados em transacções intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência da existência de imparidade nos activos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas Subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgiram da eliminação dos resultados provenientes de transacções intragrupo foi aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o Rendimento.

O Capital Próprio e o Resultado Líquido das Subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de Interesses Minoritários no Balanço consolidado (de forma autónoma dentro do Capital Próprio) e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respectivamente.

3.2- CONVERSÃO CAMBIAL

3.2.1 - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Grupo e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.2.2 - Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.3 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de Bem	2011	2010
Edifícios e Outras Construções	2,00 - 33,33	2,00 - 33,33
Equipamento Básico	5,00 - 33,33	5,00 - 33,33
Equipamento de Transporte	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00
Equipamento Administrativo	8,33 - 33,33	8,33 - 33,33
Outros Activos Fixos Tangíveis	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.4 - LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante

de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.5 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data de transição para o SNC, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do custo depreciado, o qual é aplicado a todos os activos classificados como propriedades de investimento.

Justo Valor

De acordo com os normativos contabilísticos adoptados, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas demonstrações financeiras completas.

O justo valor dos outros terrenos e exercícios são determinados com base em avaliações efectuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se arrendado ou não.

3.6 - INTANGÍVEIS

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e

- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

O Grupo valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo.

Activos intangíveis com vida útil finita

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Activos intangíveis com vida útil indefinida

Os activos que pela sua natureza não possuam uma vida útil definida não são amortizados, estando sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que os mesmos apresentem sinais de imparidade.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de Bem	2011	2010
Programas de Computador	16,66 - 33,33	16,66 - 33,33

3.7 - IMPARIDADE DE ACTIVOS

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, a perda de imparidade não é reconhecida, sendo feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.8 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

O Grupo utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do

justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transacção, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

3.9 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

3.10 - INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição, sendo adoptado como método de custeio das saídas dos inventários o custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

3.11 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os activos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Grupo classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos e passivos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos activos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os activos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado:

- i) os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e
- ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Grupo classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

O Grupo avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, o Grupo reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes valores estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

3.13- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os créditos sobre clientes cedidos sem recurso i.e. em que no caso de não pagamento por parte dos Clientes a perda é assumida pela empresa de factoring são desreconhecidos do Balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de *factoring*.

3.14- SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes (Subsídios ao Investimento) são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo (Subsídios à Exploração) são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.15- PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

3.16- GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17- RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.18 - ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.19 - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.20 - CAPITAIS PRÓPRIOS

a) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As acções próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das acções próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

b) Dividendos Antecipados

A distribuição de dividendos aos accionistas do Grupo é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.21 - MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

O Grupo incorre em dispêndios de carácter ambiental os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade do Grupo e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo.

3.22 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Luís Simões são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.22.1 - Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adoptadas por empresas do sector.

3.22.2 - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efectuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efectuadas pela Luis Simões dos fluxos de caixa que se espera receber.

3.22.3 - Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos dos valores registados, nomeadamente, no que se refere aos processos em curso e às contingências.

3.22.4 - Reconhecimento de Activos por Impostos Diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos activos por impostos diferidos é efectuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	22.549,89	22.561,06
Depósitos à Ordem	825.385,50	1.588.287,75
Outros Depósitos Bancários	-	-
	<u>847.935,39</u>	<u>1.580.848,81</u>

O saldo de Caixa e Equivalentes constante na Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	22.549,89	22.561,06
Depósitos à Ordem	825.385,50	1.558.287,75
Outros Depósitos Bancários	-	-
	<u>847.935,39</u>	<u>1.580.848,81</u>
Descobertos Bancários	(11.993.983,31)	(18.606.501,38)
	<u>(11.146.047,92)</u>	<u>(17.025.652,57)</u>

5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2011 não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas utilizadas.

Reexpressão da informação financeira anteriormente divulgada

Até 31 de Dezembro de 2010 encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo um activo (*goodwill*) no valor de 2.812.990 euros, cuja determinação no que corresponde à sua proveniência e natureza não se encontra devidamente suportada. Por essa razão, foi efectuado o seu desreconhecimento por via da reexpressão dos saldos de abertura dos activos e capital próprio com referência ao período comparativo. Adicionalmente, foram identificados erros de cálculo e contabilização na anulação de transacções intragrupo efectivadas em anos anteriores, que foram corrigidos na reexpressão a 01.01.2010 e no decorrer do mesmo ano.

A reexpressão efectuada teve os seguintes impactos:

	Divulgado 01.01.2010	Efeito da Reexpressão	Reexpresso 01.01.2010
Activos			
- Activos Fixos Tangíveis	104.146.454,84	(43.554,08)	104.102.900,76
- <i>Goodwill</i>	2.812.990,00	(2.812.990,00)	-
Passivos			
- Passivos por Impostos Diferidos	5.043.617,52	(11.541,83)	5.032.075,69
Capital Próprio			
- Resultados transitados	849.975,14	(2.845.002,25)	1.995.027,11)
	Divulgado 31.12.2010	Efeito da Reexpressão	Reexpresso 31.12.2010
Activos			
- Activos Fixos Tangíveis	95.860.853,69	318.936,25	96.179.789,94
- <i>Goodwill</i>	2.812.990,00	(2.812.990,00)	-
Passivos			
- Passivos por Impostos Diferidos	4.485.191,66	(83.184,81)	4.402.006,85
Capital Próprio			
- Resultados transitados	7.559.235,08	(2.212.161,03)	5.347.074,05
- Resultado líquido do período	4.668.106,19	(198.707,90)	4.469.398,29
Demonstração dos Resultados			
- Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13.308.052,72	270.350,89	13.578.403,61
- Imposto sobre o rendimento do período	466.839,89	(71.642,99)	395.196,90



6 - PARTES RELACIONADAS

6.1 - ENTIDADES DO GRUPO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Actividade	% Participação	Controlo Efectivo 2011	Controlo Efectivo 2010	RETGS(*)
LS - Luís Simões, SGPS, S.A. (Holding)	Moninhos - Loures	Gestão de participações sociais				Sim
Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Portugal)	Moninhos - Loures	Logística e transportes	100%	100%	100%	sim
Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Espanha)	Guadalajara - Espanha	Logística e transportes	100%	100%	100%	não
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	Moninhos - Loures	Aluguer, venda e manutenção de viaturas	100%	100%	100%	Sim
Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda.	Moninhos - Loures	Mediação de seguros	100%	100%	100%	Sim
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Moninhos - Loures	Serviços de suporte ao Grupo	100%	100%	100%	Sim
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carregado - Alenquer	Imobiliária	11,76%	100%	100%	Não
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	Moninhos - Loures	Imobiliária	11,51%	100%	100%	Não

(*) RETGS - Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades

Não existem subsidiárias excluídas do processo de consolidação pelo método da consolidação integral.

6.2 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 foram atribuídas as seguintes remunerações ao pessoal chave da gestão:

Remuneração	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios de curto prazo dos empregados	294.666,13	318.491,51
	294.666,13	318.491,51

Os membros do Conselho de Administração das Empresas do Grupo foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os elementos “chave” da gestão.

6.3 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas





	Natureza do relacionamento (Serviços que presta)	Natureza do relacionamento (Serviços que recebe)
Outras partes relacionadas:		
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Varanda do Vale, SGPS; S.A.	Suprimentos	Dividendos
Mira Serra SGPS; S.A.	Suprimentos	Dividendos
Outros accionistas	Suprimentos	Dividendos

b) Quantias de transacções e saldos pendentes com partes relacionadas

	Ano	Suprimentos	Prestações Acessórias	Juros Suportados
Outras partes relacionadas:				
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	2010	575.000,00	2.276.800,00	-
	2011	110.000,00	2.276.800,00	25.915,25
Varanda do Vale, SGPS; S.A.	2010	575.000,00	2.276.800,00	-
	2011	110.000,00	2.276.800,00	25.915,25
Mira Serra SGPS; S.A.	2010	575.000,00	2.276.800,00	-
	2011	110.000,00	2.276.800,00	25.915,25
Outros	2010	1.627.363,89	2.276.800,00	43.775,64
	2011	2.688.075,00	2.276.800,00	73.345,17

7 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

7.1 — DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE ACTIVOS INTANGÍVEIS, DISTINGUINDO ENTRE OS ACTIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Todos os activos intangíveis do Grupo têm vida útil finita. O Grupo não possui no seu património Activos Intangíveis com vida útil indefinida.

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas computador	Activos intangíveis em curso	Total
Valores em 01.01.2010			
Quantias brutas escrituradas	3.234.340,59	69.835,00	3.304.175,59
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.997.657,61)	-	(1.997.657,61)
Quantias líquidas escrituradas	1.236.682,98	69.835,00	1.306.517,98
Adições	223.208,15	-	223.208,15
Transferências	69.835,00	(69.835,00)	-
Amortizações	(366.551,69)	-	(366.551,69)
Valores em 31.12.2010			
Quantias brutas escrituradas	3.527.383,74	-	3.527.383,74
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(2.364.209,30)	-	(2.364.209,30)
Quantias líquidas escrituradas	1.163.174,44	-	1.163.174,44
Adições	538.432,56	54.628,00	593.060,56
Transferências	38.944,20	-	38.944,20
Alienações, sinistros e abates	-	-	-
Quantias brutas escrituradas	(3.380,40)	-	(3.380,40)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	3.380,40	-	3.380,40
	(467.684,78)	-	(467.684,78)
Amortizações	-	-	-
Valores em 31.12.2011			
Quantias brutas escrituradas	4.101.380,10	54.628,00	4.156.008,10
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(2.828.513,68)	-	(2.828.513,68)
Quantias líquidas escrituradas	1.272.866,42	54.628,00	1.327.494,42

7.2 - ACTIVOS INTANGÍVEIS COM TITULARIDADE RESTRINGIDA, E DADOS COMO GARANTIAS DE PASSIVOS

Os Programas de Computador não são propriedade do Grupo, a qual se limita a ter os respectivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

Não existem activos intangíveis dados como garantias de passivos.

7.3 - COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos intangíveis.

8 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
Valores em 01.01.2010								
Quantias brutas escrituradas	12.168.068,98	63.127.731,39	78.324.057,68	1.345.650,31	8.636.112,22	1.866.266,80	184.601,21	165.652.488,59
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(20.128.780,94)	(32.634.573,51)	(808.090,64)	(7.212.637,23)	(765.505,51)	-	(61.549.587,83)
Quantias líquidas escrituradas	12.168.068,98	42.998.950,45	45.689.484,17	537.559,67	1.423.474,99	1.100.761,29	184.601,21	104.102.900,76
Adições		22.361,67	7.029.158,26	38.347,00	531.175,93	209.223,77	439.929,81	8.270.196,44
Transferências	-	-	108.204,11	-	-	-	(124.809,47)	(16.605,36)
Alienações, sinistros e abates								
Quantias brutas escrituradas	-	(190.109,65)	(8.312.343,88)	(581.730,78)	(2.413.709,94)	(89.277,45)	-	(11.587.171,70)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	190.109,65	5.437.218,25	581.730,78	2.335.229,19	70.615,69	-	8.614.903,55
Depreciações	-	(2.523.809,03)	(9.759.391,61)	(159.040,93)	(554.988,05)	(207.204,14)	-	(13.204.433,76)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores em 31.12.2010								
Quantias brutas escrituradas	12.168.068,98	62.959.983,41	77.149.076,17	802.266,53	6.753.578,21	1.986.213,12	499.721,55	162.318.907,97
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(22.462.480,32)	(36.956.746,87)	(385.400,79)	(5.432.396,09)	(902.093,96)	-	(66.139.118,03)
Quantias líquidas escrituradas	12.168.068,98	40.497.503,09	40.192.329,30	416.865,74	1.321.182,12	1.084.119,16	499.721,55	96.179.789,94
Adições	-	432.854,55	14.760.842,65	8.040,03	547.758,62	88.193,13	2.693.539,25	18.531.228,23
Transferências	-	-	302.005,47	-	9.379,54	-	(350.329,20)	(38.944,19)
Alienações, sinistros e abates								
Quantias brutas escrituradas	-	-	(13.003.654,59)	-	(192.296,65)	(94.045,11)	-	(13.289.996,35)

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	9.632.023,59	-	187.727,99	84.424,88	-	9.904.176,46
Depreciações	-	(2.529.222,00)	(10.324.996,26)	(132.637,10)	(561.080,06)	(201.973,08)	-	(13.749.908,50)
Reversões	-	-	-	-	18,75	-	-	18,75
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores em 31.12.2011								
Quantias brutas escrituradas	12.168.068,98	63.392.837,96	79.208.269,70	810.306,56	7.118.419,72	1.980.361,14	2.842.931,60	167.521.195,66
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(24.991.702,32)	(37.649.719,54)	(518.037,89)	(5.805.729,41)	(1.019.642,16)	-	(69.984.831,32)
Quantias líquidas escrituradas	12.168.068,98	38.401.135,64	41.558.550,16	292.268,67	1.312.690,31	960.718,98	2.842.931,60	97.536.364,34

8.1 – TITULARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Não existem activos tangíveis dados como garantias de passivos, nem hipotecas sobre Terrenos e os Edifícios que sejam propriedade do Grupo nos exercícios de 2011 e 2010.

8.2 – DISPÊNDIOS RECONHECIDOS NA QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UM DOS SEGUINTE ITENS DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL NO DECURSO DA SUA CONSTRUÇÃO

A quantia de dispêndios reconhecida no imobilizado tangível em curso decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Viaturas em Preparação	523.733,29	314.925,47
Terminal Azambuja	2.090.014,59	-
Outros	229.183,72	184.796,09
	2.842.931,60	499.721,56

8.3 – QUANTIA INCLUÍDA NOS RESULTADOS, RELATIVA A COMPENSAÇÃO DE TERCEIROS POR ITENS DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL COM IMPARIDADE, PERDIDOS OU CEDIDOS

Durante o exercício, foram reconhecidos como valor de realização na alienação de viaturas 26.712,25 Euros referentes a indemnizações a receber de seguradoras relativas a furto de viatura. No exercício de 2010 o montante reconhecido ascendeu a 69.462 Euros, relativos a sinistros com perda total, cujos salvados foram vendidos como sucata pelo montante de 11.500 Euros.

9 - LOCAÇÕES

Locações financeiras

9.1 - QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA À DATA DO BALANÇO

A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação financeira à data de balanço, para cada categoria de activo, é a constante do quadro seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	4.207.187,81	4.207.187,81
Edifícios e outras construções	14.213.598,81	14.815.766,39
Equipamento básico	23.725.870,06	20.725.918,69
	42.146.656,68	39.748.872,89
Activos Intangíveis		
Programas de Computador	635.838,08	801.605,12
	635.838,08	801.605,12
	42.782.494,76	40.550.478,01



9.2 - PAGAMENTOS MÍNIMOS FUTUROS DA LOCAÇÃO E O SEU VALOR PRESENTE

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos
Até 1 ano	9.237.190,68	8.411.839,86	8.983.451,88	8.508.870,85
Entre 1 ano e 5 anos	22.269.688,78	20.840.233,88	18.938.910,43	18.100.169,29
A mais de 5 anos	3.504.862,20	3.431.667,81	6.469.255,48	6.275.646,02
Total dos pagamentos mínimos	35.011.741,66	32.683.741,56	34.391.617,79	32.884.686,17
Encargos financeiros	-2.328.000,09	n/a	-1.506.931,63	n/a
Valor presente dos pagamentos mínimos	32.683.741,56	32.683.741,56	32.884.686,16	32.884.686,17

9.3 - DESCRIÇÃO GERAL DOS ACORDOS DE LOCAÇÃO SIGNIFICATIVOS:

O Grupo tem contratos de locação para terrenos e edifícios, para diversos itens de equipamento básico de transporte (incluindo tractores e semi reboques) e de equipamento básico de armazém (estantaria e equipamento armazém automático do Futuro). Apresenta ainda um contrato de locação para aquisição de software, registado em activos intangíveis.

Os contratos referidos não prevêm rendas contingentes e incluem opção de compra.

Locações operacionais

9.4 - PAGAMENTOS MÍNIMOS FUTUROS

Os futuros pagamentos mínimos das locações operacionais em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2011		
	Pagamentos futuros mínimos		
Gasto do exercício	Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Alugueres Imóveis	5.130.417,94	5.713.431,05	8.754.594,44
Alugueres de Viaturas Ligeiras	278.144,35	269.142,00	355.309,96
Alugueres de Viaturas Pesadas	380.684,26	170.472,00	2.533.484,19
Alugueres de Empilhadores	1.602.481,47	1.210.117,76	2.533.484,19
	7.391.728,02	7.363.162,81	12.193.107,59

		31.12.2010		
		Pagamentos futuros mínimos		
	Gasto do exercício	Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Alugueres Imóveis	7.220.202,27	6.058.890,14	6.809.770,12	-
Alugueres de Viaturas Ligeiras	228.923,02	205.728,99	221.409,17	-
Alugueres de Viaturas Pesadas	9.827,56	20.972,44	-	-
Alugueres de Empilhadores	1.546.835,64	1.176.328,11	1.147.186,22	-
	9.005.788,49	7.461.919,68	8.178.365,52	-

10 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios não afectos à actividade do Grupo e apresentam a seguinte evolução:

	Propriedades de Investimento
Valores em 01.01.2010	
Quantias brutas escrituradas	393.655,16
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-
Quantias líquidas escrituradas	393.655,16
Depreciações	(7.418,16)
Valores em 31.12.2010	
Quantias brutas escrituradas	393.655,16
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(7.418,16)
Quantias líquidas escrituradas	386.237,00
Depreciações	(7.418,18)
Valores em 31.12.2011	
Quantias brutas escrituradas	393.655,16
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(14.836,34)
Quantias líquidas escrituradas	378.818,82

As propriedades de investimento têm como finalidade a cedência de exploração a entidades externas.

O justo valor dos activos à data do balanço não diverge significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo a essa data.

A avaliação destas propriedades de investimento foi efectuada por um avaliador independente de acordo com três métodos de avaliação: o método dos múltiplos do rendimento, o método comparativo de mercado e o método do valor residual.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam propriedades de investimento apresentadas como garantias a terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento.

O Grupo reconheceu na Demonstração de Resultados por Naturezas, na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos, um montante de 11.647,77 euros (7.424,37 euros em 2010) relativo a rendas de Propriedades de Investimento.

11 - INVENTÁRIOS

11.1 - QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Mercadorias	1.151.263,43	2.075.695,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.195.502,66	1.342.174,48
Produtos acabados e intermédios	202.023,39	202.023,39
Produtos e trabalhos em curso	-	32.875,45
	<u>2.548.789,48</u>	<u>3.652.768,60</u>

Os inventários indicados no quadro acima correspondem a terrenos, edifícios construídos para venda e combustível para utilização nas viaturas próprias e cedência a subcontratados.

11.2 - QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO GASTO DURANTE NO PERÍODO

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, as quantias de inventários reconhecidas como gasto foram as seguintes:

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2011	2.075.695,28	1.342.174,48	3.417.869,76
Compras	2.270.337,22	12.912.348,87	15.182.686,09
Imparidades	1.546,80	-	1.546,80
Transferências	(941.274,79)	143.554,08	(1.084.828,87)
Regularizações de inventários	(12.502,31)	(45.535,43)	(58.037,74)
Existências em 31 de Dezembro de 2011	1.151.263,43	1.195.502,66	2.346.766,09
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>2.242.538,77</u>	<u>12.869.931,18</u>	<u>15.112.469,95</u>
Existências em 1 de Janeiro de 2010	2.079.078,44	1.291.551,98	3.370.630,42
Compras	35.955,36	14.577.327,33	14.613.282,69
Imparidades	-	(21.561,41)	(21.561,41)
Regularizações de inventários	(649,06)	(16.334,92)	(16.983,98)
Existências em 31 de Dezembro de 2010	2.075.695,28	1.342.174,48	3.417.869,76
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>38.689,46</u>	<u>14.488.808,50</u>	<u>14.527.497,96</u>



Variação da Produção

	Produtos acabados	Produtos trab. curso	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	202.023,39	32.875,45	234.898,84
Regularizações	-	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2011	202.023,39	-	202.023,39
Variação dos inventários da produção	-	32.875,45	32.875,45
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	382.300,48	115.303,72	497.604,20
Regularizações	3.897,99	-	3.897,99
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	202.023,39	32.875,45	234.898,84
Variação dos inventários da produção	184.175,08	82.428,27	266.603,35

11.3 - QUANTIA DE AJUSTAMENTO RECONHECIDA COMO GASTO DO PERÍODO

	2011	2010
Perdas por imparidade:		
Mercadorias	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	-	21.561,41
Reversões de Perdas por Imparidade:		
Mercadorias	(1.546,80)	
	(1.546,80)	21.561,41

12 - RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo em 2011 e em 2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Venda de Mercadorias		
Mercadorias	2.299.911,57	212.390,55
Produtos Acabados e Intermédios	1.349,03	594.420,11
Subprodutos, Resíduos e Refugos	-	-
Deferimentos de Good Points	-	-
Devolução de Vendas	(105,53)	-
Descontos e Abatimentos	(19.421,10)	-
	2.281.733,97	806.810,66
Prestação de Serviços		
Serviços	204.013.492,44	198.132.834,65
Descontos e Abatimentos	(27.686,54)	-
	203.985.805,90	198.132.834,65
	206.267.539,87	198.939.645,31

A repartição do rédito apurado por negócio e por mercados geográficos, é a seguinte:

	2011	2010
Logística	82.406.941,78	80.392.295,42
Transportes	116.123.984,51	110.239.486,29
Outros	7.736.613,58	8.307.863,60
	206.267.539,87	198.939.645,31
	2011	2010
Mercado Interno	193.645.285,85	186.579.324,18
Mercado Externo	12.622.254,02	12.360.321,13
	206.267.539,87	198.939.645,31

13 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

13.1 - PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica de provisões durante os exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2010	109.992,78	398.007,64	508.000,42
Utilizações no ano	(10.000,00)	-	(10.000,00)
Reversões do ano	(35.787,13)	(28.363,05)	(64.150,18)
Aumentos do ano	-	438.377,93	438.377,93
A 31 de Dezembro de 2010	64.205,65	808.022,52	872.228,17
A 1 de Janeiro de 2011	64.205,65	808.022,52	872.228,17
Utilizações no ano		(480.898,83)	(480.898,83)
Reversões do ano	(255.146,82)	(38.207,21)	(293.354,03)
Aumentos do ano	41.139,27	140.510,91	181.650,18
A 31 de Dezembro de 2011	(149.801,90)	429.427,39	279.625,49



14 - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritos no quadro seguinte:

	2011	2010
Subsídios do Estado	21.471,57	27.415,90
Subsídios de Outras Entidades	12.938,22	-
	<u>34.409,79</u>	<u>27.415,90</u>

O Grupo não beneficiou directamente de quaisquer outras formas de apoio do Governo.

15 - ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

No decurso dos exercícios findo em 31.12.2011 e 31.12.2010 foram reconhecidos rendimentos e gastos relativos a diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis, como se apresenta no quadro seguinte:

	2011	2010
Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:		
Outros rendimentos e ganhos		
Outras diferenças de câmbio operacionais	-	6.527,79
	<u>-</u>	<u>6.527,79</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:		
Juros e gastos similares suportados		
Diferenças de câmbio financeiras	1.070,07	10.278,20
	<u>1.070,07</u>	<u>10.278,20</u>

16 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

16.1 - AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão, pelo Conselho de Administração, em 28 de Fevereiro de 2012.

16.2 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE ORIGINARAM ALTERAÇÕES NAS DIVULGAÇÕES

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que originem alterações nas divulgações.

16.3 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTO

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço a referir.

17 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo encontra-se sujeito a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

As empresas do Grupo (conforme indicado na nota 6), encontram-se desde o exercício de 2007, englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), nos termos do artigo 63º e seguintes do CIRC, liderado pela accionista LS - Luís Simões, S.G.P.S., S.A.

A LS - Luís Simões SGPS, SA, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada um das sociedades dominadas pertencentes ao RETGS.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

17.1 – DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTES PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos;

O Gasto (rendimento) por impostos é o indicado no quadro seguinte

	2011	2010 Reexpresso
Imposto Corrente IRC do ano	366.126,93	401.741,76
Imposto Diferido Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(834.638,99)	78.680,34
Outros movimentos	(120.006,28)	(85.225,20)
	(954.645,27)	(6.544,86)
	(588.518,34)	395.196,90

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos

	2011	2010
Excesso de Estimativa para Impostos	1.642,46	1.182,54
Insuficiência de Estimativa para Impostos	-	3.050,80
	1.642,46	4.233,34

c) **Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;**

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

	2011	2010 Reexpresso
Activos por impostos diferidos:	(439.213,41)	479.705,58
Prejuízos fiscais	(169.099,27)	(207.496,82)
Provisões e ajustamentos	23.382,56	20.575,9
<i>Leaseback</i>	-	35.165,59
Benefícios fiscais SIFIDE	38.447,39	38.447,39
Ajustamento de transição SNC	(546.482,72)	366.397,64
Passivos por impostos diferidos:	(21.819,41)	(22.706,35)
<i>Leaseback</i>	(13.307,79)	(13.307,79)
Relocação de imóvel	(7.801,80)	(14.351,28)
Mais-Valias fiscais não tributadas em períodos anteriores	(245.227,27)	(237.351,89)
Reservas de reavaliação realizadas no período	(288.156,27)	(287.717,31)
	(834.638,99)	78.680,34

d) **Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;**
 Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

e) **Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos;**

O efeito no Gasto por Impostos Diferidos de ajustamentos em contas de Impostos Diferidos Activos é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010 Reexpresso
Ajustamento de transição SNC		
Despesas de instalação	1.126,46	1.126,46
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	24.819,32
Ajustamentos referentes a produtos derivados	37.320,93	37.320,93
	38.447,39	63.266,71
Reversão de Ajustamentos e Provisões anteriores	389.484,94	130.202,55
Mais-Valias resultantes do <i>Leaseback</i>	23.382,56	20.575,90
Prejuízos fiscais utilizados no exercício	725.440,78	590.865,04
Utilização SIFIDE	-	35.165,59
	1.176.755,67	840.075,79



17.2 — IMPOSTO DIFERIDO E CORRENTE AGREGADO RELACIONADO COM ITENS DEBITADOS OU CREDITADOS AO CAPITAL PRÓPRIO:

O Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Ganhos líquidos na revalorização de activos fixos tangíveis		
Reconhecidos em Reservas de Revalorização	3.721.720,36	3.966.869,39
	3.721.720,36	3.966.869,39

17.3 — RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO:

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010 Reexpresso	2011	2010 Reexpresso
Resultado antes de impostos	1.075.740,07	4.864.595,19		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%	26,50%	26,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	283.508,62	1.287.555,23		
Proveitos não tributáveis				
Correcções relativas a exercícios anteriores	8.394,00	30,00		
Reversão de perdas de imparidade tributadas em anos anteriores	588.669,24	37.727,99		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	870.605,74	449.707,37		
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	1.642,46	1.182,54		
Mais Valias Contabilísticas	4.115.262,47	2.826.778,60		
Benefícios Fiscais	927.092,29	777.569,90		
Outros	50.038,86	46.444,34		
Variações patrimoniais negativas	145.084,45	227.814,47		
	6.706.789,51	4.367.255,21		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Diferenças Amortizações/Resultados apurados na Consolidação	452.853,88	153.740,48		
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	1.110.436,21	1.181.858,83		
Donativos	3.171,80	8.746,25		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	103.817,14	3.050,80		
Multas, coimas e juros compensatórios	69.175,16	65.538,03		
Encargos não devidamente documentados	786,00	1.067,11		
Constituição de provisões contabilísticas (para além limites legais)	184.933,58	638.072,12		
Mais Valias Fiscais	52.674,25	112.306,21		
Registo de perdas de imparidade	1.888.464,81	821.202,62		
Outros	60.801,32	51.944,52		
	3.927.114,15	3.037.526,97		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	(1.703.935,29)	3.534.866,95		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
IRC Calculado	158.219,99	882.154,24	14,71%	18,13%
Derrama	27.814,94	56.628,87		
Tributação autónoma	173.362,67	66.404,05		
Benefícios Fiscais utilizados	-	(167.880,79)		
Outras deduções à Colecta	-	(570,46)		
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes das em vigor em Portugal	(6.488,60)	1.780,09		
Utilização de perdas fiscais	(119.242,59)	(522.253,30)		
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(954.645,27)	78.680,34		
Correcções relativas a exercícios anteriores	132.460,51	253,86		
	(746.738,33)	(486.957,34)	(69,42%)	(10,01%)
Imposto sobre o rendimento do período	(588.518,34)	395.196,90	(54,71%)	8,12%

17.4 – EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR.
Não houve alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

17.5 – QUANTIA (E A DATA DE EXTINÇÃO, SE HOVER) DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS DEDUTÍVEIS, PERDAS FISCAIS NÃO USADAS, E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS RELATIVAMENTE AOS QUAIS NENHUM ACTIVO POR IMPOSTOS DIFERIDOS FOI RECONHECIDO NO BALANÇO.
A quantia e a data de extinção de diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço são as indicadas no quadro seguinte:

	Data de extinção	2010	2009
Crédito por impostos não usados			
SIFIDE 2006	2012	81.253,59	81.253,59
SIFIDE 2007	2013	237.547,47	237.547,47
SIFIDE 2008	2014	839.650,18	839.650,18
		1.158.451,24	1.158.451,24

Os Créditos não usados referem-se ao SIFIDE cujo prazo de recuperação é de 6 anos.

17.6 – QUANTIA AGREGADA DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS ASSOCIADAS COM INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, SUCURSAIS E ASSOCIADAS E INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS, RELATIVAMENTE AOS QUAIS NÃO FORAM RECONHECIDOS PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.
Não há diferenças temporárias associadas com investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais não tenham sido reconhecidos passivos por impostos diferidos.

17.7 – POR CADA TIPO DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E COM RESPEITO A CADA TIPO DE PERDAS POR IMPOSTOS NÃO USADAS E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS:

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;



As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010 Reexpresso	2011	2010 Reexpresso
Activos por impostos diferidos				
Diferenças temporárias:				
Despesas de instalação	3.379,36	4.505,82	(1.126,46)	(1.126,46)
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	(24.819,32)
Ajustamentos referentes a produtos derivados	111.962,77	149.283,70	(37.320,93)	(37.320,93)
Correcção de erros	-	-	-	3.204,94
Outras				
Prejuízos Fiscais-Constituições	3.205.739,32	2.623.434,81	(582.304,51)	72.472,58
Prejuízos Fiscais-Reversões	(725.440,78)	(582.349,68)	(143.091,10)	(582.349,68)
	2.480.298,54	2.041.085,13	439.213,41	(509.877,10)
Benefícios Fiscais-SIFIDE	207.055,64	207.055,64	-	(35.165,59)
Provisões não aceites fiscalmente:				
Constituição de provisões não aceites fiscalmente	1.124.542,19	431.425,21	558.584,20	389.485,25
Reversão de provisões não aceites fiscalmente	(524.017,82)	-	(389.484,94)	(130.202,55)
	600.524,38	431.425,21	169.099,27	259.282,70
Relocação Financeira	28.058,01	51.440,57	(23.382,56)	(20.575,90)
	3.431.278,70	2.884.796,07	546.482,73	(366.397,66)
	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010 Reexpresso	2011	2010 Reexpresso
Passivos por impostos diferidos				
Diferenças temporárias:				
Mais Valias não Tributadas por reinvestimento	-	7.801,79	(7.801,79)	(14.351,28)
Relocação Financeira-Amortizações não aceites	172.436,65	207.563,85	(35.127,20)	(36.014,14)
Outras				
Revalorização de activos fixos tangíveis				
Transitadas do POC	3.722.259,90	3.967.487,17	(245.227,27)	(237.351,89)
Outros	99.147,77	219.154,04	(120.006,27)	(85.225,20)
	3.993.844,32	4.402.006,85	(408.162,53)	(372.942,51)

À data de 31 de Dezembro de 2011, o montante dos prejuízos fiscais por deduzir e os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

Ano do Prejuízo Fiscal	Prejuízo Fiscal	Ano limite para utilização
2006	50.833,25	2012
2008	3.524.357,78	2014
2009	3.532.041,85	2015
2011	2.248.854,77	2015
	9.356.087,65	



18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 - RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do balanço:

Activos:	31.12.2011	31.12.2010
Não Corrente		
Participações financeiras - Outros métodos - Outras empresas	59.859,86	9.859,86
Outros activos financeiros	785.975,71	641.750,25
Corrente		
Clientes	51.583.687,69	49.127.525,89
Adiantamentos a fornecedores	125.248,52	322.231,45
Outras contas a receber	4.833.796,91	8.694.751,93
Outros activos financeiros	30.149,81	90.149,81
Caixa e bancos	847.935,39	1.580.848,81
	58.266.653,89	60.467.118,00

Passivos:	31.12.2011	31.12.2010
Não Corrente		
Financiamentos obtidos	41.642.719,48	36.389.724,36
Corrente		
Fornecedores	30.155.242,01	29.550.957,17
Adiantamento de clientes	28.072,24	11.753,37
Financiamentos obtidos	25.856.818,85	33.124.973,40
Outras contas a pagar	14.159.145,05	11.719.343,44
	111.841.997,63	110.796.751,74

Instrumentos de Capital:	31.12.2011	31.12.2010
Capital	29.578.950,00	29.578.950,00
Acções próprias	(1.360.271,75)	(1.360.271,75)
Outros instrumentos de capital	6.830.400,00	6.830.400,00
	35.049.078,25	35.049.078,25

18.2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os activos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Participações financeiras - outros métodos		
Participações de capital em empresas não cotadas	59.859,86	9.859,86
Outros activos financeiros		
Cauções	770.135,73	625.910,27
Outros	15.839,98	15.839,98
Clientes c/c	51.583.687,69	49.127.525,89
Adiantamentos a fornecedores	125.248,52	322.231,45
Outras contas a receber - Corrente		
Devedores por acréscimo de rendimentos	841.125,59	1.274.118,88
<i>Factoring (*)</i>	-	5.104.970,02
Pessoal	45.479,21	112.773,56
Outros devedores	3.947.192,11	2.202.889,47
Outros activos financeiros		
Outros depósitos	30.149,81	90.149,81
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	22.549,89	22.561,06
Outros depósitos bancários	825.385,50	1.558.287,75
	<u>58.266.653,89</u>	<u>60.467.118,00</u>

(*) Os saldos de Clientes - *Factoring* a 31 de Dezembro de 2011, no valor de 1.060.530,22 Euros, encontram-se reflectidos na rubrica de Clientes c/c.

Os contratos de *factoring* celebrados pelo Grupo são sem recurso e apresentam um limite máximo de 9.562.500 Euros.

18.3 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO PARA OS QUAIS FOI RECONHECIDA IMPARIDADE

Os Activos Financeiros mensurados ao custo para os quais foi reconhecida imparidade encontram-se descritos no quadro seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Clientes		
Quantia bruta	56.494.398,71	52.726.000,98
Imparidade acumulada	(4.910.711,02)	(3.598.475,09)
Quantia escriturada líquida	<u>51.583.687,69</u>	<u>49.127.525,89</u>

18.4 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO OU AO CUSTO AMORTIZADO

Os passivos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Financiamentos - Não correntes		
Empréstimos bancários	14.352.742,99	8.984.269,91
Locações Financeiras	24.271.901,49	24.375.725,53
Participantes de Capital	3.018.075,00	3.029.728,92
Fornecedores	30.155.242,01	29.550.957,17
Adiantamento de clientes	28.072,24	11.753,37
Financiamentos obtidos - Correntes		
Empréstimos bancários	5.450.995,47	5.686.877,44
Descobertos bancários	11.993.983,31	18.606.500,36
Locações Financeiras	8.411.840,07	8.508.960,63
Participantes de Capital	-	322.634,97
Outras contas a pagar - Correntes		
Fornecedores de Investimentos	2.187.411,63	1.541.251,03
Acréscimo para férias e sub. férias	4.139.727,46	3.596.811,15
Prémios e ajudas de custo	285.725,59	680.084,77
Acréscimo subcontratação	3.578.130,98	2.465.949,27
Outros Acréscimos de Gastos	1.322.209,05	438.800,70
Pessoal	13.310,07	138.567,78
Outras contas a pagar	2.632.630,27	2.857.878,74
	<u>111.841.997,63</u>	<u>110.796.751,74</u>



A maturidade dos Financiamentos não correntes é a seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Empréstimos bancários		
Entre 1 ano e 5 anos	12.593.995,41	8.984.269,91
A mais de 5 anos	1.758.747,58	-
	14.352.742,99	8.984.269,91
Locações financeiras		
Entre 1 ano e 5 anos	20.840.233,68	18.100.079,51
A mais de 5 anos	3.431.667,81	6.275.646,02
	24.271.901,49	24.375.725,53
Participantes de capital		
Entre 1 ano e 5 anos	3.018.075,00	3.352.363,89
A mais de 5 anos	-	-
	3.018.075,00	3.352.363,89

No final do exercício de 2011, o valor das linhas de crédito contratadas era de 38.976.055 Euros, estando utilizados apenas 11.993.983,31 Euros.

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os tipos de juros pagos pelo Grupo nos exercícios de 2011 e 2010 referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas com instituições de crédito encontram-se principalmente referenciados Euribor, acrescida de diferencial de mercado.



18.5 - SITUAÇÕES EM INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DE BALANÇO

Não existiram situações de incumprimento para empréstimos contraídos

18.6 - GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros ao custo:				
Juros	1.368,15		152,29	
Diferenças de câmbio	-	1.070,07	6.527,79	10.278,20
Perdas por imparidade	-	1.833.113,20		815.885,76
Reversões de Perdas por Imparidade	99.710,51		449.098,56	
	101.078,66	1.834.183,27	455.778,64	826.163,96
Passivos financeiros ao justo valor por resultados:				
Ganhos por aumento do justo valor	-		63.889,86	
	-	-	63.889,86	-
Passivos financeiros ao custo:				
Juros suportados		2.507.832,34		1.334.920,92
Desconto pronto pagamento obtidos	863.300,26		731.432,43	
	863.300,26	2.507.832,34	731.432,43	1.334.920,92
	964.378,92	4.342.015,61	1.251.100,93	2.161.084,88

18.7 - QUANTIA DE PERDA POR IMPARIDADE RECONHECIDA EM CADA UMA DAS CLASSES DE ACTIVOS FINANCEIROS

A quantia de perdas por imparidade reconhecidas em cada uma das classes de activos financeiros é a indicada nos quadros seguintes:

Ano de 2010	Saldo Inicial	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade					
Clientes c/c	3.598.457,09	1.833.113,20	(421.166,76)	(99.710,51)	4.910.711,02
Outros activos financeiros	3.606,13	-	-	-	3.606,13
	3.602.081,22	1.833.113,20	(421.166,76)	(99.710,51)	4.914.317,15
Ano de 2009	Saldo Inicial	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade					
Clientes c/c	3.247.691,78	801.451,33	(4.274,06)	(446.393,96)	3.598.475,09
Outros activos financeiros	6.310,73	-	(2.704,60)	-	3.606,13
	3.254.002,51	801.451,33	(6.978,66)	(446.393,96)	3.602.081,22

18.8 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

a) Quantia escriturada do capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pelo Grupo em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Capital		
Valor nominal	29.578.950,00	29.578.950,00
Capital não realizado	-	-
	29.578.950,00	29.578.950,00
Acções/quotas próprias		
	(1.360.271,75)	(1.360.271,75)
Prémios / descontos		
	-	-
	28.218.678,25	28.218.678,25



b) Número de acções representativas do capital social

O número de acções representativas do capital social, são as indicadas no quadro seguinte:

	2011	
	Valor	Quantidade
Acções emitidas		
Acções ordinárias a 5€ cada	29.578.950,00	5.915.790
	29.578.950,00	5.915.790

Em 31.12.2011 e 31.12.2010 o capital subscrito (ver nota 1.5) encontrava-se totalmente realizado.

c) Quantias e descrição de Outros Instrumentos de Capital Próprio

	31.12.2011	31.12.2010
Outros Instrumentos de Capital Próprio		
Prestações Acessórias	6.830.400,00	6.830.400,00
	6.830.400,00	6.830.400,00

Os outros instrumentos de capital próprio referem-se a prestações acessórias conforme discriminado na nota 6.

19- BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1 - GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Remunerações do pessoal	39.121.077,82	37.911.190,71
Indemnizações	673.358,75	420.446,26
Encargos sobre remunerações	8.440.183,19	7.830.241,47
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	403.243,84	430.052,29
Outros	829.486,86	680.888,89
	49.467.350,46	47.272.819,62

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo no ano de 2011 foi de 1811 (em 2010 foi de 1832).

20 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

20.1 - VALORES GLOBAIS DE ESFORÇO DE I&D

Resumo Investimento I&D

Rubricas	31.12.2011	31.12.2010
C. pessoal	1.041.600,62	1.443.647,39
Custos Gerais	305.117,82	433.042,50
Imobilizado	203.389,34	35.400,00
Participação Capital	12.000,00	12.000,00
Total Investimento I&D	1.562.107,78	1.924.089,88
Volume Vendas	206.267.539,87	198.939.645,31
Custos c/ Pessoal	49.467.350,46	47.272.819,62

Os valores apresentados no ano de 2011 referem-se a Despesas de Investigação e Desenvolvimento relacionadas com:

- Na actividade de transportes: conclusão do processo de controlo integrado das operações de transporte integrando planeamento de rotas, integração de sistemas, montagem de sensores de temperatura e abertura de portas com relatório automático de desvios à temperatura prevista e aberturas de portas em pontos não previstos; Implementação de projectos de reengenharia de processos ao nível operacional utilizando metodologias Lean, permitindo não só uma diferenciação no serviço a cliente mas ainda uma um aumento da eficiência; Montagem de processos inovadores em transporte de temperatura controlada, com relatório on-line da situação, aumentando a integração junto dos clientes deste segmento;

- Na actividade da Logística: expansão do projecto de Auto-Facturação Electrónica de subcontratados;

- Na Reta: com a implementação de uma nova ferramenta de gestão, a qual é estrutural para o desenvolvimento do negócio a curto e médio-longo prazo.

20.2 - DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que o Grupo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação do Grupo perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21 - OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 - DIFERIMENTOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Diferimentos activos		
Custos Diferidos - Seguros	1.610.668,73	572.501,13
Custos Diferidos - Fornecimentos e Serviços Externos	571.645,27	209.865,00
	2.182.314,00	782.366,13
Diferimentos passivos		
Proveitos Diferidos - <i>Leaseback</i>	105.879,28	194.115,34
Outros Proveitos Diferidos	173.698,04	75.884,62
	279.577,32	269.999,96

21.2 - RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

As rubricas de reservas, resultados e outras variações nos capitais próprios, decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	614.967,83	1.093.315,70	5.347.074,05	4.362.703,84	11.418.061,42
Dividendos	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados	229.781,07	4.358.340,32	(185.915,97)	(4.362.703,84)	39.501,58
Resultado do ano	-	-	-	1.635.152,72	1.635.152,72
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	844.748,90	5.451.656,02	5.161.158,08	1.635.152,72	13.092.715,72

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2010 - Reexpressado	593.100,00	14.535.049,72	(1.995.027,11)	5.061.672,38	18.194.794,99
Dividendos	-	(10.961.651,33)	2.406.251,33	-	(8.555.400,00)
Aplicação de resultados	21.867,83		4.985.302,91	(5.061.672,38)	(54.501,64)
Resultado do ano	-	-	-	4.362.703,84	4.362.703,84
Outros - Concretização Difusão FLS	-	(2.480.082,69)	-	-	(2.480.082,69)
Outros	-	-	(49.453,08)	-	(49.453,08)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 - Reexpressado	614.967,83	1.093.315,70	5.347.074,05	4.362.703,84	11.418.061,42



a) aplicação de resultados

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de Março de 2011, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante 4.595.621,39 euros, na LS - Luís Simões, SGPS, S.A. teve a seguinte aplicação:

- Reservas Legais:	229.781,07
- Outras Reservas:	4.358.340,32
- Dividendos:	7.500,00

A reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos.

b) Realização do excedente de revalorização

O movimento do excedente de revalorização no exercício findo em 31.12.2011 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização act. fixos tang.	Excedente de revalorização total
Saldo no início do período	14.099.802,07	14.099.802,07
Reavaliações do período	-	-
Amortizações e imparidades	(1.058.813,44)	(1.058.813,44)
Alienações e abates	-	-
Impostos Diferidos	279.242,31	
Outros movimentos	-	-
Saldo no final do período	13.320.230,94	13.040.988,63

21.3 - DIVIDENDOS PAGOS

Não ocorreu qualquer pagamento de dividendos durante o exercício de 2011. Durante o exercício de 2010 o Grupo procedeu ao pagamento de dividendos no valor total de 8.555.400 euros, dos quais 1.142.000 euros corresponderam a dividendos antecipados do próprio ano.

21.4 - INTERESSES MINORITÁRIOS

Nos exercícios de 2010 e 2011 o saldo de interesses minoritários registou a seguinte evolução:

	2011	2010
Saldo em 1 de Janeiro	1.353.460,31	1.199.764,22
Aquisições	-	-
Lucro do período	29.105,69	106.694,45
Dividendos	-	-
Alienações	-	-
Outros	(47.001,64)	47.001,64
Saldo em 31 de Dezembro	1.335.564,36	1.353.460,31

21.5 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	758.087,34	(33.251,00)	542.357,48	(171.005,11)
Estimativa de imposto	(191.798,36)	175.030,68	(79.305,71)	270.519,75
Retenção na Fonte	22.279,62	17.814,79	10.447,72	18.312,09
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	509.254,79	-	500.538,24
Imposto sobre o valor acrescentado - a recuperar		-	22.961,72	-
IVA a Recuperar - Portugal	495.377,47	-	441.994,63	-
IVA a Recuperar - Espanha	645.087,76	-	698.931,54	-
IVA a Recuperar - outros países	54.292,39	-	39.072,92	-
IVA Reenbolsos Pedidos - Espanha	1.513.148,72	-	1.336.139,25	-
IVA Reenbolsos Pedidos - outros países	17.237,38	-	44.482,85	-
Imposto sobre o valor acrescentado - a pagar	-	787.465,84	-	768.944,12
Contribuições para a Segurança Social	-	1.392.457,39	-	2.756.022,38
	3.057.082,40	4.143.331,47	3.057.082,40	4.143.331,47

21.6 - TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Trabalhos para a Própria Entidade		
Activos Fixos Tangíveis	157.402,51	106.727,21
	<u>157.402,51</u>	<u>106.727,21</u>

21.7 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Subcontratos	94.317.249,64	89.316.679,42
Trabalhos especializados	4.417.726,10	2.660.625,90
Publicidade e Propaganda	231.397,89	282.681,06
Vigilância e Segurança	1.009.351,88	875.505,22
Conservação e Reparação	1.415.341,78	2.191.894,42
Electricidade	1.198.970,89	1.214.333,55
Combustíveis	15.222.983,94	13.079.642,15
Deslocações e Estadas	1.278.744,98	1.222.439,84
Rendas e Alugueres	7.391.728,02	9.005.788,49
Comunicação	845.979,48	928.427,76
Seguros	1.752.218,89	1.603.969,48
Limpeza, higiene e conforto	1.042.272,13	1.093.568,14
Portagens	2.157.859,23	1.590.505,38
Outros	3.059.454,74	2.522.267,62
	<u>135.341.279,59</u>	<u>127.588.328,43</u>

Os dispêndios reconhecidos como gastos de carácter ambiental nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Recolha de resíduos	185.724,94	203.035,93
	<u>185.724,94</u>	<u>203.035,93</u>

21.8 - AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Ganhos por aumentos de Justo Valor		
Em instrumentos financeiros		
Passivos		
Derivados de não cobertura	-	63.889,86
	<u>-</u>	<u>63.889,86</u>

21.9 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Cedência de gasóleo/adblue	9.317.605,28	8.741.267,96
Cedência de pessoal	-	56.697,68
Seguros	83.815,07	86.366,66
Cedência de exploração	1.313,23	43.484,34
Conserv. e reparação viatura	289.471,01	83.486,03
Resíduos valorizados	185.416,49	144.514,12
Outros rendimentos suplementares	353.133,55	131.350,29
Descontos de pronto pagamento obtidos	863.300,26	731.432,43
Recuperação de dívidas a receber	448,71	1.537,13
Indemnizações sinistros	239.531,86	112.113,08
Ganhos em imobilizado	3.040.392,70	1.710.469,44
Taxa início contrato pneus	69.056,67	161.144,20
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.143,75	547.648,03
Rendas propriedades de investimento	11.647,77	7.424,37
Outros	172.785,75	150.945,54
	<u>14.629.062,10</u>	<u>12.709.881,30</u>

21.10 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos e Taxas	559.898,89	464.939,89
Dívidas incobráveis	-	117.821,08
Correcções relativas a exercícios anteriores	111.567,51	4.130,00
Perdas em imobilizado	112.085,94	94.474,87
Donativos	33.160,20	50.723,45
Quotizações	29.840,62	43.956,13
Sinistros	740.890,87	713.961,89
Multas	57.964,71	56.742,14
Taxa início contrato pneus	(3.618,87)	68.492,27
Outros	64.229,87	81.030,87
	<u>1.706.019,74</u>	<u>1.696.272,59</u>

21.11 - DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010 reexpressos
Intangíveis (Nota 7)	467.684,78	366.551,69
Activos fixos tangíveis (Nota 8)	13.749.889,76	13.204.433,75
Propriedades de investimento (Nota 12)	7.418,18	7.418,16
	<u>14.224.992,72</u>	<u>13.578.403,60</u>

21.12 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2010	2009
Juros Obtidos		
De depósitos	1.368,15	-
Outros rendimentos similares	-	152,41
	<u>1.368,15</u>	<u>152,41</u>

21.13 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros Suportados		
De financiamentos obtidos		
Ao custo ou ao custo amortizado	700.544,17	149.093,85
De financiamentos obtidos - Out Ent Relac - Nota 6	151.090,92	43.775,64
De descobertos bancários	595.104,37	393.484,87
De Locações Financeiras	653.930,73	486.408,59
De <i>Factoring</i>	83.569,92	25.733,54
De <i>Confirming</i>	58.292,81	-
Outros		
Ao custo ou ao custo amortizado	265.299,42	236.298,18
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.070,07	10.278,20
Outros gastos e perdas de financiamento		
Outros	-	126,25
	<u>2.508.902,41</u>	<u>1.345.199,12</u>

21.14 - GARANTIAS PRESTADAS

A responsabilidade por garantias prestadas das empresas incluídas na consolidação é de 5.248.270 euros (1.105.681 euros em 2010) e refere-se essencialmente a garantias bancárias.

Adicionalmente, o Grupo apresenta livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 53.532.611 euros (50.940.745 euros a 31 de Dezembro de 2010).

21.15 - RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 foi determinado conforme se segue:

	2011	2010
Resultados:		
Resultado líquido do período	1.635.152,72	4.362.703,84
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	5.975.790,00	5.975.790,00
Resultado por acção básico	<u>0,27</u>	<u>0,73</u>

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano Sousa

A Administração
José Luís Soares Simões - Presidente
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO (CONTAS CONSOLIDADAS)

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração de LS - Luís Simões, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa e das suas filiais mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções Verificámos que:

- o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspetos mais significativos;

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de

Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;
- sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas;

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

6 de junho de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000; Fax +351 231 599 999; www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da LS - Luís Simões, SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 168.985.426 euros e um total de capital próprio de 49.745.773 euros, o qual inclui interesses minoritários de 1.635.153 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenha sido a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da LS - Luís Simões, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

6 de Junho de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Luís Simões Logística Integrada, S.A.

A | RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE NO EXERCÍCIO

A Logística e o Transporte definem-se cada vez mais como um processo estratégico, que acrescenta valor, permite diferenciação e cria vantagem competitiva. São cada vez menos um negócio baseado em activos físicos e cada vez mais um serviço assente em conhecimento avançado e em sofisticados sistemas de informação, visando os mais altos níveis de serviço e de satisfação aos clientes.

A **LSLI como Operador Logístico** da Luís Simões em Portugal, presta serviços integrados de transporte, armazenagem, preparação de encomendas, controlo de inventários e distribuição, para além de outros serviços de valor acrescentado, tais como, embalagem, etiquetagem, confecção de *pack's* promocionais e “customização” de produtos.

É líder em Portugal na Logística e Distribuição de Produtos de Grande Consumo, operando ainda no sector de Bebidas, Higiene e Limpeza e electrodomésticos.

O ano de 2011 foi marcado pelos seguintes factores:

- Reforço da posição da LSLI nos segmentos do mercado em que actua;
- Entrada em novos segmentos de Mercado;
- Segmento Horeca, com a actividade em 2 clientes;
- Segmento de Logística promocional e PLV (Promoção Local de Venda), com o início da actividade de implementações em Lojas;
- Assegurado o funcionamento, em todo o seu potencial, do novo Centro de Operações Logísticas do Futuro, no pólo logístico da Luís Simões no Carregado, que havia sido inaugurado em Novembro de 2008. Este novo armazém, semi-automático, suportou a angariação de novos clientes, e atingiu ocupações superiores a 80%;

A **LSLI como Operador de Transporte** da Luís Simões em Portugal, presta serviços de transporte rodoviário de mercadorias, operando numa lógica de gestão integrada de abordagem ao mercado ibérico de transporte, em conjunto com a empresa Luís Simões Logística Integrada S.A., sediada em Madrid.

Luís Simões Logística Integrada, S.A.
Nº Matricula/NIF: 500 289 050 | C.R.C. Loures | Capital Social: 11.000.000,00 Euros
Moninhos, 2671-951 Loures

Estas empresas são líderes de mercado nos serviços entre Portugal e Espanha detendo mais de 12% de quota de mercado nesse segmento específico, medido em toneladas transportadas.

A falta de condições de financiamento em Portugal e a redução de actividade em geral, levaram a uma redução drástica das importações, e inclusivamente a algum aumento das exportações com impacto decisivo no agravamento do desequilíbrio de fluxos.

A actividade da empresa foi ainda marcada por alguns acontecimentos, que importa destacar:

- Entrada no negócio do canal Horeca em Portugal, sector com elevado grau de especialização e onde a tecnologia e processo da LS é diferenciadora;
- Montagem de processos inovadores em transporte de temperatura controlada, com *report on-line* da situação, aumentando a integração junto dos clientes deste segmento;
- Implementação de projectos de reengenharia de processos ao nível operacional utilizando metodologias Lean, permitindo não só uma diferenciação no serviço a cliente mas ainda um aumento da eficiência;
- Conquista de operações de gestão integral da expedição de fábricas sobretudo no sector do papel, aumentando a quota neste sector e permitindo maior integração e valor acrescentado ao cliente, com soluções globais com presença *in-plant*;
- Cada vez mais a empresa potenciou a alienação de viaturas para transportadores com serviço incluído, flexibilizando a operação e aumentando a integração com transportadores permanentes;
- Foram implementadas parcerias estratégicas com alguns transportadores, aumentando assim a base de meios disponíveis da empresa, num formato profissionalizado e com qualidade assegurada.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

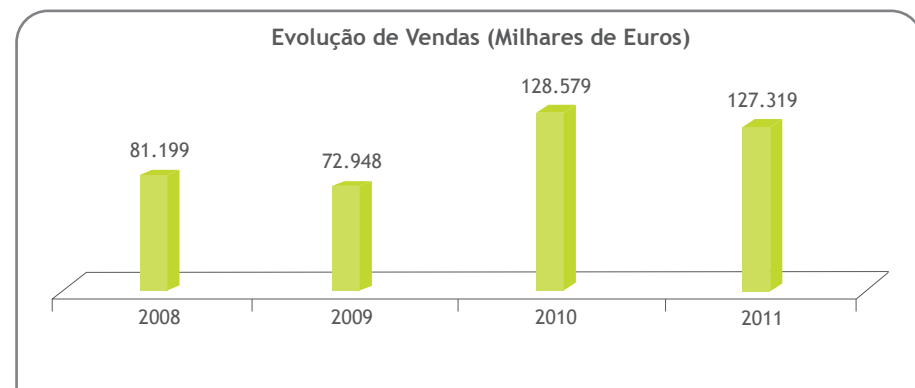
A Luís Simões Logística Integrada, fixou o seu Volume de Vendas nos **127 Milhões Euros**, uma redução de 1%, numa altura em que se verifica uma quebra generalizada do consumo, como já não acontecia há longos anos, e com maiores reflexos nos últimos meses de 2011.



115

Mundialmente assiste-se a uma contracção económica que deixará marcas profundas, e com forte impacto na península Ibérica, provocando uma redução de fluxos entre os dois países, com alguns clientes a perderem dinamismo pela redução drástica do consumo das famílias.

Apesar da quebra de actividade de alguns clientes estruturais à empresa, e da necessidade crescente destes em reduzir custos, a Luís Simões Logística Integrada manteve uma carteira de clientes sólida, em que o domínio dos processos logísticos e de transporte, foram claramente determinantes para manter a qualidade do serviço prestado, com os clientes a reconhecerem esse factor como diferenciador.



O EBITDA fixou-se nos **8.010 Mil Euros**, e representa 6% sobre o Volume de Vendas da empresa.

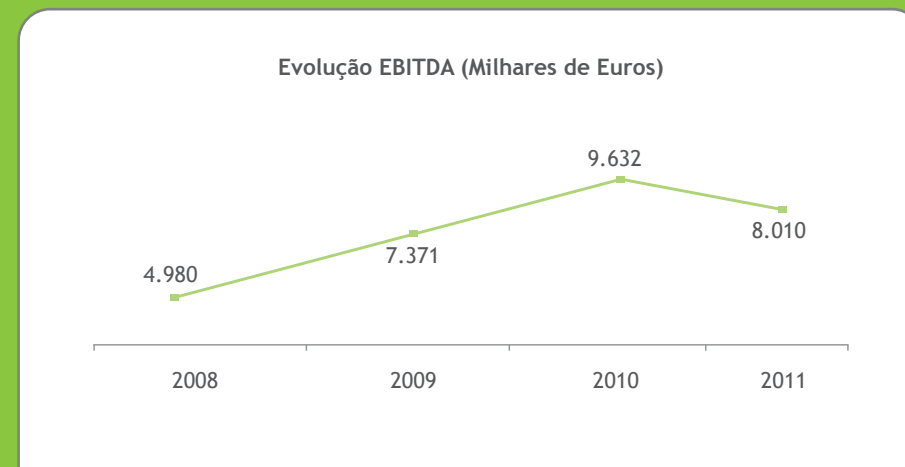
Assiste-se a um aumento galopante do custo do combustível, com impacto directo nos resultados da empresa, no valor de **1.593 Mil Euros**, sem que se conseguisse repercutir esse custo, nos clientes. Outros custos foram penalizadores, como o aumento das portagens essencialmente no final do ano.

As mais valias obtidas com a alienação de viaturas, utilizadas para assegurar a reduzida idade média da frota, foram de 2.598 Mil Euros, concorreram para o Resultado Operacional da empresa, assim como do Resultado Líquido que se fixou nos **1.271 Mil Euros**.

O Investimento no ano, foi de **8.035 Mil Euros**, na sua maioria afecto a viaturas, e com um carácter de substituição.

O reforço do Capital Próprio da empresa, através dos resultados obtidos, em conjunto com a diminuição do Total do Activo, conduziram a uma melhoria no

rácio de Autonomia Financeira, o qual passou de 24% em 2010, para 27% no final de 2011, expressando um fortalecimento da situação financeira da empresa.



PERSPECTIVAS PARA 2011

A LSLI encara 2012, com muita prudência em face de todas as dificuldades do meio envolvente, mas ainda assim com uma perspectiva de crescimento da sua actividade.

De facto, a empresa assistiu em 2011, ao preço mais alto de sempre em termos de combustível e num cenário marcado pela ausência de crescimento económico, a actualização de preços a clientes chocará constantemente com intenções contrárias por parte destes, em virtude da pressão para racionalização de custos um pouco por todos os sectores.

Assim sendo, a pressão para a gestão eficiente de recursos e para a inovação em projectos e processos que permitam fazer mais e melhor com menos custo, será a nota dominante neste próximo ano.

Neste sentido o **Negócio Logístico**, tem as suas linhas de actuação, assentes nos seguintes pontos;

- Grande orientação para manutenção de elevado domínio e qualidade nos processos logísticos, de forma a assegurar a manutenção de elevados níveis de serviço aos clientes actuais, e capacidade para continuar a integrar novos negócios e actividades;
- Enfoque no projecto iniciado em 2010 de melhoria da gestão das operações internas (actividades logísticas dentro do armazém), cujo objectivo é assegurar níveis de excelência na qualidade e produtividade do serviço prestado aos clientes;

- Grande atenção aos clientes e ao mercado, devendo ser dada prioridade ao crescimento de negócio com a conquista de novos clientes, seja nos segmentos actuais ou em novos segmentos de mercado;
- Manter o investimento no desenvolvimento de tecnologias de informação que suportem um domínio estruturado de todos os processos logísticos, e permitam ter mais e melhor informação de gestão. Neste contexto estão definidas prioridades para:
- Conclusão do projecto de desenvolvimento de uma aplicação para gerir a actividade de *CoPacking*;
- Introdução de novos módulos de informação de gestão na ferramenta de *Business Intelligence* (Produtividade Individual, Gestão Frota, Indicadores RH);
- Diversos projectos no âmbito da facturação, nomeadamente, Auto-Facturas de Subcontratados e Facturação electrónica a clientes;
- Renovação de imagem e conteúdo do Portal;
- Implementação na maioria dos subcontratados da tecnologia LS MOBILE.

O **Negócio do Transporte**, tem como grandes factores marcantes na sua estratégia, os seguintes pontos:

- Reforçar a equipa de gestão em concreto ao nível de funções de desenvolvimento comercial;
- Redimensionamento das equipas de cariz administrativo / operacional, simplificando processos;
- Lançamento do projecto estratégico denominado “GO-INTER” com o objectivo de dinamizar o negócio inter-regional;
- Preparar certificação nas normas ambiental e alimentar;
- Continuar a apostar em projectos de reengenharia de processos que aumentem a eficiência das operações;
- Consolidar o projecto LS PLUS cumprindo o objectivo de desenvolvimento e formação da equipa de gestão;
- Potenciar a utilização de clientes do Grupo Luís Simões em outros negócios como base para crescimento do negócio de transporte;
- Estruturar a política de *outsourcing* em termos de transporte, permitindo aumentar as sinergias com transportadores e o aumento da qualidade média desta frota;
- Promover projectos inovadores na relação com clientes, facultando soluções tecnologicamente avançadas e que aumentem o nível de serviço;
- Garantir implementação do projecto LS MOBILE, projecto que garante a comunicação electrónica com todos os transportadores ao serviço da empresa;
- Promover a implementação de um novo portal LSNET, melhorando

a capacidade de interacção com clientes e transportadores e o seu domínio das operações com a Luís Simões.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos da Empresa é definida pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade de cada uma das áreas a sua aplicação prática.

A Empresa pretende que as Políticas de Gestão de Riscos, actualmente descentralizadas pelas diversas áreas da sua estrutura, sejam no futuro consolidadas com o objectivo de promover uma actuação integrada das diversas vertentes de gestão de risco.

A gestão de riscos de crédito, de taxa de juro, de tesouraria e restantes riscos financeiros é da responsabilidade da Direcção Financeira do Grupo.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

José Luís Soares Simões	Presidente/Admin. Delegado
Leonel Fernando Soares Simões	Vogal
Jorge Manuel Soares Simões	Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blazquez Pereira Silva	Secretária

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados	Efectivo
João Carlos Miguel Alves	Suplente

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Empresa Luís Simões Logística Integrada, S.A., encerrou o exercício de 2011 com Resultados Líquidos no valor de 1.271.053,45 Euros.

Atendendo às disposições legais e estatutárias aplicáveis, é proposta a seguinte aplicação de resultados:

Reservas Legais	63.552,67
Outras Reservas	317.763,00
Dividendos	889.737,78

Moninhos, 17 de Fevereiro de 2012

José Luís Soares Simões - Presidente

Leonel Fernando Soares Simões
Vogal

Jorge Manuel Soares Simões
Vogal



B | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		2011	2010
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	24.677.769,94	23.651.422,71
Activos intangíveis	6	1.034.487,32	964.100,89
Participações financeiras - outros métodos	16	10.297,26	2.797,26
Activos por impostos diferidos	15	2.163.150,71	1.740.945,59
		27.885.705,23	26.359.266,45
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	9	256.352,34	266.774,37
Clientes	16	25.833.343,55	25.560.452,89
Adiantamentos a fornecedores	16	101.770,21	295.095,06
Estado e outros entes públicos	19.4	2.674.533,12	2.560.621,19
Accionistas / sócios	16	6.088,91	-
Outras contas a receber	16	4.438.219,78	8.850.171,36
Diferimentos	19.1	1.379.708,81	442.172,74
Caixa e depósitos bancários	16	53.998,41	1.367.504,91
		34.744.015,13	39.342.792,52
Total do activo		62.629.720,36	65.702.058,97
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	16	11.000.000,00	11.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	16	3.103.900,00	3.103.900,00
Reservas legais	19.2	905.012,41	783.466,73
Outras reservas	19.2	1.167.367,95	-
Resultados transitados	19.2	(516.095,79)	(516.833,91)
Excedentes de revalorização	19.2	1.223,38	1.961,50
Outras variações no capital próprio	19.2	27.502,48	27.502,48
		15.688.910,43	14.399.996,80

Resultado líquido do período		1.271.053,45	2.430.913,63
Dividendos antecipados	19.3	-	(1.142.000,00)
Total do capital próprio		16.959.963,88	15.688.910,43
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	172.475,68	687.843,34
Financiamentos obtidos	16	10.583.595,65	9.928.423,15
Passivos por impostos diferidos	15	26.965,02	56.664,46
		10.783.036,35	10.672.930,95
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	16	18.667.415,17	20.096.642,57
Estado e outros entes públicos	19.4	1.027.366,78	1.004.238,28
Accionistas / sócios	16	-	60.350,41
Financiamentos obtidos	16	7.951.134,77	11.485.676,74
Outras contas a pagar	16	7.025.269,87	6.467.527,57
Diferimentos	19.1	215.533,54	225.782,02
		34.886.720,13	39.340.217,59
Total do passivo		45.669.756,48	50.013.148,54
Total do capital próprio e do passivo		62.629.720,36	65.702.058,97

O Técnico Oficial de Contas
Cesaltina Maria Soares Gonçalves

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	10	127.319.475,37	128.579.204,01
Subsídios à exploração	12	21.471,57	4.778,81
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(12.869.931,18)	(11.296.271,19)
Fornecimentos e serviços externos	19.5	(93.018.621,46)	(93.277.011,15)
Gastos com o pessoal	17	(26.235.080,81)	(26.151.312,19)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	16.7	(1.007.655,70)	(256.902,11)
Provisões (aumentos / reduções)	11	189.281,18	(319.643,51)
Aumentos / reduções de justo valor	19.6	-	63.889,86
Outros rendimentos e ganhos	19.6	14.589.686,83	13.230.998,93
Outros gastos e perdas	19.6	(978.883,28)	(946.028,34)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.009.742,52	9.631.703,12
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.9	(6.565.247,23)	(6.556.867,36)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.444.495,29	3.074.835,76
Juros e rendimentos similares obtidos	19.10	40.097,29	87.793,22
Juros e gastos similares suportados	19.11	(732.342,71)	(544.468,52)
Resultado antes de impostos		752.249,87	2.618.160,46
Imposto sobre o rendimento do período	15	518.803,58	(187.246,83)
Resultado líquido do período		1.271.053,45	2.430.913,63

O Técnico Oficial de Contas

Cesaltina Maria Soares Gonçalves

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Recebimentos de clientes		172.505.265,01	171.755.532,09
Pagamentos a fornecedores		(137.850.482,46)	(135.072.920,01)
Pagamentos ao pessoal		(18.472.374,74)	(18.898.366,13)
Caixa gerada pelas operações		16.182.407,81	17.784.245,95
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(60.350,41)	129.557,01
Outros recebimentos/pagamentos		(5.608.507,65)	(10.161.366,50)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		10.513.549,75	7.752.436,46
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(2.478.960,38)	(2.614.818,14)
Activos intangíveis		(359.812,77)	-
Investimentos financeiros		(7.500,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1.348.818,60	1.799.792,20
Juros e rendimentos similares		87.640,93	54.361,07
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(1.409.813,62)	(760.664,87)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		117.431.826,64	106.405.992,73
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	3.103.900,00
Doações		-	4.778,81
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(118.170.057,43)	(103.601.360,62)
Juros e gastos similares		(733.667,02)	(541.978,00)
Dividendos		-	(3.103.900,00)
Outras operações de financiamento		(7.980.831,92)	(8.144.177,78)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(9.458.729,73)	(5.876.744,86)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(348.993,60)	1.115.026,73
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(338.760,48)	1.453.787,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(687.754,08)	(338.760,48)

O Técnico Oficial de Contas
Cesaltina Maria Soares Gonçalves

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período de 2010

(Euros)

	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Dividendos antecipados	Total
Posição no início do período 2010	7.000.000,00	-	481.858,22	3.703.692,07	(5.298.183,00)	-	27.502,48	(2.042.062,74)		7.956.932,51
Alterações no período:										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	738,12	(738,12)	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	186.604,63	-	-	-	-	186.604,63
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										
<i>Incorporação por fusão da DLS</i>	2.500.000,00	-	253.868,11	407.120,86	97.428,05	2.699,62	-	508.559,20	-	3.769.675,84
<i>Incorporação por fusão da TR</i>	1.496.394,00	-	19.960,99	49.385,33	(204.890,27)	-	-	(16.066,23)	-	1.344.783,82
	10.996.394,00	-	755.687,32	4.160.198,26	(5.218.302,47)	1.961,50	27.502,48	2.534.555,71	-	13.257.996,80
Resultado líquido do período								2.430.913,63	-	2.430.913,63
Dividendos Antecipados									(1.142.000,00)	(1.142.000,00)
Resultado integral								4.965.469,34	(1.142.000,00)	14.546.910,43
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital	3.606,00	-	-	(3.606,00)	-	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados	-	-	27.779,41	-	2.506.776,30	-	-	(2.534.555,71)	-	-
Prestações Suplementares	-	3.103.900,00	-	-	-	-	-	-	-	3.103.900,00
Outras operações										
Cobertura Prejuízos 2008 e 2009	-	-	-	(2.576.460,51)	2.576.460,51	-	-	-	-	-
Distribuição Dividendos	-	-	-	(1.580.131,75)	(381.768,25)	-	-	-	-	(1.961.900,00)
	3.606,00	3.103.900,00	27.779,41	(4.160.198,26)	4.701.468,56	-	-	(2.534.555,71)	-	1.142.000,00
Posição no fim do período 2010	11.000.000,00	3.103.900,00	783.466,73	-	(516.833,91)	1.961,50	27.502,48	2.430.913,63	(1.142.000,00)	28.946.907,22

Período de 2011

(Euros)

	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Dividendos antecipados	Total
Posição no início do período 2011	11.000.000,00	3.103.900,00	783.466,73	-	(516.833,91)	1.961,50	27.502,48	2.430.913,63	(1.142.000,00)	15.688.910,43
Alterações no período:										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	738,12	(738,12)	-	-	-	-
	11.000.000,00	3.103.900,00	783.466,73	-	(516.095,79)	1.233,38	27.502,48	2.430.913,63	(1.142.000,00)	15.688.910,43
Resultado líquido do período								1.271.053,45	-	1.271.053,45
Resultado integral								3.701.967,08	(1.142.000,00)	16.959.963,88
Operações com detentores de capital no período										
Aplicação de resultados	-	-	121.545,68	1.167.367,95	-	-	-	(1.288.913,63)	-	(0,00)
Distribuição Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.142.000,00)	1.142.000,00	-
	-	-	121.545,68	(1.167.367,95)	-	-	-	(2.430.913,63)	1.142.000,00	(0,00)
Posição no fim do período 2011	11.000.000,00	3.103.900,00	905.012,41	1.167.367,95	(516.095,79)	1.223,38	27.502,48	1.271.053,45	-	16.959.963,88



ANEXO

(Informação em Euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

A Empresa foi constituída em 26 de Novembro de 1968 com a denominação Social de Transportes Luis Simões, Lda, com o NIF 500 289 050. Em 1996 a empresa foi transformada em sociedade anónima. Em 1 de Outubro de 2010, foi objecto de uma fusão por incorporação, com efeitos a 01 de Janeiro de 2010, sendo a sociedade incorporante das sociedades Transportes Reunidos, Lda e DLS - Distribuição Luis Simões, S.A., tendo também alterado a sua denominação social para LUIS SIMÕES LOGISTICA INTEGRADA, S.A. (adiante designada por “Empresa”).

1.2. SEDE:

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

1.3. NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A actividade da Empresa consiste na prestação de serviços de transporte rodoviário de mercadorias, operando numa lógica de gestão integrada de abordagem ao mercado ibérico de transportes, em conjunto com a empresa Luís Simões Logística Integrada, SA (Espanha); prestação de serviços integrados de logística (transporte, armazenagem, preparação de encomendas, controlo de inventários e distribuição, para além de outros serviços de valor acrescentado, tal, como, embalagem, etiquetagem, confecção de pack's promocionais e “customização” de produtos) e restantes actividades auxiliares e complementares.

1.4. DESIGNAÇÃO DA EMPRESA-MÃE:

A empresa-mãe denomina-se LS - Luís Simões, SGPS, S.A.

1.5. SEDE DA EMPRESA-MÃE:

A empresa-mãe tem sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 17 de Fevereiro de 2012. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1- CONVERSÃO CAMBIAL

3.1.1 - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.1.2 - TRANSACÇÕES E SALDOS

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de Bem	2011	2010
Edifícios e Outras Construções	2,00 - 33,33	2,00 - 33,33
Equipamento básico	5,00 - 33,33	5,00 - 33,33
Equipamento de transporte	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00
Equipamento administrativo	8,33 - 33,33	8,33 - 33,33
Outros Activos Fixos Tangíveis	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.3 - LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.4 - INTANGÍVEIS

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

A Empresa valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo.

- Activos intangíveis com vida útil finita
Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.
- Activos intangíveis com vida útil indefinida
Os activos que pela sua natureza não possuam uma vida útil definida não são amortizados, estando sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que os mesmos apresentem sinais de imparidade.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Bem	2011	2010
Programas de computador	16,66 - 33,33	16,66 - 33,33

3.5 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, a perda de imparidade não é reconhecida, sendo feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

A Empresa utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transacção, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

3.7 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

3.8 - INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição, sendo adoptado como método de custeio das saídas dos inventários o custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

3.9 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os activos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos e passivos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos activos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os activos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da

taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado:

i) os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes valores estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

3.11 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os créditos sobre clientes cedidos sem recurso i.e. em que no caso de não pagamento por parte dos Clientes a perda é assumida pela empresa de factoring são desreconhecidos do Balanço aquando do recebimento das quantias provenientes da empresa de factoring.

3.12 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes (Subsídios ao Investimento) são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam. Outros subsídios do Governo (Subsídios à Exploração) são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.13 - PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

3.14 - GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.15 - RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.16 - ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.17 - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.18 - CAPITAIS PRÓPRIOS

a) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As acções próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das acções próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

b) Dividendos Antecipados

A distribuição de dividendos aos sócios da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.19 - MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios de carácter ambiental os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade da Empresa e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela Empresa.

3.20 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Luís Simões Logística Integrada, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.20.1 - Activos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adoptadas por empresas do sector.

3.20.2 - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efectuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efectuadas pela Luís Simões dos fluxos de caixa que se espera receber.

3.20.3 - Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos dos valores registados, nomeadamente, no que se refere aos processos em curso e às contingências.

3.20.4 - Reconhecimento de activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos activos por impostos diferidos é efectuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	-	-
Depósitos à Ordem	53.998,41	1.367.504,91
Outros Depósitos Bancários	-	-
	<u>53.998,41</u>	<u>1.367.504,91</u>

O saldo de Caixa e Equivalentes constante na Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	-	-
Depósitos à Ordem	53.998,41	1.367.504,91
Outros Depósitos Bancários	-	-
	<u>53.998,41</u>	<u>1.367.504,91</u>
Descobertos Bancários	(741.752,49)	(1.706.265,39)
	<u>(687.754,08)</u>	<u>(338.760,48)</u>

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade LS - Luís Simões, SGPS, S.A. sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na referida entidade.

5.2 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 não existiram remunerações atribuídas pela empresa ao pessoal chave da gestão.

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão.

5.3 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (Serviços que presta)	Natureza do relacionamento (Serviços que recebe)
Empresa-mãe:		
Luís Simões SPGS, S.A.	Financiamentos	Dividendos
Outras partes relacionadas:		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	Serviços transporte e logística	Serviços transporte e logística
Reta, S.A.	Aluguer semi reboques; Serviços de manutenção	Cedência gasóleo
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Serviços de Administração; Serviços Técnicos, Administrativos e de Gestão	Cedência gasóleo;
Lusiseg, Lda.	Seguros	Cedência gasóleo;
Pessoal chave da gestão	n/a	n/a

b) Quantias de transacções e saldos pendentes com partes relacionadas

A quantia das transacções e dos saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte

	Ano	Vendas / Prest Serviços	Compras Bens / Ser- viços	Outros Rendimentos e Ganhos	Outros Custos e Perdas
Empresa-mãe:					
Luís Simões SPGS, S.A.	2010	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-
Outras partes relacionadas:					
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	2010	28.626.961,18	1.422.308,34	1.279.161,82	-
	2011	29.056.225,12	1.993.550,98	1.209.717,55	-
Reta, S.A.	2010	59.669,00	3.372.253,64	286.581,59	160.370,65
	2011	60.648,00	3.205.195,26	364.071,69	213.753,03
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	70.692,00	6.573.657,36	27.156,58	7.607,21
	2011	65.088,00	6.219.502,14	16.427,76	-
Lusiseg, Lda.	2010	552,00	-	2.316,95	-
	2011	-	-	4.490,90	-

	Ano	Clientes	Outras contas a receber	Fornecedores	Outras contas a pagar	Diferimentos
Empresa-mãe:						
Luís Simões SPGS, S.A.	2010		87.641,03		130.577,95	-
	2011		46.186,20	120,00	25.796,30	-
Outras partes relacionadas:						
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	2010	261.904,62	2.361.250,51	187.812,43	90.224,32	-
	2011	229.586,91	1.458.066,65	93.174,22	81.683,13	-
Reta, S.A.	2010	30.093,50		392.560,04		-
	2011	49.308,33	-	230.180,65	66.288,00	109.654,26
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	17.873,67		105.175,66		-
	2011	13.968,33	248.448,00	137.351,65	-	-
Lusiseg, Lda.	2010	191,37	-	-	-	-
	2011	762,95	-	-	-	-

Não existem ajustamentos de dívidas de cobranças duvidosas relacionados com a quantia de saldos pendentes, nem gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

A quantia dos financiamentos a receber e a pagar de partes relacionadas bem como dos rendimentos e gastos de juros são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Financiamentos a Receber	Financiamentos a Pagar	Rendimen- tos de Juros	Gastos de Juros
Empresa-mãe:					
Luís Simões SPGS, S.A.	2010	-	322.634,97	87.640,93	70.227,54
	2011	-	169.483,12	40.097,29	25.796,30

6 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

6.1 — DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE ACTIVOS INTANGÍVEIS, DISTINGUINDO ENTRE OS ACTIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Todos os Activos Intangíveis da Empresa têm vida útil finita. A Empresa não possui no seu património Activos intangíveis com vida útil indefinida.



Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas computador	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Valores em 01.01.2010				
Quantias brutas escrituradas	95.690,09	69.835,00	-	165.525,09
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(76.667,70)	-	-	(76.667,70)
Quantias líquidas escrituradas	19.022,39	69.835,00	-	88.857,39
Adições	59.190,77	-	-	59.190,77
Transferências	69.835,00	(69.835,00)	-	-
Incorporação DLS				
Quantias brutas escrituradas	2.093.306,76	-	-	2.093.306,76
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.014.189,54)	-	-	(1.014.189,54)
Amortizações	(263.064,49)	-	-	(263.064,49)
Valores em 31.12.2010				
Quantias brutas escrituradas	2.318.022,62	-	-	2.318.022,62
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.353.921,73)	-	-	(1.353.921,73)
Quantias líquidas escrituradas	964.100,89	-	-	964.100,89
Adições	318.530,71	-	50.628,00	369.158,71
Amortizações	(298.722,28)	-	-	(298.722,28)
Valores em 31.12.2011				
Quantias brutas escrituradas	2.636.553,33	-	50.628,00	2.687.181,33
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.652.694,01)	-	-	(1.652.694,01)
Quantias líquidas escrituradas	983.859,32	-	50.628,00	1.034.487,32

6.2 —ACTIVOS INTANGÍVEIS COM TITULARIDADE RESTRINGIDA, E DADOS COMO GARANTIAS DE PASSIVOS

Os Programas de Computador não são propriedade da empresa, a qual se limita a ter os respectivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

Não existem activos intangíveis dados como garantias de passivos.

6.3 — COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos intangíveis.

7 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tan- gíveis em curso	Totais
Valores em 01.01.2010							
Quantias brutas escrituradas	371.964,74	34.899.928,36	45.223,72	2.349.931,34	41.961,81	119.809,47	37.828.819,44
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(34.758,59)	(20.581.635,37)	(45.223,72)	(2.205.881,27)	(40.034,55)	-	(22.907.533,50)
Quantias líquidas escrituradas	337.206,15	14.318.292,99	-	144.050,07	1.927,26	119.809,47	14.921.285,94
Adições	8.541,67	2.460.752,74	-	227.753,63	31.737,62	19.380,00	2.748.165,66
Transferências		108.204,11	-	-		(119.809,47)	(11.605,36)
Alienações, sinistros e abates							
Quantias brutas escrituradas	(9.799,40)	(4.715.700,10)	(578.079,58)	(2.167.315,50)	(57.277,45)	-	(7.528.172,03)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	9.799,40	4.560.571,90	578.079,58	2.167.315,50	57.277,45	-	7.373.043,83
Outras alterações	-	-	-	-		-	-
Incorporação DLS							
Quantias brutas escrituradas	759.143,36	13.566.271,30	984.775,36	2.282.419,11	425.853,32	-	18.564.462,45
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(453.910,29)	(24.451.881,30)	(570.715,70)	(2.271.038,73)	(162.321,16)	-	(6.121.956,11)
Depreciações	(110.610,49)	(5.766.849,60)	(75.448,63)	(288.875,39)	(52.017,56)	-	(6.293.801,67)
Valores em 31.12.2010							
Quantias brutas escrituradas	1.129.850,37	46.319.456,41	451.919,50	3.238.788,58	442.275,30	19.380,00	51.601.670,16
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(589.481,97)	(24.451.881,30)	(113.308,47)	(2.598.479,89)	(197.095,82)	-	(27.950.247,45)
Quantias líquidas escrituradas	540.368,40	21.867.575,11	338.611,03	640.308,69	245.179,48	19.380,00	23.651.422,71
Adições	20.333,48	7.015.036,06	540,00	302.732,52	12.277,51	315.474,57	7.666.394,14
Transferências		6.460,00				(6.460,00)	-
Alienações, sinistros e abates	-	-		-	-	-	-
Quantias brutas escrituradas	-	(9.084.245,68)	-	(2.976,79)	-	-	(9.087.222,47)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	8.712.052,96	-	1.597,55	-	-	8.713.650,51
Depreciações	(114.135,91)	(5.737.848,44)	(75.258,90)	(285.102,85)	(54.147,60)		(6.266.493,70)
Reversões	-	-	-	18,75	-	-	18,75
Valores em 31.12.2011							
Quantias brutas escrituradas	1.150.183,85	44.256.706,79	452.459,50	3.538.544,31	454.552,81	328.394,57	50.180.841,83
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(703.617,88)	(21.477.676,78)	(188.567,37)	(2.881.966,44)	(251.243,42)	-	(25.503.071,89)
Quantias líquidas escrituradas	446.565,97	22.779.030,01	263.892,13	656.577,87	203.309,39	328.394,57	24.677.769,94

7.1 –TITULARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Não existem activos tangíveis dados como garantias de passivos, nem hipotecas sobre Terrenos e os Edifícios que sejam propriedade da Empresa nos exercícios de 2011 e 2010.

7.2 – DISPÊNDIOS RECONHECIDOS NA QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UM DOS SEGUINTE ITENS DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL NO DECURSO DA SUA CONSTRUÇÃO

A quantia de dispêndios reconhecida no imobilizado tangível em curso decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Viaturas em Preparação	203.204,76	19.380,00
Obras em instalações	125.189,81	-
	328.394,57	19.380,00

7.3 – QUANTIA INCLUÍDA NOS RESULTADOS, RELATIVA A COMPENSAÇÃO DE TERCEIROS POR ITENS DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL COM IMPARIDADE, PERDIDOS OU CEDIDOS

Durante o exercício, foram reconhecidos como valor de realização na alienação de viaturas 6.385,25 Euros referentes a indemnizações a receber de seguradoras relativas a sinistros por furto de viatura.

7.4 – COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos tangíveis.

8 – LOCAÇÕES

Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço

A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação financeira à data de balanço, para cada categoria de activo, é a constante do quadro seguinte:

	2011	2010
<u>Activos Fixos Tangíveis</u>		
Equipamento básico	18.858.126,46	17.716.172,45
	18.858.126,46	17.716.172,45
<u>Activos Intangíveis</u>		
Programas de Computador	635.838,08	801.605,12
	635.838,08	801.605,12
	19.493.964,54	18.517.777,57

b) Pagamentos mínimos futuros da locação e o seu valor presente

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos
Até 1 ano	5.743.478,51	5.348.232,67	6.283.330,12	6.055.028,61
Entre 1 ano e 5 anos	9.914.218,38	9.387.331,36	10.130.766,22	9.928.423,14
A mais de 5 anos	72.087,21	71.264,29	-	-
Total dos pagamentos mínimos	15.729.784,10	15.983.451,75	16.414.096,34	15.983.451,75
Encargos financeiros	(922.955,78)	n/a	(430.645,23)	n/a
Valor presente dos pagamentos mínimos	14.806.828,32	14.806.828,32	15.983.451,11	15.983.451,75

c) Descrição geral dos acordos de locação significativos:

A Empresa tem contratos de locação para diversos itens de equipamento básico de transporte (incluindo tractores e semi reboques) e de equipamento básico de armazém (estantaria e equipamento armazém automático do Futuro). Apresenta ainda um contrato de locação para aquisição de software, registado em activos intangíveis.

Os contratos referidos não prevêm rendas contingentes e incluem opção de compra.

Locações operacionais

a) Pagamentos mínimos futuros

Os futuros pagamentos mínimos das locações operacionais em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

2011				
Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos			
	Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos	
Alugueres Imóveis	5.886.446,73	5.588.677,70	1.543.353,48	-
Alugueres de Viaturas Ligeiras	106.332,62	120.581,46	209.746,08	-
Alugueres de Viaturas Pesadas	67.267,64	-	-	-
Empilhadores	731.555,36	670.658,15	1.826.182,26	-
	6.791.602,35	6.379.917,31	3.579.281,82	-

2010				
Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos			
	Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos	
Alugueres Imóveis	6.500.752,39	5.483.200,05	1.326.807,70	-
Alugueres Viaturas Turismo	81.199,05	79.593,12	84.029,52	-
Alugueres Viaturas Ligeiras	9.827,56	20.972,44	-	-
Empilhadores	748.086,15	495.387,47	278.619,53	-
	7.339.865,15	6.079.153,08	1.689.456,75	-



9 - INVENTÁRIOS

9.1 - QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	256.352,34	266.774,37
	256.352,34	266.774,37

As matérias-primas correspondem a combustível para abastecimento das viaturas próprias e cedência a subcontratados.

Não existem imparidades registadas relativas a estes activos.

9.2 - QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, as quantias de inventários reconhecidas como gasto foram as seguintes:

	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2010	-	200.351,51	200.351,51
Compras	11.605,36	11.351.088,69	11.362.694,05
Regularizações de inventários	-	16.334,92	-
Existências em 31 de Dezembro de 2010	-	266.774,37	266.774,37
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	11.605,36	11.284.665,83	11.296.271,19
Existências em 1 de Janeiro de 2011	-	266.774,37	266.774,37
Compras	-	12.905.044,58	12.905.044,58
Regularizações de inventários	-	45.535,43	45.535,43
Existências em 31 de Dezembro de 2011	-	256.352,34	256.352,34
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	12.869.931,18	12.869.931,18

10 - RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Venda de Mercadorias		
Mercadorias	-	35.000,00
	-	35.000,00
Prestação de Serviços		
Serviços	127.319.475,37	128.544.204,01
	127.319.475,37	128.544.204,01
	127.319.475,37	128.579.204,01

A repartição do rédito apurado nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, por negócio e por mercados geográficos, é a seguinte:

	2011	2010
Logística	42.257.649,96	43.832.598,85
Transportes	85.061.825,41	84.746.605,16
	127.319.475,37	128.579.204,01
Mercado Interno	93.277.524,49	94.692.306,99
Mercado Externo	34.041.950,88	33.886.897,02
	127.319.475,37	128.579.204,01

Os valores indicados nos quadros acima incluem o montante de 29.181.961,12 Euros em 2011 e de 28.757.874,18 Euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

11 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

11.1 - PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica de provisões durante os exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2010	74.189,96	-	74.189,96
Incorporação DLS	-	258.207,05	258.207,05
Incorporação TR	35.802,82	-	35.802,82
Utilizações no ano	(10.000,00)	-	(10.000,00)
Reversões do ano	(35.787,13)	(28.363,05)	(64.150,18)
Aumentos do ano	-	393.793,69	393.793,69
A 31 de Dezembro de 2010	64.205,65	623.637,69	687.843,34
A 1 de Janeiro de 2011	64.205,65	623.637,69	687.843,34
Utilizações no ano	-	(326.086,48)	(326.086,48)
Reversões do ano	(35.802,82)	(257.551,21)	(293.354,03)
Aumentos do ano	41.139,27	62.933,58	104.072,85
A 31 de Dezembro de 2011	69.542,10	102.933,58	172.475,68

12 - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se descriminados no quadro seguinte:

	2011	2010
Subsídios do Estado	21.471,57	4.778,81
	21.471,57	4.778,81

A Empresa não beneficiou directamente de quaisquer outras formas de apoio do Governo.

13 - ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

No decurso dos exercícios findo em 31.12.2011 e 31.12.2010 foram reconhecidos rendimentos e gastos relativos a diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis, como se apresenta no quadro seguinte:

	2011	2010
Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:		
Outros rendimentos e ganhos		
Outras diferenças de câmbio operacionais	-	6.527,79
	-	6.527,79
Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:		
Juros e gastos similares suportados		
Diferenças de câmbio financeiras	1.070,07	10.278,20
	1.070,07	10.278,20

14 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

14.1 - AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo Conselho de Administração, em 17 de Fevereiro de 2012.

14.2 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE ORIGINARAM ALTERAÇÕES NAS DIVULGAÇÕES

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que originem alterações nas divulgações.

14.3 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTO

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço a referir.

15 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

As empresas do Grupo, encontram-se desde o exercício de 2007, englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), nos termos do artigo 63º e seguintes do CIRC, liderado pela accionista LS - Luís Simões, S.G.P.S., S.A., pelo que os impostos apurados individualmente estão reflectidos no saldo da accionista incluído na rubrica de Accionistas/Sócios.

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respectivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do RETGS é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.



15.1 — DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos

O Gasto (rendimento) por impostos no período é o indicado no quadro seguinte

	2011	2010
Imposto Corrente		
IRC do ano	131.602,10	67.338,05
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(650.405,68)	119.908,78
	(650.405,68)	119.908,78
	(650.405,68)	187.246,83

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Excesso de Estimativa para Impostos	-	86,34
	-	86,34

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

	2011	2010
Activos por imposto diferidos:		
Prejuízos fiscais	(560.892,89)	319.070,29
Provisões e ajustamentos	(120.516,84)	(219.922,47)
<i>Leaseback</i>	23.382,56	20.575,90
Ajustamentos transição SNC	37.320,93	37.320,93
	(620.706,24)	157.044,65
Passivos por impostos diferidos:		
<i>Leaseback</i>	(21.819,41)	(22.706,35)
Mais-Valias fiscais não tributadas em períodos anteriores	(7.801,79)	(14.351,25)
Reservas de reavaliação realizadas no período	(78,24)	(78,24)
	(29.699,44)	(37.135,87)
	(650.405,68)	119.908,78

d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos
Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

e) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos

O efeito no Gasto por Impostos Diferidos de ajustamentos em contas de Impostos Diferidos Activos é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Reversão de Ajustamentos e Provisões anteriores	298.345,38	78.422,79
Mais Valias resultantes do <i>Leaseback</i>	23.382,56	20.575,90
Prejuízos fiscais utilizados no exercício	198.501,12	319.070,29
Ajustamentos transição SNC	37.320,93	37.320,93
	557.549,99	455.389,91

15.2 — RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	752.249,87	2.618.160,46		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%	26,50%	26,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	197.783,72	692.250,02		
Proveitos não tributáveis				
Reversão de perdas de imparidade tributadas em anos anteriores	502.193,92	37.727,99		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	623.637,69	258.207,05		
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	86,34		
Mais Valias Contabilísticas	2.604.271,08	1.451.590,14		
Benefícios Fiscais	927.092,29	777.569,90		
Outros	42.918,94	35.631,15		
Variações patrimoniais negativas	140.833,68	140.833,68		
	4.840.947,60	2.701.646,25		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	112.073,37	140.136,02		
Donativos	2.745,30	7.506,25		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	70.719,86	0,00		
Multas, coimas e juros compensatórios	37.526,47	52.636,30		
Encargos não devidamente documentados	786,00	1.067,11		
Constituição de provisões contabilísticas (para além limites legais)	107.933,58	623.637,69		
Mais Valias Fiscais	1.120,01	64,50		
Registo de perdas de imparidade	1.472.679,64	502.193,68		
Outros	39.541,94	32.525,41		
	1.845.126,17	1.359.766,96		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	(2.243.571,56)	1.276.281,17		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
IRC Calculado	-	319.070,29	0,00%	12,19%
Derrama	-	19.144,22		
Tributação autónoma	131.602,10	48.193,83		
Utilização de perdas fiscais	-	(319.070,29)		
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(650.405,68)	119.908,78		
	(518.803,58)	(131.823,46)	(68,97%)	(5,03%)
Imposto sobre o rendimento do período	(518.803,58)	187.246,83	(68,97%)	7,15%

15.3 — EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR

Não houve alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

15.4 — QUANTIA (E A DATA DE EXTINÇÃO, SE HOUVER) DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS DEDUTÍVEIS, PERDAS FISCAIS NÃO USADAS, E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS RELATIVAMENTE AOS QUAIS NENHUM ACTIVO POR IMPOSTOS DIFERIDOS FOI RECONHECIDO NO BALANÇO.

A quantia e a data de extinção de diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço são as indicadas no quadro seguinte.

	Data de extinção	2011	2010
Crédito por impostos não usados			
SIFIDE 2006	2012	81.253,59	50.786,72
SIFIDE 2007	2013	164.980,38	164.980,38
SIFIDE 2008	2014	791.415,83	791.415,83
		1.037.649,80	1.037.649,80

Os Créditos não usados referem-se ao SIFIDE cujo prazo de recuperação é de 6 anos.

15.5 — POR CADA TIPO DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E COM RESPEITO A CADA TIPO DE PERDAS POR IMPOSTOS NÃO USADAS E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS:

As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010	2011	2010
Activos por impostos diferidos				
Diferenças temporárias:				
Ajustamentos de transição para o SNC		-		-
Ajustamentos referentes a produtos derivados	111.962,77	149.283,70	(37.320,93)	(37.320,93)
Outras				
Prejuízos Fiscais	1.604.267,83	1.241.876,06	362.391,77	(308.909,60)
Provisões não aceites fiscalmente:				
Constituição de provisões não aceites fiscalmente	795.630,14	376.768,05	418.862,09	298.345,26
Reversão de Provisões não aceites fiscalmente	(376.768,05)	(78.422,79)	(298.345,26)	(78.422,79)
	418.862,10	298.345,26	120.516,84	219.922,47
Relocação Financeira	28.058,01	51.440,57	(23.382,56)	(20.575,90)
	2.163.150,71	1.740.945,59	422.205,12	(146.883,96)
	2.163.150,71	1.740.945,59	422.205,12	(146.883,96)

	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010	2011	2010
Passivos por impostos diferidos				
Diferenças temporárias:				
Mais Valias não Tributadas por reinvestimento	-	7.801,79	(7.801,79)	(14.351,28)
Relocação Financeira-Amortizações não aceites	26.425,48	48.244,89	(21.819,41)	(22.706,35)
Outras				
Revalorização de activos fixos tangíveis				
Transitadas do POC	539,54	617,78	(78,24)	(78,24)
	26.965,02	56.664,46	(29.699,44)	(37.135,87)

O Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) permitiu a dedução de 198.501,12 Euros de activo por imposto diferido no ano, conforme indicado na nota 15.1, e).

À data de 31 de Dezembro de 2011, o montante dos prejuízos fiscais por deduzir e os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

	Prejuízo Fiscal	Ano Limite para dedução
2008	2.277.979,50	2014
2009	2.689.524,71	2015
2010	-	2014
2011	1.449.567,08	2015



16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 - RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do balanço:

Activos	2011	2010
Não Corrente		
Participações financeiras - Outros métodos - Outras empresas	10.297,26	2.797,26
Corrente		
Clientes	25.833.343,55	25.560.452,89
Adiantamentos a fornecedores	101.770,21	295.095,06
Accionistas	6.088,91	
Outras contas a receber	4.438.219,78	8.850.171,36
Caixa e bancos	53.998,41	1.367.504,91
	<u>30.443.718,12</u>	<u>36.076.021,48</u>

Passivos	2011	2010
Não Corrente		
Financiamentos obtidos	10.583.595,65	9.928.423,15
Corrente		
Fornecedores	18.667.415,17	20.096.642,57
Accionistas	-	60.350,41
Financiamentos obtidos	7.951.134,77	11.485.676,74
Outras contas a pagar	7.025.269,87	6.467.527,57
	<u>44.227.415,46</u>	<u>48.038.620,44</u>

Instrumentos de Capital	2011	2010
Capital	11.000.000,00	11.000.000,00
Outros instrumentos de capital	3.103.900,00	3.103.900,00
	<u>14.103.900,00</u>	<u>14.103.900,00</u>

16.2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os activos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Participações financeiras - outros métodos		
Participações de capital em empresas não cotadas	10.297,26	2.797,26
Clientes c/c		
Clientes - entidades relacionadas	293.626,52	310.063,16
Clientes - outras entidades	25.539.717,03	25.250.389,73
Adiantamentos a fornecedores	101.770,21	295.095,06
Accionistas	6.088,91	-
Outras contas a receber - Corrente		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Entidades relacionadas	1.746.611,94	2.448.891,54
Outras entidades	178.293,09	241.883,49
Factoring (*)		5.100.488,32
Pessoal	10.678,47	12.746,65
Outros devedores	2.502.636,28	1.046.161,36
Caixa e depósitos bancários		
Outros depósitos bancários	53.998,41	1.367.504,91
	30.443.718,12	36.076.021,48

(*) Os saldos de Clientes - Factoring a 31 de Dezembro de 2011, no valor de 960.282,06 Euros, encontram-se reflectidos na rubrica de Clientes c/c.

O contrato de factoring celebrado pela empresa é sem recurso e apresenta um limite máximo de 8.000.000 Euros .

16.3 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO PARA OS QUAIS FOI RECONHECIDA IMPARIDADE

Os Activos Financeiros mensurados ao custo para os quais foi reconhecida imparidade encontram-se descritos no quadro seguinte:

	2011	2010
Clientes		
Quantia bruta	28.374.921,24	27.094.374,88
Imparidade acumulada	(2.541.577,69)	(1.533.921,99)
Quantia escriturada líquida	25.833.343,55	25.560.452,89



16.4 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os passivos financeiros mensurados ao custo ou ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Financiamentos - Não correntes		
Empréstimos bancários	1.125.000,00	-
Locações Financeiras	9.458.595,65	9.928.423,15
Fornecedores		
Fornecedores - entidades relacionadas	426.118,82	685.548,13
Fornecedores - outras entidades	18.241.296,35	19.411.094,44
Accionistas	-	60.350,41
Financiamentos obtidos - Correntes		
Empréstimos bancários	1.691.666,66	3.401.748,43
Descobertos bancários	741.752,49	1.706.265,39
Locações Financeiras	5.348.232,67	6.055.027,95
Participantes de Capital	169.482,95	322.634,92
Outras contas a pagar - Correntes		
Fornecedores de Investimentos	395.667,65	114.063,82
Acréscimo para férias e sub. férias	2.681.586,22	2.663.021,58
Prémios e ajudas de custo	285.725,59	477.093,77
Acréscimo subcontratação		
Entidades relacionadas	81.683,13	81.312,32
Outras entidades	1.064.740,43	775.197,70
Pessoal	8.682,62	9.863,18
Outras contas a pagar		
Entidades relacionadas	92.084,30	79.139,54
Outras entidades	2.415.099,93	2.267.835,66
	44.227.415,46	48.038.620,44

A maturidade dos Financiamentos não correntes é a seguinte:

	2011	2010
Empréstimos bancários		
Entre 1 ano e 5 anos	1.125.000	-
A mais de 5 anos	-	-
	1.125.000,00	-
Locações Financeiras		
Entre 1 ano e 5 anos	9.387.331,36	9.928.423,14
A mais de 5 anos	71.264,29	-
	9.458.595,65	9.928.423,14

No final do exercício de 2011, o valor das linhas de crédito contratadas era de 9.800.000 Euros, estando utilizados apenas 741.752,49 Euros.

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os tipos de juros pagos pela Empresa nos exercícios de 2011 e 2010 referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas com a Empresa mãe e com instituições de crédito encontram-se principalmente referenciados Euribor, acrescida de diferencial de mercado.

16.5 - SITUAÇÕES EM INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DE BALANÇO

Não existiram situações de incumprimento para empréstimos contraídos.



16.6 - GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros ao custo:				
Juros	40.097,29	-	87.793,22	-
Diferenças de câmbio	-	1.070,07	6.527,79	10.278,20
Perdas por imparidade	-	533.367,00	-	512.756,38
Reversões de Perdas por Imparidade	8.504,30	-	255.854,27	-
	48.601,59	534.437,07	350.175,28	523.034,58
Passivos financeiros ao justo valor por resultados:				
Ganhos por aumento do justo valor	-	-	-	63.889,86
	-	-	-	63.889,86
Passivos financeiros ao custo:				
Juros suportados	-	731.272,64	-	534.190,32
Desconto pronto pagamento obtidos	614.679,44	-	507.911,13	-
	614.679,44	731.272,64	507.911,13	534.190,32
	663.281,03	1.265.709,71	858.086,41	1.121.114,76



16.7 - QUANTIA DE PERDA DE IMPARIDADE RECONHECIDA EM CADA UMA DAS CLASSES DE ACTIVOS FINANCEIROS

A quantia de perdas por imparidade reconhecidas em cada uma das classes de activos financeiros é a indicada nos quadros seguintes:

Ano de 2011	Saldo Inicial			Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade							
Clientes c/c	1.533.921,99			1.016.160,00	-	(8.504,30)	2.541.577,69
	1.533.921,99			1.016.160,00	-	(8.504,30)	2.541.577,69
Ano de 2010	Saldo Inicial	Incorporação DLS	Incorporação TR	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade							
Clientes c/c	1.186.822,87	9.934,10	80.262,91	521.756,38	-	(255.854,27)	1.533.921,99
	1.186.822,87	9.934,10	80.262,91	521.756,38	-	(255.854,27)	1.533.921,99

16.8 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

a) Quantia escriturada do capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Capital		
Valor nominal	11.000.000,00	11.000.000,00
	11.000.000,00	11.000.000,00

b) Número de acções representativas do capital social

O número de acções representativas do capital social, são as indicadas no quadro seguinte:

	2011	
	Valor	Quantidade
Acções emitidas		
Acções ordinárias a 5€ cada	11.000.000,00	2.200.00
	11.000.000,00	2.200.00

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o capital subscrito é detido na sua totalidade pela LS-Luís Simões, S.G.P.S., S.A., e encontra-se totalmente realizado.

c) Quantias e descrição de Outros Instrumentos de Capital Próprio

	2011	2010
Outros Instrumentos de Capital Próprio		
Prestações Suplementares	3.103.900,00	3.103.900,00
	3.103.900,00	3.103.900,00

Os outros instrumentos de capital próprio referem-se às prestações acessórias efectuadas pelos accionistas para as quais não existe prazo de reembolso ou remuneração.

17 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

17.1 - GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Remunerações do pessoal	21.410.644,09	21.617.529,76
Indemnizações	285.652,52	163.821,81
Encargos sobre remunerações	3.881.349,22	3.686.860,33
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	359.127,55	386.822,48
Outros	298.307,43	296.277,81
	26.235.080,81	26.151.312,00

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa no ano de 2011 foi de 1159 (1196 em 2010).

18 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

18.1 - Valores Globais de Esforço de I&D

Resumo Investimento I&D		
Rubricas	2011	2010
C.Pessoal	634.034,95	619.432,82
Custos Gerais	190.892,14	187.494,16
Imobilizado	-	-
Participação Capital	12.000,00	12.000,00
Total Investimento I&D	836.927,09	818.926,98
Volume Vendas	127.319.475,37	128.579.204,01
Custos c/ Pessoal	26.235.080,81	26.151.312,19

Os valores apresentados no ano de 2011 referem-se a Despesas de Investigação e Desenvolvimento relacionadas com:

- Na actividade de transportes: conclusão do processo de controlo integrado das operações de transporte integrando planeamento de rotas, integração de sistemas, montagem de sensores de temperatura e abertura de portas com relatório automático de desvios à temperatura prevista e aberturas de portas em pontos não previstos; Implementação de projectos de reengenharia de processos ao nível operacional utilizando metodologias Lean, permitindo não só uma diferenciação no serviço a cliente mas ainda uma um aumento da eficiência; Montagem de processos inovadores em transporte de temperatura controlada, com relatório *on-line* da situação, aumentando a integração junto dos clientes deste segmento
- Na actividade da Logística: expansão do projecto de Auto-Facturação Electrónica de subcontratados.

18.2 - SIFIDE

No âmbito da candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento (SIFIDE) - Decreto-Lei nº 40/2005 de 3 de Agosto, a incorporada DLS - Distribuição Luís Simões, SA, teria obtido no exercício de 2007 uma poupança fiscal de 30.446,87 Euros e de 188.105,69 Euros no exercício de 2009. No entanto, dado que a empresa está englobada no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), a referida poupança fiscal não pode ser utilizada.

18.3 - DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19 - OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 - DIFERIMENTOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos		
Custos Diferidos - Seguros	1.108.023,28	299.859,02
Custos Diferidos - Fornecimentos e Serviços Externos	271.685,53	142.313,72
	1.379.708,81	442.172,74
Diferimentos passivos		
Proveitos Diferidos - <i>Leaseback</i>	105.879,28	194.115,34
Outros Proveitos Diferidos	109.654,26	31.666,68
	215.533,54	225.782,02

19.2 - RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

A rubrica de resultados e outras variações nos Capitais Próprios decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Excedentes de Revalorização	Reservas Legais	Outras Reservas	Outras Variações	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Dividendos antecipados	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	-	481.858,22	3.703.692,07	27.502,48	(5.298.183,00)	2.042.062,74	-	956.932,51
Incorporação DLS	2.699,62	253.868,11	407.120,86	-	97.428,05	508.559,20	-	1.269.675,84
Incorporação TR	-	19.960,99	49.385,33	-	(204.890,27)	(16.066,23)	-	(151.610,18)
Dividendos	-	-	(1.580.131,75)	-	(381.768,25)	-	-	(1.961.900,00)
Aplicação de resultados	-	27.779,41	-	-	2.506.776,30	(2.534.555,71)	-	-
Resultado do ano	-	-	-	-	-	2.430.913,63	(1.142.000,00)	1.288.913,63
Regularização do excedente de revalorização	(738,12)	-	-	-	738,12	-	-	-
Cobertura prejuízos 2008 e 2009	-	-	(2.576.460,51)	-	2.576.460,51	-	-	-
Outros	-	-	(3.606,00)	-	186.604,63	-	-	182.998,63
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.961,50	783.466,73	-	27.502,48	(516.095,79)	2.430.913,63	(1.142.000,00)	1.585.010,43
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.142.000,00)	1.142.000,00	-
Aplicação de resultados	-	121.545,68	1.167.367,95	-	-	(1.288.913,63)	-	-
Resultado do ano	-	-	-	-	-	1.271.053,45	-	1.271.053,45
Regularização do excedente de revalorização	(738,12)	-	-	-	738,12	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.233,38	905.012,41	1.167.367,95	27.502,48	(516.095,79)	1.271.053,45	-	2.856.063,88



Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de Dezembro de 2011 resultam de:

a) Aplicação de resultados

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de Março de 2011, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 2.430.913,63 Euros teve a seguinte aplicação:

- Reservas Legais:	121.545,68
- Outras Reservas:	1.167.367,95
- Dividendos:	1.142.000,00

b) Realização do excedente de revalorização

O movimento do excedente de revalorização no exercício findo em 31.12.2011 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização act. fixos tang.	Excedente de revalorização total
Saldo no início do período	1.961,50	1.961,50
Reavaliações do período	-	-
Amortizações e imparidades	(738,12)	(738,12)
Alienações e abates	-	-
Outros movimentos	-	-
Saldo no final do período	1.223,38	1.223,38

A reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de capital social.

19.3 - DIVIDENDOS PAGOS

Durante o exercício de 2010 a Empresa procedeu ao pagamento de dividendos no valor total de 3.103.900 Euros, dos quais 1.142.000 Euros corresponderam a dividendos antecipados do próprio ano. Não ocorreu qualquer pagamento de dividendos durante o exercício de 2011.

19.4 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	225.283,17		199.028,19
Imposto sobre o valor acrescentado - a recuperar				
IVA a Recuperar - Portugal	444.980,53	-	441.994,63	-
IVA a Recuperar - Espanha	644.874,10	-	698.931,54	-
IVA a Recuperar - outros países	54.292,39	-	39.072,92	-
IVA Reembolsos Pedidos - Espanha	1.513.148,72	-	1.336.139,25	-
IVA Reembolsos Pedidos - outros países	17.237,38	-	44.482,85	-
Imposto sobre o valor acrescentado - a pagar	-	34.368,34	-	44.057,33
Contribuições para a Segurança Social	-	767.715,27	-	761.152,76
	2.674.533,12	1.027.366,78	2.560.621,19	1.004.238,28



19.5 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Subcontratos	59.901.154,24	60.502.406,50
Combustíveis	11.197.816,28	10.054.537,41
Rendas	8.598.330,92	9.429.778,15
Conservação e Reparação	3.549.185,28	3.451.577,57
Trabalhos especializados	2.665.022,74	2.939.153,37
Portagens	1.841.950,77	1.339.893,15
Seguros	953.930,77	913.145,22
Electricidade	730.552,55	780.980,32
Limpeza, higiene e conforto	564.644,85	591.885,33
Vigilância e Segurança	762.473,37	875.505,22
Outros	2.253.559,69	2.398.148,91
	93.018.621,46	93.277.011,15

Os valores indicados no quadro acima incluem o montante de 11.418.248,38 Euros em 2011 e de 11.638.219,34 Euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

Os dispêndios reconhecidos como gastos de carácter ambiental nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Recolha de resíduos	95.065,97	104.596,86
	95.065,97	104.596,86

19.6 - AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Ganhos por aumentos de Justo Valor		
Em instrumentos financeiros		
Passivos		
Derivados de não cobertura	-	63.889,86
	-	63.889,86

19.7 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Cedência de gasóleo/adblue	9.644.210,81	8.953.257,82
Cedência de pessoal	213.936,15	385.721,62
Seguros	83.815,07	86.366,66
Resíduos Estrutura Comum	145.632,73	
Repartição Estrutura Comum	744.558,88	
Outros rendimentos suplementares	403.039,65	1.143.565,38
Descontos de pronto pagamento obtidos	614.679,44	507.911,13
Recuperação de dívidas a receber	448,71	1.537,13
Indemnizações sinistros	33.559,72	63.190,99
Ganhos em imobilizado	2.600.123,76	1.422.016,20
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.143,75	547.648,03
Outros	104.538,16	119.783,97
	14.589.686,83	13.230.998,93

Os valores indicados no quadro acima incluem o montante de 1.594.707,90 Euros em 2011 e de 1.595.216,94 Euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

19.8 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	256.952,80	246.590,65
Dívidas incobráveis	-	35.571,74
Correcções relativas a exercícios anteriores	70.719,86	
Perdas em imobilizado	7.855,00	19.006,03
Donativos	31.862,70	44.483,45
Quotizações	22.254,79	25.329,76
Sinistros	539.725,97	526.346,95
Multas	37.514,48	45.333,30
Outros	11.997,68	3.366,46
	<u>978.883,28</u>	<u>946.028,34</u>

19.9 - DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Intangíveis (Nota 7)	298.772,28	263.064,49
Activos fixos tangíveis (Nota 8)	6.266.474,95	6.293.802,87
	<u>6.565.247,23</u>	<u>6.556.867,36</u>

19.10 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros Obtidos		
De financiamentos concedidos a emp. mãe	40.097,29	87.640,93
Outros rendimentos similares		152,29
	<u>40.097,29</u>	<u>87.793,22</u>

19.11 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros Suportados		
De financiamentos obtidos	-	-
De financiamentos obtidos - Emp mãe	25.796,30	70.227,54
De descobertos bancários	217.672,70	160.131,62
De Locações Financeiras	288.908,15	268.222,84
De <i>Factoring</i>	83.569,92	25.733,54
De <i>Confirming</i>	58.292,81	-
Outros	57.032,76	9.874,78
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	1.070,07	10.278,20
	<u>732.342,71</u>	<u>544.468,52</u>



19.12 - GARANTIAS PRESTADAS

Avalista	Montante	Entidade Beneficiária	Tipo de Garantia
Banco Espírito Santo	30.050,61	Servisa Tarjetas	Bancária
Banco Espírito Santo	71.344,38	Tribunal Trabalho de Évora	Bancária
Caixa Geral de Depósitos	1.219,94	Tribunal Trabalho de Loures	Depósito Obrigatório
Caixa Geral de Depósitos	13.412,50	CTT	Bancária
Caixa Geral de Depósitos	11.626,94	CTT	Bancária
Caixa Geral de Depósitos	1.5000.000,00	Repsol Portugal	Bancária
Santander	400.000,00	Repsol Portugal	Bancária

Adicionalmente, a empresa apresentou livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 14.216.388,80 Euros (19.482.758,16 Euros em 2010).

19.13 - RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 foi determinado conforme se segue:

	2011	2010
Resultados:		
Resultado líquido do período	1.271.053,45	2.430.913,63
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	2.200.000,00	2.200.000,00
Resultado por acção básico	0,58	1,10

O Técnico Oficial de Contas

Cesaltina Maria Soares Gonçalves

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal



C | RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Luís Simões Logística Integrada, S.A. , relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.
4. No âmbito das nossas funções Verificámos que:
 - i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6. Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

31 de Maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Luís Simões Logística Integrada, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 62.629.720 euros e um total de capital próprio de 16.939.964 euros incluindo um resultado líquido de 1.271,053 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Luís Simões Logística Integrada, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

23 de Maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedad Unipersonal)

A| BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

BALANÇO

Balanço no encerramento do exercício de 2011

(Euros)

Activo	Notas da Memória	2011	2010
ACTIVO NÃO CORRENTE		11.643.390	9.241.524
Imobilizado intangível.	6	44.640	74.251
Aplicações informáticas.		44.640	74.251
Imobilizado tangível.	5	10.708.382	8.332.527
Instalações técnicas, e outro imobilizado tangível.		10.470.063	8.163.605
Imobilizado em curso e antecipação.		238.319	168.922
Investimentos financeiros a longo prazo.	8	770.136	625.911
Outros activos financeiros.		770.136	625.911
Activos pelo imposto diferido.	13	120.232	208.835
ACTIVO CORRENTE		27.073.394	24.495.177
Devedores comerciais e outras contas a receber.		26.671.831	24.264.637
Clientes por vendas e prestações de serviços.	8	25.047.407	23.346.344
Clientes, empresas do grupo e associadas.	8 e 15	94.703	187.812
Devedores vários.	8	1.527.454	726.541
Pessoal.	8	1.539	3.212
Outros créditos a favor das Administrações Públicas.	13	728	728
Investimentos financeiros a curto prazo.	8	30.150	90.150
Outros activos financeiros.		30.150	90.150
Periodeficações a curto prazo.		317.486	127.103
Caixa e outros activos líquidos equivalentes.	10	53.927	13.287
Tesouraria.		53.927	13.287
TOTAL ACTIVO		38.716.784	33.736.701



BALANÇO

Balanço no encerramento do exercício de 2011

(Euros)

CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas do Relatório	2011	2010
CAPITAIS PRÓPRIOS	11	7.323.320	7.108.995
Fundos próprios.		7.323.320	7.108.995
Capital.		6.000.000	6.000.000
Capital escriturado.		6.000.000	6.000.000
Reservas.		1.108.995	487.011
Legal e estatutárias.		401.516	339.318
Outras reservas.		707.479	147.693
Resultado do exercício.		214.325	621.984
PASSIVO NÃO CORRENTE	8	4.231.522	2.748.353
Dívidas a longo prazo.		4.231.522	2.748.353
Dívidas com entidades de crédito.		1.845.614	2.748.353
Credores por locação financeira.		2.385.908	-
PASSIVO CORRENTE		27.161.942	23.879.353
Provisões a curto prazo.		107.150	184.385
Dívidas a curto prazo.		9.909.281	7.475.694
Dívidas com entidades de crédito.	8	8.224.189	7.249.509
Credores por locação financeira.		1.027.806	-
Outros passivos financeiros.		657.286	226.185
Credores comerciais e outras contas a pagar.		17.049.275	16.057.381
Fornecedores	8	9.878.218	9.116.568
Fornecedores, empresas do grupo e associadas.	8 e 15	278.242	312.559
Credores vários.	8	4.820.473	3.535.282
Pessoal (remunerações pendentes de pagamento).	8	888.342	533.511
Passivos por imposto corrente.	13	5.651	779
Outras dívidas com as Administrações Públicas.	13	1.178.349	2.558.682
Periodificações a curto prazo.		96.236	161.893
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO		38.716.784	33.736.701



CONTA DE PERDAS E GANHOS

Conta de ganhos e perdas correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011

(Euros)

	Nota	(Deve) Haver 2011	(Deve) Haver 2010
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Volume de negócio líquido.		102.179.326	92.095.037
Prestações de serviços.	14	102.179.326	92.095.037
Aprovisionamentos.	14	(63.743.674)	(58.188.859)
Consumo de matérias-primas e outras matérias consumíveis.		(205.012)	(125.228)
Trabalhos realizados por outras empresas.		(63.538.662)	(58.063.631)
Outros proveitos de exploração.		421.482	340.963
Proveitos acessórios e outros de gestão corrente.		421.482	340.963
Custos com pessoal.	14	(18.667.346)	(16.691.447)
Salários e assimilados.		(14.576.999)	(13.009.312)
Encargos sociais.		(4.090.347)	(3.682.135)
Outros custos de exploração		(17.889.825)	(15.309.822)
Serviços externos.	14	(17.040.588)	(14.761.663)
Contribuições.		(85.714)	(84.902)
Perdas, deterioração e variação de provisões para operações comerciais.	8 e 12	(290.493)	(44.584.)
Outros gastos de gestão corrente		(473.030)	(418.673)
Amortização do imobilizado	5 e 6	(1.583.733)	(1.310.969)
Imparidade e resultado por alienações do imobilizado	5	(63.479)	(55.491)
Resultados por alienações e outras.		(63.479)	(55.491)
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO		652.751	879.412
Proveitos financeiros.	14	240.671	219.399
De títulos e outros instrumentos financeiros.		240.671	219.399
De terceiros.		240.671	219.399
Custos financeiros.	14	(584.785)	(208.894)
Por dívidas a terceiros.		(584.785)	(208.894)
Imparidade e resultado por alienações de instrumentos financeiros.		-	2.705
Imparidades e perdas.		-	2.705
RESULTADO FINANCEIRO		(344.114)	13.210
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		308.637	892.622
Impostos sobre resultados.	13	(94.312)	(270.638)
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		214.325	621.984
RESULTADO DO EXERCÍCIO		214.325	621.984

ESTADO DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

a) Estado de proveitos e custos reconhecidos correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2011 e 201

(Euros)

	2011	2010
Resultado da conta de perdas e ganhos	214.325	621.984
Proveitos e custos imputados directamente aos capitais próprios	-	-
Transferências para a conta de perdas e ganhos	-	-
Total de proveitos e custos reconhecidos	214.325	621.984

b) Estado total de alterações nos Capitais Próprios correspondente ao exercício anual findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Euros)

	Capital		Reserva legal	Outras reservas	Resultados de exercícios anteriores	Outras contribuições de sócios	Resultado do exercício	Total
	Escriturado	Não exigido						
SALDO, FINAL DO ANO 2009	6.000.000	-	247.481	1.241.200	(4.220.036)	2.300.000	918.366	6.487.011
Total de proveitos e custos reconhecidos.	-	-	-	-	-	-	621.984	621.984
Outras variações dos capitais próprios.	-	-	91.837	(1.093.507)	4.220.036	(2.300.000)	(918.366)	-
SALDO, FIM DO ANO 2010	6.000.000	-	339.318	147.693	-	-	621.984	7.108.995
Total de proveitos e custos reconhecidos.	-	-	-	-	-	-	214.325	214.325
Outras variações dos capitais próprios.	-	-	62.198	559.786	-	-	(621.984)	-
SALDO, FIM DO ANO 2011	6.000.000	-	401.516	707.479	-	-	214.325	7.323.320

ESTADO DOS FLUXOS DE CAIXA

Estado dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

	Notas	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO			
Resultado do exercício antes dos impostos.		308.637	892.622
Ajustes do resultado.		2.281.715	1.390.866
Amortização do imobilizado (+).	5 e 6	1.583.733	1.310.969
Correcções valorativas por deterioração (+/-).		212.916	20.477
Variação de provisões (+/-).	12	77.577	14.434
Resultados por baixas e alienações do imobilizado (+/-).		63.479	55.491
Proveitos financeiros (-).	14	(240.671)	(219.399)
Custos financeiros (+).	14	584.785	208.894
Outros passivos correntes (-/+).		(104)	-
Alterações no capital corrente.		(1.671.339)	(897.876)
Devedores e outras contas a receber (+/-).		(2.383.993)	(2.835.812)
Outros activos correntes (+/-).		(213.583)	(4.651)
Credores e outras contas a pagar (+/-).	8	991.894	1.929.533
Outros passivos correntes (+/-).		(65.657)	13.054
Outros fluxos de caixa das actividades de exploração.		(344.893)	(5.271)
Pagamentos de juros (-).		(584.785)	(208.894)
Cobranças de juros (+).		240.671	219.399
Cobranças (pagamentos) pelo imposto sobre resultados(+/-).		(779)	(15.777)
Fluxos de caixa das actividades de exploração		574.120	1.380.341
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos por investimentos (-).		(3.032.442)	(2.006.074)
Imobilizado intangível.		-	(89.731)
Imobilizado tangível.		(2.948.216)	(1.695.176)
Outros activos financeiros.		(84.226)	(221.167)
Cobranças por desinvestimentos (+).		100.555	284.934
Imobilizado tangível.		100.555	284.934
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(2.931.887)	(1.721.140)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Cobranças e pagamentos por instrumentos do passivo financeiro.		2.398.407	284.127
Dívidas com entidades de crédito (+).		3.814.334	1.183.334
Outras dívidas (-).		-	-
Dívidas com entidades de crédito (-).		(1.415.927)	(888.656)
Dívidas com empresas do grupo e associadas (-).		-	(10.551)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		2.398.407	284.127
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA OU EQUIVALENTES		40.640	(56.672)
Caixa ou equivalentes no início do exercício.	10	13.287	69.957
Caixa ou equivalentes no final do exercício.	10	53.927	13.287

RELATÓRIO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. ACTIVIDADE DA EMPRESA

Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedade Unipessoal)
Avenida de la Industria, n.º 5
Azuqueca de Henares (Guadalajara)

Esta empresa opera nos seguintes locais:

- 7 Centros de Operações de Transportes:
Barcelona, Fuenlabrada, Madrid, Sevilha, Valholid e Saragoça (Pinseque e Saica).
- 14 Centros de Operações Logísticas:
Alicante, Alovera I, Alovera II, Azuqueca de Henares, Barcelona, Bilbao, Cabanillas, Ciempozuelos, Daganzo, Granada, Seseña, Sevilha, Valência I e Valência II.
- 10 Plataformas de *Cross-Docking*:
Ávila, Burgos, Ciudad Real, Corunha, Cuenca, Leão, Mérida, Málaga, Toledo, Oviedo.

O objecto social consiste no armazenamento e distribuição, manipulação e logística de mercadorias, incluindo a actividade de operador de transportes, operador logístico, gestão aduaneira, transporte rodoviário de mercadorias, a nível nacional e internacional, bem como intermediação nos transportes rodoviários e quaisquer outros meios de transporte, e outras actividades de comissionista e auxiliares e complementares do transporte de mercadorias, incluindo as de agência de transportes, tanto de carga completa como de carga fraccionada, trânsito, subcontratação de transportes e aluguer de veículos (expressamente excluído o *leasing*), publicidade de produtos ou serviços próprios ou de terceiros nos seus veículos ou instalações, a construção, exploração e compra e venda de todo o tipo de imóveis, bens móveis e veículos de todas as classes, comércio, tanto nacional como de exportação e importação, de produtos de qualquer espécie, quer próprios, quer de outras empresas, e outras actividades lícitas relacionadas, aprovadas pelo Órgão de Administração.

A duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

A sociedade está integrada no grupo de empresas Luís Simões, com sede social em Portugal, através do seu accionista único LS-Luís Simões, SGPS, S.A.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS

As Contas Anuais, das quais faz parte este Relatório, foram obtidas a partir dos registos contabilísticos da Sociedade e são apresentadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade aprovado pelo Real Decreto-Lei n.º 1514/2007, de 16 de Novembro, que foi modificado pelo RD 1159/2010 de 17 de Setembro, assim como com a restante legislação comercial em vigor.

As contas anuais foram elaboradas pelos Administradores da Sociedade para serem submetidas à aprovação do Accionistas Único, devendo ser aprovadas sem qualquer modificação.

a) Imagem Fiel

As Contas Anuais foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Sociedade, findos em 31 de Dezembro de 2011, tendo sido aplicadas as disposições legais em vigor em matéria de contabilidade, a fim de apresentar a imagem fiel do capital, da situação financeira e dos resultados das suas operações, assim como da veracidade dos fluxos incorporados no estado de fluxos de caixa.

b) Comparação da informação

De acordo com a legislação comercial, são apresentados, para efeitos comparativos, com cada uma das rubricas do balanço de situação, da conta de perdas e ganhos, do estado de fluxos de caixa, do estado de alterações nos capitais próprios, consolidados, e do relatório, para além dos valores do exercício de 2011, os correspondentes ao exercício anterior. O relatório também inclui informação quantitativa do exercício anterior, excepto quando uma norma contabilística afirma especificamente que não é necessário.

c) Princípios contabilísticos obrigatórios

Não existe nenhum princípio contabilístico obrigatório que, tendo um efeito significativo para a preparação das Contas Anuais, tenha deixado de ser aplicado.

d) Aspectos críticos da valorização e estimativa da incerteza

Na preparação das contas anuais foram utilizadas estimativas realizadas pelos Administradores da Sociedade para valorizar alguns dos activos, passivos, proveitos, gastos e compromissos que estão reflectidos nessas contas. Basicamente, estas estimativas referem-se a:

- Vida útil dos activos tangíveis e intangíveis (consultar a Nota 4)

- Cálculo de provisões (consultar a Nota 12)
- Determinação do imposto corrente e diferido (consultar a Nota 13)

e) Agrupamento de rubricas

Determinadas rubricas do balanço, da conta de perdas e ganhos, do estado de alterações nos capitais próprios e do estado dos fluxos de caixa são apresentadas de forma agrupada para facilitar a sua compreensão, porém, na medida em que é significativo, incluímos informação desagregada nas respectivas notas do relatório.

f) Empresa em funcionamento

As presentes contas anuais foram elaboradas, seguindo o princípio de empresa em funcionamento. Em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade apresenta um fundo de maneio negativo em 88.548 euros. Os Administradores não consideram que isso represente um risco, já que a Sociedade é capaz de gerar fluxos de caixa suficientes para cumprir as suas obrigações a curto prazo.

3. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A proposta de distribuição de resultados elaborada pelos Administradores, sujeita à aprovação do accionista único é a seguinte, expressa em euros:

Base de divisão	2011
Saldo da conta de perdas e ganhos (resultados)	214.325
Total base de divisão	214.325
Aplicação	2011
A reserva legal	21.433
A reservas voluntárias	192.892
Total aplicação	214.325

4. NORMAS DE REGISTO E VALORIZAÇÃO

As principais normas de valorização utilizadas na elaboração das Contas Anuais do exercício de 2011, de acordo com as estabelecidas no Plano Geral de Contabilidade, foram as seguintes:

a) Imobilizado intangível

Os activos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção e, posteriormente, são valorizados ao custo líquido da sua respectiva amortização acumulada e da imparidade que, no seu caso, tenha ocorrido. Os activos intangíveis são amortizados ao longo da sua vida útil, que, na maioria dos casos, é estimada em 3 anos.

b) Imobilizado tangível

Os activos tangíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção e, posteriormente, são valorizados ao custo líquido da sua respectiva amortização acumulada e da imparidade que, no seu caso, tenha ocorrido.

O imobilizado tangível é amortizado, distribuindo linearmente o custo dos diferentes elementos que o compõem pelos anos de vida útil estimada que constituem o período em que a sociedade espera utilizá-los.

Em seguida são apresentados os períodos de vida útil utilizados para a amortização dos activos:

	Taxas	Anos
Elementos de Transporte:		
Camiões e Tractores	10 %	10
Semir-reboques	10 %	10
Mobiliário	10 %	10
Equipamentos de Escritório	12,5 %-14,5 %	7 - 8
Instalações	4 % - 12, 5 %	8 - 25
Maquinaria	5,5 %	18
Equipamento Informático	25 %	4

c) Locações financeiras

As locações são classificadas como financeiras quando o locador transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo para o locatário.

Quando as instituições actuam como locatários de um bem em locação financeira, o custo dos activos locados é apresentado no balanço, de acordo com a natureza do bem objecto do contrato e, simultaneamente, é registado um passivo financeiro no balanço pelo mesmo valor. Estes activos são amortizados de acordo com os critérios aplicados para os restantes activos da mesma natureza ou no prazo da locação, se for inferior, desde que não haja certeza razoável de que o locatário virá a obter a propriedade no final do prazo da locação.

Quando existe uma venda com locação financeira posterior, a operação (*leasing*) é contabilizada como se fosse uma operação de financiamento. A sociedade não muda a classificação do activo, nem reconhece ganhos ou perdas decorrentes desta transacção. Adicionalmente, regista o valor recebido relativo a uma rubrica de passivo financeiro.

d) Locações operacionais

As locações, nas quais a propriedade do bem arrendado e substancialmente todos os riscos e vantagens que recaem sobre o activo permanecem no locador, são classificadas como operacionais.

Os custos derivados dos acordos de locação operacional são debitados à conta de conta de perdas e ganhos no exercício em que vencem.

Qualquer cobrança ou pagamento que pudesse ser realizado ao contratar uma locação operacional será tratado como um adiantamento a ser imputado aos resultados ao longo do prazo da locação, à medida que forem recebidos os resultados do activo locado.

e) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros.

A Sociedade classifica os seus activos financeiros, quer seja a longo ou a curto prazo, nas seguintes categorias:

- Empréstimos e rubricas a receber: são activos financeiros decorrentes da venda de bens ou da prestação de serviços por operações de tráfego da empresa, ou os que não possuindo uma origem comercial, não são instrumentos de capital próprio nem derivados e cujas cobranças são de quantia fixa ou determinável e não se negociam num mercado activo.

Valorização inicial:

Os activos financeiros são inicialmente registados ao justo valor da contraprestação entregue mais os custos da transacção que sejam directamente atribuíveis.

Valorização posterior:

Os empréstimos, rubricas a receber e investimentos mantidos até ao vencimento são valorizados pelo seu custo.

Em particular, no que diz respeito às correcções de valor relativas aos devedores comerciais e outras contas a receber, o critério utilizado pela Sociedade para calcular as respectivas correcções de valor, se for o caso, tem em consideração os vencimentos de tais dívidas e a situação patrimonial específica de tais devedores.

A Sociedade dá baixa aos activos financeiros quando expiram ou são cedidos os direitos sobre os fluxos de caixa do activo financeiro correspondente ou são transferidos substancialmente os riscos e resultados inerentes à sua propriedade, tais como vendas firmes de activos.

ii) Passivos financeiros.

Os passivos financeiros incluem débitos e rubricas a pagar, detidos pela Sociedade, e que tenham origem na aquisição de bens e serviços por operações de tráfego da empresa, ou também aqueles que, não tendo origem comercial, não podem ser considerados instrumentos financeiros derivados.

Os débitos e rubricas a pagar são inicialmente valorizados ao justo valor da contraprestação recebida, ajustada pelos custos da transacção directamente atribuíveis.

Os instrumentos financeiros derivados de passivo são valorizados pelo seu justo valor, registando-se na conta de perdas e ganhos o resultado das variações em tal justo valor.

A Sociedade dá baixa aos passivos financeiros quando se extinguem as obrigações que foram geradas.

f) Classificação dos activos e passivos entre correntes e não correntes

No balanço em anexo a classificação dos saldos, tanto a receber como a pagar, é realizada de acordo com o período entre a data de vencimento dos respectivos saldos e a data de fecho das contas anuais. Como correntes classificam-se as contas para as quais o período anterior não excede doze meses, assim como as dívidas vinculadas a promoções, cuja sub-rogação esteja prevista num prazo inferior a 12 meses, embora o seu vencimento seja a longo prazo. Caso contrário, classificam-se como não correntes.

g) Imposto sobre resultados

O custo por imposto sobre sociedades do exercício é calculado como a soma do imposto corrente da Sociedade resultante da aplicação da taxa de imposto sobre a base imposta do exercício, uma vez aplicadas as deduções fiscalmente admissíveis, mais a variação dos activos e passivos por impostos diferidos e créditos fiscais, tanto por bases impostas negativas como por deduções. As diferenças entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a sua base fiscal

geram saldos de impostos diferidos de activo ou de passivo, calculados utilizando as taxas fiscais que deverão estar em vigor quando os activos e passivos são realizados.

Os activos por impostos diferidos e créditos fiscais são reconhecidos somente quando é provável que a Sociedade venha a ter no futuro ganhos fiscais suficientes para recuperar as deduções por diferenças temporárias e tornar efectivos os créditos fiscais.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias impostas, excepto as derivadas do reconhecimento inicial de *goodwill* ou de outros activos e passivos numa transacção que não afecta nem o resultado fiscal nem o resultado contabilístico e não é uma combinação de negócios, bem como as associadas a investimentos em empresas dependentes, associadas e negócios conjuntos, nos quais a Sociedade pode controlar o momento da reversão, sendo provável que não revertam num futuro previsível.

As deduções da quota decorrentes de factos económicos ocorridos durante o exercício reduzem o custo apurado por imposto sobre as sociedades, a menos que haja dúvidas sobre a sua realização, em cujo caso não são reconhecidas até à sua materialização efectiva.

Em cada fecho do exercício contabilístico são revistos os impostos diferidos, tanto activos como passivos registados, com o objectivo de comprovar que se mantêm em vigor, efectuando as correcções oportunas de acordo com os resultados dessa análise.

h) Proveitos e custos

Os proveitos e custos são imputados em função do critério de rendimento, independentemente da data de cobrança ou de pagamento. O proveito corrente é reconhecido quando é realizada a entrada bruta de benefícios económicos gerados no decurso das actividades correntes da Sociedade durante o exercício, desde que tal entrada de benefícios provoque um aumento nos capitais próprios relacionado com os investimentos de proprietários desses capitais e esses benefícios possam ser valorizados de forma fiável. Os proveitos correntes são valorizados pelo justo valor da contrapartida recebida ou a receber, decorrente dos mesmos.

Apenas são reconhecidos proveitos correntes da prestação de serviços quando estes podem ser estimados de forma fiável e dependendo do grau de realização da prestação de serviço à data do balanço.

Os proveitos por juros são contabilizados, considerando a taxa de juro efectiva aplicável ao capital a amortizar durante o período de rendimento correspondente.

i) Subvenções

As subvenções são classificadas como não-reembolsáveis quando satisfazem as condições estabelecidas para a sua concessão, registando-se nesse momento directamente nos capitais próprios, após a dedução do correspondente efeito impositivo.

As subvenções reembolsáveis são registadas como passivos da Sociedade até que adquiram a condição de não-reembolsáveis, não sendo registado qualquer proveito até esse momento.

As subvenções recebidas para financiar custos específicos são imputadas à conta de perdas e ganhos do exercício, no qual vençam os custos que estão a financiar. As subvenções recebidas para adquirir activos tangíveis são imputadas como proveitos do exercício em proporção à sua amortização.

j) Provisões e contingências

As obrigações existentes na data do Balanço surgidas em consequência de acontecimentos passados, dos quais podem derivar prejuízos patrimoniais de provável materialização para a Sociedade, cujo valor e data de cancelamento são incertos, são registadas no Balanço como provisões pelo valor actual do montante más provável que a Sociedade poderá ter de pagar para cancelar a obrigação. As provisões são quantificadas tendo em conta a melhor informação disponível à data da elaboração de contas sobre as consequências do facto que lhes deu origem e são novamente estimadas em cada fecho contabilístico. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais, mas há informação sobre estes nas notas do relatório, na medida em que não são considerados remotos.

k) Transacções com empresas vinculadas

A Sociedade realiza as suas transacções com instituições vinculadas, de acordo com os seguintes métodos:

- Prestação de serviços entre empresas do grupo: preço de custo das operações mais uma margem.
- Serviços de Transporte, armazenamento e distribuição: preços de mercado.
- As contribuições não monetárias de um negócio para uma empresa do grupo são valorizadas, em geral, pelo valor contabilístico dos elementos patrimoniais entregues nas contas anuais consolidadas na data em que a operação é realizada.
- Nas operações de fusão e divisão de um negócio, os elementos adquiridos são valorizados, em geral, pelo montante que lhes corresponde, uma vez realizada a operação, nas contas anuais consolidadas. As diferenças que surgem são registadas em reservas.

Os preços das transacções realizadas com partes vinculadas ocorrem a valores de mercado, pelo que os Administradores da Sociedade consideram que não existem riscos que poderiam originar passivos fiscais significativos.

l) Caixa e outros activos líquidos equivalentes

Nesta rubrica do balanço de situação regista-se o dinheiro em caixa, depósitos à vista e outros investimentos a curto prazo de alta liquidez que são rapidamente convertidos em dinheiro e que não têm risco de alteração do seu valor.

m) Imparidade de activos financeiros

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade e houve uma perda por imparidade, se existir uma evidência objectiva da imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e se esse evento ou eventos causadores da perda tiverem um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo ou grupo de activos financeiros que pode ser estimado de forma fiável.

A Sociedade segue o critério de registar as oportunas correcções de valor por imparidade de empréstimos e rubricas a receber e instrumentos de dívida, quando tenha ocorrido uma redução ou atraso nos fluxos de caixa estimados futuros, motivados pela insolvência do devedor.

n) Deterioração do valor dos activos não financeiros

Pelo menos no fecho do exercício, a Sociedade avalia se existem indícios de que algum activo não corrente ou, eventualmente, alguma unidade geradora de caixa possa estar em imparidade. Se existirem indícios e, em qualquer caso, para *goodwill* e para os activos intangíveis com vida útil indefinida são estimados os seus valores recuperáveis.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor menos os custos de venda e o valor em uso. Quando o valor contabilístico é superior ao valor recuperável, existe uma perda por imparidade. O valor em uso é o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados, utilizando taxas de juro de mercado sem risco, ajustados pelos riscos específicos associados ao activo. Para os activos que não geram fluxos de caixa, largamente, independentes dos derivados de outros activos ou grupos de activos, o valor recuperável é determinado para as unidades geradoras de caixa, às quais pertencem esses activos.

As correcções de valor por imparidade e a sua reversão são contabilizadas na conta de perdas e ganhos. As correcções de valor por imparidade são revertidas quando as circunstâncias que as motivaram deixam de existir, excepto as correspondentes a *goodwill*. A reversão da imparidade está limitada ao valor

contabilístico do activo que figuraria se a correspondente imparidade do valor não tivesse sido previamente reconhecida.

o) Elementos patrimoniais de natureza ambiental

Os custos relativos às actividades de descontaminação e restabelecimento de locais contaminados, eliminação de resíduos e outros custos derivados do cumprimento da legislação ambiental são registados como gastos no exercício em que são produzidos, a menos que correspondam ao custo de aquisição de elementos que são incorporados no capital da Sociedade, a fim de serem utilizados de forma duradoura, em cujo caso são contabilizados na rubricas correspondentes de “Imobilizado tangível”, sendo amortizados com os mesmos critérios.



5. IMOBILIZADO TANGÍVEL

A composição e os movimentos do imobilizado tangível no exercício de 2011 foram os seguintes:

(Euros)

Exercício de 2011	Saldo em 01/01/11	Admissões	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/11
Custo					
Maquinaria	674.917	50.667	56.333	-	669.251
Outras instalações	3.049.262	990.154	79.052	168.922	4.129.286
Mobiliário e equipamento de escritório	289.250	41.170	43.942	-	286.478
Equipamentos e processos de informação	503.884	131.632	144.533	-	490.983
Elementos de transporte	7.129.674	2.924.328	587.525	-	9.466.751
Outro imobilizado	504.154	3.666	37.712	-	470.108
Inst. técnicas em montagem	168.922	98.719	-	(168.922)	98.719
Elementos transporte em curso	-	139.600	-	-	139.600
Total	12.320.063	4.379.936	948.824	-	15.751.176
Amortização acumulada					
Maquinaria	276.943	64.109	47.215	-	293.837
Outras instalações	1.335.437	394.411	37.649	-	1.692.200
Mobiliário e equipamento de escritório	154.554	26.625	41.077	-	140.102
Equipamentos e processos de informação	341.387	71.703	144.456	-	268.634
Elementos de transporte	1.651.692	934.373	191.255	-	2.394.810
Outro imobilizado	227.520	62.901	37.210	-	253.211
Total	3.987.533	1.554.122	498.861	-	5.042.794
Valor líquido contabilístico	8.332.527	2.825.818	449.963	-	10.708.382

A composição e os movimentos do imobilizado tangível no exercício de 2010 foram os seguintes:

(Euros)					
Exercício de 2010	Saldo em 01/01/10	Admissões	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/10
Custo					
Maquinaria	573.588	101.329	-	-	674.917
Outras instalações	2.339.599	794.819	85.156	-	3.049.262
Mobiliário e equipamento de escritório	252.838	38.359	1.947	-	289.250
Equipamentos e processos informação	397.625	165.419	59.160	-	503.884
Elementos de transporte	7.001.501	368.064	239.891	-	7.129.674
Outro imobilizado	463.727	40.860	433	-	504.154
Elementos transporte em montagem	-	168.922	-	-	168.922
Total	11.028.878	1.677.772	386.587	-	12.320.063
Amortização acumulada					
Maquinaria	216.949	59.994	-	-	276.943
Outras instalações	1.044.465	334.896	43.924	-	1.335.437
Mobiliário e equipamento de escritório	152.869	22.710	1.103	(19.920)	154.556
Equipamentos e processos informação	333.368	57.119	49.100	-	341.387
Elementos de transporte	981.964	752.128	82.399	-	1.651.693
Outro imobilizado	139.143	68.642	185	19.920	227.520
Total	2.868.758	1.295.489	176.711	-	3.987.536
Valor líquido contabilístico	8.160.120	382.283	209.876	-	8.332.527

Principais aquisições do imobilizado tangível:

(Euros)		
Descrição	2011	2010
Tratores e semirreboques (incluindo os elementos em montagem)	3.063.928	368.064
Estantes e outras instalações	1.159.077	794.819
Total	4.223.005	1.162.883

Principais transferências no imobilizado tangível:

(Euros)		
Descrição	2011	2010
Estandaria e outras instalações	168.922	-
Total	168.922	-

Principais baixas no imobilizado tangível correspondentes ao exercício de 2011:

(Euros)

Descrição	Valor da aquisição	Amortização acumulada	Montante Líquido
Maquinaria	56.333	47.215	9.118
Mobiliário e equipamento de escritório	43.942	41.077	2.866
Tractores e semirreboques	587.252	191.255	395.997
Estantaria	34.698	5.959	28.739
Outras instalações	44.354	31.690	12.664
Equipamentos e processos de informação	144.533	144.456	77
Outro imobilizado	37.712	37.210	502
Total	948.824	498.861	449.963

Principais baixas no imobilizado tangível correspondentes ao exercício de 2010

(Euros)

Descrição	Valor da aquisição	Amortização acumulada	Montante Líquido
Tractores e semirreboques	239.891	82.399	157.492
Estantaria	40.091	20.262	19.829
Outras instalações	45.065	23.662	21.403
Equipamentos e processos de informação	59.160	49.100	10.060
Total	384.207	175.423	208.784

Detalhe dos Activos adquiridos a empresas do Grupo:

(Euros)

Descrição	2011		2010	
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Amortização acumulada
Elementos de transporte	-	-	48.021	6.667
Equipamentos e processos de informação	-	-	14.151	4.616
Total	-	-	62.172	11.283

Elementos do imobilizado tangível totalmente amortizados:

(Euros)

Descrição	2011	2010
Maquinaria	47.325	27.599
Mobiliário e equipamento de escritório	11.686	43.455
Outras instalações	779.669	473.364
Equipamentos e processos de informação	148.171	245.750
Outro imobilizado	178.592	70.080
Total	1.165.443	860.248

Durante o exercício de 2011 foram alienados e dada baixa a elementos de imobilizado tangível por um valor contabilístico líquido de 449.963 euros (209.876 euros em 2010) tendo sido gerada uma perda líquida de 63.479 euros (55.491 euros em 2010)

A Sociedade possui apólices de seguros que cobrem os danos próprios que possam ocorrer aos diversos elementos de imobilizado tangível da empresa com limites de coberturas adequados aos tipos de risco. Deste modo, estão cobertas as possíveis reclamações que possam ser apresentadas pelo exercício da sua actividade.

Detalhe dos Activos por locações financeiras e *leaseback*:

(Euros)

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Saldo em 31.12.11
Leasing			
Estantaria	517.881	16.376	501.505
Tractores e semi-reboques	887.450	51.768	835.682
	1.405.331	68.144	1.337.187
Leaseback			
Estantaria	329.250	14.039	315.211
Tractores e semi-reboques	2.099.004	181.079	1.917.925
	2.428.255	195.118	2.233.137
Total	3.833.586	263.262	3.570.324

Todos os contratos foram celebrados em 2011 (consultar a Nota 7)

6. IMOBILIZADO INTANGÍVEL

As aplicações informáticas estão registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método linear ao longo de um período de 3 anos.

A composição e os movimentos do imobilizado intangível no exercício de 2011 foram os seguintes:

Exercício de 2011	Saldo em 01/01/11	Admissões	Baixas	Saldo em 31/12/11
Custo				
Aplicações informáticas	95.520		3.380	92.139
Total	95.520	-	3.380	92.139
Amortização acumulada				
Aplicações informáticas	21.269	29.611	3.380	47.499
Total	21.269	29.611	3.380	47.499
Valor líquido contabilístico	74.251	(29.611)	-	44.640

A composição e os movimentos do imobilizado intangível no exercício de 2010 foram os seguintes:

Exercício de 2010	Saldo em 01/01/10	Admissões	Baixas	Saldo em 31/12/10
Custo				
Aplicações informáticas	5.789	89.731	-	95.520
Total	5.789	89.731	-	95.520
Amortização acumulada				
Aplicações informáticas	5.789	15.480	-	21.269
Total	5.789	15.480	-	21.269
Valor líquido contabilístico	-	74.251	-	74.251

Elementos do imobilizado intangível totalmente amortizados:

(Euros)

Descrição	2011	2010
Aplicações informáticas	2.409	5.789
Total	2.409	5.789

7. LOCAÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES DE NATUREZA SEMELHANTE

a) Locações financeiras

O detalhe dos acordos de locação financeira no fecho do exercício de 2011 é o seguinte:

Descrição	Valor inicial do contrato	Valor da opção de compra	Valor actual no fecho do exercício de 2011
Leasing			
Estantaria	517.881	8.490	466.942
Tractores e semi-reboques	946.320	17.827	837.267
	1.464.201	26.317	1.304.209
Leaseback			
Estantaria	326.802	9.559	302.264
Tractores e semi-reboques	2.079.685	60.860	1.807.241
	2.406.487	70.418	2.109.505
Total	3.870.688	96.735	3.413.714

A conciliação entre o valor total dos pagamentos futuros mínimos por locação financeira e o seu valor actual no fecho do exercício de 2011 é a seguinte:

	Quotas pendentes			
	Pagamentos mínimos		Valor actual	
	Exercício de 2011	Exercício de 2010	Exercício de 2011	Exercício de 2010
Até um ano	1.184.088	-	1.027.806	-
Entre um e cinco anos	2.551.481	-	2.385.908	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-
Total dos pagamentos mínimos	3.735.569	-	3.413.714	-
Custos financeiros	321.855	-		
Valor actual dos pagamentos mínimos	3.413.714	-		

b) Descrição geral dos acordos significativos de locação financeira:

Os contratos de locação financeira referem-se a Estantaria, para o desenvolvimento da actividade de Logística, e a Tractores e semi-reboques, para o desenvolvimento da actividade de transporte.

Os contratos incluem opção de compra, conforme indicado.

c) Locações operacionais

O detalhe dos pagamentos futuros mínimos por locações operacionais não canceláveis no fecho do exercício de 2011 é o seguinte:

Locações operacionais: informação do locatário	Pagamentos reconhecidos como despesas do exercício	Pagamentos futuros mínimos por arrendamentos não canceláveis, dos quais:		
		Até 1 ano	1 - 5 anos	mais de 5 anos
-Imóveis	3.190.601	3.876.248	7.201.233	-
-Aluguer de viaturas ligeiras	149.587	125.776	111.233	-
-Aluguer de viaturas - outras	313.417	170.472	549.719	-
-Aluguer de empilhadores	870.926	539.460	707.302	-
Total	4.524.531	4.711.956	8.569.487	-

No fecho do exercício de 2010, o detalhe dos pagamentos futuros mínimos por locações operacionais não canceláveis é o seguinte:

Locações operacionais: informação do locatário	Pagamentos reconhecidos como despesas do exercício	Pagamentos futuros mínimos por arrendamentos não canceláveis, dos quais:		
		Até 1 ano	1 - 5 anos	mais de 5 anos
-Imóveis	3.058.760	2.929.598	5.482.962	-
-Aluguer de veículos	129.924	106.257	115.298	-
-Aluguer de empilhadores	798.749	680.941	868.567	-
Total	3.987.434	3.716.796	6.466.827	-

d) Descrição geral dos acordos significativos de locações operacionais:

Os contratos de locação de imóveis estão relacionados sobretudo com armazéns e escritórios, onde a Sociedade desenvolve as suas actividades.

Os contratos assinados pela Sociedade têm definidos prazos entre um e oito anos. Se existir por parte da Sociedade a intenção de não renovar algum contrato, é necessário comunicar, com uma antecedência mínima de 1 mês, 3 meses, 6 meses ou 12 meses, a intenção de não continuar.

Os contratos de locação operacional de veículos *renting* têm definidos prazos de 3 anos.

Os contratos de locação operacional de empilhadores têm definidos prazos com duração máxima de 5 anos.

Nenhum contrato inclui opção de compra.

As cláusulas de actualização de preços têm como referência o IPC, acrescentando, em alguns casos, algum ponto ao índice de referência.

Não há restrições impostas à Sociedade no âmbito dos contratos de locação.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Activos Financeiros

O detalhe dos instrumentos financeiros da empresa no exercício de 2011 foi o seguinte:

Categorias \ Classes	Instrumentos financeiros a longo prazo			Instrumentos financeiros a curto prazo			Total
	Instrum. de Capital	Valores represent. de dívida	Créditos Derivados Outros	Instrum. de Capital	Valores represent. de dívida	Créditos Derivados Outros	
Empréstimos e rubricas a receber:							
Clientes por vendas e prestações de serviços	-	-	-	-	-	25.047.407	25.047.407
Clientes, empresas do grupo e associadas	-	-	-	-	-	94.703	94.703
Devedores vários	-	-	-	-	-	1.527.454	1.527.454
Pessoal	-	-	-	-	-	1.539	1.539
Outros activos financeiros	-	-	770.136	-	-	30.150	800.286
TOTAL	-	-	770.136	-	-	26.701.253	27.471.389

O detalhe dos instrumentos financeiros da empresa no exercício de 2010 foi o seguinte:

Categorias \ Classes	Instrumentos financeiros a longo prazo			Instrumentos financeiros a curto prazo			Total
	Instrum. de Capital	Valores represent. de dívida	Créditos Derivados Outros	Instrum. de Capital	Valores represent. de dívida	Créditos Derivados Outros	
Empréstimos e rubricas a receber							
Clientes por vendas e prestações de serviços	-	-	-	-	-	23.346.344	23.346.344
Clientes, empresas do grupo e associadas	-	-	-	-	-	187.812	187.812
Devedores vários	-	-	-	-	-	726.541	726.541
Pessoal	-	-	-	-	-	3.212	3.212
Outros activos financeiros	-	-	625.911	-	-	90.150	716.061
TOTAL	-	-	625.911	-	-	24.354.059	24.979.970

i) Activos financeiros não correntes

A rubrica “Créditos Derivados Outros” com o montante de 770.136 Euros refere-se Fianças constituídas a longo prazo referentes a locações operacionais e contratos de fornecimento de energia eléctrica. A empresa espera apenas recuperar esses montantes em prazos superiores a um ano.

ii) Activos financeiros correntes

O detalhe dos activos financeiros correntes da empresa no exercício de 2011 foi o seguinte:

Categorias \ Classes	Instrumentos financeiros a longo prazo			
	Instrum. de Capital	Valores represent. de dívida	Créditos Derivados Outros	Total
Empréstimos e rubricas a receber				
Clientes por vendas e prestações de serviços	-	-	25.047.407	25.047.407
Clientes, empresas do grupo e associadas	-	-	94.703	94.703
Devedores vários	-	-	1.527.454	1.527.454
Pessoal	-	-	1.539	1.539
Outros activos financeiros	-	-	30.150	30.150
TOTAL	-	-	26.701.253	26.701.253

A empresa contratou uma linha de *Factoring* sem recurso, com o limite de 1.562.500 Euros. O montante utilizado em 31 de Dezembro de 2011 é de 210.843 euros. O detalhe dos activos financeiros correntes da empresa no exercício de 2010 é o seguinte:

Categorias \ Classes	Instrumentos financeiros a longo prazo			
	Instrum. de Capital	Valores represent. de dívida	Créditos Derivados Outros	Total
Empréstimos e rubricas a receber				
Clientes por vendas e prestações de serviços	-	-	23.346.344	23.346.344
Clientes, empresas do grupo e associadas	-	-	187.812	187.812
Devedores vários	-	-	726.541	726.541
Pessoal	-	-	3.212	3.212
Outros activos financeiros	-	-	90.150	90.150
TOTAL	-	-	24.354.059	24.354.059

1) Créditos por operações comerciais e Investimentos financeiros a curto prazo

Descrição	2011	2010
Clientes:		
Clientes por vendas e prestações de serviços	25.206.320	23.409.311
Imparidade de valor de créditos por operações comerciais	(865.361)	(652.445)
Clientes de cobrança duvidosa	706.448	589.479
Clientes, empresas do grupo e associadas	94.703	187.812
	25.142.110	23.534.157
Devedores vários:		
IVA a recuperar países comunitários (*)	25.281	85.397
Indemnizações a receber	125.567	
Devedores alienações imobilizado tangível	589.283	448.632
Devedores com montantes a ajustar	268.651	69.674
Outros devedores	518.672	122.838
	1.527.454	726.541
Pessoal:	1.539	3.212
	26.671.103	24.263.909
Investimentos financeiros a curto prazo:		
Outros activos financeiros	30.150	90.150
	30.150	90.150
Total	26.701.253	24.354.059

(*) IVA suportado em países da UE referente ao fornecimento de combustível, portagens e outros gastos.

Movimentos na conta de clientes de cobrança duvidosa durante o exercício de 2011

Descrição	Saldo 31.12.10	Aumentos	Excessos	Aplicações e pagamentos	Saldo 31.12.11
Clientes cobrança duvidosa	652.445	213.718	-	(802)	865.361
	652.445	213.718	-	(802)	865.361

Movimentos na conta de clientes de cobrança duvidosa durante o exercício de 2010

Descrição	Saldo 31.12.09	Aumentos	Excessos	Aplicações e pagamentos	Saldo 31.12.10
Clientes cobrança duvidosa	636.242	80.811	(60.333)	(4.275)	652.445
	636.242	80.811	(60.333)	(4.275)	652.445

b) Passivos Financeiros

O detalhe dos passivos financeiros da empresa no exercício de 2011 foi o seguinte:

Categorias \ Classes	Instrumentos financeiros a longo prazo			Instrumentos financeiros a curto prazo			Total
	Dívidas com entidades de crédito	Derivados	Outros	Dívidas com entidades de crédito	Derivados	Outros	
Débitos e rubricas a pagar:							
Débitos por operações comerciais:							
Fornecedores	-		-	-		9.878.218	9.878.218
Fornecedores, empresas do grupo e associadas	-		-	-		278.242	278.242
Credores vários	-		-	-		4.820.473	4.820.473
Pessoal	-		-	-		888.342	888.342
Dívidas com entidades de crédito	1.845.614		-	8.224.189		-	10.069.803
Credores por locação financeira	2.385.908		-	1.027.806		-	3.413.714
Passivos a justo valor com alterações em perdas e ganhos:							
Outros	-		-	-		657.286	657.286
TOTAL	4.231.522		-	9.251.995		16.522.561	30.006.078



O detalhe dos passivos financeiros não correntes da empresa no exercício de 2011 foi o seguinte:

Categorias	Classes	Instrumentos financeiros a longo prazo			Instrumentos financeiros a curto prazo			Total
		Dívidas com entidades de crédito	Derivados	Outros	Dívidas com entidades de crédito	Derivados	Outros	
Débitos e rubricas a pagar:								
Débitos por operações comerciais:								
	Fornecedores	-		-	-		9.116.568	9.116.568
	Fornecedores, empresas do grupo e associadas	-		-	-		312.559	312.559
	Credores vários	-		-	-		3.535.282	3.535.282
	Pessoal	-		-	-		533.511	533.511
	Dívidas com entidades de crédito	2.748.353		-	7.249.509		-	9.997.862
	Credores por locação financeira	-		-	-		-	-
Passivos a justo valor com alterações em perdas e ganhos:								
	Outros	-		-	-		226.185	226.185
TOTAL		2.748.353		-	7.249.509		13.724.105	23.721.967

i) Passivos financeiros não correntes

O detalhe dos passivos financeiros não correntes da empresa no exercício de 2011 foi o seguinte:

Categorias \ Classes	Instrumentos financeiros a longo prazo			
	Dívidas com entidades de crédito	Derivados	Outros	Total
Débitos e rubricas a pagar:				
Dívidas com entidades de crédito	1.845.614		-	1.845.614
Credores por locação financeira	2.385.908		-	2.385.908
TOTAL	4.231.522		-	4.231.522

O detalhe dos passivos financeiros não correntes da empresa no exercício de 2010 é o seguinte:

Categorias \ Classes	Instrumentos financeiros a longo prazo		
	Dívidas com entidades de crédito	Derivados Outros	Total
Débitos e rubricas a pagar:			
Dívidas com entidades de crédito	2.748.353	-	2.748.353
TOTAL	2.748.353	-	2.748.353

1) Dívidas com entidades de Crédito a Longo Prazo

O detalhe dos saldos mantidos com instituições de crédito em 31 de Dezembro do exercício de 2011 e 2010 é o seguinte:

Descrição	2011	2010
Apólices de empréstimo	1.845.614	2.748.353
	1.845.614	2.748.353

A separação por vencimentos dos empréstimos é a seguinte:

	2013	2014	2015	2016	Total
Dívidas Longo Prazo	928.139	452.607	464.868	-	1.845.614

As taxas de juro pagas pela Sociedade durante os exercícios de 2011 e 2010 pelos empréstimos e apólices de crédito subscritas com instituições de crédito encontram-se principalmente referenciadas à Euribor acrescidas de um diferencial de mercado.

2) Credores por locação financeira a Longo Prazo

O detalhe dos saldos mantidos por locação financeira em 31 de Dezembro do exercício de 2011 e 2010 é o seguinte:

Descrição	2011	2010
Credores por locação financeira (Nota 7)		
<i>Leasing</i>	1.030.451	-
<i>Leaseback</i>	1.355.457	-
	2.385.908	-

A separação por vencimentos das locações financeiras é a seguinte:

(Euros)					
	2013	2014	2015	2016	Total
Credores por locação financeira	1.078.071	854.063	305.716	148.058	2.385.908

As taxas de juro pagas pela Sociedade durante os exercícios de 2011 e 2010 pelas locações financeiras subscritas com instituições de crédito encontram-

se principalmente referenciadas à Euribor acrescidas de um diferencial de mercado.

ii) Passivos financeiros correntes

O detalhe dos passivos financeiros correntes da empresa no exercício de 2011 foi o seguinte:

Categorias / Classes	Instrumentos financeiros a curto prazo		
	Dívidas com entidades de crédito	Derivados Outros	Total
Débitos e rubricas a pagar:			
Débitos por operações comerciais:			
Fornecedores	-	9.878.218	9.878.218
Fornecedores, empresas do grupo e associadas	-	278.242	278.242
Credores vários	-	4.820.473	4.820.473
Pessoal	-	888.342	888.342
Dívidas com entidades de crédito	8.224.189	-	8.224.189
Credores por locação financeira	1.027.806	-	1.027.806
Passivos a justo valor com alterações em perdas e ganhos			
Mantidos para negociar	-	-	-
Outros	-	657.286	657.286
TOTAL	9.251.995	16.522.561	25.774.556



O detalhe dos passivos financeiros correntes da empresa no exercício de 2010 é o seguinte:

Categorias / Classes	Instrumentos financeiros a curto prazo		
	Dívidas com entidades de crédito	Derivados Outros	Total
Débitos e rubricas a pagar:			
Débitos por operações comerciais:			
Fornecedores	-	9.116.568	9.116.568
Fornecedores, empresas do grupo e associadas	-	312.559	312.559
Credores vários	-	3.535.282	3.535.282
Pessoal	-	533.511	533.511
Dívidas com entidades de crédito	7.249.509	-	7.249.509
Credores por locação financeira	-	-	-
Passivos a justo valor com alterações em perdas e ganhos			
Mantidos para negociar	-	-	-
Outros	-	226.185	226.185
TOTAL	7.249.509	13.724.105	20.973.614

1) Dívidas com entidades de Crédito a Curto prazo:

O detalhe dos saldos mantidos com instituições de crédito em 31 de Dezembro do exercício de 2011 é o seguinte:

Descrição	Montante Concedido (1)	Parte disposta
		Curto prazo
Apólices de crédito	-	904.573
Descobertos bancários	13.001.518	7.284.784
		8.189.358
Juros Devidos Pendentes de Pagamento	-	34.831
Total	-	8.224.189

(1) Apólices de Crédito em conta corrente a juros variáveis.

O detalhe dos saldos mantidos com instituições de crédito em 31 de Dezembro do exercício de 2010 é o seguinte:

Descrição	Montante Concedido (1)	Parte disposta
		Curto prazo
Apólices de crédito	-	888.603
Descobertos bancários	11.801.518	6.352.236
	11.801.518	7.240.839
Juros Devidos Pendentes de Pagamento	-	8.670
Total	-	7.249.509

(1) Apólices de Crédito em conta corrente a juros variáveis.

O valor dos juros devidos pendentes de pagamento no exercício 2011 é de 34.831 euros (8.670 euros em 2010).

As taxas de juro pagas pela Sociedade durante os exercícios de 2011 e 2010 pelos empréstimos e apólices de crédito subscritas com instituições de crédito encontram-se principalmente referenciadas à Euribor acrescidas de um diferencial de mercado.

2) Dívidas com locações financeiras a Curto prazo:

Descrição	2011	2010
Credores por locação financeira		
<i>Leasing</i>	273.758	-
<i>Leaseback</i>	754.048	-
Total	1.027.806	-

3) Débitos por operações comerciais

Descrição	2011	2010
Credores comerciais e outras dívidas:		
Fornecedores	9.878.218	9.116.568
Fornecedores, empresas do grupo e associadas (Nota 15)	278.242	312.559
Credores vários:		
Credores por prestações de serviços	3.552.360	2.830.591
Acréscimos de custos	1.268.113	704.691
Remunerações pendentes de pagamento	888.342	533.511
Total	15.865.275	13.497.920

4) Outros passivos financeiros

Descrição	2011	2010
Fornecedores de imobilizado a curto prazo	657.286	226.185
Total	657.286	226.185

Os saldos a receber e a pagar em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são em Euros (não incluem valores em moeda diferente do Euro).

9. EXISTÊNCIAS

A sociedade não possui existências em 31 de Dezembro de 2011 e 2010. No entanto, em determinados momentos dispõe de existências para o acondicionamento das mercadorias transportadas.

10. CAIXA E OUTROS ACTIVOS LÍQUIDOS EQUIVALENTES

Descrição	2011	2010
Caixa	7.173	6.929
Contas correntes	46.754	6.358
Total tesouraria	53.927	13.287

Não há restrições à disponibilidade destes saldos.

11. CAPITAIS PRÓPRIOS E FUNDOS PRÓPRIOS

a) Capital social

O Capital Social da sociedade em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é de 6.000.000 euros e é representado por 60.000 acções de 100 euros de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e desembolsadas.

Todas as acções são propriedade da empresa portuguesa LS-Luís Simões, SGPS, S.A.

b) Reserva legal

A reserva legal foi dotada em conformidade com o artigo 274 da Lei de Sociedades de Capital, que estabelece que, em qualquer caso, um valor igual a 10% dos resultados do exercício será destinado a esta até que atinja, pelo menos, 20% do capital social. Não pode ser distribuída e se for utilizada para compensar perdas, caso não existam outras reservas disponíveis suficientes para este fim, deve ser reposta com resultados futuros.

c) Outras reservas

O saldo desta rubrica do Balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, de 707.479 euros (147.693 euros em 2010) refere-se a reservas voluntárias.

12. PROVISÕES E OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES

Os Administradores da Sociedade na formulação das contas anuais diferenciam entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações actuais decorrentes de acontecimentos passados, cujo cancelamento é provável que origine uma saída de recursos, mas que são indeterminados quanto ao seu valor e/ou momento de cancelamento.

- Passivos contingentes: obrigações possíveis surgidas em consequência de acontecimentos passados, cuja materialização futura está condicionada a que ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade da Sociedade.

As contas anuais agrupam todas as provisões em relação às quais se estima que a probabilidade de ter de responder à obrigação é maior do que o contrário. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais, mas há informação sobre estes nas notas do relatório, na medida em que não são considerados remotos.

As provisões são valorizadas pela melhor estimativa possível do valor necessário para cancelar ou transferir a obrigação, tendo em conta as informações disponíveis sobre o acontecimento e suas consequências, e registando os ajustes que surjam pela actualização de tais provisões como um gasto financeiro à medida que se vão gerando.

A compensação a receber de terceiros no momento da liquidação da obrigação, desde que não haja dúvidas de que tal reembolso será recebido, é registada como activo, excepto se existir um vínculo jurídico pelo qual tenha sido exteriorizada parte do risco, e pelo qual a Sociedade não é responsável; nesta situação, a compensação será tida em consideração para estimar o valor pelo qual, se for o caso, figurará a correspondente provisão.

Os movimentos da provisão durante o exercício de 2011 são os seguintes:

	Saldo 01.01.11	Aumentos	Aplicações	Diminuições	Saldo 31/12/2011
Provisões outras op. Comerciais	154.235	77.577	154.812	-	77.000
Provisões outras responsabilidades	30.150	-	-	-	30.150
	184.385	77.577	154.812	-	107.150

As aplicações correspondem ao uso das provisões devido à emissão de Notas de Pagamento a clientes.

Os movimentos da provisão durante o exercício de 2010 são os seguintes:

	Saldo 01.01.11	Aumentos	Aplicações	Diminuições	Saldo 31/12/2010
Provisões outras op. Comerciais	139.801	14.434	-	-	154.235
Provisões outras responsabilidades	-	30.150	-	-	30.150
	-	44.584	-	-	184.385

13. SITUAÇÃO FISCAL

De acordo com as disposições legais em vigor, as liquidações de impostos não podem ser consideradas definitivas até que tenham sido inspeccionados pelas autoridades fiscais ou caso já tenha passado o prazo de prescrição de 4 anos. Em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade tem por inspeccionar todos os impostos a que está sujeita pelos últimos quatro anos. Os Administradores da Sociedade não esperam que, em caso de inspecção, surjam passivos adicionais significativos.



a) Saldos com as administrações públicas

O detalhe dos saldos mantidos com administrações públicas em 31 de Dezembro do exercício de 2011 é o seguinte:

b) Imposto sobre resultados

	2011	2010
Correntes:		
Administrações públicas devedoras	728	728
Passivos por impostos sobre os ganhos correntes	(5.651)	(779)
Administrações públicas credoras:		
IVA	(477.003)	(474.278)
Retenções praticadas	(219.641)	(228.816)
Segurança social	(471.144)	(1.855.588)
Impostos Especiais	(10.560)	-
	(1.178.348)	(2.558.682)
Não Correntes:		
Activos por impostos diferidos	120.232	208.836
Passivos por impostos diferidos	-	-
	120.232	208.836
Saldo	(1.063.040)	(2.349.897)



A conciliação entre o valor líquido dos proveitos e custos do exercício e a base imposta (resultado fiscal) do Imposto sobre Sociedades é a seguinte:

	2011		2010	
	Conta de Perdas e Ganhos	Proveitos e custos imputados directamente aos capitais próprios	Conta de Perdas e Ganhos	Proveitos e custos imputados directamente aos capitais próprios
	Aumentos/(Diminuições)	Aumentos/(Diminuições)	Aumentos/(Diminuições)	Aumentos/(Diminuições)
Saldo de proveitos e custos do exercício	308.637	-	892.622	
Imposto sobre as Sociedades	94.312		270.638	
Diferenças permanentes	14.130		11.409	
Diferenças temporárias:				
- com origem no exercício	260.973		79.348	
- com origem em exercícios anteriores	(79.348)		(29.491)	(82.730)
Compensação de BIN's de exercícios anteriores	(476.970)	-	(865.810)	.
Base imposta (resultado fiscal)	19.027	-	88.078	(82.730)
Quota integral (1)	5.708	-	26.424	(24.819)
Deduções por dupla imposição	0	-	(570)	-
Quota íntegra ajustada positiva	5.708	-	25.853	(24.819)
Deduções	-	-	(255)	-
Quota líquida	5.708	-	25.598	(24.819)

A conciliação entre o custo por imposto sobre resultados e o resultado da multiplicação das taxas de impostos aplicáveis ao total de proveitos e custos reconhecidos, diferenciando o saldo da conta de perdas e ganhos é a seguinte:

	2011		2010	
	Conta de Perdas e Ganhos	Proveitos e custos imputados directamente aos capitais próprios	Conta de Perdas e Ganhos	Proveitos e custos imputados directamente aos capitais próprios
Resultado antes de impostos por operações continuadas	308.637	-	892.622	-
Taxa obrigatória aplicável	30%	30%	30%	30%
Encargo obrigatório teórico	92.591	-	267.787	-
Efeito de:				
Custos não dedutíveis	275.103	-	90.757	-
Deduções e outros	(87.742)	-	(29.491)	(82.730)
Custo obrigatório efectivo	148.799	-	286.167	(24.819)
Detalhe:				
Corrente	5.708	-	25.852	(24.819)
Diferido	88.604	-	269.605	-
Custo obrigatório efectivo	94.312	-	295.457	(24.819)

As diferenças permanentes devem-se principalmente a custos não dedutíveis fiscalmente correspondentes a sanções e multas.

As diferenças temporárias devem-se principalmente às geradas por dotações para perdas e imparidade de dívidas de clientes e dotações para provisões para outras operações comerciais.

c) Cálculo do imposto sobre sociedades

A determinação da Base imposta do Imposto sobre Sociedades no exercício de 2011 e 2010 é a seguinte:

	2011	2010
RESULTADO CONTABILÍSTICO	214.325	621.984
Correcções ao resultado contabilístico:		
Ajustes aplicação NPGC	-	(82.730)
Dotações contabilísticas para provisões não dedutíveis fiscalmente	187.361	61.266
Imposto sobre sociedades	94.312	270.638
Outros custos não dedutíveis fiscalmente		
Bases impostas negativas períodos anteriores	(476.970)	(865.810)
BASE IMPOSTA	19.027	5.348
Taxa obrigatória	30%	30%
QUOTA INTEGRA POSITIVA	5.708	1.605
Outras deduções	-	(825)
QUOTA LÍQUIDA POSITIVA	5.708	779

d) Impostos diferidos

Os impostos diferidos em 31 de Dezembro do exercício de 2011 e 2010 são os seguintes:

	2011	2010
Diferenças temporárias:		
Créditos por Perdas a Compensar	-	143.091
Dotações provisões contabilísticas não dedutíveis fiscalmente	120.232	65.745
	120.232	208.836

O movimento dos activos por impostos diferidos e dos passivos por impostos diferidos para o exercício de 2011 é apresentado abaixo:

	01-01-2011	Altas	Baixas	31-12-2011
Activos por impostos diferidos				
Créditos por Perdas a Compensar	143.091	-	143.091	-
Dotações provisões contabilísticas não dedutíveis fiscalmente	65.745	78.292	23.805	120.232
	208.836	78.292	166.896	120.232

O movimento dos activos por impostos diferidos e dos passivos por impostos diferidos para o exercício de 2010 é apresentado abaixo:

	01/01/2010 Reformulado	Altas	Baixas	31/12/2010
Activos por impostos diferidos:				
Créditos por Perdas a Compensar	402.834	-	259.743	143.091
Dotações e provisões contabilizadas não dedut. fiscalmente	50.787	23.804	8.847	65.744
Conversão para o Novo Plano Geral Contabilístico	24.819	-	24.819	-
	478.440	23.804	293.409	208.835

No final do exercício de 2011, não há activos por impostos diferidos referentes a créditos por perdas a compensar.

Os activos por impostos diferidos referentes a créditos por perdas a compensar e prazos de compensação em 31 de Dezembro de 2010 são os seguintes:

Ano de Origem	Bases tributáveis negativas	Até ao Ano
2003	476.970	2018
Taxa Imposto Sociedades	30%	
Ajustes imposto s/ resultados	143.091	

14. PROVEITOS E CUSTOS

a) Volume de negócios líquido

A distribuição do volume de negócios líquido da Sociedade correspondente às suas actividades correntes, por categorias de actividade e mercados geográficos, é a seguinte:

	2011	2010
Segmentação por categorias de actividades:		
Transporte	59.327.555	52.999.242
Logística	42.851.771	39.095.795
Total	102.179.326	92.095.037
Segmentação por mercados geográficos:		
Mercado interno	92.848.568	83.850.799
Mercado comunitário	9.322.608	8.228.226
Outros mercados	8.150	16.012
Total	102.179.326	92.095.037

b) Compras

A separação de compras é a seguinte:

	2011	2010
Compras e outros aprovisionamentos:		
Mercado Nacional	205.012	125.228
Subcontratação de transporte:		
Mercado Nacional	30.150.246	26.958.696
Mercado Comunitário	29.054.407	28.375.672
Outros Mercados	-	-
	59.204.653	55.334.368
Outras subcontratações	4.334.009	2.729.263
Total	63.743.674	58.188.860

c) Custos com pessoal

O detalhe dos custos com pessoal da Sociedade é o seguinte:

	2011	2010
Salários	14.202.002	12.794.976
Indemnizações	374.997	214.336
Encargos sociais:		
Segurança social	3.809.736	3.459.645
Outros encargos sociais	280.611	222.490
Custos com pessoal	18.667.346	16.691.447

d) Serviços externos

O detalhe dos Serviços externos da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 é o seguinte:

	2011	2010
Locações e taxas	4.713.016	4.214.094
Cedência de pessoal	967.184	1.153.654
Combustíveis	4.010.101	3.018.482
Energia eléctrica	403.248	369.977
Trabalhos especializados	2.759.106	2.476.670
Reparações e conservação	1.059.535	929.556
Comunicações	311.335	280.856
Prémios de seguros	471.835	374.313
Publicidade, propaganda e relações públicas	100.264	106.152
Limpeza, higiene e segurança	565.250	626.389
Consumíveis armazém	594.960	318.688
Outros fornecimentos e serviços	1.084.753	892.832
Total de Serviços externos	17.040.588	14.761.663

e) Proveitos financeiros

	2011	2010
Proveitos financeiros correspondentes a pagamentos antecipados	239.444	219.360
Outros proveitos financeiros	1.227	39
Total de proveitos financeiros	240.671	219.399

f) Custos financeiros

	2011	2010
Juros sobre dívidas		
Instituições de Crédito	380.849	149.094
Outros custos financeiros	203.936	59.800
Total de custos financeiros	584.785	208.894

Para os exercícios 2011 e 2010 não foram efectuadas transacções em outras moedas que não o euro.

15. OPERAÇÕES COM PARTES VINCULADAS

a) Sociedades vinculadas

As partes vinculadas com as quais a Sociedade manteve transacções durante os exercícios de 2011 e 2010, assim como a natureza dessa vinculação, são as seguintes:

Nome	Natureza da vinculação
LS-Luís Simões, SGPS, SA	Accionista único
Luís Simões Logística Integrada, SA	Empresa do grupo
Reta-Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, SA	Empresa do grupo
Lusiseg, Lda	Empresa do grupo
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, SA	Empresa do grupo



b) Saldos entre sociedades vinculadas

Os saldos mantidos com as partes vinculadas detalhadas na tabela anterior em 31 de Dezembro de 2011 são os seguintes:

Nome	Clientes, empresas do grupo e associadas	Fornecedores, empresas do grupo e associadas	Clientes vendas e Prest. Serv., Acréscimos Resultados	Fornecedores, Acréscimos custos
Luís Simões Logística Integrada, SA	93.174	251.742	81.683	1.458.067
Reta-Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, SA	253	13.474	(68.129)	34.861
Lusiseg, Lda	-	-	-	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, SA	1.276	13.026	264.631	-
	94.703	278.242	278.185	1.492.928

Os saldos mantidos com as partes vinculadas em 31 de Dezembro de 2010 são os seguintes:

Nome	Clientes, empresas do grupo e associadas	Fornecedores, empresas do grupo e associadas	Clientes vendas e Prest. Serv., Acréscimos Resultados	Fornecedores, Acréscimos custos
Luís Simões Logística Integrada, SA	187.812	261.905	90.224	2.361.251
Reta-Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, SA	-	41.321	-	-
Lusiseg, Lda	-	2.375	-	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, SA	-	6.958	-	-
	187.812	312.559	90.224	2.361.251

c) Operações realizadas entre sociedades vinculadas

As transacções mantidas com as partes vinculadas detalhadas anteriormente para o exercício 2011 foram as seguintes:

Nome	Serviços Externos	Prestações de Serviços	Outros Custos	Outros Proveitos
Luís Simões Logística Integrada, SA (1)	30.265.943	1.785.914	-	207.637
Reta-Serviços Técnicos e Rent-A-Cargo, SA (2)	331.448	-	21.026	72.436
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, SA (3)	1.437.664	-	-	-

(1) Subcontratação de serviços de transporte rodoviário de mercadorias;

(2) Serviços de manutenção de pneus e reparação de veículos;

(3) Serviços de administração, gestão e outros serviços partilhados;

Durante o exercício de 2011, a Sociedade não adquiriu imobilizado tangível a sociedades do grupo.

As transacções mantidas com as partes vinculadas detalhadas anteriormente para o exercício 2010 foram as seguintes:

Nome	Serviços Externos	Prestações de Serviços	Outros Custos	Outros Proveitos
Luís Simões Logística Integrada, SA (1)	29.906.123	1.284.585	-	137.723
Reta-Serviços Técnicos e Rent-A-Cargo, SA (2)	130.797	-	13.650	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, SA (3)	1.189.348	-	-	-

(1) Subcontratação de serviços de transporte rodoviário de mercadorias;

(2) Serviços de manutenção de pneus e reparação de veículos;

(3) Serviços de administração, gestão e outros serviços partilhados;

Durante o exercício de 2010, a Sociedade adquiriu imobilizado tangível no valor de 62.172 euros à sociedade do grupo Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Nota 5)

d) Administradores e alta direcção

Remunerações e outras prestações:

i) Remuneração dos membros do Conselho de Administração durante o exercício de 2011:

Os membros do Conselho de Administração, durante os exercícios de 2011 e 2010, não receberam qualquer remuneração.

Não existem antecipações, nem créditos concedidos ao conjunto dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, nem transacções garantidas ou obrigações contraídas em matéria de pensões e seguros de vida.

ii) Remuneração total dos membros de alta direcção:

Na Sociedade não existe pessoal de alta direcção que não corresponda aos membros do conselho de administração.

Outras informações sobre o Conselho de Administração:

Em relação aos artigos 229 e 230 da Lei de Sociedades de Capital, os administradores comunicaram que em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 nem eles nem as pessoas a eles vinculadas possuem situações de conflito com os interesses da Sociedade e que não detêm participações no capital de outras sociedades diferentes das Empresas do Grupo com um tipo de actividade igual, semelhante ou complementar ao objecto social Luís Simões Logística Integrada, S.A.

Para além disso, os administradores confirmaram o seguinte em relação ao exercício de cargos ou funções em sociedades com um tipo de actividade igual, semelhante ou complementar relativamente ao que constitui o objecto social da Sociedade, nem a realização por conta própria, ou de outrem, de um tipo de actividade igual, semelhante ou complementar ao que constitui o objecto social da Sociedade.

Administrador	Participação directa	Participação indirecta	Cargo/Função	Sociedade
José Luís Soares Simões	0%	33,33%	Administrador	Luís Simões Logística Integrada, SA
José Luís Soares Simões	0%	33,33%	Administrador	Reta-Serviços Técnicos e Rent-A-Cargo, SA
Jorge Manuel Soares Simões	0%	33,33%	Administrador	Luís Simões Logística Integrada, SA
Jorge Manuel Soares Simões	0%	33,33%	Administrador	Reta-Serviços Técnicos e Rent-A
Leonel Fernando Soares Simões	0%	33,33%	Administrador	Luís Simões Logística Integrada, SA
Leonel Fernando Soares Simões	0%	33,33%	Administrador	Reta-Serviços Técnicos e Rent-A
Cônjuge e filhos de José Luís Soares Simões (cada um)	0%	0,000095%	-	Reta e Luís Simões Logística Integrada, SA
Cônjuge e filhos de Jorge Manuel Soares Simões (cada um)	0%	0,000095%	-	Reta e Luís Simões Logística Integrada, SA
Cônjuge e filhos de Leonel Fernando Soares Simões (cada um)	0%	0,000095%	-	Reta e Luís Simões Logística Integrada, SA

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Número médio de pessoas empregadas durante o exercício:

Estrutura do pessoal em 31 de Dezembro de 2011:

	No fim do exercício			Média do exercício
	Homens	Mulheres	Total	
Gestores, engenheiros e técnicos	57	15	72	69
Administrativos	61	100	161	156
Pessoal de Produção	259	30	289	290
Pessoal de distribuição e venda	3	0	3	3
Total	380	145	525	518

Estrutura do pessoal em 31 de Dezembro de 2010:

	No fim do exercício			Média do exercício
	Homens	Mulheres	Total	
Gestores, engenheiros e técnicos	50	16	66	63
Administrativos	56	94	150	145
Pessoal de Produção	261	30	291	283
Pessoal de distribuição e venda	2	0	2	2
Total	369	140	509	493

b) Valor dos honorários de auditoria de contas:

Em conformidade com o estabelecido na Disposição Adicional décima quarta da Lei 44/2002 de 22 de Novembro sobre Medidas de Reforma do Sistema Financeiro, informa-se que o total dos honorários recebidos pelos auditores de contas da sociedade no exercício de 2011 foi de 20.000 euros (20.000 euros em 2010).

c) Informação sobre meio ambiente:

Devido à actividade a que se dedica a Sociedade, esta não tem responsabilidades, gastos, activos nem provisões ou contingências de natureza ambiental que possam ser significativos em relação ao capital, à situação financeira e aos resultados da mesma. Por este motivo, não são incluídas separações específicas no presente relatório das contas anuais em relação à informação de questões ambientais.

D) Informação sobre o valor de saldo pendente de pagamento a fornecedores com diferimento superior ao prazo legal de pagamento:

De acordo com a informação exigida pela Disposição Adicional terceira da Lei 15/2010, informa-se que os pagamentos para operações comerciais realizados durante o exercício e pendentes de pagamento no fecho em relação aos prazos máximos de pagamento legais são os seguintes:

	Pagamentos realizados e pendentes de pagamento na data de fecho do balanço			
	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Dentro do prazo máximo legal	72.282.448	89%	-	-
Restante	8.632.101	11%	-	-
Total pagamentos do exercício	80.914.549	100%	-	-
PMPE (dias) de pagamentos	23		-	
Diferimentos que na data de fecho ultrapassam o prazo máximo legal	780.808		943.632	

17. GARANTIAS

No fecho dos exercícios de 2011 e 2010, a empresa tinha apresentado a terceiros as seguintes garantias:

Beneficiário	Objecto	Início	2011	2010
Inbisa	Diversos	10-01-2008	573.326	573.326
Servisa Tarjetas	Diversos	17-06-2010	25.000	25.000
Cobega	Cliente	07-02-2011	1.960.000	
BP Oil España	Diversos	19-08-2004	20.000	20.000
Diageo	Cliente	16-03-2011	60.000	
Agência Tributária	Depósito Fiscal	11-10-2011	30.000	
Agência Tributária	Depósito Fiscal	11-10-2011	28.800	
Solred Espanha (Repsol)	Diversos	10-10-2011	200.000	
Agência Tributária	Depósito Fiscal	27-10-2011	15.000	
			2.912.126	618.326

18. COMPROMISSOS NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2011, a empresa descontou obrigações não vencidas no valor de 758.625 Euros.

19. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA E O NÍVEL DE RISCO PROCEDENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A gestão dos riscos financeiros da Sociedade está centralizada na Direcção Corporativa Financeira, que estabeleceu os mecanismos necessários para controlar a exposição às variações das taxas de juro, bem como aos riscos de crédito e liquidez. São indicados de seguida os principais riscos financeiros que têm impacto na Sociedade:

• Risco de crédito

Em geral, a Sociedade mantém a sua tesouraria e activos líquidos equivalentes em instituições financeiras de elevado nível de crédito.

Não existe uma concentração significativa do risco de crédito com terceiros. A exposição mais relevante ao risco de crédito é em relação aos saldos devedores

comerciais e outras contas a receber. A política de gestão do risco de crédito foi concebida para minimizar os possíveis impactos do não pagamento por parte dos seus clientes. Para além disso, implementou uma política de vendas a clientes com limite de crédito, o que ajudou a controlar a incapacidade de cobrança.

• Risco de liquidez

A Sociedade mantém uma política de liquidez consistente na contratação de linhas de crédito e investimentos financeiros temporários no montante suficiente para suportar as necessidades de financiamento com base nas expectativas de evolução dos negócios.

A fim de assegurar a liquidez e poder cumprir todos os compromissos de pagamento decorrentes da sua actividade, a Sociedade dispõe da tesouraria que apresenta o seu balanço, bem como de linhas de crédito e financiamento, conforme detalhado nas Notas 8 b) e 10.

• Risco de mercado

Devido ao seu sector de actividade, a Sociedade está sujeita ao risco de mercado pela flutuação do preço do petróleo e, consequentemente, do preço do gasóleo. Este risco é reduzido devido à política de subcontratação de frota externa, que representa mais de 70% de toda a frota gerida.

20. OCORRÊNCIAS POSTERIORES AO FECHO

Não ocorreram acontecimentos de importância significativa posteriores ao fecho do exercício em 31 de Dezembro de 2011 que possam afectar significativamente as demonstrações financeiras aqui apresentadas.

Azuqueca de Henares, 15 de Fevereiro de 2012.

José Luís Soares Simões
Presidente/Conselheiro Delegado

Leonel Fernando Soares Simões
Vogal/Conselheiro Delegado

Jorge Manuel Soares Simões
Secretário/Conselheiro Delegado

Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedad Unipersonal)

B | RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE NO EXERCÍCIO

Logística e Transporte definem-se cada vez mais como um processo estratégico que acrescenta valor e permite a diferença, criando vantagem competitiva. É, portanto, cada vez menos, um negócio baseado em activos físicos e cada vez mais num serviço presente no conhecimento avançado e em sofisticados sistemas de informação, visando os mais altos níveis de serviço e de satisfação do cliente.

Luís Simões Logística Integrada desenvolve a sua actividade em 2 áreas diferenciadas mas complementares: a **Área do Negócio de Transportes**, que presta serviços de carga completa a partir de Espanha, em fluxos Ibéricos nacionais e regionais, de e para toda a Península Ibérica.

Desenvolve a sua actividade em segmentos de mercado exigentes, como: bebidas, produtos alimentares, papel e cartão, embalagens e o sector automóvel.

A actividade da empresa foi ainda marcada por alguns acontecimentos, dos quais destacamos:

- Conquista de uma operação de grande dimensão de carácter local em Barcelona, o que permite uma posição mais forte nesta região, consolidando igualmente a aposta nas 5 regiões estratégicas da Península Ibérica;
- Instalação de processos inovadores em transporte de temperatura controlada, com relatório *online* da situação, aumentando a integração junto dos clientes deste segmento;
- Implementação de projectos de reengenharia de processos a nível operacional, utilizando metodologias Lean e permitindo não só a diferenciação no apoio ao cliente, mas também um aumento da eficiência;
- Conquista das operações de gestão integral da expedição de mercadorias a partir das fábricas, principalmente na indústria de papel, aumentando a quota neste sector e permitindo uma maior integração e um valor acrescentado para o cliente, com soluções globais e presença *in-plant*.

Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedad Unipersonal)
CIF: A79502357 | Inscrita en el Registro Mercantil de Guadalajara, en el Tomo 403, Libro 0, Folio 52, Hoja GU-4744, Inscripción 2
Capital: 6.000.000,00 Euros | Av. de la Industria n.º 5 | 19200 Azuqueca de Henares (Guadalajara)

A **Área do Negócio de Logística** é identificada como um operador espanhol especializado no mercado de logística, desenvolvendo a sua actividade nos sectores: bebidas, produtos alimentares e componentes automóveis.

Durante 2011, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Aumento relevante da actividade em novos clientes e novos negócios, garantindo o aumento da actividade global e compensando a redução da actividade em alguns clientes actuais, resultante do clima de desaceleração económica semelhante;
- Aumento da dimensão empresarial na Zona Centro, com a abertura de um novo armazém (Alovera 3). A nova superfície total nesta região ascende aos 105.000 m²;
- Desenvolvimento das equipas de gestão de cada centro (gestores e quadros médios), que permitiram consolidar a gestão de clientes, assegurando níveis de serviço de acordo com as suas exigências.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

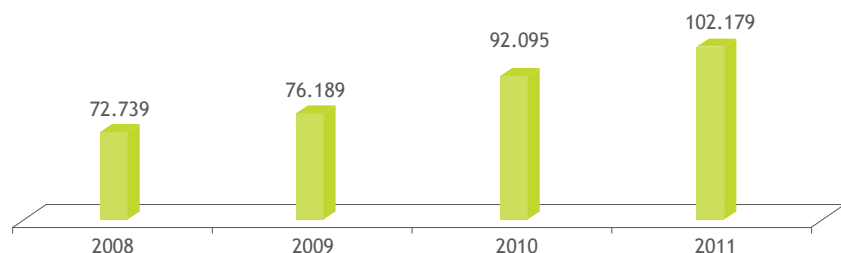
O Volume de Vendas da Luís Simões Logística Integrada apresentou, em 2011, um aumento de 11%, fixando-se nos **102.179 Mil Euros**. Este desempenho foi alcançado num ano em que assistimos mundialmente a um cenário de incerteza, com especial enfoque na Península Ibérica, onde Espanha atingiu no final do ano níveis históricos de desemprego, com consequência no consumo das famílias.

Este cenário de desaceleração económica afectou a actividade dos clientes da Luís Simões Logística Integrada, levando-os a procurar alternativas para reduzir custos.

Foi neste contexto que a empresa, através da sua equipa de gestão com grande potencial e determinação, encontrou soluções inovadoras, que asseguraram elevados níveis de serviço, indo ao encontro das exigências dos clientes, acabando estes por reconhecer como diferenciadores, por sua vez, permitindo o aumento da actividade em alguns dos clientes estruturais, bem como a conquista de novos clientes em novos segmentos de mercado.



Evolução de Vendas (Milhares de Euros)



O EBITDA fixou-se nos **2.236 Mil Euros** e representou um aumento de 2%.

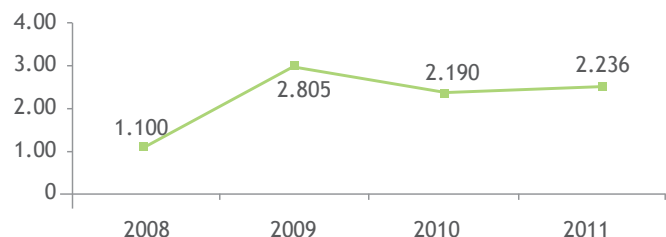
Algumas das rubricas de custos operacionais aumentaram a um ritmo superior ao ritmo do crescimento de vendas, destacando-se a subida do preço do combustível, que prejudicou o desenvolvimento dos resultados da empresa, representando um custo adicional no ano de **1.726 Mil Euros** face ao ano anterior, e os custos decorrentes da abertura de um novo centro de logística em Alovera, em resposta ao crescimento da actividade nessa zona.

Os custos financeiros cresceram devido ao aumento do investimento, que foi de **4.380 Mil Euros**, na sua maioria referente a veículos.

O Resultado Líquido da empresa no exercício de 2011 ascendeu a **214 Mil Euros** positivos.

Num ano em que o contexto externo é absolutamente desfavorável, a Luís Simões Logística Integrada fecha o ano de 2011 com um aumento nas vendas e resultados positivos, consolidando-se como um participante de referência em toda a Península Ibérica.

Evolução EBITDA (Milhares Euros)



PERSPECTIVAS PARA 2012

A LSLI encara 2012 com grande prudência face a todas as dificuldades do contexto que a rodeia, mas ainda assim com uma perspectiva de crescimento da sua actividade.

Em 2011 os preços dos combustíveis atingiram os valores mais altos de sempre. Para além disso, verificou-se um cenário marcado pela ausência de crescimento económico. A pressão para a gestão eficiente de recursos e para a inovação em projectos e processos que permitam fazer mais e melhor, com menos custos, será a nota dominante neste próximo ano.

O **Negócio de Transportes** indica os seguintes pontos, como grandes factores que marcarão a sua estratégia para 2012;

- Reforçar a equipa de gestão, em particular ao nível das funções de desenvolvimento comercial;
- Redimensionar equipas de âmbito administrativo/operacional, simplificando processos;
- Preparar certificados em normas ambientais e alimentares;
- Continuar a apostar em projectos de reengenharia de processos, que aumentam a eficiência das operações;
- Consolidar o projecto LS PLUS, cumprindo o objectivo de desenvolvimento e formação da equipa de gestão;
- Potenciar a utilização de clientes do Grupo Luís Simões noutros negócios como base para aumentar o negócio de transporte;
- Estruturar a política de *outsourcing* em termos de transporte, de forma a aumentar as sinergias com as transportadoras e a qualidade do serviço;
- Promover projectos inovadores no relacionamento com os clientes, facultando soluções tecnologicamente avançadas, que aumentam o nível de serviço.
- Assegurar a implementação do projecto LS MOBILE, que garante a comunicação electrónica com todas as transportadoras ao serviço da empresa;
- Promover a implementação de um novo portal LSNET, melhorando a capacidade de interacção com clientes e transportadoras, bem como o domínio das operações com a Luís Simões.

Complementar o **Negócio Logístico** tem as suas linhas de actuação, assentes nos seguintes pontos;

- Grande orientação para a manutenção do elevado domínio e qualidade nos processos logísticos, de forma a assegurar um elevado nível de

serviço aos clientes actuais e a capacidade de continuar a integrar novas empresas e actividades;

- Apostar no desenvolvimento da nova área do negócio de logística promocional;

- Potenciar o negócio nas regiões da Catalunha, Valência e Andaluzia;

- Manter o investimento no desenvolvimento de tecnologias da informação, que suportem um domínio estruturado de todos os processos logísticos e possibilitem uma melhor gestão da informação. Neste contexto há que destacar:

- Implantação de uma aplicação de gestão do negócio de *CoPacking*;

- Manutenção e implementação do modelo estruturado de seguimento da produtividade individual das operações logísticas;

- Consolidação do processo de quebras em toda a península Ibérica;

- Implementação definitiva do LS MOBILE;

- Renovação do Portal para começar a ser utilizado a 100% pelos clientes.

- Diversos projectos no âmbito da facturação, Auto-Facturas de Subcontratados e Facturação electrónica a clientes.

ACTIVIDADES EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Durante o exercício de 2011, a Sociedade não incorreu em custos relacionados com actividades de investigação e desenvolvimento.

AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PRÓPRIAS

Na nossa sociedade não foram produzidas aquisições de participações próprias durante o exercício de 2011.

INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS

Incluimos na nota 17 do relatório a informação sobre a natureza e o nível de risco associado aos instrumentos financeiros.

EVENTOS POSTERIORES

Não ocorreram acontecimentos de importância significativa posteriores ao fecho do exercício em 31 de Dezembro de 2011 que possam afectar significativamente as demonstrações financeiras aqui apresentadas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

José Luís Soares Simões

Presidente/Administrador Delegado

Leonel Fernando Soares Simões

Vogal/Administrador Delegado

Jorge Manuel Soares Simões

Secretário/Administrador Delegado

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A empresa Luís Simões Logística Integrada, S.A., terminou o exercício de 2011 com resultados líquidos de 214.325 Euros.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Reserva Legal	21.432 Euros
Reservas Voluntárias	192.893 Euros

Madrid, 15 de Fevereiro de 2012

José Luís Soares Simões
Presidente/Administrador Delegado

Leonel Fernando Soares Simões
Vogal/Administrador Delegado

Jorge Manuel Soares Simões
Secretário/Administrador Delegado



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Accionista Único da Luis Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedade Unipessoal)

Examinámos as demonstrações financeiras da Luis Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedade Unipessoal), as quais compreendem o balanço a 31 de Dezembro de 2011, a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa e o Anexo correspondente ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação das demonstrações financeiras da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis à entidade (que se identificam na Nota 2 em anexo) e, em particular, com os princípios e critérios financeiros constantes nas mesmas. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras no seu todo, com base no nosso exame, de acordo com os princípios contabilísticos vigentes em Espanha, que requer a verificação, numa base de amostragem, do suporte justificativo das demonstrações financeiras e a avaliação da sua apresentação, a apreciação sobre se os princípios e critérios financeiros adoptados e as estimativas realizadas estão de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do exercício 2011 em anexo apresentam, em todos os aspectos relevantes, de forma verdadeira o património e a situação financeira da Luis Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedade Unipessoal) a 31 de Dezembro de 2011, assim como os resultados das suas operações e dos seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis e, em particular, com os princípios e critérios contabilísticos aí constantes.

A 1 de Abril de 2011, outros revisores de contas emitiram o seu parecer em relação às demonstrações financeiras do exercício 2010, no qual expressaram uma opinião favorável.

O relatório de gestão anexo relativo ao exercício de 2011 inclui as explicações que o Conselho de Administração considera oportunas sobre a situação da

empresa, a evolução dos seus negócios e outros assuntos, e não faz parte integrante das demonstrações financeiras. Verificámos que a informação contabilística constante do referido relatório de gestão está em conformidade com as demonstrações financeiras do exercício de 2011. A nossa função enquanto revisores oficiais de contas limita-se à verificação do relatório de gestão dentro do âmbito mencionado neste parágrafo e não inclui a verificação de outra informação para além da obtida a partir dos registos contabilísticos da empresa.

26 de Abril de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

Juan Manuel Díaz Castro
Sócio – Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

LS - Luís Simões SGPS, S.A.

A | RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE NO EXERCÍCIO

A actividade da empresa LS - Luís Simões SGPS consiste na gestão das participações sociais do Grupo Luís Simões e na negociação centralizada de financiamentos. Estes, são posteriormente canalizados para as diversas empresas do grupo de forma a satisfazer as suas necessidades de tesouraria.

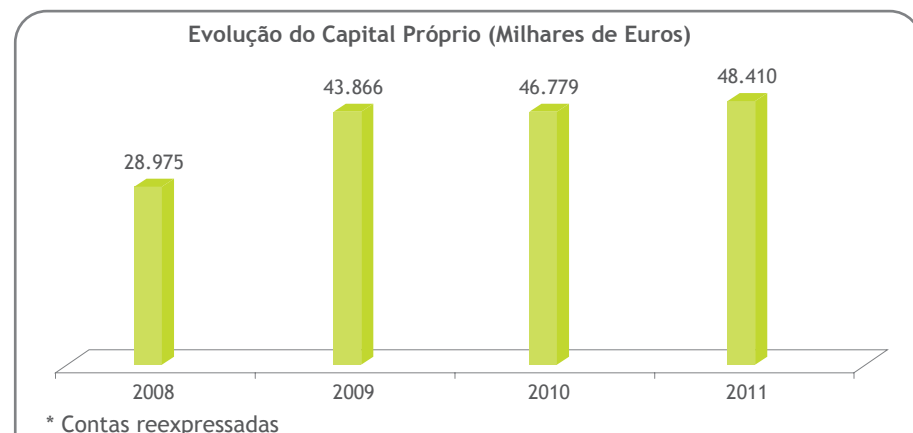
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Tendo em consideração a sua actividade, a empresa apresenta essencialmente, Custos e Proveitos Financeiros.

Em 2011, o Resultado Líquido foi de **1.639 Mil Euros**, resultante do desempenho das suas participadas.

A variação no valor do Capital Próprio da empresa, fixado em **48.410 Mil Euros**, resultou essencialmente do efeito da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, o qual teve um impacto positivo de **1.638 Mil Euros**.

A empresa, apresenta uma estrutura financeira sólida, com um rácio de Autonomia Financeira de 82,6% e um Rácio de Solvabilidade de 474%.



LS - Luís Simões, SGPS, S.A.
Nº Matricula/NIF: 503 717 789 | C.R.C. Loures | Capital Social: 29.578.950,00 Euros
Rua Fernando Namora, S/N, Moninhos, 2671-951 Loures

PERSPECTIVAS PARA 2012

Em 2012 a empresa pretende manter o papel de negociadora e angariadora corporativa de financiamento para o Grupo Luís Simões, continuando a focalizar-se na redução do custo dos mesmos.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos da Empresa é definida pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade de cada uma das áreas a sua aplicação prática.

A Empresa pretende que as Políticas de Gestão de Riscos, actualmente descentralizadas pelas diversas áreas da sua estrutura, sejam no futuro consolidadas com o objectivo de promover uma actuação integrada das diversas vertentes de gestão de risco.

A gestão de riscos de crédito, de taxa de juro, de tesouraria e restantes riscos financeiros é da responsabilidade da Direcção Financeira do Grupo.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

José Luís Soares Simões	Presidente/Admin. Delegado
Leonel Fernando Soares Simões	Vogal
Jorge Manuel Soares Simões	Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blazquez Pereira Silva	Secretária

Fiscal Único

PriceWaterCoopers & Associados, SROC, Lda.	Efectivo
José Manuel Henriques Bernardo	Suplente



APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A empresa LS - Luís Simões, SGPS, S.A., encerrou o exercício de 2011 com um Resultado Líquido positivo no valor de 1.638.614,53 Euros.

Atendendo às disposições legais e estatutárias aplicáveis, é proposta a seguinte aplicação de resultados:

Reserva Legal	81.930,73 Euros
Outras Reservas	478.051,80 Euros
Dividendos	1.078.632,00 Euros

Moninhos, 17 de Fevereiro de 2012

José Luís Soares Simões - Presidente

Leonel Fernando Soares Simões - Vogal

Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

B| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		2011	2010
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6	41.292.250,58	38.413.477,86
Participações financeiras - outros métodos	6	5.000,00	5.000,00
Outros activos financeiros	9	14.580.049,27	24.516.739,47
Activos por impostos diferidos	8	284.887,72	284.887,72
		56.162.187,57	63.220.105,05
ACTIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	11.4	585.783,77	471.771,10
Accionistas / sócios	9	122.503,18	117.865,68
Outras contas a receber	9	880.482,51	627.146,51
Diferimentos	11.1	-	17.294,47
Outros activos financeiros	9	169.483,12	-
Caixa e depósitos bancários	4	701.815,41	68.486,05
Total do activo		2.460.067,99	1.302.563,81
		58.622.255,56	64.522.668,86
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	9	29.578.950,00	29.578.950,00
Acções (quotas) próprias	9	(1.360.271,75)	(1.360.271,75)
Outros instrumentos de capital próprio	9	6.830.400,00	6.830.400,00
Reservas legais	11.2	844.748,90	614.967,83
Outras reservas	11.2	5.451.656,02	1.093.315,70
Resultados transitados	11.2	5.157.696,35	3.917.012,80
Ajustamentos em activos financeiros	11.2	268.414,41	268.414,41
		46.771.593,93	40.942.788,99
Resultado líquido do período		1.638.614,53	4.595.621,39
Total do capital próprio		48.410.208,46	45.538.410,38
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	9	7.642.973,84	9.257.770,33
		7.642.973,84	9.257.770,33
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	9	1.449,30	-
Estado e outros entes publicos	11.4	15.769,23	9.411,75
Accionistas / sócios	9	68.318,12	72.603,65
Financiamentos obtidos	9	2.316.018,38	9.501.623,12
Outras contas a pagar	9	167.518,23	142.849,63
		2.569.073,26	9.726.488,15
Total do passivo		10.212.047,10	18.984.258,48
Total do capital próprio e do passivo		58.622.255,56	64.522.668,86

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	1.638.089,17	4.597.889,58
Fornecimentos e serviços externos	10.4	(37.067,06)	(24.118,96)
Outros rendimentos e ganhos	10.5	1,48	67,54
Outros gastos e perdas	10.6	(61.380,29)	(51.619,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.539.643,30	4.522.218,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.539.643,30	4.522.218,95
Juros e rendimentos similares obtidos	10.7	880.598,63	627.146,51
Juros e gastos similares suportados	10.8	(776.341,47)	(552.009,27)
Resultado antes de impostos		1.643.900,46	4.597.356,19
Imposto sobre o rendimento do período		(5.285,93)	(1.734,80)
Resultado líquido do período		1.638.614,53	4.595.621,39

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamentos a fornecedores		(17.064,09)	(21.168,94)
Caixa gerada pelas operações		(17.064,09)	(21.168,94)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(130.696,68)	(345.793,48)
Outros recebimentos/pagamentos		(30.577,57)	(40.679,43)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(178.338,34)	(407.641,85)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		-	(7.191.700,00)
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:		627.237,70	664.343,69
Juros e rendimentos similares		-	7.756.513,56
Dividendos		627.237,70	1.229.157,25
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		190.932.497,04	167.769.115,29
Financiamentos obtidos		-	6.830.400,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Pagamentos respeitantes a:		(181.898.388,87)	(160.967.363,80)
Financiamentos obtidos		(806.019,13)	(489.772,11)
Juros e gastos similares		(7.500,00)	(8.562.900,00)
Dividendos		8.220.589,04	4.579.479,38
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		8.669.488,40	5.400.994,78
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(8.119.944,63)	(13.520.939,41)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	549.543,77	(8.119.944,63)

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

No Período de 2010

(Euros)

	Notas	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2010		29.578.950	-	-	-	593.100,00	11.722.059,72	-	(2.431.588,00)	4.403.822,37	43.866.344,09
Alterações no período:											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:											
Incorporação por fusão da FLS		1.411.830			2.262,04	60.655,46	2.977,03	1.143.942,78	2.481.332,69	-	5.103.000,00
Diferença fusão FLS		(1.411.830)	(1.360.271,75)		(2.262,04)	(60.655,46)	(2.484.309,72)	(1.143.942,78)			(6.463.271,75)
Anulação PEC's perdidos								(49.453,08)			(49.453,08)
Método Equivalência Patrimonial									218.669,72		218.669,72
		29.578.950	(1.360.271,75)	-	-	593.100,00	9.240.727,03	(49.453,08)	268.414,41	4.403.822,37	42.675.288,98
Resultado líquido do período										4.595.621,39	4.595.621,39
Resultado integral										8.999.443,76	47.270.910,37
Operações com detentores de capital no período											
Aplicação dos resultados						21.867,83	407.988,67	3.966.465,88		(4.403.822,37)	(7.499,99)
Prestações Acessórias				6.830.400,00							6.830.400,00
Outras operações											
Tranferências							(407.988,67)	407.988,67			-
Distribuição Dividendos							(8.147.411,33)	(407.988,67)			(8.555.400,00)
Dividendos											
		-	-	6.830.400,00	-	21.867,83	(8.147.411,33)	3.966.465,88	-	(4.403.822,37)	(1.732.499,99)
Posição no fim do período 2010		29.578.950	(1.360.271,75)	6.830.400,00	-	614.967,83	1.093.315,70	3.917.012,80	268.414,41	4.595.621,39	45.538.410,38

No Período de 2011

(Euros)

	Notas	Capital Realizado	Acções (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2011		29.578.950,00	(1.360.271,75)	6.830.400,00	-	614.967,83	1.093.315,70	3.917.012,80	268.414,41	4.595.621,39	45.538.410,38
Alterações no período:											
Método Equivalência Patrimonial		-	-	-	-	-	-	1.240.683,56	-	-	1.240.683,56
Resultado líquido do período		29.578.950,00	(1.360.271,75)	6.830.400,00	-	614.967,83	1.093.315,70	5.157.696,36	268.414,41	4.595.621,39	46.779.093,94
Resultado integral										1.638.614,53	1.638.614,53
Operações com detentores de capital no período										6.234.235,92	48.417.708,47
Aplicação dos resultados		-	-	-	-	229.781,07	4.358.340,32	-	-	(4.595.621,39)	(7.500,00)
		-	-	-	-	229.781,07	4.358.340,32	-	-	(4.595.621,39)	(7.500,00)
Posição no fim do período 2011		29.578.950,00	(1.360.271,75)	6.830.400,00	-	844.748,90	5.451.656,02	5.157.696,36	268.414,41	1.638.614,53	48.410.208,47

O movimento no valor de 1.240.683,56 euros registado em 2011 em resultados transitados resultou de correcções efectuadas resultantes de erros efectuados em anos anteriores na valorização das participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial. O movimento foi efectuado por contrapartida de participações financeiras.



ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

A Empresa foi constituída em 5 de Agosto de 1996 com a denominação Social de LS - Luís Simões, SGPS, S.A., com o NIF 503 717 789. Em 1 de Outubro de 2010, foi objecto de uma fusão por incorporação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, sendo a sociedade incorporante da sociedade F.L. Simões, SGPS, S.A.

1.2. SEDE:

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

1.3. NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A actividade da Empresa consiste na gestão de participações sociais.

1.4. DESIGNAÇÃO DOS DETENTORES DE CAPITAL:

A empresa é detida pelas entidades descritas no quadro seguinte:

Accionistas	Nº Acções detidas	% Direito de Voto	% Participação
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
Mira Serra, SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
José Luís Simões	234.000	4,15%	3,96%
Leonel Fernando Simões	234.000	4,15%	3,96%
Jorge Manuel Simões	234.000	4,15%	3,96%
Acções Próprias	273.060	-	4,62%
	5.915.790	100%	100%

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 17 de Fevereiro de 2012. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.12.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1- CONVERSÃO CAMBIAL

3.1.1 - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.1.2 - Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
Estão valorizados pelo o método de equivalência patrimonial os investimentos em Subsidiárias, definindo-se como tal as entidades que são controladas pela Empresa.

Entende-se por controlo a capacidade de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto.

O método da equivalência patrimonial foi utilizado a partir da data em que cada uma das participadas se enquadrou como entidade subsidiária.

Na data da aquisição do investimento, a diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida é contabilizada de acordo com a NCRF 14 — Concentrações de Actividades Empresariais. Desta forma:

- O *Goodwill* relacionado é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *Goodwill* não é permitida e não é portanto incluída na determinação dos resultados resultantes de participadas;
- O excesso da parte do Grupo no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis das participadas acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação dos resultados resultantes das participadas no período em que o investimento foi adquirido.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da sociedade no total de ganhos e perdas reconhecidas desde a data em que o controlo começa até à data em que efectivamente termina. Ganhos ou perdas são realizados em transacções entre as Empresas do Grupo, incluindo as associadas, são eliminados os dividendos atribuídos pelas subsidiárias são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária excede o valor de investimento, a Empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se tiver incorrido em obrigações, ou tenha efectuado pagamentos em benefício da subsidiária.

As políticas contabilísticas aplicadas pelas subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente pela Empresa e pelas suas subsidiárias. As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na Nota 5.

3.3 - GOODWILL

O goodwill é registado sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada como gasto na demonstração dos resultados do exercício e não pode ser susceptível de reversão posterior.

3.4 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

A Empresa utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transacção, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

3.5 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

3.6 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os activos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos e passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos activos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os activos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado: (i) os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e (ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos

derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes valores estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

3.8- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.9- GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.10 - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.11 - CAPITAIS PRÓPRIOS

a) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As acções próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das acções próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

b) Dividendos Antecipados

A distribuição de dividendos aos accionistas da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.12 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da LS-Luís Simões SGPS, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.12.1 - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de

juízo por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efectuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efectuadas pela Luis Simões dos fluxos de caixa que se espera receber.

3.12.2 - Reconhecimento de activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos activos por impostos diferidos é efectuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	701.815,41	68.486,05
	701.815,41	68.486,05

O saldo de Caixa e Equivalentes constante na Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2010	31.12.2009
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	701.815,41	68.486,05
	701.815,41	68.486,05
Descobertos bancários	(152.271,64)	(8.188.430,68)
	549.543,77	(8.119.944,63)

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida pelas entidades indicadas no quadro seguinte:

Accionistas	Nº Acções detidas	% Direito de Voto	% Participação
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
Mira Serra, SGPS, S.A.	1.646.910	29,19%	27,84%
José Luís Simões	234.000	4,15%	3,96%
Leonel Fernando Simões	234.000	4,15%	3,96%
Jorge Manuel Simões	234.000	4,15%	3,96%
Acções Próprias	273.060	-	4,62%
	5.915.790	100%	100%

5.2 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 não foram atribuídas remunerações ao pessoal chave da gestão.

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão.

5.3 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (Serviços que a empresa presta)	Natureza do relacionamento (Serviços que a empresa recebe)
Outras partes relacionadas:		
Leonel Simões & Filhas, SGPS,S.A.	Suprimentos	Dividendos
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Mira Serra, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Outros accionistas	Suprimentos	Dividendos
Subsidiárias		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	Financiamentos e dividendos	Financiamentos
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	Financiamentos e dividendos	Financiamentos
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	Financiamentos e dividendos	Financiamentos
Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda.	Financiamentos e dividendos	Financiamentos
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária,Lda.	Financiamentos e dividendos	Financiamentos
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	Financiamentos e dividendos	Financiamentos
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Financiamentos e dividendos	Financiamentos



b) Quantias de transacções e saldos pendentes com partes relacionadas

	Ano	Clientes	Contas a Receber	Fornecedor	Contas a Pagar	Suprimentos	Prestações Aces- sórias
Outras partes relacionadas:							
Leonel Simões & Filhas, SGPS,S.A.	2010	-	-	-	-	575.000,00	-
	2011	-	-	-	-	110.000,00	-
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	2010	-	-	-	-	575.000,00	-
	2011	-	-	-	-	110.000,00	-
Mira Serra, SGPS, S.A.	2010	-	-	-	-	575.000,00	-
	2011	-	-	-	-	110.000,00	-
F.L.Simões, SGPS, S.A.	2010	-	-	-	-	1.627.363,89	-
	2011	-	-	-	-	2.688.075,00	-
Outros	2010					1.593.000,00	
	2011					1.627.363,89	
Subsidiárias:							
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	2010	-	50.027,00	-	-	-	3.103.900,00
	2011	100,00	-	-	6.088,91	-	3.103.900,00
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
Socar - Equip. Transporte e Serviços Técnicos, S.A. (incorporada na Reta, SA, a 01.01.2010)	2010	-	-	-	81.457,95	-	2.299.700,00
	2011	-	-	-	62.229,21	-	2.299.700,00
Reta, S.A.	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	1.250,00	-	-	-	-
Transportes Reunidos, Lda.(incorporada na LSLI, SA, a 01.01.2010)	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
DLS - Distribuição Luís Simões, S.A.(incorporada na LSLI, SA, a 01.01.2010)	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária,Lda.	2010	-	-	-	-	-	1.788.100,00
	2011	-	102.724,55	10,20	-	-	1.788.100,00
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	2010	-	55.501,28	-	-	-	-
	2011	-	18.528,63	-	-	-	-
Transportes Luís Simões, S.A.	2010				21.513,72		
	2011						
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010		431.929,32				
	2011						1.788.100,00
Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda.	2010				13.096,21		
	2011		55.501,28				

Não existem ajustamentos de dívidas de cobranças duvidosas relacionados com a quantia de saldos pendentes, nem gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

A quantia dos financiamentos a receber e a pagar de partes relacionadas bem como dos rendimentos e gastos de juros são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Financiamentos a receber	Financiamentos a pagar	Rendimentos de juros	Gastos de juros
Subsidiárias:			-		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	2010	322.634,97	-	70.227,54	87.640,93
	2011	169.483,12	-	25.796,30	40.097,29
Reta, S.A.	2010	2.300.010,79	-	118.404,50	20.156,42
	2011	117.977,87	-	102.770,27	-
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	2010	1.390.235,46	-	39.124,14	-
	2011	1.293.714,96	-	79.188,56	-
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	2010	1.751.943,14	-	50.571,49	-
	2011	532.773,18	-	62.190,74	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	11.560.215,11	-	348.818,62	-
	2011	5.443.883,26	-	610.536,64	-
Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda.	2010		336.156,29	-	13.130,08
	2011		218.427,83	-	16.016,54



6 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos em subsidiárias encontram-se discriminados no quadro seguinte:

	2011	2010
Método da equivalência patrimonial		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	6.339.345,01	7.108.994,77
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	12.679.001,13	12.585.010,43
Reta, S.A.	6.094.533,06	2.529.088,32
Lusiseg, Lda.	251.940,95	206.649,75
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	90.492,39	97.709,32
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	84.244,48	72.882,25
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	15.752.693,56	15.813.143,02
	41.292.250,58	38.413.477,86
Custo		
PLIE-Guarda	5.000,00	5.000,00
	5.000,00	5.000,00
	41.297.250,58	38.418.477,86

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 as participações financeiras em subsidiárias registadas na rubrica Participações financeiras - método de equivalência patrimonial, decompõem-se como se segue:

2011	Sede	Activo	Capital Próprio	Resultado Líquido	% de Participação	Resultado apropriado	Valor de balanço	% de Participação - 2010	Valor de balanço - 2010
Portuguesas:									
Luís Simões Logística Integrada, S.A. -Portugal	Moninhos	62.629.720,36	16.959.963,88	1.271.053,45	100,00%	924.339,16	12.679.001,13	100,00%	12.585.010,43
Reta, S.A.	Moninhos	11.979.778,63	5.325.359,41	496.571,09	100,00%	786.365,96	6.094.533,06	100,00%	2.529.088,32
Lusiseg, Lda.	Moninhos	429.896,59	251.940,95	45.291,20	100,00%	45.291,20	251.940,95	100,00%	206.649,75
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária,Lda.	Moninhos	2.355.637,92	794.163,50	(63.335,99)	11,39%	-7216,93	90.492,39	11,39%	97.709,32
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	Moninhos	4.778.252,63	716.137,72	96.586,97	11,76%	11.362,23	84.244,48	11,76%	72.882,25
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Moninhos	48.853.713,92	17.540.793,56	(60.449,46)	100,00%	(60.449,46)	15.752.693,56	100,00%	15.813.143,02
Estrangeiras:									
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	Azuqueca de Henares	38.716.784,00	7.323.320,00	214.325,19	100,00%	(61.602,99)	6.339.345,01	100,00%	7.108.994,77

Os movimentos ocorridos durante o ano nas subsidiárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial foi o indicado no quadro seguinte:

	Saldo em 01.01.2010	Resultado Líquido	Variações nos capitais próprios	Fusão	Saldo em 31.12.2010
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	6.490.215,70	621.984,01	(3.204,94)	-	7.108.994,77
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	13.071.392,17	2.430.913,63	(2.917.295,37)	-	12.585.010,43
Reta, S.A.	3.887.516,67	935.639,37	(2.294.067,72)	-	2.529.088,32
Lusiseg, Lda.	86.342,33	156.092,11	(35.784,69)	-	206.649,75
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária,Lda.	100.173,75	-	(2.464,43)	-	97.709,32
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	56.102,78	-	16.779,47	-	72.882,25
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	17.661.688,72	438.945,42	(2.287.491,12)	-	15.813.143,02
FLS-SGPS, SA	2.621.667,31	-	-	(2.621.667,31)	-
	43.975.099,43	4.583.574,54	(7.523.528,80)	(2.621.667,31)	38.413.477,86

	Saldo em 01.01.2011	Resultado Líquido	Variações nos capitais próprios	Saldo em 31.12.2011
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	7.108.994,77	214.325,19	(983.974,95)	6.339.345,01
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	12.585.010,43	1.271.053,45	(1.177.062,75)	12.679.001,13
Reta, S.A.	2.529.088,32	496.571,09	3.068.873,65	6.094.533,06
Lusiseg, Lda.	206.649,75	45.291,20	-	251.940,95
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária,Lda.	97.709,32	(7.216,93)	-	90.492,39
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	72.882,25	11.362,23	-	84.244,48
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	15.813.143,02	(60.449,46)	-	15.752.693,56
	38.413.477,86	1.970.936,77	907.835,95	41.292.250,58

Do total de 2.878.772,72 euros dos movimentos do ano, cerca de 1.240.682,56 euros foram registados por contrapartida de resultados transitados, conforme mencionado na Demonstração das alterações de Capital Próprio.

Os movimentos ocorridos durante o ano nas subsidiárias mensuradas ao custo foi o indicado no quadro seguinte:

	Saldo em 01.01.2010	Aquisições	Alienações	Imparidade	Saldo em 31.12.2010
PLIE-Guarda	5.000,00	-	-	-	5.000,00
	5.000,00	-	-	-	5.000,00

7 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

7.1 - AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo Conselho de Administração, em 17 de Fevereiro de 2012.

7.2 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE ORIGINARAM ALTERAÇÕES NAS DIVULGAÇÕES

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que originem alterações nas divulgações.

7.3 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTO

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço a referir.

8 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

As empresas do Grupo abaixo indicadas, encontram-se desde o exercício de 2007, englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), nos termos do artigo 63º e seguintes do CIRC, liderado pela accionista LS - Luís Simões, S.G.P.S., S.A., pelo que os impostos apurados individualmente estão reflectidos no saldo da accionista incluído na rubrica de Accionistas/Sócios. A LS - Luís Simões SGPS, SA, como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada um das sociedades dominadas pertencentes ao RETGS.

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respectivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do RETGS é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido

prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

As empresas incluídas no “RETGS” são apresentadas no quadro seguinte:

Empresa	Data início
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	01-01-2007
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	01-01-2007
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	01-01-2007
Lusiseg- Mediadores de Seguros, Lda.	01-01-2007
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	01-01-2011

8.1 — DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Imposto Corrente		
IRC do ano	1.122,02	89,47
Perdas do RETGS	4.163,91	1.645,33
	<u>5.285,93</u>	<u>1.734,80</u>

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Excesso de Estimativa para Impostos	-	67,54
Insuficiência de Estimativa para Impostos	-	1.250,00
	<u>-</u>	<u>1.317,54</u>



c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro apresentado na alínea a) do presente parágrafo.

d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos; Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

8.2 – RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO (EM UMA OU EM AMBAS DAS SEGUINTE FORMAS);

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	1.643.900,46	4.597.356,19		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%	26,50%	26,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	434.071,12	1.216.736,89		
Proveitos não tributáveis				
Anulação efeito do MEP	1.705.755,56	4.600.354,01		
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	67,54		
	1.705.755,56	4.600.421,55		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Anulação efeito do MEP	67.666,39	2.464,43		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	2.499,98	1.250,00		
Multas, coimas e juros compensatórios	-	13,62		
	70.166,37	3.728,05		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	8.311,27	662,69		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Taxa da derrama	1,00%	1,00%		
IRC Calculado	1.038,91	82,84	0,06%	0,00%
Derrama	83,11	6,63		
Perdas do RETGS	4.163,91	1.645,33		
	4.247,02	1.651,96	0,26%	0,04%
Imposto sobre o rendimento	5.285,93	1.734,80	0,32%	0,04%

8.3 — EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTÁBILÍSTICO ANTERIOR;

Não houve alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contábilístico anterior.

8.4 — QUANTIA (E A DATA DE EXTINÇÃO, SE HOUVER) DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS DEDUTÍVEIS, PERDAS FISCAIS NÃO USADAS, E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS RELATIVAMENTE AOS QUAIS NENHUM ACTIVO POR IMPOSTOS DIFERIDOS FOI RECONHECIDO NO BALANÇO;

A quantia e a data de extinção de diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço são as indicadas no quadro seguinte:

Instrumentos de Capital	Data de extinção	2010	2011
Crédito por impostos não usados			
SIFIDE 2006	2012	92.514,97	92.514,97
SIFIDE 2007	2013	72.567,09	72.567,09
SIFIDE 2008	2014	839.650,18	839.650,18
		1.004.732,24	1.004.732,24

Os Créditos não usados referem-se ao SIFIDE (relativo às empresas subsidiárias integradas no RETGS) cujo prazo de recuperação é de 6 anos.

8.5 — POR CADA TIPO DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E COM RESPEITO A CADA TIPO DE PERDAS POR IMPOSTOS NÃO USADAS E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS;

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010	2011	2010
Activos Impostos Diferidos				
Diferenças temporárias:				
Outras				
Prejuízos Fiscais - Constituições	89.031,85	89.031,85	-	-
Benefícios Fiscais-SIFIDE	195.855,87	195.855,87	-	-
	284.887,72	284.887,72	-	-

À data de 31 de Dezembro de 2011, o montante dos prejuízos fiscais por deduzir originados pelas empresas incluídas no RETGS e os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

Ano do Prejuízo Fiscal	Prejuízo Fiscal	Ano Limite para dedução
2008	3.732.192,06	2014
2009	3.538.680,72	2015
2010	2.248.854,78	2015



9 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

9.1 - RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do balanço:

Activos	2011	2010
Não Corrente		
Participações financeiras - Outros métodos - Outras empresas	5.000,00	5.000,00
Outros activos financeiros	14.580.049,27	24.516.739,47
Corrente		
Accionistas	122.503,18	117.865,68
Outras contas a receber	880.482,51	627.146,51
Outros activos financeiros	169.483,12	-
Caixa e bancos	701.815,41	68.486,05
	<u>16.459.333,49</u>	<u>25.335.237,71</u>

Passivos	2011	2010
Não corrente		
Financiamentos obtidos	7.642.973,84	9.257.770,33
Corrente		
Fornecedores	1.449,30	-
Accionistas	68.318,12	72.603,65
Financiamentos obtidos	2.316.018,38	9.501.623,12
Outras contas a pagar	167.518,23	142.849,63
	<u>10.196.277,87</u>	<u>18.974.846,73</u>

Instrumentos de Capital	2011	2010
Capital	29.578.950,00	29.578.950,00
Acções próprias	(1.360.271,75)	(1.360.271,75)
Outros instrumentos de capital	6.830.400,00	6.830.400,00
	<u>35.049.078,25</u>	<u>35.049.078,25</u>

9.2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os activos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Participações financeiras - outros métodos		
Participações de capital em empresas não cotadas	5.000,00	5.000,00
Outros activos financeiros - não correntes		
Empréstimos concedidos subsidiárias	7.388.349,27	17.325.039,47
Prestações acessórias	7.191.700,00	7.191.700,00
Accionistas	122.503,18	117.865,68
Outras contas a receber - Corrente		
Devedores - Subsidiárias	880.482,51	627.146,51
Outros activos financeiros - Corrente		
Empréstimos concedidos subsidiárias	169.483,12	-
Caixa e depósitos bancários		
Outros depósitos bancários	701.815,41	68.486,05
	<u>16.459.333,49</u>	<u>25.335.237,71</u>



9.3 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os passivos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Financiamentos - Não correntes		
Empréstimos obtidos	4.406.471,01	5.569.250,15
Participantes de Capital	3.018.075,00	3.352.363,89
Subsidiárias	218.427,83	336.156,29
Fornecedores	1.449,30	-
Accionistas	68.318,12	72.603,65
Financiamentos obtidos - Correntes		
Decobertos bancários	152.271,64	8.188.430,68
Empréstimos obtidos	2.163.746,74	1.313.192,44
Subsidiárias	-	-
Outras contas a pagar - Correntes		
Acréscimo financiamentos bancários	23.702,66	15.312,39
Acréscimo partes relacionadas	133.859,46	120.927,53
Outros acréscimos de gasto	8.852,54	-
Outras contas a pagar	970,26	4.846,20
	133,31	1.763,51
	10.196.277,87	18.974.846,73



A maturidade dos Financiamentos não correntes é a seguinte:

	2011	2010
Empréstimos bancários		
Entre 1 ano e 5 anos	4.406.471,01	5.569.250,15
A mais de 5 anos	-	-
Participantes de capital		
Entre 1 ano e 5 anos	3.018.075,00	3.352.363,89
A mais de 5 anos	-	-
Subsidiárias		
Entre 1 ano e 5 anos	218.427,83	336.156,29
A mais de 5 anos	-	-
	7.642.973,84	9.257.770,33

No final do exercício de 2011, o valor das linhas de crédito contratadas era de 9.744.230,00 euros, estando utilizados apenas 152.271,64 euros.

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os tipos de juros pagos pela Empresa nos exercícios de 2011 e 2010 referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas com entidades de crédito e empresas do grupo encontram-se principalmente referenciados Euribor, acrescida de diferencial de mercado.

9.4 - SITUAÇÕES EM INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DE BALANÇO

Não existiram situações de incumprimento para empréstimos contraídos.



9.5 - GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros ao custo:				
Juros obtidos	880.598,63	-	627.146,51	-
	880.598,63	-	627.146,51	-
Passivos financeiros ao custo:				
Juros suportados	-	776.341,47	-	552.009,27
	880.598,63	776.341,47	627.146,51	552.009,27

9.6 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

a) Quantia escriturada do capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Capital		
Valor nominal	29.578.950,00	29.578.950,00
	29.578.950,00	29.578.950,00
Acções/quotas próprias	(1.365.300,00)	(1.365.300,00)
Prémios / descontos	5.028,25	5.028,25
	28.218.678,25	28.218.678,25

b) Número de acções representativas do capital social

O número de acções representativas do capital social, são as indicadas no quadro seguinte:

	2011		2010	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Acções emitidas				
Acções ordinárias a 5€ cada	29.578.950,00	5.915.790	29.578.950,00	5.915.790
	29.578.950,00	5.915.790	29.578.950,00	5.915.790

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o capital subscrito é detido na sua totalidade pelas entidades descritas no quadro seguinte e encontra-se totalmente realizado.

Accionistas	Nº Acções detidas	Valor participação	% Participação
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	1.646.910	8.234.550,00	27,84%
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	1.646.910	8.234.550,00	27,84%
Mira Serra, SGPS, S.A.	1.646.910	8.234.550,00	27,84%
José Luís Simões	234.000	1.170.000,00	3,96%
Leonel Fernando Simões	234.000	1.170.000,00	3,96%
Jorge Manuel Simões	234.000	1.170.000,00	3,96%
Acções Próprias	273.060	1.365.300,00	4,62%
	5.915.790	29.578.950,00	100,00%

c) Quantias e descrição de Outros Instrumentos de Capital Próprio

	2011	2010
Outros Instrumentos de Capital Próprio		
Prestações Acessórias	6.830.400,00	6.830.400,00
	6.830.400,00	6.830.400,00

Os outros instrumentos de capital próprio referem-se às prestações acessórias efectuadas pelos accionistas para as quais não existe prazo de reembolso ou remuneração.

10 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

10.1 - DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1 - DIFERIMENTOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos		
Outros gastos a reconhecer	-	17.294,47
	-	17.294,47

11.2 - RESERVAS, RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

A rubrica de reservas, de resultados e outras variações nos capitais decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	593.100,00	11.722.059,72	-	(2.431.588,00)	4.403.822,37	14.287.394,09
Dividendos	-	-	-	-	(7.500,00)	(7.500,00)
Aplicação de resultados	21.867,82	407.988,67	3.966.465,88	-	(4.396.322,37)	-
Incorporação por fusão da FLS	60.655,45	2.977,03	1.143.942,78	2.481.332,69	-	3.688.907,95
Diferença fusão FLS	(60.655,45)	(2.484.309,72)	(1.143.942,78)	-	-	(3.688.907,95)
Resultado do ano	-	-	-	-	4.595.621,39	4.595.621,39
Tranferências	-	(407.988,67)	407.988,67	-	-	-
Distribuição Dividendos (da SGPS para cima)	-	(8.147.411,33)	(407.988,67)	-	-	(8.555.400,00)
Anulação PEC's perdidos (na SGPS)	-	-	(49.453,08)	-	-	(49.453,08)
Método da Equivalência Patrimonial	-	-	-	218.669,72	-	218.669,72
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	614.967,83	1.093.315,70	3.917.012,80	268.414,41	4.595.621,39	10.489.332,13



	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	614.967,83	1.093.315,70	3.917.012,80	268.414,41	4.595.621,39	10.489.332,13
Dividendos	-	-	-	-	(7.500,00)	(7.500,00)
Aplicação de resultados	229.781,07	4.358.340,32	-	-	(4.588.121,39)	-
Resultado do ano	-	-	-	-	1.638.614,52	1.638.614,52
Ajustamento - Método da Equivalência Patrimonial	-	-	1.240.683,56	-	-	1.240.683,56
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	844.748,90	5.451.656,02	5.157.696,36	268.414,41	1.638.614,52	13.361.130,21

Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de Dezembro de 2011 resultam de:

a) Aplicação de resultados

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de Março de 2011, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 4.595.621,39 euros teve a seguinte aplicação:

- Reservas Legais:	229.781,07
- Outras Reservas:	4.358.340,32
- Dividendos:	7.500,00

A reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos.

b) Ajustamento - Método de equivalência patrimonial

O movimento no valor de 1.240.683,56 euros registado em 2011 em resultados transitados resultou de correcções efectuadas resultantes de erros efectuados em anos anteriores na valorização das participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial. O movimento foi efectuado por contrapartida de participações financeiras.

11.3 - DIVIDENDOS PAGOS

Durante o exercício de 2010 a Empresa procedeu ao pagamento de dividendos no valor total de 7.500 Euros. Não ocorreu qualquer pagamento de dividendos durante o exercício de 2011.



11.4 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	756.087,34	-	541.357,48	-
Estimativa de imposto	(191.798,36)	-	(79.305,71)	-
Retenção na Fonte	21.494,79	-	9.719,33	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	15.769,23	-	9.411,75
	585.783,77	15.769,23	471.771,10	9.411,75

11.5 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	4.881,02	5.028,55
Comissões bancárias	31.850,64	17.632,75
Contencioso e notariado	215,40	1.457,66
Comunicação	-	-
Outros	120,00	-
	37.067,06	24.118,96

11.6 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Outros	1,48	-
Excesso estimativa imposto	-	67,54
	1,48	67,54

11.7 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	58.877,49	50.369,21
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.499,98	-
Outros	2,82	1.250,00
	61.380,29	51.619,21

11.8 - JUROS E GASTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Obtidos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros obtidos		
De financiamentos concedidos - subsidiárias (nota 5)	880.482,51	627.146,51
De depósitos	116,12	-
	880.598,63	627.146,51

11.9 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	462.078,25	226.423,40
De financiamentos obtidos partes relacionadas (nota 5)	207.204,75	164.703,17
De descobertos bancários	106.977,62	160.869,08
Juros de mora	-	13,62
Outros juros	80,85	-
	776.341,47	552.009,27

11.10 - GARANTIAS PRESTADAS

A Empresa apresentou livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas de empresas do grupo, que, a 31 de Dezembro de 2011, ascendem a 7.220.141,04 euros. Adicionalmente, a Empresa apresentou livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas que, a 31 de Dezembro de 2011, ascendem a 2.555.822,74 euros.

11.11 - RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 foi determinado conforme se segue:

	2010	2009
Resultados		
Resultado líquido do período	1.638.614,52	4.595.621,39
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	5.915.790,00	5.915.790,00
Resultado por acção básico	0,28	0,78

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões - Presidente
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal



LS
Luis Simões

C | RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de LS - Luís Simões SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções Verificámos que:

- o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- seja aprovado o Relatório de gestão;
- sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

6 de Junho de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da LS - Luís Simões SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 58.622.256 euros e um total de capital próprio de 48.410.208 euros, incluindo um resultado líquido de 1.638.615 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da LS - Luís Simões SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

6 de Junho de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

RETA - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.

A | RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE NO EXERCÍCIO

A actividade da Reta está centrada no sector de operadores logísticos e transportes, comercializando produtos e serviços relacionados com o mercado de viaturas pesadas, com particular incidência no segmento de semi-reboques.

Oferece aos seus clientes um portfólio alargado de soluções, como a venda de semi-reboques novos e usados, o aluguer de semi-reboques e tractores, e serviços de manutenção e reparação a viaturas pesadas.

O sector transportador continua a enfrentar, ao longo destes últimos 4 anos, dificuldades acrescidas em consequência da contínua subida dos preços dos combustíveis, do aumento dos custos com portagens, do aumento das taxas de juro aliado à falta de liquidez do mercado financeiro, a que acresce a retração económica.

Consciente destas dificuldades, a Reta tem desenvolvido soluções abrangentes que, por um lado, flexibilizam a estrutura de custos dos seus clientes, a preços controlados e competitivos e, por outro lado, que contribuam para um adequado equilíbrio financeiro das contas dos seus clientes, facilitando o acesso a bens de investimento com baixo nível de investimento e de endividamento.

A filosofia de gestão da Reta focaliza-se em três vectores:

- No cliente, ou seja, na procura e oferta de soluções estruturadas que acrescentem valor aos seus clientes e que sejam percebidas por estes;
- No accionista, isto é, na agregação de valor que permita a rentabilização dos investimentos efectuados e a sustentabilidade futura do negócio;
- Nas soluções, pois são estas que permitem aproveitar as oportunidades e superar os constrangimentos e adversidades induzidos pelos mercados e pelas conjunturas desfavoráveis.

Tendo como base estes princípios orientadores, a Reta ultrapassou o difícil ano de 2011 com sucesso, registando uma performance económico-financeira muito

RETA - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.
Nº Matricula/NIF: 502 611 308 | C.R.C. Loures
Capital Social: 1.350.000,00 Euros
Moninhos, 2671-951 Loures

positiva e consolidando um conjunto de projectos estruturantes iniciados no final do ano anterior. Destes projectos destacam-se:

- A consolidação com êxito absoluto da Fusão dos negócios da Reta - Locação e Gestão de Frotas, S.A. (Reta) e da Socar - Equipamentos de Transporte e Serviços Técnicos S.A. (Socar), efectuada em Outubro de 2010, embora com efeito a 1 de Janeiro de 2010, tendo-se renomeado o nome da empresa para Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A. (Reta);

A nível interno esta fusão já era uma realidade, visto que a equipa de gestão (Direcção Geral, Comercial, Produção e Desenvolvimento, Qualidade, Recursos Humanos e Administrativa e Financeira) era, desde há alguns anos, comum a ambas as empresas.

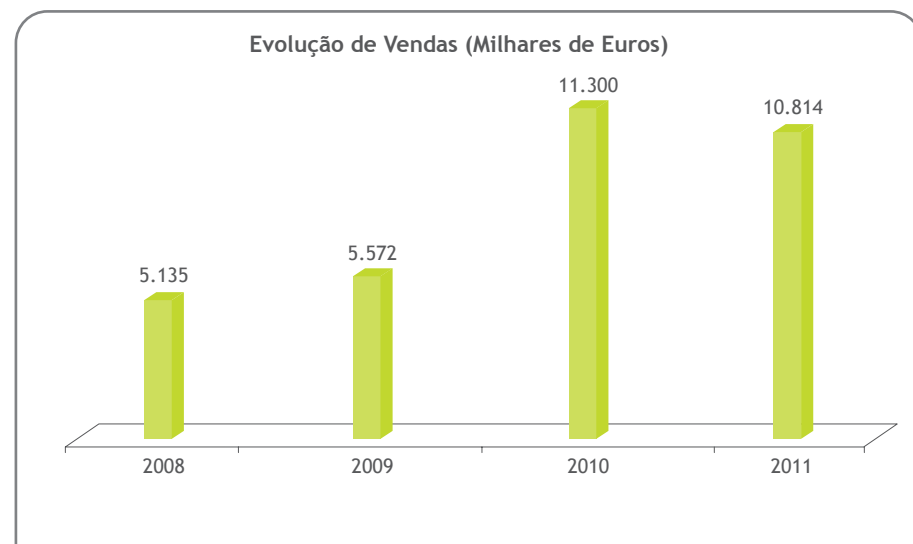
- O mercado, factor de maior preocupação inerente a este processo, reagiu de forma muito positiva e interpretou com naturalidade esta fusão, sem que se tenha registado qualquer convulsão;
- A consolidação com sucesso da implementação de uma nova ferramenta de gestão, a qual é estrutural para o desenvolvimento do negócio a curto e a médio/longo prazo;
- O desenvolvimento contínuo de um novo produto - Aluguer de Tractores, que teve início em Outubro de 2010;
- A certificação total do negócio pela ISO 9001.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Reta, fixou o seu Volume de Vendas nos **10.814 Mil euros**, o decréscimo de actividade de 4,3%, face a 2010, deve-se exclusivamente ao segmento vendas de Semi-Reboques Novos, uma vez que os restantes segmentos de negócio, no conjunto, encontram-se a crescer cerca de 3%; O segmento Alugueres de viaturas a contribuir com um crescimento de 4,2%, enquanto que o segmento Manutenção e Reparação com 1,2%.

A conjuntura foi desfavorável ao crescimento da actividade; as dificuldades económico-financeiras acrescidas que conduziram à falência de muitas empresas de transportes, a pressão fiscal, o alto preço dos combustíveis e os níveis de confiança baixos por parte dos investidores e consumidores, foram factores penalizadores.

Apesar das contrariedades externas, verificou-se uma fidelização dos clientes Extra-Grupo da Reta, com o segmento do Aluguer a crescer 8,8%. Os clientes reconheceram a solução do aluguer como opção, num momento de crise, em que o acesso ao crédito se encontra condicionado, permitindo assim a redução de investimentos e flexibilização da frota. Em sentido oposto, o segmento Manutenção e Reparação, encontra-se a decrescer, essencialmente pelas grandes dificuldades de muitos pequenos transportadores.

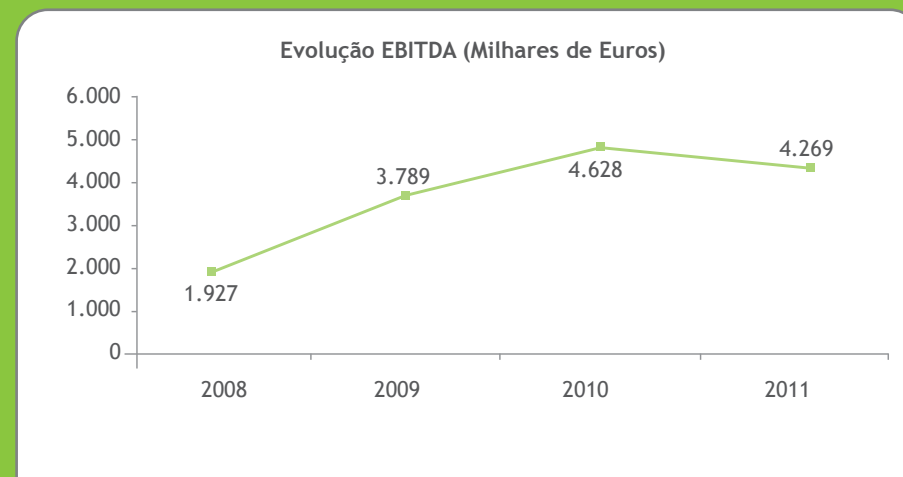


O EBITDA no ano fixou-se nos **4.269 Mil euros**, influenciado em parte pela insolvência de um cliente de dimensão, que induziu custos de incobrabilidade e operacionais elevados, com consequente efeito penalizador no Resultado Líquido da empresa, que registou **497 Mil euros**.

As mais valias obtidas com a alienação de viaturas em 2011, foram de **1.510 Mil euros**.

O Investimento, essencialmente em Semi-Reboques, ascendeu a **3.519 Mil euros**, tendo como objectivo manter a reduzida idade média da frota, o forte controlo do investimento e da taxa de ocupação da frota, permitiram uma maior rentabilização dos meios e o reforço do equilíbrio financeiro da empresa.

A Reta apresenta uma situação financeira equilibrada com uma melhoria substancial do seu Rácio de Autonomia Financeira, o qual passou de 37%, no final de 2010, para 44% em 2011.



PERSPECTIVAS PARA 2012

Não obstante a conjuntura adversa, a Reta continuará a adaptar-se à actual realidade, de forma a aproveitar as oportunidades que decorrem deste contexto e a implementar a sua estratégia definida em 2010 para o quinquénio de 2011-2015.

Tal como referido em relatórios anteriores, as decisões tomadas e implementadas desde 2008, como resposta à crise global, têm conduzido ao sucesso da organização e cimentaram a solidez económico-financeira da empresa, o que permite encarar o ano 2012 com optimismo.

Assim, em 2012, a empresa visa:

- Continuar a materializar a estratégia que conduz ao reforço da sua posição nos seus mercados preferenciais, onde é líder ou tem posição relevante;
- Continuar a formatar produtos e serviços que correspondam às necessidades dos clientes;
- Consolidar o aluguer de tractores, processo iniciado no final do ano de 2010;
- Continuar atenta às oportunidades que possam conduzir com sucesso à internacionalização da empresa. Este processo só será materializado com um grau previsível de sucesso elevado, sendo imprescindível a parceria com clientes actuais ou futuros;
- Apostar continuamente nos recursos humanos, quer através de formação, quer através do reforço da estrutura ao nível de quadros intermédios, suporte indispensável ao crescimento perspectivado da organização.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos da Empresa é definida pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade de cada uma das áreas a sua aplicação prática.

A Empresa pretende que as Políticas de Gestão de Riscos, actualmente descentralizadas pelas diversas áreas da sua estrutura, sejam no futuro consolidadas com o objectivo de promover uma actuação integrada das diversas vertentes de gestão de risco.

A gestão de riscos de crédito, de taxa de juro, de tesouraria e restantes riscos financeiros é da responsabilidade da Direcção Financeira do Grupo.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Jorge Manuel Soares Simões	Presidente/Admin. Delegado
Leonel Fernando Soares Simões	Vogal
José Luís Soares Simões	Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blazquez Pereira Silva	Secretária

Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.	Efectivo
José Manuel Henriques Bernardo	Suplente

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A., encerrou o exercício de 2011 com Resultados Líquidos no valor de 496.571,09 Euros.

Atendendo às disposições legais e estatutárias aplicáveis, é proposta a seguinte aplicação de resultados:

Reservas Legais	24.828,55
Outras Reservas	471.742,54

Moninhos, 17 de Fevereiro de 2012

Jorge Manuel Soares Simões
Presidente

Leonel Fernando Soares Simões
Vogal

José Luís Soares Simões
Vogal



B | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		2011	2010
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	8.406.210,92	9.724.605,49
Activos intangíveis	6	64.716,47	12.043,55
Participações financeiras - outros métodos	14	15.997,60	997,60
Activos por impostos diferidos	13	824.060,30	632.064,70
		9.310.985,29	10.369.711,34
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	9	160.397,02	176.429,53
Clientes	14	1.729.954,85	2.024.340,17
Adiantamentos a fornecedores	14	855,40	245,00
Estado e outros entes públicos	17.3	213,66	-
Accionistas / sócios	14	62.229,21	72.603,65
Outras contas a receber	14	444.402,15	456.289,21
Diferimentos	17.1	265.941,70	21.780,71
Caixa e depósitos bancários	14	4.799,35	10.954,22
		2.668.793,34	2.762.642,49
Total do activo		11.979.778,63	13.132.353,83
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14	1.350.000,00	1.350.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	2.299.700,00	2.299.700,00
Reservas legais	17.2	284.571,33	237.789,36
Outras reservas	17.2	888.884,71	27,31
Resultados transitados	17.2	5.632,28	5.632,28
		4.828.788,32	3.893.148,95
Resultado líquido do período	17.2	496.571,09	935.639,37
Total do capital próprio		5.325.359,41	4.828.788,32

PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	14	1.751.477,33	3.409.536,58
		1.751.477,33	3.409.536,58
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	1.586.062,45	1.295.405,79
Estado e outros entes publicos	17.3	187.051,24	178.215,95
Financiamentos obtidos	14	1.669.283,03	1.739.158,70
Outras contas a pagar	14	1.407.796,02	1.638.105,55
Diferimentos	17.1	52.749,15	43.142,94
		4.902.941,89	4.894.028,93
		6.654.419,22	8.303.565,51
Total do passivo			
Total do capital próprio e do passivo		11.979.778,63	13.132.353,83

O Técnico Oficial de Contas
Cesaltina Maria Soares Gonçalves

A Administração

Jorge Manuel Soares Simões - Presidente | Leonel Fernando Soares Simão - Vogal | José Luís Soares Simões - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	10	10.814.089,95	11.300.264,51
Subsídios à exploração	11	12.938,22	22.637,09
Variação nos inventários da produção	9	(32.875,44)	(82.428,27)
Trabalhos para a própria entidade	17.4	157.402,51	89.273,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(2.242.538,77)	(3.528.838,57)
Fornecimentos e serviços externos	17.5	(4.620.587,22)	(3.279.303,84)
Gastos com o pessoal	15	(1.516.750,60)	(1.338.413,85)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	9	1.546,80	(21.561,41)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14	(508.031,14)	(77.677,19)
Outros rendimentos e ganhos	17.6	2.486.968,87	1.758.957,37
Outros gastos e perdas	17.7	(283.195,88)	(215.090,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.268.967,30	4.627.819,16
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	17.8	(3.859.209,23)	(3.638.927,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		409.758,07	988.891,55
Juros e rendimentos similares obtidos	17.9	-	20.156,42
Juros e gastos similares suportados	17.10	(196.759,09)	(169.288,45)
Resultado antes de impostos		212.998,98	839.759,52
Imposto sobre o rendimento do período		283.572,11	95.879,85
Resultado líquido do período		496.571,09	935.639,37

O Técnico Oficial de Contas
Cesaltina Maria Soares Gonçalves

A Administração

Jorge Manuel Soares Simões - Presidente | Leonel Fernando Soares Simão - Vogal | José Luís Soares Simões - Vogal

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		15.571.363,74	19.347.653,37
Pagamentos a fornecedores		(8.497.485,97)	(12.150.846,69)
Pagamentos ao pessoal		(1.088.886,42)	(1.693.616,51)
Caixa gerada pelas operações		5.984.991,35	5.503.190,17
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		72.603,65	49.592,77
Outros recebimentos/pagamentos		(3.421.413,48)	(2.526.627,92)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2.636.181,52	3.026.155,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(3.508.481,24)	(1.038.298,62)
Activos fixos intangíveis		(26.814,00)	-
Investimentos financeiros		(22.500,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		2.970.590,51	2.139.871,98
Investimentos financeiros		7.500,00	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(579.704,73)	1.101.573,36
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		14.738.523,68	11.370.443,98
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	2.299.700,00
Doações		12.938,22	22.637,09
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(16.253.924,63)	(13.085.909,79)
Juros e gastos similares		(192.756,61)	(29.363,49)
Dividendos		-	(2.299.700,00)
Outras operações de financiamento		(819.556,49)	(2.690.996,72)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(2.514.775,83)	(4.413.188,93)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(458.299,04)	(285.460,55)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período (empresas incorporadas na fusão)	*	-	24.614,14
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(679.399,43)	(418.553,02)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(1.137.698,47)	(679.399,43)

(*) Valores referentes à empresa Socar incorporada em 2010 por motivos de Fusão.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

No Período de 2010

(Euros)

	Notas							
		Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2010		750.000	-	163.722,92	1.543.958,58	338.748,56	190.668,81	2.987.098,87
Alterações no período:								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(21.062,60)	26.694,88	-	5.632,28
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Incorporação por fusão da Socar		600.000		59.492,68	279.684,87	(161.645,36)	122.885,61	900.417,80
		1.350.000	-	223.215,60	1.802.580,85	203.798,08	313.554,42	3.893.148,95
Resultado líquido do período							935.639,37	935.639,37
Resultado integral							1.249.193,79	4.828.788,32
Operações com detentores de capital no período								
Aplicação de resultados		-	-	14.573,76	(22.546,20)	321.526,86	(313.554,42)	-
Prestações Suplementares		-	2.299.700,00	-	-	-	-	2.299.700,00
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Distribuição Dividendos		-	-	-	(1.780.007,34)	(519.692,66)	-	(2.299.700,00)
		-	2.299.700,00	14.573,76	(1.802.553,54)	(198.165,80)	(313.554,42)	-
Posição no fim do período 2010		1.350.000	2.299.700,00	237.789,36	27,31	5.632,28	935.639,37	4.828.788,32

No Período de 2011

(Euros)

	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2011	1.350.000	2.299.700,00	237.789,36	27,31	5.632,28	935.639,37	4.828.788,32
	1.350.000	2.299.700,00	237.789,36	27,31	5.632,28	935.639,37	4.828.788,32
Resultado líquido do período						496.571,09	496.571,09
Resultado integral						1.432.210,46	5.325.359,41
Operações com detentores de capital no período	-	-	46.781,97	888.857,40	-	(935.639,37)	-
Aplicação de resultados	-	-	46.781,97	888.857,40	-	(935.639,37)	-
Posição no fim do período 2011	1.350.000	2.299.700,00	284.571,33	888.884,71	5.632,28	496.571,09	5.325.359,41



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Informação em Euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

A empresa foi constituída em 26 de Agosto de 1991 com a denominação social de Reta - Locação e Gestão de Frotas, SA, com o NIF 502 611 308. Em 1 de Outubro de 2010, foi objecto de uma fusão por incorporação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, sendo a sociedade incorporante da sociedade Socar - Equipamentos de Transporte e Serviços Técnicos S.A., tendo também alterado a sua denominação social para Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A. (adiante designada por “Empresa”)

1.2. SEDE:

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

1.3. NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A actividade da Empresa consiste em:

- aluguer de viaturas sem condutor;
- gestão de frotas de veículos e da respectiva documentação;
- importação, comercialização e montagem de viaturas
- importação, comercialização, fabrico, montagem, reparação e assistência de carroçarias de carga;
- prestação de serviços de manutenção, reparação e assistência a veículos;
- comercialização e montagem de pneus;

1.4. DESIGNAÇÃO DA EMPRESA-MÃE:

A empresa-mãe denomina-se LS - Luís Simões, SGPS, S.A.

1.5. SEDE DA EMPRESA-MÃE:

A empresa-mãe tem sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 17 de Fevereiro de 2012. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.2. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1- CONVERSÃO CAMBIAL

3.1.1 - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.1.2 - Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de Bem	2011	2010
Edifícios e Outras Construções	2.00 - 33.33	2.00 - 33.33
Equipamento básico	5.00 - 33.33	5.00 - 33.33
Equipamento de transporte	10.00 - 33.00	10.00 - 33.00
Equipamento administrativo	8.33 - 33.33	8.33 - 33.33
Outros Activos Fixos Tangíveis	10.00 - 33.00	10.00 - 33.00

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.3 - LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.4 - INTANGÍVEIS

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

A Empresa valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo.

- Activos intangíveis com vida útil finita
Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.
- Activos intangíveis com vida útil indefinida

Os activos que pela sua natureza não possuam uma vida útil definida não são amortizados, estando sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que os mesmos apresentem sinais de imparidade.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de Bem	2011	2010
Programas de computador	25,00 - 33,33	25,00 - 33,33

3.5 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, a perda de imparidade não é reconhecida, sendo feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

A Empresa utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transacção, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

3.7 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

3.8 - INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição, sendo adoptado como método de custeio das saídas dos inventários o custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

3.9 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os activos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos e passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos activos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os activos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado: (i) os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros

devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e (ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.



3.10- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes valores estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

3.11- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12- SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes (Subsídios ao Investimento) são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo (Subsídios à Exploração) são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.13- PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

3.14- GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.15- RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.16 - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.



3.17 - CAPITAIS PRÓPRIOS

a) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As acções próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das acções próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

b) Dividendos Antecipados

A distribuição de dividendos aos sócios da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.18 - MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios de carácter ambiental os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade da Empresa e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela Empresa.

3.19 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.19.1 - Activos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/ amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adoptadas por empresas do sector.

3.19.2 - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efectuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efectuadas pela Luis Simões dos fluxos de caixa que se espera receber.

3.19.3 - Reconhecimento de activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos activos por impostos diferidos é efectuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	4.799,35	4.762,19
Depósitos à Ordem	-	6.192,03
	4.799,35	10.954,22

O saldo de Caixa e Equivalentes constante na Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	4.799,35	4.762,19
Depósitos à Ordem	-	6.192,03
	4.799,35	10.954,22
Descobertos Bancários	(1.142.497,81)	(690.353,65)
	(1.137.698,46)	(679.399,43)

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade LS - Luís Simões, SGPS, S.A. sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na referida entidade.

5.2 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 não existiram remunerações atribuídas pela empresa ao pessoal chave da gestão.

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão.

5.3 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (Serviços que recebe)	Natureza do relacionamento (Serviços que presta)
Empresa-mãe:		
Luís Simões SPGS, S.A.	Financiamentos	Dividendos
Outras partes relacionadas:		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	Cedência gasóleo/Venda semi reboques	Aluguer semi reboques; Serviços de manutenção
Luís Simões Logística Integrada, S.A. Espanha	-	Serviços de manutenção
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Serviços de Administração; Serviços Técnicos, Administrativos e de Gestão	-
Lusiseg, Lda.	Seguros	-
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	Arrendamento Imóveis	-
Pessoal chave da gestão	n/a	n/a

b) Quantias de transacções e saldos pendentes com partes relacionadas

A quantia das transacções e dos saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte.

	Ano	Vendas e Prest Serviços	Fornecimentos e serviços externos	Outros Rendimentos e Ganhos	Outros Custos e Perdas
Outras partes relacionadas:					
	2010	3.472.406,95	282.776,36	60.217,34	63.474,23
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	2011	3.330.558,50	409.235,76	88.389,79	125.138,19
	2010	146.807,69	-	-	(2.360,72)
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	2011	352.473,78	-	-	49.093,38
	2010	60,75	532.615,07		
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2011	90,78	556.658,71	-	-
	2010	-	-	15.063,36	-
Lusiseg, Lda.	2011	-	-	48.213,36	-
	2010	-	522.091,44	-	-
Patrimundus - Investimento Imobiliários, S.A.	2011	-	522.091,44	-	-

	Ano	Clientes	Outras contas a receber	Fornecedores	Outras contas a pagar
Empresa-mãe:	2010	-	72.603,65	-	118.404,50
Luís Simões SPGS, S.A.	2011	-	62.229,21	-	102.770,27
Outras partes relacionadas:					
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	2010	392.560,04	-	30.093,50	-
	2011	230.180,63	66.288,00	49.308,33	-
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	2010	30.783,29		(10.537,98)	-
	2011	13.473,55	34.861,08	253,08	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	2.724,47		118,03	
	2011	3,05		7.077,38	(25.441,00)
Lusiseg, Lda.	2010	-	-	146,20	-
	2011	-	-	-	-
Patrimundus - Investimento Imobiliários, S.A.	2010	-	-		-
	2011	-	-	53.514,37	-

Não existem ajustamentos de dívidas de cobranças duvidosas relacionados com a quantia de saldos pendentes, nem gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

A quantia dos financiamentos a receber e a pagar de partes relacionadas bem como dos rendimentos e gastos de juros são os indicados no quadro seguinte.

	Ano	Financiamentos a Pagar	Gastos de Juros
Empresa-mãe:			
Luís Simões SPGS, S.A.	2010	2.300.010,79	118.404,50
	2011	117.977,87	102.770,27

6 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

6.1 — DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE ACTIVOS INTANGÍVEIS, DISTINGUINDO ENTRE OS ACTIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Todos os Activos Intangíveis da Empresa têm vida útil finita. A Empresa não possui no seu património Activos intangíveis com vida útil indefinida.

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas computador	Activos intangíveis em curso	Total
Valores em 01.01.2010			
Quantias brutas escrituradas	-	-	-
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-
Quantias líquidas escrituradas	-	-	-
Adições	14.966,32	-	14.966,32
Outras alterações			-
<i>Incorporação Socar</i>			
Quantias brutas escrituradas	44.085,34	-	44.085,34
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(41.536,95)	-	(41.536,95)
Amortizações	(5.471,16)		(5.471,16)
Valores em 31.12.2010			
Quantias brutas escrituradas	59.051,66	-	59.051,66
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(47.008,11)	-	(47.008,11)
Quantias líquidas escrituradas	12.043,55	-	12.043,55
Adições	33.699,27	4.000,00	37.699,27
Transferências	38.944,20	-	38.944,20
Amortizações	(23.970,55)	-	(23.970,55)
Valores em 31.12.2011			
Quantias brutas escrituradas	131.695,13	4.000,00	135.695,13
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(70.978,66)	-	(70.978,66)
Quantias líquidas escrituradas	60.716,47	4.000,00	64.716,47

6.2 –ACTIVOS INTANGÍVEIS COM TITULARIDADE RESTRINGIDA, E DADOS COMO GARANTIAS DE PASSIVOS

Os Programas de Computador não são propriedade da empresa, a qual se limita a ter os respectivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

Não existem activos intangíveis dados como garantias de passivos.

6.3 – DISPÊNDIOS RECONHECIDOS NA QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UM DOS SEGUINTE ITENS DO ACTIVO INTANGÍVEL NO DECURSO DA SUA CONSTRUÇÃO

A quantia de dispêndios reconhecida no imobilizado intangível em curso decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
<i>Software</i>	4.000,00	-
	4.000,00	-

7- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tan- gíveis em curso	Totais
Valores em 01.01.2010							
Quantias brutas escrituradas	-	18.048.253,75	-	6.572,94	1.541,84	5.000,00	18.061.368,53
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(7.268.773,52)	-	(3.845,50)	(1.541,84)	-	(7.274.160,86)
Quantias líquidas escrituradas	-	10.779.480,23	-	2.727,44	-	5.000,00	10.787.207,67
Adições	-	3.123.638,13	-	10.719,51	35.296,54	174.947,28	3.344.601,46
Transferências	-	-	-	-	-	(5.000,00)	(5.000,00)
Alienações, sinistros e abates							
Quantias brutas escrituradas	(47.817,82)	(3.271.376,13)	(3.651,20)	(4.294,43)	(31.567,00)	-	(3.358.706,58)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	47.817,82	2.387.542,50	3.651,20	4.294,43	13.152,92	-	2.456.458,87
Outras alterações			-				
Incorporação Socar							
Quantias brutas escrituradas	58.910,36	311.235,72	3.651,20	16.459,93	69.194,66	-	459.451,87
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(47.738,07)	(241.714,07)	(3.651,20)	(11.632,36)	(21.215,65)	-	(325.951,35)
Depreciações	(2.205,83)	(3.616.156,17)	-	(6.007,88)	(9.086,57)	-	(3.633.456,45)
Valores em 31.12.2010							
Quantias brutas escrituradas	11.092,54	18.211.751,47	-	29.457,95	74.466,04	174.947,28	18.501.715,28
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(2.126,08)	(8.739.101,26)	-	(17.191,31)	(18.691,14)	-	(8.777.109,79)
Quantias líquidas escrituradas	8.966,46	9.472.650,21		12.266,64	55.774,90	174.947,28	9.724.605,49
Adições	-	3.267.351,50		10.994,75	21.582,71	181.343,53	3.481.272,49
Transferências	-	126.623,55		9.379,54		(174.947,28)	(38.944,19)
Alienações, sinistros e abates							
Quantias brutas escrituradas	-	(3.253.105,28)		-	-	-	(3.253.105,28)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	2.327.621,09		-	-	-	2.327.621,09
Depreciações	(1.109,25)	(3.812.704,94)		(10.186,31)	(11.238,18)	-	(3.835.238,68)
Valores em 31.12.2011							
Quantias brutas escrituradas	11.092,54	18.352.621,24		49.832,24	96.048,75	181.343,53	18.690.938,30
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(3.235,33)	(10.224.185,11)		(27.377,62)	(29.929,32)	-	(10.284.727,38)
Quantias líquidas escrituradas	7.857,21	8.128.436,13		22.454,62	66.119,43	181.343,53	8.406.210,92

7.1 –TITULARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Não existem activos tangíveis dados como garantias de passivos nos exercícios de 2011 e 2010.

7.2 – DISPÊNDIOS RECONHECIDOS NA QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UM DOS SEGUINTE ITENS DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL NO DECURSO DA SUA CONSTRUÇÃO

A quantia de dispêndios reconhecida no imobilizado tangível em curso decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte.

	2011	2010
Viaturas em Preparação	180.928,53	126.623,55
Outros	415,00	48.323,74
	181.343,53	174.947,29

7.3 – QUANTIA INCLUÍDA NOS RESULTADOS, RELATIVA A COMPENSAÇÃO DE TERCEIROS POR ITENS DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL COM IMPARIDADE, PERDIDOS OU CEDIDOS

Durante o exercício, foram reconhecidos como valor de realização na alienação de viaturas 20.327,00 euros referentes a indemnizações a receber de seguradoras relativas a sinistros por furto de viatura.

7.4 – COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos tangíveis.

8 - LOCAÇÕES

Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço

A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação financeira à data de balanço, para cada categoria de activo, é a constante do quadro seguinte.

	2011	2010
<u>Activos Fixos Tangíveis</u>		
Equipamento básico	1.454.029,53	3.009.746,24
	1.454.029,53	3.009.746,24

b) Pagamentos mínimos futuros da locação e o seu valor presente

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos
Até 1 ano	267.449,13	241.697,50	694.658,87	665.371,15
Entre 1 ano e 5 anos	524.183,89	501.920,50	786.292,69	742.959,69
A mais de 5 anos	-			
Total dos pagamentos mínimos	791.633,02	743.618,01	1.480.951,56	1.408.330,84
Encargos financeiros	(48.015,01)	n/a	(72.620,72)	n/a
Valor presente dos pagamentos mínimos	743.618,01	743.618,01	1.408.330,84	1.408.330,84

c) Descrição geral dos acordos de locação significativos:

A Empresa tem contratos de locação para itens de equipamento básico de transporte (semi-reboques).

Os contratos referidos não prevêm rendas contingentes e incluem opção de compra.

Locações operacionais

a) Pagamentos futuros mínimos

Os futuros pagamentos mínimos das locações operacionais em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Alugueres Imóveis	670.002,16	644.658,72	10.008,00	-
Alugueres de Viaturas	2.429,57	2.471,88	4.943,76	-
	672.451,73	647.130,60	14.951,76	-
	2010			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Alugueres Imóveis - Reta	678.732,56	663.982,56	-	-
Alugueres de Viaturas	2.650,44	2.429,57	-	-
	681.383,00	666.412,13	-	-

9 - INVENTÁRIOS

9.1 - QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Mercadorias	160.397,02	-
Matérias -Primas, subsidiárias e de consumo	-	143.554,08
Produto e trabalhos em curso	-	32.875,45
	160.397,02	176.429,53

As matérias-primas correspondem a peças adquiridas para reparações e manutenções de viaturas.

9.2 - QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, as quantias de inventários reconhecidas como gasto foram as seguintes:

Variação da Produção:

	Produtos Trab. Curso	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro se 2011	32.875,44	32.875,44
Regularizações	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2011	-	-
Variação dos inventários da produção	32.875,44	32.875,44
	Produtos Trab. Curso	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro se 2010	-	-
Incorporação Socar	115.303,72	115.303,72
Regularizações	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	32.875,45	32.875,45
Variação dos inventários da produção	82.428,27	82.428,27

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2011	-	143.554,08	143.554,08
Compras	2.271.884,02		2.271.884,02
Transferências	143.554,08	(143.554,08)	-
Regularizações de Inventários	(12.502,31)		(12.502,31)
Existências em 31 de Dezembro de 2011	160.397,02	-	160.397,02
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	2.242.538,77	-	2.242.538,77
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2010	-	-	-
Incorporação Socar		170.324,34	170.324,34
Compras	24.350,00	3.477.718,31	3.502.068,31
Transferências	-	-	-
Existências em 31 de Dezembro de 2010	-	143.554,08	143.554,08
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	24.350,00	3.504.488,57	3.528.838,57

9.3 - QUANTIA DE AJUSTAMENTO DE AJUSTAMENTOS RECONHECIDA COMO GASTO DO PERÍODO

A quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período encontra-se no quadro seguinte:

	2011	2010
Perdas por Imparidade:		
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	-	21.561,41
Reversões de Perdas por Imparidade:		
Mercadoria		
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	(1.546,80)	-
	(1.546,80)	21.561,41

10 - RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Venda de Mercadorias		
Mercadorias	2.724.984,67	234.298,26
Produtos Acabados e Intermédios	5.999,03	694.814,83
Devolução de Vendas	(105,53)	-
Descontos e Abatimentos	(19.421,10)	-
	2.711.457,07	929.113,09
Prestação de Serviços		
Serviços	8.129.742,86	10.381.714,37
Descontos e Abatimentos	(27.109,98)	(10.562,95)
	8.102.632,88	10.371.151,42
	10.814.089,95	11.300.264,51

A repartição do rédito apurado nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 é a seguinte:

	2011	2010
Mercado Interno	10.365.101,97	11.035.903,54
Mercado Extremo	448.987,98	264.360,97
	10.814.089,95	11.300.264,51

Os valores indicados nos quadros acima incluem o montante de 3.683.123,06 euros em 2011 e de 3.619.275,39 euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

11 - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras a 31.12.2011 e 31.12.2010 encontram-se discriminados no quadro seguinte:

	2011	2010
Subsídios do Estado	12.938,22	22.637,09
	12.938,22	22.637,09

A Empresa não beneficiou directamente de quaisquer outras formas de apoio do Governo

12 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

12.1 - AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo Conselho de Administração, em 17 de Fevereiro de 2012.

12.2 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE ORIGINARAM ALTERAÇÕES NAS DIVULGAÇÕES

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que originem alterações nas divulgações.

12.3 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTO

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço a referir.

13 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

As empresas do Grupo, encontram-se desde o exercício de 2007, englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), nos termos do artigo 63º e seguintes do CIRC, liderado pela accionista LS - Luís Simões, S.G.P.S., S.A., pelo que os impostos apurados individualmente estão reflectidos no saldo da accionista incluído na rubrica de Accionistas/Sócios.

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respectivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do RETGS é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

13.1 – DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos;

O Gasto (rendimento) por impostos no período é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Imposto Corrente		
IRC do ano	17.876,52	6.025,26
Imposto Diferido	(301.448,63)	(101.905,12)
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(301.448,63)	(101.905,12)
	(283.572,11)	(95.879,86)

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Excesso de Estimativa para Impostos	-	74,32
Insuficiência de Estimativa para Impostos	-	-
	-	74,32

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

	2011	2010
Activos por impostos diferidos:		
Prejuízos fiscais	(309.274,95)	(78.628,91)
Provisões e ajustamentos	6.699,86	(24.402,66)
Ajustamentos transição SNC	1.126,46	1.126,46
	(301.448,63)	(101.905,12)

d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;

Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

e) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos;

O efeito no Gasto por Impostos Diferidos de ajustamentos em contas de Impostos Diferidos Activos é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Reversão de Ajustamentos e Provisões anteriores	67.335,18	42.932,52
Prejuízos fiscais utilizados no exercício	109.453,03	-
	176.788,21	42.932,52

13.2 — RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO (EM UMA OU EM AMBAS DAS SEGUINTE FORMAS):

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	212.998,98	839.759,52		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%	26,50%	26,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	54.882,23	220.973,77		
Proveitos não tributáveis				
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	30,00		
Reversão de perdas de imparidade tributadas em anos anteriores	21.561,41	-		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	232.533,62	162.009,52		
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	74,32		
Mais Valias Contabilísticas	1.510.991,39	1.374.139,43		
Outros	902,92	2.376,94		
Variações patrimoniais negativas	4.250,77	4.250,77		
	1.770.240,11	1.542.880,98		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	-	18.414,08		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	29.347,30	-		
Multas, coimas e juros compensatórios	6.836,86	1.366,64		
Mais Valias Fiscais	51.554,24	111.748,37		
Registo de perdas de imparidade	228.812,53	254.095,03		
Outros	3.590,41	2.940,69		
	320.141,34	388.564,81		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	(1.237.099,79)	(314.556,65)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
Tributação autónoma	17.876,52	6.025,26		
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(301.448,63)	(101.905,12)		
	(283.572,11)	(95.879,86)	(133,13%)	(11,42%)
Imposto sobre o rendimento do período	(283.572,11)	(95.879,86)	(133,13%)	(11,42%)

13.3 — EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR;

Não houve alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

13.4 — QUANTIA (E A DATA DE EXTINÇÃO, SE HOUVER) DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS DEDUTÍVEIS, PERDAS FISCAIS NÃO USADAS, E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS RELATIVAMENTE AOS QUAIS NENHUM ACTIVO POR IMPOSTOS DIFERIDOS FOI RECONHECIDO NO BALANÇO;

A quantia e a data de extinção de diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço são as indicadas no quadro seguinte:

	Data de extinção	2011	2010
Crédito por impostos não usados			
SIFIDE 2007	2013	72.567,09	72.567,09
SIFIDE 2008	2014	48.234,35	48.234,35
		120.801,44	120.801,44

Os Créditos não usados referem-se ao SIFIDE cujo prazo de recuperação é de 6 anos.

13.5 — POR CADA TIPO DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E COM RESPEITO A CADA TIPO DE PERDAS POR IMPOSTOS NÃO USADAS E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS:

As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:



	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010	2011	2010
Activos por impostos diferidos				
Diferenças temporárias:				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Despesas de instalação	3.379,36	4.505,82	(1.126,46)	4.505,82
Outras				
Prejuízos Fiscais	748.845,85	549.023,93	199.821,92	838,57
Benefícios Fiscais-SIFIDE	11.199,77	11.199,77	-	11.199,77
Provisões não aceites fiscalmente:				
Constituição de provisões não aceites fiscalmente	170.903,02	110.267,70	60.635,32	67.335,18
Reversão de Provisões não aceites fiscalmente	(110.267,70)	(42.932,52)	(67.335,18)	(42.932,52)
	60.635,32	67.335,18	(6.699,86)	24.402,66
	824.060,30	632.064,70	191.955,60	40.946,82

O Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) permitiu a dedução de 78.628,91 Euros de activo por imposto diferido no ano, conforme indicado na nota 13.1, c).

À data de 31 de Dezembro de 2011, o montante dos prejuízos fiscais por deduzir e os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

Ano do Prejuízo Fiscal	Prejuízo Fiscal	Ano Limite para dedução
2006	50.833,25	2012
2007	-	2013
2008	1.246.378,28	2014
2009	842.517,14	2015
2010	-	2014
2011	799.287,69	2015

14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 - RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do balanço:

Activos	2011	2010
Não Corrente		
Participações financeiras - Outros métodos - Outras empresas	15.997,60	997,60
Corrente		
Cientes	1.729.954,85	2.024.340,17
Adiantamentos a fornecedores	855,40	245,00
Accionistas	62.229,21	72.603,65
Outras contas a receber	444.402,15	456.289,21
Caixa e bancos	4.799,35	10.954,22
	<u>2.258.238,56</u>	<u>2.565.429,85</u>

Passivos	2011	2010
Não Corrente		
Financiamentos obtidos	1.751.477,33	3.409.536,58
Corrente		
Fornecedores	1.586.062,45	1.295.405,79
Financiamentos obtidos	1.669.283,03	1.739.158,70
Outras contas a pagar	1.407.796,02	1.638.105,55
	<u>6.414.618,83</u>	<u>8.082.206,62</u>

Instrumentos de Capital	2011	2010
Capital	1.350.000,00	1.350.000,00
Outros instrumentos de capital	2.299.700,00	2.299.700,00
	<u>3.649.700,00</u>	<u>3.649.700,00</u>

14.2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os activos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Participações financeiras - outros métodos		
Participações de capital em empresas não cotadas	15.997,60	997,60
Cientes c/c		
Cientes - entidades relacionadas (nota5)	243.657,25	426.067,80
Cientes - outras entidades	1.486.297,60	1.598.272,37
Adiantamentos a fornecedores	855,40	245,00
Accionistas	62.229,21	72.603,65
Outras contas a receber - Corrente		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Entidades relacionadas (notas 5)	135.655,55	-
Outras entidades	26.781,74	38.845,64
Pessoal	1.253,75	1.467,07
Outros devedores	280.711,11	415.976,50
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	4.799,35	4.762,19
Outros depósitos bancários	-	6.192,03
	<u>2.258.238,56</u>	<u>2.565.429,85</u>

14.3 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO PARA OS QUAIS FOI RECONHECIDA IMPARIDADE

Os Activos Financeiros mensurados ao custo para os quais foi reconhecida imparidade encontram-se descritos no quadro seguinte:

	2011	2010
Cientes		
Quantia bruta	3.228.927,25	3.436.448,19
Imparidade acumulada	(1.498.972,40)	(1.412.108,02)
	<u>1.729.954,85</u>	<u>2.024.340,17</u>

14.4 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os passivos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Financiamentos - Não correntes		
Empréstimos Bancários	1.131.578,96	666.666,68
Locações Financeiras	501.920,50	742.869,90
Participantes de Capital (nota 5)	117.977,87	2.000.000,00
Fornecedores		
Entidades relacionadas (nota 5)	110.153,16	19.819,75
Outras entidades	1.475.909,29	1.275.586,04
Financiamentos obtidos - Correntes		
Empréstimos bancários	285.087,72	83.333,32
Descobertos bancários	1.142.497,81	690.353,65
Locações Financeiras	241.697,50	665.460,94
Participantes de Capital (nota 5)	-	300.010,79
Outras contas a pagar - Correntes		
Fornecedores de Investimentos	960.866,69	1.170.912,21
Acréscimo para férias e sub. férias	157.699,70	150.014,38
Prémios e ajudas de custo	-	59.865,00
Outros Acréscimos de Gastos		
Entidades relacionadas (nota 5)	102.770,27	118.404,50
Outras entidades	142.624,71	131.670,93
Pessoal	3.525,34	656,50
Outras contas a pagar	40.309,31	6.582,03
	<u>6.414.618,83</u>	<u>8.082.206,62</u>

A maturidade dos Financiamentos não correntes é a seguinte:

	2011	2010
Empréstimos bancários:		
Entre 1 ano e 5 anos	1.131.578,96	666.666,68
A mais de 5 anos	-	-
Locações financeiras:		
Entre 1 ano e 5 anos	501.920,50	742.869,90
A mais de 5 anos	-	-
Participantes de capital (nota 5):		
Entre 1 ano e 5 anos	117.977,87	2.000.000,00
	<u>1.751.477,33</u>	<u>3.409.536,58</u>

No final do exercício de 2011, o valor das linhas de crédito contratadas era de 2.500.000,00 euros, estando utilizados apenas 1.142.497,81 euros.

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os tipos de juros pagos pela Empresa nos exercícios de 2011 e 2010 referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas com entidades de crédito encontram-se principalmente referenciados Euribor, acrescida de diferencial de mercado

14.5 - SITUAÇÕES EM INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DE BALANÇO

Não existiram situações de incumprimento para empréstimos contraídos.

14.6 - GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros ao custo:				
Juros	-	-	20.156,42	-
Perdas por imparidade		598.435,14	-	207.883,73
Reversões de Perdas por Imparidade	91.300,05	-	130.206,54	-
	91.300,05	598.435,14	150.362,96	207.883,73
Passivos financeiros ao custo:				
Juros suportados	-	196.759,09	-	169.288,45
Desconto pronto pagamento obtidos	3.955,91	-	1.561,84	-
	3.955,91	196.759,09	1.561,84	169.288,45
	95.255,96	795.194,23	151.924,80	377.172,18

14.7 - QUANTIA DE PERDA DE IMPARIDADE RECONHECIDA EM CADA UMA DAS CLASSES DE ACTIVOS FINANCEIROS

A quantia de perdas por imparidade reconhecidas em cada uma das classes de activos financeiros é a indicada nos quadros seguintes:

Ano de 2011	Saldo Inicial	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade					
Cientes c/c	1.412.108,02	598.435,14	(420.270,71)	(91.300,05)	1.498.972,40
	1.412.108,02	598.435,14	(420.270,71)	(91.300,05)	1.498.972,40
Ano de 2010	Saldo Inicial	Incorporação Socar	Imparidade	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade					
Cientes c/c	958.761,24	375.699,59	207.883,73	(130.206,54)	1.412.108,02
	958.761,24	375.699,59	207.883,73	(130.206,54)	1.412.108,02

14.8 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

a) Quantia escriturada do capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Capital		
Valor nominal	1.350.000,00	1.350.000,00
	1.350.000,00	1.350.000,00

b) Número de acções representativas do capital social

O número de acções representativas do capital social, são as indicadas no quadro seguinte:

	2011		2010	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Acções emitidas				
Acções ordinárias a 5€ cada	1.350.000,00	270.000	1.350.000,00	270.000
	1.350.000,00	270.000	1.350.000,00	270.000

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o capital subscrito é detido na sua totalidade pela LS- Luís Simões, SGPS, S.A. e encontra-se totalmente realizado.

c) Quantias e descrição de Outros Instrumentos de Capital Próprio

	2011	2010
Outros Instrumentos de Capital Próprio		
Prestações acessórias	2.299.700,00	2.299.700,00
	2.299.700,00	2.299.700,00

Os outros instrumentos de capital próprio referem-se às prestações acessórias efectuadas pelos accionistas para as quais não existe prazo de reembolso ou remuneração.

15- BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

15.1 - GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Remunerações do pessoal	1.176.030,77	1.067.977,84
Indemnizações	10.988,59	5.830,87
Encargos sobre remunerações	233.927,93	193.317,03
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	18.599,81	15.146,90
Outros gastos com o Pessoal	77.203,50	56.141,21
	1.516.750,60	1.338.413,85

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa no ano de 2011 e 2010 foi de 59 e 54, respectivamente.

16 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

16.1- VALORES GLOBAIS DE ESFORÇO DE I&D

Resumo Investimento I&D			
Rubricas	2011	2010	
C. Pessoal	126.592,24	120.564,20	
Custos Gerais	25.261,11	22.964,61	
Imobilizado	8.600,00	35.400,00	
Total Investimento I&D	160.453,35	178.928,81	
Volume Vendas	10.814.089,95	11.300.264,51	
Custos c/ Pessoal	1.516.750,60	1.338.413,85	

Os valores apresentados no ano de 2011 referem-se a Despesas de Investigação e Desenvolvimento relacionadas com a implementação de uma nova ferramenta de gestão, a qual é estrutural para o desenvolvimento do negócio a curto e médio-longo prazo.

16.2- SIFIDE

No âmbito da candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento (SIFIDE) - Decreto-Lei nº 40/2005 de 3 de Agosto, a incorporada Socar, SA teria obtido nos exercícios de 2007 e 2009 uma poupança fiscal de 22.778,30 euros e de 7.750,18 euros, respectivamente. No entanto, dado que a empresa está englobada no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), a referida poupança fiscal não pode ser utilizada.

16.3 - DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 - DIFERIMENTOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos		
Seguros	256.097,69	14.534,81
Fornecimentos e Serviços Externos	7.654,06	7.245,90
Outros custos diferidos	2.189,95	-
	265.941,70	21.780,71
Diferimentos passivos		
Outros Proveitos Diferidos	52.749,15	43.142,94
	52.749,15	43.142,94

17.2 - RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

A rubrica de resultados e outras variações nos Capitais Próprios decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	163.722,92	1.543.958,58	338.748,56	190.668,81	2.237.098,87
Incorporação Socar	59.492,68	279.684,87	(161.645,36)	122.885,61	300.417,80
Dividendos	-	(1.780.007,34)	(519.692,66)	-	(2.299.700,00)
Aplicação de resultados	14.573,76	(22.546,20)	321.526,86	(313.554,42)	-
Resultado do ano	-	-	-	935.639,37	935.639,37
Outros	-	(21.062,60)	26.694,88	-	5.632,28
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	237.789,36	27,31	5.632,28	935.639,37	1.179.088,32
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	237.789,36	27,31	5.632,28	935.639,37	1.179.088,32
Aplicação de resultados	46.781,97	888.857,40	-	(935.639,37)	-
Resultado do ano	-	-	-	496.571,09	496.571,09
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	284.571,33	888.884,71	5.632,28	496.571,09	1.675.659,41



Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de Dezembro de 2011 resultam de:

a) Aplicação de resultados

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de Março de 2011, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 935.639,37 euros teve a seguinte aplicação:

- Reservas Legais:	46.781,97
- Outras Reservas:	888.857,40

A 31.12.2010 a reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), ficando totalmente constituída a 31.12.2011. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos.

17.3 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010
	Activo	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas			
Retenção na Fonte	-	17.814,79	19.706,79
Imposto sobre o valor acrescentado - a recuperar			
IVA a recuperar - Espanha	213,66	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado - a pagar	-	123.555,11	118.732,10
Contribuições para a S.S.	-	45.681,34	39.777,06
	213,66	187.051,24	178.215,95

17.4 - TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Trabalhos para a Própria Entidade		
Activos Fixos Tangíveis	157.402,51	89.273,92
	157.402,51	89.273,92

17.5 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Subcontratos	1.801.218,39	744.101,52
Trabalhos especializados	654.565,40	717.180,99
Publicidade e Propaganda	31.536,45	58.790,92
Conservação e Reparação	309.937,91	163.532,97
Electricidade	52.679,26	51.382,55
Combustíveis	306.366,65	204.885,77
Rendas e Alugueres	749.811,29	743.379,79
Seguros	227.133,88	224.109,87
Limpeza, higiene e conforto	78.394,69	66.534,19
Deslocações e Estadas	108.335,53	111.038,24
Outros	300.607,77	194.367,03
	4.620.587,22	3.279.303,84

Os valores indicados no quadro acima incluem o montante de 1.487.985,91 euros em 2011 e de 1.337.482,87 euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

Os dispêndios reconhecidos como gastos de carácter ambiental nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Recolha de Resíduos	29.143,02	18.951
	29.143,02	18.951



17.6 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Cedência de Pessoal	40.350,00	8.216,02
Cedência de Exploração	44.463,19	43.484,34
Conserv. e Reparação Viatura	317.229,38	83.486,03
Outros rendimentos suplementares	70.159,53	30.653,75
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.955,91	1.561,84
Indemnizações sinistros	188.787,05	26.019,47
Ganhos em imobilizado	1.512.853,30	1.386.639,43
Taxa Início Contrato Pneus	266.621,93	161.144,20
Outros	42.548,58	17.752,29
	<u>2.486.968,87</u>	<u>1.758.957,37</u>

Os valores indicados no quadro acima incluem o montante de 136.603,15 euros em 2011 e de 75.280,70 euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

17.7 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos e Taxas	27.393,75	13.843,02
Dívidas incobráveis	-	82.249,34
Correcções relativas a exercícios anteriores	29.347,30	4.130,00
Perdas em imobilizado	1.861,91	18.414,08
Quotizações	1.805,84	4.753,87
Sinistros	3.296,46	15.979,22
Taxa Início Contrato Pneus	193.946,39	68.492,27
Outros	25.544,23	7.228,80
	<u>283.195,88</u>	<u>215.090,60</u>

Os valores indicados no quadro acima incluem o montante de 174.231,57 euros em 2011 e de 61.113,51 euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

17.8 - DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Intangíveis (Nota 6)	23.970,55	5.471,16
Activos fixos tangíveis (Nota 7)	3.835.238,68	3.633.456,45
	<u>3.859.209,23</u>	<u>3.638.927,61</u>

17.9 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros Obtidos		
De financiamentos concedidos a empresa mae	-	20.156,42
	<u>-</u>	<u>20.156,42</u>

17.10 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros Suportados		
De financiamentos obtidos	43.690,45	-
De financiamentos obtidos - Emp mãe	102.770,27	118.404,50
De descobertos bancários	33.378,52	30.163,93
De Locações Financeiras	16.908,60	20.720,02
Outros	11,25	-
	196.759,09	169.288,45

17.11 - GARANTIAS PRESTADAS

No final do exercício de 31.12.2010 e 31.12.2011 não existem garantias prestadas a entidades externas.

Adicionalmente, a Empresa apresentou livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 3.336.182,73 euros.

17.12 - RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 foi determinado conforme se segue:

	2011	2010
Resultados:		
Resultado líquido do período	496.571,09	935.639,37
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	270.000,00	270.000,00
Resultado por acção básico	1,84	3,47



O Técnico Oficial de Contas
Cesaltina Maria Soares Gonçalves

A Administração
Jorge Manuel Soares Simões - Presidente
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal
José Luís Soares Simões - Vogal

Reta
Serviços Técnicos e Rent-a-cargo

C | RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da RETA - Serviços Técnico e Rent-a-Cargo S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.
4. No âmbito das nossas funções Verificámos que:
 - i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6. Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

31 de Maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da RETA - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 11.979.779 euros e um total de capital próprio de 5.325.359 euros, incluindo um resultado líquido de 496.571 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da RETA - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

24 de Maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda

A | RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE NO EXERCÍCIO

A Lusiseg é uma mediadora de seguros, cuja actividade se centra essencialmente na comercialização de apólices dos ramos Não Vida, para empresas e particulares.

Em 2011, o mercado alvo da Lusiseg continuou a ser o segmento de transportes, as pequenas e médias empresas e os particulares, todos eles com uma forte exposição às consequências da crise que caracterizou o ano.

O ano 2011 fica marcado: pela falta de liquidez do mercado financeiro aliado a taxas de juro crescentes por via dos *spreads*; pela tendência de alta dos preços de combustíveis; pela conjuntura internacional muito desfavorável; pela falta de confiança e redução do poder de compra das famílias e das empresas; e pela retracção do consumo e do investimento.

Esta realidade contribuiu desfavoravelmente para a evolução do mercado segurador. De acordo com os dados do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), no relatório do 4º trimestre de 2011, as empresas de seguro sob sua supervisão, registaram em 2011 um decréscimo acentuado do Ramo Vida (-40%) e uma estagnação no Ramo Não Vida.

Contudo, no segmento Não Vida, os ramos tradicionalmente mediados pela Lusiseg, evidenciam decréscimos, como são exemplos os Ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel, Transportes e Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil.

Neste contexto, a Lusiseg foi confrontada com a seguinte realidade:

- Dificuldade em efectuar novos seguros, devido à estagnação do mercado segurador, em consequência da retracção do investimento em habitação, em novos automóveis e em outros bens de investimento;
- Dificuldade na captação de novas subscrições, para além dos seguros obrigatórios, devido à crise instalada;
- Perda de clientes e redução da procura, devido à degradação da situação económica e financeira desses clientes e, consequentemente, à falência de alguns;

Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda
Nº Matricula/NIF: 502 274 085 | C.R.C. Loures
Capital Social: 49.880,00 Euros
Rua Fernando Namora, S/N, Moninhos, 2671-951 Loures

- Perda de um cliente de grande dimensão com um impacto desfavorável sobre as comissões e os resultados.

Todavia, estes condicionalismos e contrariedades, não são vistos pela Lusiseg como uma fatalidade, mas sim como desafios a ultrapassar. A filosofia de gestão que rege a organização ajuda-a a focalizar-se no que é realmente importante:

- O Cliente, ou seja, a procura constante de soluções que acrescentem valor aos nossos clientes e que sejam percebidas por estes, num mercado onde o preço é muitas vezes o factor único de decisão;
- O accionista, pois só a agregação de valor permite a rentabilização dos investimentos efectuados e a sustentabilidade futura do negócio;
- As soluções, como meio de aproveitar as oportunidades e superar os constrangimentos e adversidades induzidos pelos mercados e pelas conjunturas desfavoráveis.

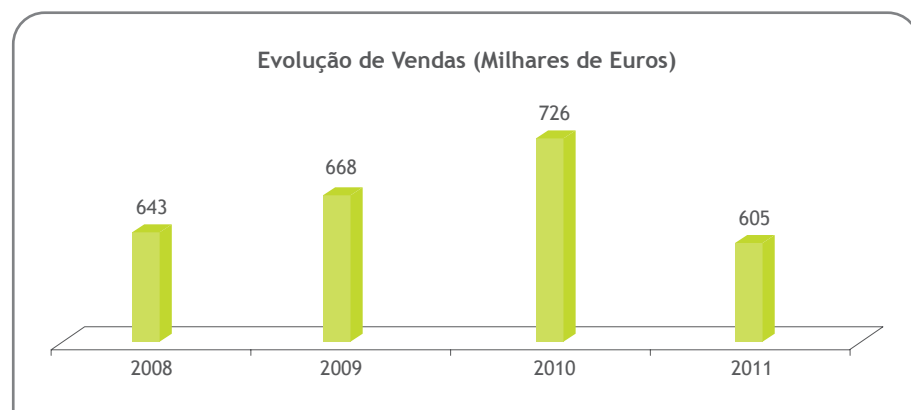
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

No ano de 2011, o Volume de Vendas da Lusiseg totalizou **605 Mil Euros**, o equivalente a um decréscimo de 16,7%. Penalizado essencialmente por um contexto económico altamente desfavorável, com impactos notórios nos clientes alvo da empresa.

Apesar da quebra de actividade, a empresa através do trabalho desenvolvido pela sua equipa de gestão e colaboradores em geral, alcançou uma performance económica positiva. Embora tendo perdido um cliente de grande dimensão, a Lusiseg cresceu 18,5% nos restantes clientes (não considerando as empresas do Grupo Luís Simões) e obteve um Resultado Líquido de **45 Mil Euros**.

O equilíbrio financeiro da organização é um outro vector de preocupação constante da gestão. Os indicadores evidenciam uma estrutura financeira saudável e sólida, com um rácio de Autonomia Financeira de 59%, em conjunto com actual performance económica, é uma importante base de apoio ao desenvolvimento sustentado do negócio da Lusiseg, previsto no plano estratégico para 2011-2015.





PERSPECTIVAS PARA 2012

Não obstante a continuidade da conjuntura adversa que se perspectiva para 2012, a Lusiseg continuará a adaptar-se à actual realidade, procurando aproveitar as oportunidades que decorrem deste contexto.

O ano de 2012 será marcado por três factores, que concentrarão todos os esforços da gestão:

- Continuação da materialização da estratégia, e respectivos objectivos, definidos no plano estratégico para 2011-2015, adaptando, se necessário, o mesmo ao actual contexto económico e social;
- Focalização no cumprimento dos objectivos económicos e financeiros definidos para 2012;
- Manutenção do actual bom equilíbrio financeiro da empresa.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos da Empresa é definida pela Gerência, sendo da sua A política de gestão de riscos da Empresa é definida pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade de cada uma das áreas a sua aplicação prática.

A Empresa pretende que as Políticas de Gestão de Riscos, actualmente descentralizadas pelas diversas áreas da sua estrutura, sejam no futuro consolidadas com o objectivo de promover uma actuação integrada das diversas vertentes de gestão de risco.

A gestão de riscos de crédito, de taxa de juro, de tesouraria e restantes riscos financeiros é da responsabilidade da Direcção Financeira do Grupo.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Gerência	
Jorge Manuel Soares Simões	Gerente
Rogério Paulo Farinha Henriques Morato	Gerente
Mesa da Assembleia Geral	
Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blazquez Pereira Silva	Secretária

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A empresa LUSISEG - Mediadores de Seguros, Lda., encerrou o exercício de 2011 com Resultados Líquidos no valor de 45.291,20 Euros.

Atendendo às disposições legais e estatutárias aplicáveis, é proposta a seguinte aplicação de resultados:

Reserva Legal	2.264,56
Resultados Transitados	7.203,73
Outras Reservas	35.822,91

Moninhos, 17 de Fevereiro de 2011

Jorge Manuel Soares Simões
Gerente

Rogério Paulo Farinha Henriques Morato
Gerente



B | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		2011	2010
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	8.477,44	3.423,87
Activos intangíveis	6	2.285,19	3.989,75
Accionistas / sócios	12	218.427,83	336.156,29
Outros activos financeiros	12	15.839,98	15.839,98
		245.030,44	359.409,89
ACTIVO CORRENTE			
Clientes	12	8.714,40	226,93
Adiantamentos a fornecedores	12	110,00	2.375,07
Outras contas a receber	12	162.981,64	20.612,19
Diferimentos	15.1	12.560,11	11.184,83
Caixa e depósitos bancários	4	500,00	108.340,50
		184.866,15	142.739,52
Total do activo		429.896,59	502.149,41
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	12	49.880,00	49.880,00
Reservas legais	15.2	30.872,86	23.068,25
Outras reservas	15.2	133.100,62	174,69
Resultados transitados	15.2	(7.203,73)	(22.565,30)
		206.649,75	50.557,64
Resultado líquido do período	11	45.291,20	156.092,11
Total do capital próprio		251.940,95	206.649,75
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12	17.578,31	5.659,15
Adiantamentos de clientes	12	28.072,24	11.753,37
Estado e outros entes publicos	15.3	14.584,60	15.754,94
Accionistas / sócios	12	18.528,63	57.515,27
Financiamentos obtidos	12	55.120,14	81.020,96
Outras contas a pagar	12	44.071,72	123.795,97
		177.955,64	295.499,66
Total do passivo		177.955,64	295.499,66
Total do capital próprio e do passivo		429.896,59	502.149,41

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano Sousa

A Gerência

Jorge Manuel Soares Simões - Gerente | Rogério Paulo Farinha Henriques Morato - Gerente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	9	604.667,03	726.247,08
Fornecimentos e serviços externos	15.4	(252.861,00)	(203.156,30)
Gastos com o pessoal	13	(299.759,82)	(300.984,56)
Outros rendimentos e ganhos	15.5	11.754,87	13.070,83
Outros gastos e perdas	15.6	(9.601,51)	(16.316,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		54.199,57	218.860,52
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	15.7	(4.659,10)	(8.430,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		49.540,47	210.430,03
Juros e rendimentos similares obtidos	15.8	16.967,26	13.130,08
Juros e gastos similares suportados	15.9	(2.489,09)	(9.952,73)
Resultado antes de impostos		64.018,64	213.607,38
Imposto sobre o rendimento do período	11	(18.727,44)	(57.515,27)
Resultado líquido do período		45.291,20	156.092,11

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano Sousa

A Gerência

Jorge Manuel Soares Simões - Gerente | Rogério Paulo Farinha Henriques Morato - Gerente



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Recebimentos de clientes		171.275,38	370.287,13
Pagamentos a fornecedores		(236.817,60)	(188.316,41)
Pagamentos ao pessoal		(208.388,31)	(204.929,00)
Caixa gerada pelas operações		(273.930,53)	(22.958,28)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(57.515,27)	(30.028,31)
Outros recebimentos/pagamentos		121.610,75	314.155,71
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(209.835,05)	261.169,12
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	(2.424,37)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		643,12	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		643,12	(2.424,37)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		860.603,38	1.232.575,49
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	13.096,21
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(729.669,72)	(1.323.731,78)
Juros e gastos similares		(3.681,41)	(13.316,81)
Dividendos		-	(41.323,21)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		127.252,25	(132.700,10)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(81.939,68)	126.044,65
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	27.319,54	(98.725,11)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(54.620,14)	27.319,54

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano Sousa

A Gerência
Jorge Manuel Soares Simões - Gerente | Rogério Paulo Farinha Henriques Morato - Gerente



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

No Período de 2010

(Euros)

	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2010	49.880,00	19.009,76	174,69	(61.690,95)	78.968,83	86.342,33
Alterações no período:						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico				5.538,52		5.538,52
	49.880,00	19.009,76	174,69	(56.152,43)	78.968,83	91.880,85
Resultado líquido do período					156.092,11	156.092,11
Resultado integral					235.060,94	247.972,96
Operações com detentores de capital no período						
Aplicação de resultados	-	4.058,49	-	33.587,13	(37.645,62)	-
Outras operações	-	-	-	-	(41.323,21)	(41.323,21)
Distribuições	-	4.058,49	-	33.587,13	(78.968,83)	(41.323,21)
Posição no fim do período 2010	49.880,00	23.068,25	174,69	(22.565,30)	156.092,11	206.649,75

No Período de 2011

(Euros)

	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2011	49.880,00	23.068,25	174,69	(22.565,30)	156.092,11	206.649,75
Resultado líquido do período					45.291,20	45.291,20
Resultado integral					201.383,31	251.940,95
Operações com detentores de capital no período	-	7.804,61	132.925,93	15.361,57	(156.092,11)	-
Aplicação de resultados	-	7.804,61	132.925,93	15.361,57	(156.092,11)	-
Posição no fim do período 2011	49.880,00	30.872,86	133.100,62	(7.203,73)	45.291,20	251.940,95



ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

A empresa foi constituída em 23 de Novembro de 1989 com a denominação Social de Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda., com o NIF 502 274 085.

1.2 - SEDE:

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

1.3 - NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A actividade da Empresa consiste na mediação de seguros.

1.4 - DESIGNAÇÃO DA EMPRESA-MÃE:

A empresa-mãe denomina-se LS - Luís Simões, SGPS, S.A.

1.5 - SEDE DA EMPRESA-MÃE:

A empresa-mãe tem sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 17 de Fevereiro de 2012. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. - BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.15.

2.2. - DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. - COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.



3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. - CONVERSÃO CAMBIAL

3.1.1 - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.1.2 - Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Bem	2011	2010
Edifícios e Outras Construções	2,00 - 33,33	2,00 - 33,33
Equipamento básico	5,00 - 33,33	5,00 - 33,33
Equipamento de transporte	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00
Equipamento administrativo	8,33 - 33,33	8,33 - 33,33
Outros Activos Fixos Tangíveis	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.3. - LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.4. - INTANGÍVEIS

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

A Empresa valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo.

Activos intangíveis com vida útil finita

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Activos intangíveis com vida útil indefinida

Os activos que pela sua natureza não possuam uma vida útil definida não são amortizados, estando sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que os mesmos apresentem sinais de imparidade.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de Bem	2011	2010
Programas de computador	33,33	33,33

3.5. - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, a perda de imparidade não é reconhecida, sendo feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

3.7. - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os activos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos e passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos activos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os activos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado: (i) os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e (ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.



Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes valores estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos obtidos do Balanço.

3.9. - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.10. - GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.11. - RÉDITO

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O crédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O crédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12. - ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.13. - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.14. - CAPITAIS PRÓPRIOS

a) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As acções próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das acções próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

b) Dividendos Antecipados

A distribuição de dividendos aos sócios da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.15. - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Lusiseg-Mediadores de Seguros, Lda. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.15.1 - Activos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adoptadas por empresas do sector.

3.15.2 - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efectuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efectuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	500,00	286,84
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	-	108.053,66
	500,00	108.340,50
Descobertos bancários (Nota 28)	(55.120,14)	(81.020,96)
	(54.620,14)	27.319,54

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade LS - Luís Simões, SGPS, S.A. sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na referida entidade.

5.2 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 foram efectuadas as seguintes remunerações ao pessoal chave da gestão:

	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios de curto prazo dos empregados	66.294,23	67.137,41
	66.294,23	67.137,41

5.3 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Natureza do relacionamento	Serviço que a empresa recebe	Serviço que a empresa presta
Empresa-mãe:		
LS - Luís Simões SPGS, S.A.	Financiamentos	Dividendos
Outras partes relacionadas:		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. Esp.	Cedência de Gasóleo	Mediador de Seguros
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	Cedência de Gasóleo	Mediador de Seguros
	Serviços de Administração; Serviços Técnicos	
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Administrativos e de Gestão	Mediador de Seguros

b) Quantias de transacções e saldos pendentes com partes relacionadas

A quantia das transacções e dos saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos
Outras partes relacionadas:			
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	2010	-	-
	2011	-	2.868,95
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	2010	-	-
	2011	-	15.063,36
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	15,00	111.653,03
	2011	-	75.799,39

	Ano	Fornecedor	Outras contas a pagar	Outras contas a receber
Empresa-mãe:				
Luís Simões SPGS, S.A.	2010	-	-	-
	2011	-	18.528,63	-
Outras partes relacionadas:				
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	-	-	-
	2011	1.019,87	-	3.603,00
Luís Simões Logística Integrada, S.A.	2010	-	-	-
	2011	762,95	-	-
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	2010	-	-	-
	2011	1.710,00	-	-

Não existem ajustamentos de dívidas de cobranças duvidosas relacionados com a quantia de saldos pendentes, nem gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

A quantia dos financiamentos a receber e a pagar de partes relacionadas bem como dos rendimentos e gastos de juros são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Financiamentos a Receber	Rendimentos de Juros
Empresa-mãe:			
LS - Luís Simões SPGS, S.A.	2010	336.156,29	13.130,08
	2011	218.472,83	16.016,54

6 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

6.1 - DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE ACTIVOS INTANGÍVEIS, DISTINGUINDO ENTRE OS ACTIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Todos os Activos Intangíveis da Empresa têm vida útil finita. A Empresa não possui no seu património Activos intangíveis com vida útil indefinida.

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas computador	Totais
Valores em 01.01.2010		
Quantias brutas escrituradas	43.925,31	43.925,31
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(38.822,05)	(38.822,05)
Quantias líquidas escrituradas	5.103,26	5.103,26
Adições	5.114,15	5.114,15
Amortizações	(6.227,66)	(6.227,66)
Valores em 31.12.2010		
Quantias brutas escrituradas	49.039,46	49.039,46
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(45.049,71)	(45.049,71)
Quantias líquidas escrituradas	3.989,75	3.989,75
Amortizações	(1.704,56)	(1.704,56)
Valores em 31.12.2011		
Quantias brutas escrituradas	49.039,46	49.039,46
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(46.754,27)	(46.754,27)
Quantias líquidas escrituradas	2.285,19	2.285,19

6.2 - ACTIVOS INTANGÍVEIS COM TITULARIDADE RESTRINGIDA, COMO GARANTIAS DE PASSIVOS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS PARA AQUISIÇÃO DOS MESMOS

Os Programas de Computador não são propriedade da empresa, a qual se limita a ter os respectivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

Não existem activos intangíveis dados como garantias de passivos.

6.3 - COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos intangíveis.

7 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Valores em 01.01.2010			
Quantias brutas escrituradas	16.419,05	359,08	16.778,13
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(14.028,20)	(359,08)	(14.387,28)
Quantias líquidas escrituradas	2.390,85	-	2.390,85
Adições	3.235,66		3.235,66
Depreciações	(2.202,64)		(2.202,64)
Valores em 31.12.2010			
Quantias brutas escrituradas	19.654,71	359,08	20.013,79
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(16.230,84)	(359,08)	(16.589,92)
Quantias líquidas escrituradas	3.423,87	-	3.423,87
Adições	8.008,28		8.008,28
Depreciações	(2.954,71)		(2.954,71)
Valores em 31.12.2011			
Quantias brutas escrituradas	27.662,99	359,08	28.022,07
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(19.185,55)	(359,08)	(19.544,63)
Quantias líquidas escrituradas	8.477,44	-	8.477,44

7.1 - TITULARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Não existem activos tangíveis dados como garantias de passivos nos exercícios de 2011 e 2010.

7.2 - COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos tangíveis.

8 - LOCAÇÕES

Locações operacionais

a) Futuros pagamentos mínimos

Os futuros pagamentos mínimos das locações operacionais em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

2011				
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Alugueres Imóveis	28.018,21	28.018,20	-	-
Alugueres Viaturas Turismo	12.429,05	10.076,97	13.288,42	-
	40.447,26	38.095,17	13.288,42	-
2010				
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Alugueres Imóveis	27.865,79	28.018,20	-	-
Alugueres Viaturas Turismo	8.239,75	12.162,39	22.082,12	-
	36.105,54	40.180,59	22.082,12	-

9 - RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Prestação de Serviços		
Serviços	604.667,03	726.247,08
	604.667,03	726.247,08



A repartição do rédito apurado nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 é a seguinte:

	2011	2010
Mercado Interno	604.667,03	726.247,08
	604.667,03	726.247,08

10 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

10.1 - AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Gerência, em 17 de Fevereiro de 2012.

10.2 - CONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE ORIGINARAM ALTERAÇÕES NAS DIVULGAÇÕES

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que originem alterações nas divulgações.

10.3 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTO

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço a referir.

11 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

As empresas do Grupo, encontram-se desde o exercício de 2007, englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), nos termos do artigo 63º e seguintes do CIRC, liderado pela accionista LS - Luís Simões, S.G.P.S., S.A., pelo que os impostos apurados individualmente estão reflectidos no saldo da accionista incluído na rubrica de Accionistas/Sócios.

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respectivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do RETGS é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

11.1 — DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos;

O Gasto (rendimento) por impostos no período é o indicado no quadro seguinte.

	2011	2010
Imposto Corrente		
IRC do ano	18.727,44	57.515,27
	<u>18.727,44</u>	<u>57.515,27</u>

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte.

	2011	2010
Excesso de Estimativa para Impostos	-	865,77
	<u>-</u>	<u>865,77</u>

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos; Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.



11.2 — RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO (EM UMA OU EM AMBAS DAS SEGUINTE FORMAS):

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	64.018,64	213.607,38		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%	26,50%	26,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	15.402,44	55.043,46		
Proveitos não tributáveis				
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	865,77		
Outros	440,00	286,25		
Variações patrimoniais negativas	-	-		
	<u>440,00</u>	<u>1.152,02</u>		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	112,95	112,63		
	<u>112,95</u>	<u>112,63</u>		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	<u>63.701,59</u>	<u>212.567,99</u>		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
IRC Calculado	14.362,90	51.579,50	22,44%	24,15%
Derrama	955,52	3.188,52		
Tributação autónoma	3.409,02	2.747,25		
	<u>4.364,54</u>	<u>5.935,77</u>	6,82%	2,78%
Imposto sobre o rendimento	<u>18.727,44</u>	<u>57.515,27</u>	<u>29,25%</u>	<u>26,93%</u>

11.3 — EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTÁBILÍSTICO ANTERIOR

Não houve alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1 - RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do balanço:

Activos	2011	2010
Não Corrente		
Participações financeiras - Outros métodos - Outras empresas		
Accionistas	218.427,83	336.156,29
Outros activos financeiros	15.839,98	15.839,98
Corrente		
Clientes	8.714,40	226,93
Adiantamentos a fornecedores	110,00	2.375,07
Outras contas a receber	162.981,64	20.612,19
Caixa e bancos	500,00	108.340,50
	<u>406.573,85</u>	<u>483.550,96</u>

Passivos	2011	2010
Corrente		
Fornecedores	17.578,31	5.659,15
Adiantamento de clientes	28.072,24	11.753,37
Accionistas	18.528,63	57.515,27
Financiamentos obtidos	55.120,14	81.020,96
Outras contas a pagar	44.071,72	123.795,97
	<u>163.371,04</u>	<u>279.744,72</u>

Instrumentos de Capital	2011	2010
Capital	49.880,00	49.880,00
	<u>49.880,00</u>	<u>49.880,00</u>

12.2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os activos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Accionistas		
Empréstimos - entidades relacionadas (nota 5)	218.427,83	336.156,29
Outros activos financeiros		
Seguro de capitalização	15.839,98	15.839,98
Clientes c/c	8.714,40	226,93
Adiantamentos a fornecedores	110,00	2.375,07
Outras contas a receber - Corrente		
Devedores por acréscimo de rendimentos	116.466,63	7.285,14
Juros a receber - entidades relacionadas (nota 5)	16.016,54	13.130,08
Outros devedores	30.498,47	196,97
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	500,00	286,84
Outros depósitos bancários	-	108.053,66
	<u>406.573,85</u>	<u>483.550,56</u>



12.3 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os passivos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Fornecedores		
Fornecedores - entidades relacionadas (Nota 5)	3.492,82	-
Fornecedores - outras entidades	14.085,49	5.659,15
Adiantamento de clientes	28.072,24	11.753,37
Accionistas	18.528,63	57.515,27
Financiamentos obtidos - Correntes		
Descobertos bancários	55.120,14	81.020,96
Outras contas a pagar - Correntes		
Acréscimo para férias e sub. férias	38.299,24	34.161,94
Prémios	-	9.927,00
Pessoal	153,72	2.498,07
Outros acréscimos de gasto	5.618,76	14.271,13
Outras contas a pagar	-	62.937,83
	163.371,04	279.744,72

No final do exercício de 2011, o valor das linhas de crédito contratadas era de 750.000,00 Euros, estando utilizados apenas 55.120,14 euros.

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os tipos de juros pagos pela Empresa nos exercícios de 2011 e 2010 referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas com a Empresa mãe e com instituições de crédito encontram-se principalmente referenciados à Euribor, acrescida de diferencial de mercado.

12.4 - SITUAÇÕES EM INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DE BALANÇO

Não existiram situações de incumprimento para empréstimos contraídos.

12.5 - GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros ao custo:				
Juros Obtidos	16.967,26	-	13.130,08	-
	16.967,26	-	13.130,08	-
Passivos financeiros ao custo:				
Juros suportados	-	2.489,09	-	9.952,73
	-	2.489,09	-	9.952,73
	16.967,26	2.489,09	13.130,08	9.952,73

12.6 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

a) Quantia escriturada do capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Capital		
Valor nominal	49.880,00	49.880,00
	49.880,00	49.880,00

13- BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

13.1 - GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Remunerações do pessoal	237.140,21	244.152,05
Encargos sobre remunerações	55.254,46	49.655,60
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.975,66	2.155,78
Seguros de saúde	3.237,37	3.690,02
Outros	2.152,12	1.331,11
	299.759,82	300.984,56

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa no ano de 2011 e 2010 foi de 11 e 9 funcionários, respectivamente.

14 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

14.1 - PRESTAÇÕES DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

14.1.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A empresa reconhece o rédito, remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento aquando do pagamento, por parte do tomador, dos prémios relativos aos contratos de seguros.

14.1.2 - TOTAL DAS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS DESAGREGADAS POR NATUREZA E POR TIPO

	2011	2010
Numerário	604.667,03	726.247,08
	604.667,03	726.247,08

	2011	2010
Comissões	604.667,03	726.247,08
	604.667,03	726.247,08

14.1.3 - TOTAL DAS REMUNERAÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SEGUROS DESAGREGADAS POR RAMOS “VIDA”, FUNDOS DE PENSÕES E CONJUNTOS DOS RAMOS “NÃO VIDA”, E POR ORIGEM

	Ramo Vida		Ramo Não Vida	
	2011	2010	2011	2010
Empresas de seguros	6.731,19	62,11	551.071,48	596.603,71
Outros mediadores	373,76	-	46.490,60	129.581,26
	7.104,95	62,11	597.562,08	726.184,97

14.1.4 - NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELA CARTEIRA

	2011	2010
Empresas de seguros	92%	82%
Outros mediadores	8%	18%
	100%	100%

14.1.5 - VALORES DAS CONTAS “CLIENTES”

	2011	2010
Início exercício	(49.684,84)	4.853,54
Final exercício	19.753,55	(49.684,84)
Volume movimentado no exercício		
A débito	16.012.424,82	24.364.147,98
A crédito	(15.942.986,43)	(24.418.686,36)
	19.753,55	(49.684,84)

14.1.6 - CONTAS A RECEBER E A PAGAR DESAGREGADAS POR ORIGEM

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2011	2010	2011	2010
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	4.008.212,15	1.472.800,00		
Empresas de seguros	-	-	(3.899.485,03)	(1.456.742,21)
Outros mediadores	-	-	(88.973,57)	(65.742,63)
Clientes (outros)				
	4.008.212,15	1.472.800,00	(3.988.458,60)	(1.522.484,84)

14.1.7 - VALORES AGREGADOS INCLUÍDOS NAS CONTAS A RECEBER E A PAGA

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2011	2010	2011	2010
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas				
de (res) seguros para pagamento de prémios de (res) seguros	4.008.212,15	1.472.800,00	-	-
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)	-	-	(3.988.458,60)	(1.522.484,84)
seguros para pagamento de prémios de (res) seguro				
	4.008.212,15	1.472.800,00	(3.988.458,60)	(1.522.484,84)

14.1.8 - IDADE DAS CONTAS A RECEBER VENCIDAS À DATA DE RELATO

	Sem Imparidade	
	2011	2010
De 0 a 6 meses	1.756.230,07	453.667,11
De 6 a 12 meses	64.500,46	1.408.140,47
De 12 a 18 meses	968.735,72	40.074,12
De 18 a 24 meses	679.721,13	40.063,31
Mais 24 meses	473.472,10	77.646,30
	3.942.659,48	2.019.591,31

15 - OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 - DIFERIMENTOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos		
Custos Diferidos - Seguros	7.867,53	7.476,99
Outros	4.692,58	3.707,84
	12.560,11	11.184,83



15.2 - RESERVAS, RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

A rubrica de reservas e de resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	19.009,76	174,69	(61.690,95)	78.968,83	36.462,33
Dividendos	-	-	-	(41.323,21)	(41.323,21)
Aplicação de resultados	4.058,49	-	33.587,13	(37.645,62)	-
Resultado do ano	-	-	-	156.092,11	156.092,11
Ajustamentos de SNC	-	-	5.538,52	-	5.538,52
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	23.068,25	174,69	(22.565,30)	156.092,11	156.769,75
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	23.068,25	174,69	(22.565,30)	156.092,11	156.769,75
Aplicação de resultados	7.804,61	132.925,93	15.361,57	(156.092,11)	-
Resultado do ano	-	-	-	45.291,20	45.291,20
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	30.872,86	133.100,62	(7.203,73)	45.291,20	202.060,95

Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de Dezembro de 2011 resultam de:

a) Aplicação de resultados

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de Março de 2011, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 156.092,11 euros teve a seguinte aplicação:

- Reservas Legais:	7.804,61
- Outras Reservas:	132.925,93
- Resultados Transitados:	15.361,57



15.3 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	3.551,42	4.674,33
Contribuições para a Segurança Social	11.033,18	11.080,61
	14.584,60	15.754,94

15.4 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	131.831,30	91.591,79
Publicidade	2.804,09	321,23
Honorários	-	1.749,00
Comissões bancárias	2.439,43	2.714,55
Conservação e Reparação	7.804,21	7.762,97
Materiais	2.533,29	2.935,89
Energia e fluidos	7.648,54	5.257,95
Deslocações e estadas	19.880,48	22.873,08
Rendas e alugueres	50.948,11	46.185,99
Comunicação	17.666,94	15.944,20
Seguros	2.614,10	2.105,71
Contencioso e notariado	85,00	217,40
Despesas de representação	2.227,51	1.218,20
Limpeza e higiene	3.316,69	1.559,54
Outros	1.061,31	718,80
	252.861,00	203.156,30

15.5 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Descontos e antecipação de pagamento	3,57	-
Outros	11.751,30	13.070,83
	11.754,87	13.070,83

15.6 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	8.452,18	15.735,34
Quotizações	879,99	572,50
Outros	269,34	8,69
	9.601,51	16.316,53

15.7 - DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Activos fixos Intangíveis	1.704,56	6.227,66
Activos fixos Tangíveis	2.954,54	2.202,83
	4.659,10	8.430,49

15.8 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros suportados		
De descobertos bancários	2.489,09	9.840,10
Outros	-	112,63
	<u>2.489,09</u>	<u>9.952,73</u>

15.9 - JUROS E GASTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Obtidos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros obtidos		
De financiamentos concedidos - Outras partes relacionadas	16.016,54	13.103,08
Outros	950,72	-
	<u>16.967,26</u>	<u>13.130,08</u>

15.10 - GARANTIAS PRESTADAS

A empresa apresentou livranças a terceiros como garantia de pagamento de dívidas, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 166.977,41 (72.627,99 euros em 2010).

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano Sousa

A Gerência
Jorge Manuel Soares Simões - Gerente
Rogério Paulo Farinha Henriques Morato - Gerente

Lusiseg
seguros



LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.

A| RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE NO EXERCÍCIO

O actual enquadramento de empresas e negócios do Grupo Luís Simões (LS), caracteriza-se pela clara distinção entre uma estrutura que congrega todas as operações de suporte aos negócios, centrada na empresa LS - Gestão Empresarial e Imobiliária (LSG), e as empresas vocacionadas, exclusivamente, para a exploração das diversas áreas de negócio em que o Grupo se encontra posicionado.

Esta Organização tem perseguido os seguintes objectivos:

- Permitir que cada empresa se focalize unicamente no negócio, concentrando-se no acompanhamento dos clientes, na conquista de novos e maiores mercados e na optimização da gestão operacional do negócio;
- Profissionalizar a gestão de todos os serviços de apoio aos negócios, funcionando como elemento agregador de conhecimento e com faculdade de transferir esse conhecimento entre as empresas LS;
- Aumentar a competência dos serviços que não constituem o *Core Business* da LS, garantindo aumento de produtividade e capacidade para absorver novas actividades, negócios ou empresas;
- Concentrar, optimizar e flexibilizar a utilização dos recursos disponíveis, que se encontravam dispersos pelas diversas empresas do Grupo.

Adicionalmente a Empresa detém e gere uma parte significativa do património industrial Imobiliário do Grupo Luís Simões que se encontra afecto às actividades operacionais.

Neste particular, relativamente à actividade desenvolvida durante o ano de 2011, salienta-se:

- A criação de condições para o desenvolvimento das actividades logísticas a Norte de Portugal com a assinatura e demais actividades tendentes à instalação da LS em novas instalações logísticas no horizonte 2013/2014;

LS - Luís Simões, SGPS, S.A.
Nº Matricula/NIF: 503 717 789 | C.R.C. Loures | Capital Social: 29.578.950,00 Euros
Rua Fernando Namora, S/N, Moninhos, 2671-951 Loures

- A concretização da expansão do edifício do Carregado 2 traduzindo a disponibilidade de uma zona com cerca de 800 m2 para as actividades de *co-packing* concretizando uma poupança significativa na redução de fluxos de mercadorias e de quebras verificadas além da permitir um acréscimo significativo da capacidade de resposta a solicitações dos clientes da Logística;

- A obtenção do alvará de loteamento para o terreno do Terminal de Transportes da Azambuja, situação que permitiu a conclusão da primeira fase dos trabalhos, ainda em 2011, e início do processo de elaboração do Plano de Pormenor enquanto instrumento essencial para a urbanização dos 80.000 m2 de terrenos pertença da LS naquela localização;

- Início e conclusão de estudos base para o desenvolvimento de actividades nos nossos centros como é o caso da Auditoria Energética dos armazéns do Carregado 1 e 2, estudos Acústico e Geotécnico para instalações em Gaia e concepção e implementação de sistema redundante no fornecimento de energia eléctrica ao *Data Center* enquanto elemento crítico para as operações globais do grupo;

- Foi acompanhada adicionalmente a gestão dos activos na óptica do proprietário, tendo sido efectuadas as acções de gestão da sua competência e responsabilidade nomeadamente quanto à manutenção, licenciamentos e apoio na resolução de situações específicas decorrentes da sua exploração.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

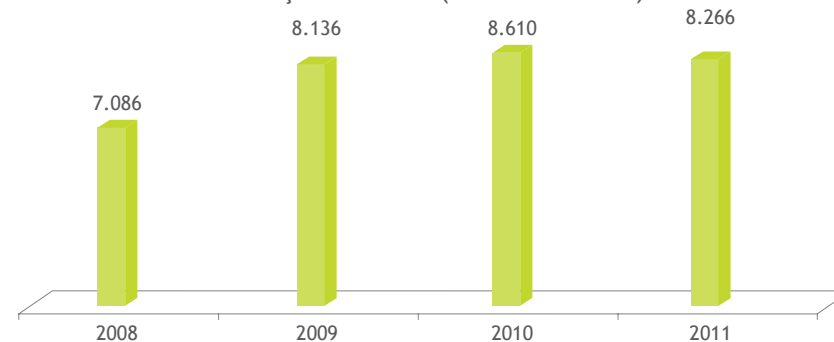
A LSG presta os seus serviços exclusivamente às empresas do Grupo, pelo que as suas vendas resultam de projectos com o envolvimento de recursos corporativos e a locação de instalações utilizadas no desenvolvimento das actividades principais do Grupo. Em 2011, o Volume de Vendas da empresa fixou-se em **8.266 Mil Euros**.

A empresa encerrou o ano com um Resultado antes de impostos de **140 Mil Euros**, o qual foi afectado negativamente pelo aumento dos encargos financeiros decorrentes do agravamento do custo do crédito.



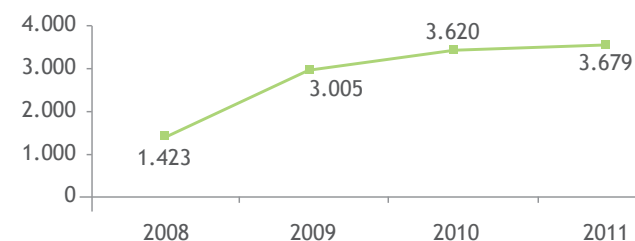


Evolução de Vendas (Milhares de Euros)



O EBITDA, que ascendeu a **3.679 Mil Euros**, foi influenciado positivamente pelo desempenho dos Resultados Operacionais que se fixaram em 1.067 Mil Euros, correspondendo a um crescimento de 8,5% face ao ano transacto, apenas possível devido a um maior controlo de algumas rubricas de custos, nomeadamente “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Evolução EBITDA (Milhares de Euros)



Os índices de Autonomia Financeira e Solvabilidade, encerraram o ano, nos 36% e 56%, respectivamente, os quais evidenciam a solidez financeira da empresa.

PERSPECTIVAS PARA 2012

No ano de 2012, a LSG pretende implementar diversos projectos com o objectivo de aumentar a produtividade das áreas corporativas e, consequentemente, das empresas do Grupo LS, a quem presta os seus serviços.

Quanto à actividade Imobiliária, a perspectiva para 2012 centra-se nos seguintes pontos:

- Continuação dos trabalhos de apoio desenvolvidos no que concerne às novas instalações das actividades logísticas a Norte do país;
- Aprovação do Plano de Pormenor e conclusão das obras referentes ao Terminal de Transportes da Azambuja;
- Investimentos em projectos específicos que traduzam reduções de custos de exploração ou aumento de receitas como por exemplo a alteração da iluminação no Carregado 1 por tecnologia mais eficiente, alteração dos consumos de água nas instalações de Gaia 1, estudo para a produção de energia fotovoltaica em algumas das nossas instalações, entre outros projectos em curso;
- Gestão corrente do património existente.

Quanto às restantes actividades:

- Implementação pela Direcção de Sistemas de Informação dos seguintes projectos:
 - LSnet, novo portal *B2B* que permitirá um relacionamento da Luís Simões com os seus parceiros; clientes e fornecedores, com a adição de novas funcionalidades e nova dinâmica na prestação de serviço. Plataforma que disponibiliza toda a informação de serviço, permitindo *track&trace* das encomendas, gestão de *stock*, resolução online de incidências, facturação;
 - *Co-packing*, solução que possibilitará o controlo da produção dos produtos manipulados, com enfoque na optimização de processo e rastreabilidade completa da actividade.
- Projecto de revitalização do modelo de compras, com um foco especial em:
 - Obter um *benchmark* e implementar as melhores práticas de mercado;
 - Ajustar o modelo de compra e o formato de negociação de cada categoria aos novos desafios do mercado;
 - Redefinir os KPI do serviço prestado pela equipa de compras e a informação a enviar aos clientes internos;
 - Gerar uma nova dinâmica entre a equipa de compras e as áreas de negócio da LS.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos da Empresa é definida pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade de cada uma das áreas a sua aplicação prática.

A Empresa pretende que as Políticas de Gestão de Riscos, actualmente descentralizadas pelas diversas áreas da sua estrutura, sejam no futuro consolidadas com o objectivo de promover uma actuação integrada das diversas vertentes de gestão de risco.

A gestão de riscos de crédito, de taxa de juro, de tesouraria e restantes riscos financeiros é da responsabilidade da Direcção Financeira do Grupo.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

José Luís Soares Simões	Presidente/Admin. Delegado
Leonel Fernando Soares Simões	Vogal
Jorge Manuel Soares Simões	Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blazquez Pereira Silva	Secretária

Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda	Efectivo
João Manuel Henriques Bernardo	Suplente

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Empresa LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A., encerrou o exercício de 2011 com Resultados Líquidos negativos de 60.449,46 Euros.

Atendendo às disposições legais e estatutárias aplicáveis, é proposta a seguinte aplicação de resultados:

Resultados transitados	60.449,46 Euros
------------------------	-----------------

Moninhos, 17 de Fevereiro de 2012

José Luís Soares Simões - Presidente

Leonel Fernando Soares Simões - Vogal

Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

B | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		2011	2010
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	4.447.743,98	48.122.370,29
Propriedades de investimento	8	43.607.443,77	-
Activos intangíveis	6	181.365,46	108.789,19
Participações financeiras - outros métodos	15	16.065,00	1.065,00
		48.252.618,21	48.232.224,48
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	10	202.023,39	1.286.852,26
Clientes	15	158.768,58	117.265,05
Adiantamentos a fornecedores	15	911,89	24.516,32
Estado e outros entes públicos	18.3	3.328,53	470,94
Outras contas a receber	15	16.228,83	146.840,99
Diferimentos	18.1	189.587,09	147.170,46
Caixa e depósitos bancários	4	30.247,40	10.814,54
		601.095,71	1.733.930,56
Total do activo		48.853.713,92	49.966.155,04
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	15	500.000,00	500.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	15	1.788.100,00	1.788.100,00
Reservas legais	18.2	234.891,60	212.944,33
Outras reservas	18.2	416.998,15	-
Resultados transitados	18.2	14.637.487,59	539.647,02
Excedentes de revalorização	18.2	-	14.097.840,57
Outras variações no capital próprio	18.2	23.765,68	23.765,68
		17.601.243,02	17.162.297,60
Resultado líquido do período	14	(60.449,46)	438.945,42
Total do capital próprio		17.540.793,56	17.601.243,02
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	15	20.621.571,98	22.729.134,18
Passivos por impostos diferidos	14	3.867.731,53	4.126.188,35
		24.489.303,51	26.855.322,53
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	15	602.020,55	620.407,47
Estado e outros entes publicos	18.3	426.093,69	349.246,88
Accionistas / sócios	15	102.724,55	-
Financiamentos obtidos	15	3.824.233,29	3.460.138,74
Outras contas a pagar	15	1.868.544,77	1.079.596,40
Diferimentos	18.1	-	200,00
		6.823.616,85	5.509.589,49
Total do passivo		31.312.920,36	32.364.912,02
Total do capital próprio e do passivo		48.853.713,92	49.966.155,04

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões -Presidente| Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	11	8.266.476,50	8.610.896,21
Variação nos inventários da produção	10	-	(184.175,08)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	(2.734,10)
Fornecimentos e serviços externos	18.4	(1.736.509,90)	(1.958.031,05)
Gastos com o pessoal	16	(2.748.412,76)	(2.799.206,71)
Outros rendimentos e ganhos	18.5	17.521,96	12.781,11
Outros gastos e perdas	18.6	(119.917,92)	(59.185,67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.679.157,88	3.620.344,71
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	18.7	(2.612.206,36)	(2.624.712,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.066.951,52	995.631,95
Juros e gastos similares suportados	18.8	(927.136,77)	(536.707,41)
Resultado antes de impostos		139.814,75	458.924,54
Imposto sobre o rendimento do período	14	(200.264,21)	(19.979,12)
Resultado líquido do período		(60.449,46)	438.945,42

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões - Vogal | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.
Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		10.905.965,71	11.187.752,23
Pagamentos a fornecedores		(2.656.044,29)	(2.004.764,24)
Pagamentos ao pessoal		(1.693.277,27)	(1.892.553,78)
Caixa gerada pelas operações		6.556.644,15	7.290.436,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(292.232,34)	(184.798,32)
Outros recebimentos/pagamentos		(2.610.713,01)	(2.540.327,82)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3.653.698,80	4.565.308,07
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(886.090,98)	(355.147,08)
Investimentos Financeiros		(22.500,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		7.500,00	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(901.090,98)	(355.147,08)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		18.296.826,89	8.468.530,44
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(19.413.158,74)	(9.003.175,33)
Juros e gastos similares		(685.976,48)	(653.584,43)
Dividendos		-	(523.490,35)
Outras operações de financiamento		(1.624.299,66)	(1.608.640,72)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(3.426.607,99)	(3.320.360,39)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(674.000,17)	889.800,60
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(1.555.568,89)	(2.445.369,49)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(2.229.569,06)	(1.555.568,89)

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões - Vogal | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

No Período de 2010

(Euros)

	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedente de revalorização	Outras variações no capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2010	5000.000,00	-	175.864,03	873.770,99	801.063,17	14.613.427,77	23.765,68	673.797,08	17.661.688,72
Alterações no período:									
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	800.299,64	(800.769,14)	-	-	(469,50)
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	(264.586,76)	285.181,94	-	-	(20.595,18)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	3.973,55	-	-	-	3.973,55
	500.00,00	-	175.864,03	873.770,99	1.340.749,60	14.097.840,57	23.765,68	673.797,08	17.685.787,95
Resultado líquido do período								438.945,42	438.945,42
Resultado integral								1.112.742,50	18.124.733,37
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação de resultados	-	-	37.080,30	-	113.226,43	-	-	(673.797,08)	(523.490,35)
Prestações suplementares	-	1.788.100,00	-	-	-	-	-	-	1.788.100,00
Outras operações									-
Distribuição Dividendos	-	-	-	(873.770,99)	(914.329,01)	-	-	-	(1.788.100,00)
		1.788.100,00	37.080,30	(873.770,99)	(801.102,58)	-	-	(673.797,08)	(523.490,35)
Posição no fim do período 2010	500.000,00	1.788.100,00	212.944,33	-	539.647,02	14.097.840,57	23.765,68	438.945,42	17.601.243,02

No Período de 2011

(Euros)

	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedente de revalorização	Outras variações no capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2011	500.000,00	1.788.100,00	212.944,33	-	539.647,02	14.097.840,57	23.765,68	438.945,42	17.601.243,02
Alterações no período:									
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	1.058.075,32	(1.058.075,32)	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	(279.242,31)	279.242,31	-	-	-
Reclassificação de excedentes de revalorização para resultados transitados	-	-	-	-	13.319.007,56	(13.319.007,56)	-	-	-
	500.000,00	1.788.100,00	212.944,33	-	14.637.487,59	-	23.765,68	438.945,42	17.601.243,02
Resultado líquido do período								(60.449,46)	(60.449,46)
Resultado integral								(60.449,46)	(60.449,46)
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação de resultados	-	-	21.947,27	416.998,15	-	-	-	(438.945,42)	-
	-	-	21.947,27	416.998,15	-	-	-	(499.394,88)	(60.449,46)
Posição no fim do período 2011	500.000,00	1.788.100,00	234.891,60	416.998,15	14.637.487,59	-	23.765,68	(60.449,46)	17.540.793,56

ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

A Empresa foi constituída em 17 de Setembro de 1991 com a denominação Social de LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A., adiante designada por “Empresa”, com o NIF 502 626 976.

1.2 - SEDE:

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

1.3 - NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A actividade da Empresa consiste na prestação de serviços administrativos e financeiros de suporte à exploração das diversas áreas de negócios do Grupo.

1.4 - DESIGNAÇÃO DA EMPRESA-MÃE:

A empresa-mãe denomina-se LS - Luís Simões, SGPS, S.A.

1.5 - SEDE DA EMPRESA-MÃE:

A empresa-mãe tem sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 17 de Fevereiro de 2012. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.



Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2 - DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3 - COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 - CONVERSÃO CAMBIAL

3.1.1 - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.1.2 - Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de Bem	2011	2010
Edifícios e Outras Construções	2,00 - 33,33	2,00 - 33,33
Equipamento básico	5,00 - 33,33	5,00 - 33,33
Equipamento de transporte	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00
Equipamento administrativo	8,33 - 33,33	8,33 - 33,33
Outros activos fixos tangíveis	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.3 - LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.4 - INTANGÍVEIS

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

A Empresa valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo.

Activos intangíveis com vida útil finita

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Activos intangíveis com vida útil indefinida

Os activos que pela sua natureza não possuam uma vida útil definida não são amortizados, estando sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que os mesmos apresentem sinais de imparidade.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Tipo de Bem	2011	2010
Programas de computador	12,5 - 33,33	12,5 - 33,33

3.5 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data de transição para o SNC, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do custo depreciado, o qual é aplicado a todos os activos classificados como propriedades de investimento.

Justo Valor

De acordo com os normativos contabilísticos adoptados, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas demonstrações financeiras completas.

O justo valor dos outros terrenos e exercícios são determinados com base em avaliações efectuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se arrendado ou não.

3.6 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, a perda de imparidade não é reconhecida, sendo feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.7 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

A Empresa utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transacção, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

3.8 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

3.9 - INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição, sendo adoptado como método de custeio das saídas dos inventários o custo específico.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

3.10 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os activos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos e passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos activos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os activos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado: (i) os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e (ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes valores estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

3.12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes (Subsídios ao Investimento) são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo (Subsídios à Exploração) são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento

3.14 - GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.15 - RÉDITO

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O crédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O crédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O crédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O crédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O crédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.16 - ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.17 - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.18 - CAPITAIS PRÓPRIOS

a) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As acções próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das acções próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

b) Dividendos Antecipados

A distribuição de dividendos aos sócios da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.19 - MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios de carácter ambiental os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a actividade da Empresa e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela Empresa.

3.20 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.20.1 - Activos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adoptadas por empresas do sector.

3.20.2 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O cálculo do justo valor das propriedades de investimento à data da transição foi efectuado de acordo com a natureza de cada activo. Os aspectos considerados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- Avaliações independentes efectuadas por avaliadores certificados relativamente aos terrenos e edifícios

Os pressupostos considerados em cada avaliação correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração para os referidos activos.

3.20.3 - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efectuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efectuadas pela Luis Simões dos fluxos de caixa que se espera receber.

3.20.4 - Reconhecimento de activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos activos por impostos diferidos é efectuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários no Balanço decompõem-se conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	10.077,05	10.583,29
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20.170,35	231,25
	30.247,40	10.814,54

O saldo de Caixa e Equivalentes constante na Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	10.077,05	10.583,29
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20.170,35	231,25
	30.247,40	10.814,54
Descobertos bancários	(2.259.816,46)	(1.566.383,43)
	(2.229.569,06)	(1.555.568,89)

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade LS - Luís Simões, SGPS, S.A. sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na referida entidade.



5.2 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 foram atribuídas as seguintes remunerações ao pessoal chave da gestão:

Remuneração	31.12.2011	31.12.2010
Benefícios de curto prazo dos empregados	294.666,13	318.491,51
	294.666,13	318.491,51

O Concelho de Administração da Empresa foi considerado de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão.

5.3 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionada

	Natureza do relacionamento (Serviços que a Empresa recebe)	Natureza do relacionamento (Serviços que a Empresa presta)
Empresa - mãe		
Luís Simões SPGS, S.A.	Financiamentos	Dividendos
Outras partes relacionadas:		
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	Cedência de Gasóleo	Serviços Administrativos e Financeiros
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	n/a	Serviços Administrativos e Financeiros
Reta, S.A.	Cedência de Gasóleo	Serviços Administrativos e Financeiros
Lusiseg, Lda.	n/a	Serviços Administrativos e Financeiros
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	n/a	Serviços Administrativos e Financeiros
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	n/a	Serviços Administrativos e Financeiros
Pessoal chave da gestão	Serviços de Administração	Benefícios de empregados



b) Quantias de transacções e saldos pendentes com partes relacionadas

A quantia das transacções e dos saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos
Outras partes relacionadas:			
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	2010	6.581.264,57	97.848,58
	2011	6.219.502,14	81.515,76
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	2010	1.189.348,03	-
	2011	1.437.663,82	-
Reta, S.A.	2010	532.615,07	60,75
	2011	556.658,71	90,78
Lusiseg, Lda.	2010	75.814,39	-
	2011	41.090,11	-
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária,Lda.	2010	9.142,27	-
	2011	9.020,84	3.817,28
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	2010	1.689,76	-
	2011	1.561,22	-

	Ano	Clientes	Outras contas a Receber	Fornecedores	Outras contas a pagar
Empresa - mãe					
Luís Simões SPGS, S.A.	2010	-	-	-	-
	2011	10,20	102.724,55	-	-
Outras partes relacionadas:					
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	2010	105.555,42	-	17.873,67	-
	2011	137.351,65	-	13.968,33	248.448,00
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Espanha	2010	6.958,38	-	-	-
	2011	3.468,21	-	1.275,87	264.631,00
Reta, S.A.	2010	2.724,47	-	118,03	-
	2011	7.077,38	-	3,05	25.441,00
Lusiseg, Lda.	2010	575,55	-	-	-
	2011	1.019,87	(3.603,00)	-	-
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária,Lda.	2010	605,00	-	148,46	-
	2011	301,35	301,35	346,07	-
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	2010	266,20	-	-	-
	2011	-	-	-	-

Não existem ajustamentos de dívidas de cobranças duvidosas relacionados com a quantia de saldos pendentes, nem gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

A quantia dos financiamentos a receber e a pagar de partes relacionadas bem como dos rendimentos e gastos de juros são os indicados no quadro seguinte:

Remuneração	Ano	Financiamentos a Pagar	Gastos de Juros
Empresa - mãe			
Luís Simões SPGS, S.A.	2010	11.560.215,11	348.818,62
	2011	5.443.883,26	610.536,64

6 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

6.1 - DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE ACTIVOS INTANGÍVEIS, DISTINGUINDO ENTRE OS ACTIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Todos os Activos Intangíveis da Empresa têm vida útil finita. A Empresa não possui no seu património Activos intangíveis com vida útil indefinida.

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas de computador	Total
Valores em 01.01.2010		
Quantias brutas escrituradas	951.543,78	951.543,78
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(820.652,06)	(820.652,06)
Quantias líquidas escrituradas	130.891,72	130.891,72
Adições	54.206,16	54.206,16
Amortizações	(76.308,69)	(76.308,69)
Valores em 31.12.2010		
Quantias brutas escrituradas	1.005.749,94	1.005.749,94
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(896.960,75)	(896.960,75)
Quantias líquidas escrituradas	108.789,19	108.789,19
Adições	186.202,58	186.202,58
Amortizações	(113.626,31)	(113.626,31)
Valores em 31.12.2011		
Quantias brutas escrituradas	1.191.952,52	1.191.952,52
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(1.010.587,06)	(1.010.587,06)
Quantias líquidas escrituradas	181.365,46	181.365,46



6.2 - ACTIVOS INTANGÍVEIS COM TITULARIDADE RESTRINGIDA, COMO GARANTIAS DE PASSIVOS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS PARA AQUISIÇÃO DOS MESMOS

Os Programas de Computador não são propriedade da empresa, a qual se limita a ter os respectivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

Não existem activos intangíveis dados como garantias de passivos.

6.3 - COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos intangíveis.



7 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

				(Euros)				
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
Valores em 01.01.2010								
Quantias brutas escrituradas	10.157.302,28	58.498.390,53	754.032,59	312.000,03	2.767.846,69	290.043,30	71.397,10	72.851.012,52
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(19.076.473,63)	(646.703,99)	(188.500,02)	(2.229.936,19)	(173.979,70)	-	(22.315.593,53)
Quantias líquidas escrituradas	10.157.302,28	39.421.916,90	107.328,60	123.500,01	537.910,50	116.063,60	71.397,10	50.535.418,99
Adições		13.820,00		38.347,00	85.689,56		65.075,25	202.931,81
Alienações, sinistros e abates								
Quantias brutas escrituradas	-	(132.492,43)	(220,57)	-	(180.992,98)	-	-	(313.705,98)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	132.492,43	220,57	-	113.416,54	-	-	246.129,54
Depreciações	-	(2.239.026,59)	(30.246,55)	(83.592,30)	(178.073,37)	(17.465,26)	-	(2.548.404,07)
Valores em 31.12.2010								
Quantias brutas escrituradas	10.157.302,28	58.379.718,10	753.812,02	350.347,03	2.672.543,27	290.043,30	136.472,35	72.740.238,35
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(21.183.007,79)	(676.729,97)	(272.092,32)	(2.249.593,02)	(191.444,96)	-	(24.617.868,06)
Quantias líquidas escrituradas	10.157.302,28	37.196.710,31	77.082,05	78.254,71	377.950,25	98.598,34	136.472,35	48.122.370,29
Adições	-	412.521,07	-	7.500,03	55.829,69	-	1.958.402,24	2.434.253,03
Reclassificações para propriedades de investimento								
Quantias brutas escrituradas	(9.767.436,35)	(51.932.299,41)	-	-	-	-	-	(61.699.735,76)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	15.920.609,49	-	-	-	-	-	15.920.609,49
Alienações, sinistros e abates								
Quantias brutas escrituradas	-	-	-	-	(845,00)	-	-	(845,00)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	598,38	-	-	598,38
Outras alterações								
Quantias líquidas escrituradas	-	-	-	-	(2.608,90)	-	-	(2.608,90)
Depreciações	-	(70.328,22)	(25.105,14)	(57.378,20)	(164.508,98)	(9.577,01)	-	(326.897,55)
Valores em 31.12.2011								
Quantias brutas escrituradas	389.865,93	6.859.939,76	753.812,02	357.847,06	2.724.919,06	290.043,30	2.094.874,59	13.471.301,72
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(5.332.726,52)	(701.835,11)	(329.470,52)	(2.458.503,62)	(201.021,97)	-	(9.023.557,74)
Quantias líquidas escrituradas	389.865,93	1.527.213,24	51.976,91	28.376,54	266.415,44	89.021,33	2.094.874,59	4.447.743,98

Atendendo à sua natureza e finalidade, a Empresa procedeu à reclassificação dos activos fixos tangíveis referentes a terrenos e edifícios e outras construções, relativos às instalações cedidas para exploração às restantes empresas do Grupo no Carregado e em Gaia, para propriedades de investimento.

7.1 - TITULARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Não existem activos tangíveis dados como garantias de passivos nos exercícios de 2011 e 2010.

7.2 - DISPÊNDIOS RECONHECIDOS NA QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UM DOS SEGUINTEIS ITENS DO ACTIVO FIXO TANGÍVEL NO DECURSO DA SUA CONSTRUÇÃO

A quantia de dispêndios reconhecida no imobilizado tangível em curso decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2011	2010
Projectos de arquitectura	4.860,00	4.860,00
Terminal Azambuja	2.090.014,59	131.612,35
	2.094.874,59	136.472,35

7.3 - COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos tangíveis.

8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compostas por terrenos e edifícios não afectos à actividade da Empresa, apresentam a seguinte evolução:

	2011
A 1 de Janeiro	
Valor bruto	-
Depreciações acumuladas	-
Valor líquido	-
Transferências de acto fixo tangível	
Quantia bruta	61.699.735,76
Depreciações acumuladas	(15.920.609,49)
Depreciações	(2.171.682,50)
A 31 de Dezembro	
Valor bruto	61.699.735,76
Depreciações acumuladas	(18.092.291,99)
Valor líquido	43.607.443,77



As propriedades de investimento têm como finalidade a cedência de exploração às empresas do Grupo.

O justo valor dos activos à data do balanço não diverge significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Empresa a essa data.

A avaliação destas propriedades de investimento foi efectuada por um avaliador independente de acordo com três métodos de avaliação: o método dos múltiplos do rendimento, o método comparativo de mercado e o método do valor residual.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam propriedades de investimento apresentadas como garantias a terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os rendimentos e gastos operacionais directos associados às propriedades de investimento, tinham a seguinte composição:

	2011		2010	
	Rendas	Gastos directos	Rendas	Gastos directos
Propriedades de Investimento	4.022.074,57	2.582.566,57	-	-
	4.022.074,57	2.582.566,57	-	-

9 - LOCAÇÕES

Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço

A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação financeira à data de balanço, para cada categoria de activo, é a constante do quadro seguinte:

	2011	2010
	Propriedades de Investimento	Activos fixos tangíveis
Terrenos e recursos naturais	2.196.421,11	2.196.421,11
Edifícios e outras construções	11.634.106,96	12.064.308,42
	13.830.528,07	14.260.729,53

b) Pagamentos mínimos futuros da locação e o seu valor presente

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos
Até um ano	1.540.834,43	1.333.495,79	1.509.688,25	1.333.540,20
Entre 1 ano e 5 anos	7.704.172,17	7.048.206,24	6.038.752,96	5.524.775,98
A mais de 5 anos	3.432.774,99	3.360.403,52	6.397.645,63	6.204.358,20
Total dos pagamentos mínimos	12.677.781,59	11.742.105,55	13.946.086,84	13.062.674,38
Encargos financeiros	(935.676,08)	n/a	(883.412,46)	n/a
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.742.105,51	11.742.105,55	13.062.674,38	13.062.674,38

c) Descrição geral dos acordos de locação significativos:

A Empresa tem um contrato de locação financeira afecto ao terreno e edifício do Carregado. O contrato referido não prevê rendas contingentes e inclui opção de compra.

Locações operacionais

a) Pagamentos futuros mínimos

Os futuros pagamentos mínimos das locações operacionais em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

2011

	Gastos do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Aluguer Imóveis	3.000,00	3.000,00	-	-
Aluguer Viaturas Turismo	7.365,65	10.235,64	16.099,00	-
	10.365,65	13.235,64	16.099,00	-

2010

	Gastos do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Aluguer Imóveis	3.000,00	3.000,00	-	-
Aluguer Viaturas Turismo	6.909,99	5.286,51	-	-
	9.909,99	8.286,51	-	-

10 - INVENTÁRIOS

10.1 - QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Mercadorias	-	1.084.828,87
Produtos acabados e intermédios	202.023,39	202.023,39
	202.023,39	1.286.852,26

10.2 - QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, as quantias de inventários reconhecidas como gasto foram as seguintes:

Custo da Mercadoria Vendida e Consumida:

2010

	Mercadorias
Existências em 1 de Janeiro de 2010	1.088.212,03
Regularizações de inventários	649,06
Existências em 31 de Dezembro de 2010	1.084.828,87
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	2.734,10

2011

	Mercadorias
Existências em 1 de Janeiro de 2011	1.084.828,87
Regularizações de inventários	(1.084.828,87)
Existências em 31 de Dezembro de 2011	-
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-

No Exercício De 2011 Foi Transferido O Valor De Mercadorias Referente Ao Terreno Da Azambuja Onde Irá Ser Construído O Terminal Para Activos Fixos Tangíveis Em Curso.

Variação da Produção:

2010

	Produtos acabados	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro se 2010	382.300,48	382.300,48
Regularizações	3.897,99	3.897,99
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	202.023,39	202.023,39
Variação dos inventários da produção	184.175,08	184.175,08

2011

	Produtos acabados	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro se 2011	202.023,39	202.023,39
Saldo final a 31 de Dezembro de 2011	202.023,39	202.023,39
Variação dos inventários da produção	-	-



10.3 - QUANTIA DE AJUSTAMENTO E REVERSÃO DE AJUSTAMENTOS RECONHECIDA COMO GASTO DO PERÍODO

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 não existem ajustamentos nem reversões dos mesmos relativos a inventários.

10.4 - QUANTIA ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS DADOS COMO PENHOR DE GARANTIA A PASSIVOS

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 não existem penhores sobre os inventários.

11 - RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Venda de Mercadorias		
Mercadorias	-	1.636,11
Produtos Acabados e Intermédios	-	220.000,00
	-	221.636,11
Prestação de Serviços		
Serviços	8.266.476,50	8.389.260,10
	8.266.476,50	8.389.260,10
	8.266.476,50	8.610.896,21

A repartição do rédito apurado nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 é a seguinte:

	2011	2010
Mercado Interno	6.833.642,54	7.398.369,49
Mercado Externo	1.432.833,96	1.212.526,72
	8.266.476,50	8.610.896,21

Os valores indicados nos quadros acima incluem o montante de 8.265.496,84 euros em 2011 e de 8.389.874,09 euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

12 - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se discriminados no quadro seguinte:

	2011		2010	
	V. Bruto	V. líquido	V. Bruto	V. líquido
Saldo inicial	23.765,68	23.765,68	23.765,68	23.765,68
Saldo final	23.765,68	23.765,68	23.765,68	23.765,68

A Empresa não beneficiou directamente de quaisquer outras formas de apoio do Governo

13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1 - AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo Conselho de Administração, em 17 de Fevereiro de 2012.

13.2 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE ORIGINARAM ALTERAÇÕES NAS DIVULGAÇÕES

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que originem alterações nas divulgações.

13.3 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTO

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço a referir.

14 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

As empresas do Grupo, encontram-se desde o exercício de 2007, englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), nos termos do artigo 63º e seguintes do CIRC, liderado pela accionista LS - Luís Simões, S.G.P.S., S.A., pelo que os impostos apurados individualmente estão reflectidos no saldo da accionista incluído na rubrica de Accionistas/Sócios. A Empresa apenas foi englobada no RETGS a partir do exercício de 2011.

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respectivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do RETGS é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.



14.1 - DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Imposto Corrente		
IRC do ano	458.721,03	235.394,97
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(258.456,82)	(215.415,85)
	(258.456,82)	(215.415,85)
	200.264,21	19.979,12

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte.

	2011	2010
Excesso de Estimativa para Impostos	-	88,57
	-	88,57

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

	2011	2010
Activos por impostos diferidos:		
Benefícios fiscais SIFIDE	-	35.165,59
	-	35.165,59
Passivos por impostos diferidos:		
Relocação de imóvel	(13.307,79)	(13.307,79)
Reservas de reavaliação realizadas no período	(245.149,03)	(237.273,65)
	(258.456,82)	(250.581,44)
	(258.456,82)	(215.415,85)

d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos; Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

e) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos; O efeito no Gasto por Impostos Diferidos de ajustamentos em contas de Impostos Diferidos Activos é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
	-	35.165,59
Utilização SIFIDE	-	35.165,59

14.2 - IMPOSTO DIFERIDO E CORRENTE AGREGADO RELACIONADO COM ITENS DEBITADOS OU CREDITADOS AO CAPITAL PRÓPRIO

O Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Ganhos líquidos na revalorização de activos fixos tangíveis	3.721.720,36	3.966.869,39
Reconhecidos em Reservas de Revalorização	3.721.720,36	3.966.869,39



14.3 - RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO:

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	139.814,75	458.924,54		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%	26,50%	26,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	35.488,41	120.052,50		
Proveitos não tributáveis				
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	88,57		
Mais valias contabilísticas	-	1.049,03		
Outros	5.777,00	8.150,00		
	5.777,00	9.287,60		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	998.362,84	1.023.308,73		
Donativos	426,50	1.240,00		
Multas, coimas e juros compensatórios	9.307,65	-		
Mais Valias Fiscais	-	452,34		
Outros	17.668,97	16.478,42		
	1.025.765,96	1.041.479,49		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	1.159.803,71	1.491.116,43		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
IRC Calculado	288.388,43	371.216,61	206,26%	80,89%
Derrama	17.397,06	22.366,75		
Tributação autónoma	20.475,03	9.437,71		
Benefícios Fiscais utilizados	-	(167.626,10)		
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(258.456,82)	(215.415,85)		
Correcções relativas a exercícios anteriores	132.460,51	-		
	(88.124,22)	(351.237,49)	(63,03%)	(76,53%)
Imposto sobre o rendimento	200.264,21	19.979,12	143,24%	4,35%

14.4 - EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR

Não houve alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

14.5 - POR CADA TIPO DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E COM RESPEITO A CADA TIPO DE PERDAS POR IMPOSTOS NÃO USADAS E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS:

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010	2011	2010
Activos por Impostos Diferidos				
Diferenças temporárias:				
Outras				
Benefícios Fiscais-SIFIDE	-	-	-	(35.165,59)
	-	-	-	(35.165,59)

	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010	2011	2010
Passivos por Impostos Diferidos				
Diferenças temporárias:				
Relocação Financeira-Amortizações não aceites	146.011,17	159.318,96	(13.307,79)	(13.307,79)
Outras				
Revalorização de activos fixos tangíveis				
Transitadas do POC	3.721.720,36	3.966.869,39	(245.149,03)	(237.273,65)
	3.867.731,53	4.126.188,35	(258.456,82)	(250.581,44)

15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 - RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do balanço:

Activos	2011	2010
Não Corrente		
Participações financeiras - Outros métodos - Outras empresas	16.065,00	1.065,00
Corrente		
Cientes	158.768,58	117.265,05
Adiantamentos a fornecedores	911,89	24.516,32
Outras contas a receber	16.228,83	146.840,99
Caixa e bancos	30.247,40	10.814,54
	222.221,70	300.501,90

Passivos	2011	2010
Não Corrente		
Financiamentos obtidos	20.621.571,98	22.729.134,18
Corrente		
Fornecedores	602.020,55	620.407,47
Accionistas	102.724,55	-
Financiamentos obtidos	3.824.233,29	3.460.138,74
Outras contas a pagar	1.868.544,77	1.079.596,40
	27.019.095,14	27.889.276,79

Instrumentos de Capital	2011	2010
Capital	500.000,00	500.000,00
Outros instrumentos de capital	1.788.100,00	1.788.100,00
	2.288.100,00	2.288.100,00

15.2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os activos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Participações financeiras - outros métodos		
Participações de capital em empresas não cotadas	16.065,00	1.065,00
Cientes c/c		
Cientes - entidades relacionadas (nota 5)	149.228,66	116.685,02
Cientes - outras entidades	9.539,92	580,03
Adiantamentos a fornecedores	911,89	24.516,32
Outras contas a receber - Corrente		
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	23.624,00
Devedores diversos	6.299,27	4.481,70
Pessoal	830,75	94.904,15
Outros	9.098,81	23.831,14
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	10.077,05	10.583,29
Outros depósitos bancários	20.170,35	231,25
	222.221,70	300.501,90

Não existem imparidades registadas relativas a estes activos.



15.3 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os passivos financeiros mensurados ao custo ou ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

Passivos	2011	2010
Financiamentos - Não correntes		
Empréstimo bancários	4.769.078,96	-
Locações Financeiras	10.408.609,76	11.729.134,18
Participantes de Capital	5.443.883,26	11.000.000,00
Fornecedores		
Fornecedores - entidades relacionadas (nota 5)	15.593,32	18.140,16
Fornecedores - outras entidades	586.427,23	602.267,31
Accionistas	102.724,55	-
Financiamentos obtidos - Correntes		
Empréstimo bancários	230.921,04	-
Decobertos bancários	2.259.816,46	1.566.383,43
Locações	1.333.495,79	1.333.540,20
Participantes de Capital	-	560.215,11
Outras contas a pagar - Correntes		
Fornecedores de Investimento	173.591,20	27.891,48
Acréscimo para férias e sub. férias	373.799,94	341.524,16
Prémios	-	133.199,00
Pessoal	948,39	128,03
Acréscimo partes relacionadas (nota 5)	610.536,64	348.818,62
Outros acréscimos de gasto	169.178,26	127.592,05
Outras contas a pagar	540.490,34	100.443,06
	27.019.095,14	27.889.276,79

A maturidade dos Financiamentos não correntes é a seguinte:

	2011	2010
Empréstimo bancários		
Entre 1 ano e 5 anos	3.010.331,39	-
A mais de 5 anos	1.758.747,58	-
Locações Financeiras		
Entre 1 ano e 5 anos	7.048.206,24	5.524.775,98
A mais de 5 anos	3.360.403,52	6.204.358,20
	15.177.688,73	11.729.134,18

2011

	Excedente de revalorização act. fixos tang.	Total
Saldo no início do período	14.097.840,57	14.097.840,57
Amortizações e imparidades	(1.058.075,32)	(1.058.075,32)
Impostos Diferidos	279.242,31	279.242,31
Saldo no final do período	13.319.007,56	13.319.007,56

O valor do excedente de revalorização encontra-se reflectido na rubrica “Resultados Transitados”.

Uma vez que foi adoptado o modelo do custo para a valorização subsequente dos activos fixos tangíveis, a Empresa procedeu à reclassificação dos excedentes de revalorização para a rubrica de Resultados Transitados.

16 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1 - GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Remunerações do pessoal	2.095.260,30	2.186.554,98
Indemnizações	1.720,58	36.457,99
Encargos sobre remunerações	459.915,82	440.763,86
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	23.540,82	25.927,13
Outros	167.975,24	109.502,75
	2.748.412,76	2.799.206,71

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa no ano de 2011 e 2010 foi de 65 e 64 colaboradores, respectivamente.

17 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

17.1 - VALORES GLOBAIS DE ESFORÇO DE I&D

Resumo Investimento I&D		
Rubricas	2011	2010
C. Pessoal	280.973,43	249.316,27
Custos Gerais	88.964,57	88.083,73
Imobilizado	194.789,34	-
Total Investimento I&D	564.727,34	337.400,00
Volume Vendas	8.266.476,50	8.610.896,21
Custos c/ Pessoal	2.748.412,76	2.799.206,71

Os valores apresentados em 2011 referem-se a despesas de investigação e desenvolvimento relacionadas com a equipa da Direcção de Sistemas de Informação, no apoio de vários projectos do grupo.

17.2 - SIFIDE

No âmbito da candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento (SIFIDE) - Decreto-lei nº40/2005 de 3 de Agosto, a Empresa obteve no exercício de 2006 uma poupança fiscal de 81.083,48 euros, no exercício de 2007 de 167.164,76 euros, no exercício de 2009 de 165.670,11 euros e no exercício de 2010 de 35.165,59 euros.

17.3 - DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

18 - OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 - DIFERIMENTOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos		
Custos Diferidos - Seguros	120.479,53	114.777,39
Custos Diferidos - Fornecimentos e Serviços Externos	69.107,56	32.393,07
	189.587,09	147.170,46
Diferimentos passivos		
Outros Proveitos Diferidos	-	200,00
	-	200,00

18.2 - RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

A rubrica de resultados e outras variações nos capitais próprios decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	175.864,03	873.770,99	801.063,17	14.613.427,77	23.765,68	673.797,08	17.161.688,72
Constituição da Reserva Legal	37.080,30	-	-	-	-	(37.080,30)	-
Dividendos	-	(873.770,99)	(914.329,01)	-	-	(523.490,35)	(2.311.590,35)
Aplicação de resultados	-	-	113.226,43	-	-	(113.226,43)	-
Resultado do ano	-	-	-	-	-	438.945,42	438.945,42
Variações de excedentes de revalorização	-	-	800.299,64	(800.769,14)	-	-	(469,50)
Ajustamentos por Impostos Diferidos	-	-	(264.586,76)	285.181,94	-	-	20.595,18
Outros	-	-	3.973,55	-	-	-	3.973,55
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	212.944,33	-	539.647,02	14.097.840,57	23.765,68	438.945,42	15.313.143,02
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	212.944,33	-	539.647,02	14.097.840,57	23.765,68	438.945,42	15.313.143,02
Constituição da Reserva Legal	21.947,27	-	-	-	-	(21.947,27)	-
Aplicação de resultados	-	416.998,15	-	-	-	(416.998,15)	-
Resultado do ano	-	-	-	-	-	(60.449,46)	(60.449,46)
Variações de excedentes de revalorização	-	-	1.058.075,32	(1.058.075,32)	-	-	-
Ajustamentos por Impostos Diferidos	-	-	(279.242,31)	279.242,31	-	-	-
Reclassificação	-	-	13.319.007,56	(13.319.007,56)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	234.891,60	416.998,15	14.637.487,59	-	23.765,68	(60.449,46)	15.252.693,56

Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de Dezembro de 2011 resultam de:

a) Aplicação de resultados

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de Março de 2011, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 438.945,42 euros teve a seguinte aplicação:

- Reservas Legais: 21.947,27
- Outras Reservas: 416.998,15

b) Realização dos excedentes de revalorização e reclassificação para Resultados Transitados
Ver nota 15.6.d)

18.3 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	-	-	-	(163.661,93)
Estimativa de imposto	-	132.460,51	-	235.394,97
Retenção na Fonte	-	-	-	(1.394,70)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	60.779,24	-	58.608,12
Imposto sobre o valor acrescentado - a recuperar	3.328,53	-	470,94	-
Imposto sobre o valor acrescentado - a pagar	-	135.970,49	-	131.876,87
Contribuições para a Segurança Social	-	96.883,45	-	88.423,55
	3.328,53	426.093,69	470,94	349.246,88



18.4 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Conservação e Reparação	466.898,04	613.751,53
Trabalhos especializados	207.890,81	305.419,75
Publicidade e propaganda	52.021,54	47.780,79
Honorários	55.218,60	55.333,48
Material de escritório	4.594,16	16.841,30
Combustíveis	18.822,23	13.726,65
Electricidade	11.591,29	11.993,75
Deslocações e estadas	327.297,27	306.047,88
Rendas e alugueres	77.491,95	82.710,83
Comunicação	283.724,21	276.907,26
Seguros	86.907,27	83.441,44
Limpeza e higiene	29.069,53	33.450,41
Outros	114.983,00	110.625,98
	1.736.509,90	1.958.031,05

Os valores indicados no quadro acima incluem o montante de 85.423,82 euros em 2011 e de 97.909,33 euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

Os dispêndios reconhecidos como gastos de carácter ambiental nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Recolha de Resíduos	845,89	1.003,78
	845,89	1.003,78

18.5 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	-	8.855,28
Descontos antecipação de pagamento	5.217,56	2.564,58
Ganhos em imobilizado	-	1.129,30
Outros	12.304,40	231,95
	<u>17.521,96</u>	<u>12.781,11</u>

18.6 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	100.814,94	38.412,55
Perdas em activos tangíveis e intangíveis	-	584,04
Correcções relativas a exercícios anteriores	7.672,07	-
Donativos	1.297,50	6.240,00
Perdas em inventários	-	649,06
Quotizações	4.900,00	13.300,00
Multas	5.069,00	-
Outros	164,41	0,02
	<u>119.917,92</u>	<u>59.185,67</u>

18.7 - DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Intangíveis (Nota 6)	113.626,31	76.308,71
Activos fixos tangíveis (Nota 7)	326.897,55	2.548.404,05
Propriedades de investimento (nota 8)	2.171.682,50	-
	<u>2.612.206,36</u>	<u>2.624.712,76</u>

18.8 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	64.166,09	-
De financiamentos obtidos - Empresa Mãe	610.536,64	348.818,62
De descobertos bancários	39.115,33	32.086,38
De locações financeiras	209.080,06	155.802,41
Outros	4.238,65	-
	<u>927.136,77</u>	<u>536.707,41</u>

18.9 - GARANTIAS PRESTADAS

Instituição Financeira	Montante	Entidade beneficiária	Tipo de Garantia
CGD	308.516,25	Câmara Municipal da Azambuja	Bancária

Adicionalmente, a empresa apresentou livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 18.992.890,67 Euros (794.944,08 euros em 2010).



18.10 - RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 foi determinado conforme se segue:

	2011	2010
Resultados:		
Resultado líquido do período	(60.449,46)	438.945,42
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	100.000,00	100.000,00
Resultado por acção básico	(0,60)	4,39

O Técnico Oficial de Contas

Vítor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões - Presidente
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal



C | RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Luís Simões Logística Integrada, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções Verificámos que:

- o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- seja aprovado o Relatório de gestão;
- sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

31 de Maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 48.853.714 euros e um total de capital próprio de 17.540.794 euros incluindo um resultado líquido negativo de 60.449 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

1. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
2. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Luís Simões Logística Integrada, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

4. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

31 de Maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000



Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda

A | RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE NO EXERCÍCIO

A actividade da empresa durante o ano de 2011 esteve centrada na gestão corrente do património existente com particular incidência no património habitacional de rendimento, de silvicultura e o terreno do Machaveiro, em Azambuja.

Neste particular, este terreno adquirido no final de 2009 e no qual a ISM participa, desde Outubro de 2010, na iniciativa tendente à elaboração do Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha da Azambuja, tendo o seu início formal acontecido com a publicação em Diário da Republica da respectiva decisão em 23 de Março de 2011.

Durante o ano foram desenvolvidos os estudos previstos no âmbito do Plano de Pormenor sendo de destacar a proposta de usos, implantação do edificado, acessibilidade à EN3 e regulamento do Plano o qual, em termos gerais, vem consolidar as expectativas iniciais quanto a uma utilização urbana para a parcela a constituir.

Está prevista que a aprovação do Plano possa ocorrer durante o ano de 2012.

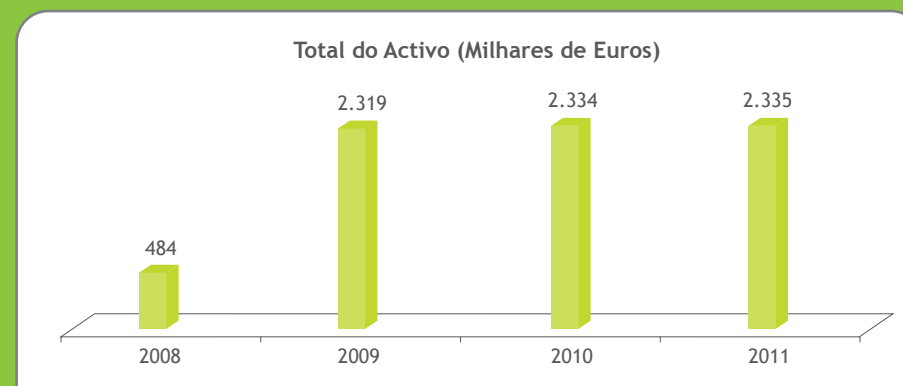
Quanto aos projectos de investimento em novas urbanizações residenciais, o verificado na alteração dos hábitos de consumo presente na tipologia e qualidade dos empreendimentos, a excessiva oferta patente no corredor Norte/Oeste e as dificuldades inerentes a um mercado com uma procura limitada, implicaram a continuidade da estratégia conservadora iniciada no ano de 2009, efectuando-se exclusivamente o necessário para a resolução das questões de licenciamento em aberto e na procura de soluções mais adequadas ao perfil da procura.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A estrutura financeira da empresa, não registou alterações significativas face ao ano anterior, registando o Total do Activo o valor de 2 356 Mil Euros.

Quanto aos indicadores financeiros da empresa, apesar dos resultados antes de impostos terem sido negativos em cerca de 84 mil Euros, a estrutura financeira encontra-se equilibrada, com uma Autonomia Financeira de 34% e uma Solvabilidade de 51%.

Os resultados negativos explicam-se, na sua quase totalidade, pelo peso significativo dos custos financeiros, representando mais de 95% do resultado antes de impostos. Uma menor rentabilidade da carteira de activos detida pela empresa a par por um aumento do custo do crédito explica este nível de resultados.



PERSPECTIVAS PARA 2012

A quantidade e qualidade relativa dos activos na posse da empresa a par do momento particularmente difícil do mercado, não aconselham o desenvolvimento de investimentos cujo risco de mercado e rentabilidade associadas não se enquadrem no perfil da Solmoninhos.

Desta forma, relativamente à globalidade dos activos detidos, a empresa pretende manter um ritmo de trabalho estável, em linha com os objectivos e estratégia delineada, não se equacionando investimentos significativos durante o ano de 2012.

Quanto ao património Habitacional é expectável a necessidade de se promoverem algumas obras de manutenção, sobretudo ao nível das coberturas, verificando-se também alguma pressão nos recebimentos de rendas dado o enquadramento macroeconómico que ainda subsiste.

Está em estudo também a reformulação da actividade de silvicultura equacionando-se o abate e replantação de uma área significativa na posse da empresa.

Equaciona-se também a venda intragrupo do terreno do Machaveiro, Azambuja, após a aprovação do Plano de Pormenor, permitindo desta forma a redução significativa, se não total do endividamento da empresa.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos da Empresa é definida pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade de cada uma das áreas a sua aplicação prática.

A Empresa pretende que as Políticas de Gestão de Riscos, actualmente descentralizadas pelas diversas áreas da sua estrutura, sejam no futuro consolidadas com o objectivo de promover uma actuação integrada das diversas vertentes de gestão de risco.

A gestão de riscos de crédito, de taxa de juro, de tesouraria e restantes riscos financeiros é da responsabilidade da Direcção Financeira do Grupo.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

ORGÃOS SOCIAIS

Gerência

Jorge Manuel Soares Simões	Gerente
José Luís Soares Simões	Gerente
Leonel Fernando Soares Simões	Gerente

Mesa da Assembleia Geral

Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blazquez Pereira Silva	Secretária

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A empresa Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda., encerrou o exercício de 2011 com Resultados Líquidos negativos no valor de 63.335,99 Euros.

Atendendo às disposições legais e estatutárias aplicáveis, é proposta a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados (63.335,99)

Moninhos, 15 de Fevereiro de 2012

Jorge Manuel Soares Simões - Gerente José Luís Soares Simões - Gerente

Leonel Fernando Soares Simões - Gerente



BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		2011	2010
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Propriedades de investimento	7	378.818,82	386.237,00
Activos por impostos diferidos	10	38.948,11	18.062,29
		417.766,93	404.299,29
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	8	1.930.016,73	1.922.712,44
Clientes	11	2.707,43	3.223,46
Adiantamento a fornecedores	11	14,38	-
Estado e outros entes públicos	12.3	4.897,68	3.979,25
Diferimentos	12.1	234,77	269,77
		1.937.870,99	1.930.184,92
Total do activo		2.355.637,92	2.334.484,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	11	921.000,00	921.000,00
Reservas legais	12.2	1.001,79	1.001,79
Outras reservas	12.2	4.894,26	4.894,26
Resultados transitados	12.2	(69.396,56)	(47.768,67)
		857.499,49	879.127,38
Resultado líquido do período	12.2	(63.335,99)	(21.627,89)
Total do capital próprio		794.163,50	857.499,49

PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	11	1.293.714,96	1.390.235,46
		1.293.714,96	1.390.235,46
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	11	29.844,48	28.216,26
Accionistas / sócios	11	1.250,00	-
Financiamentos obtidos	11	153.930,17	16.342,70
Outras contas a pagar	11	81.659,81	41.315,30
Diferimentos	12.1	1.075,00	875,00
		267.759,46	86.749,26
Total do passivo		1.561.474,42	1.476.984,72
Total do capital próprio e do passivo		2.355.637,92	2.334.484,21

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Gerência

Jorge Manuel Soares Simões - Gerente | José Luís Soares Simões - Gerente | Leonel Fernando Soares Simões - Gerente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Fornecimentos e serviços externos	12.4	(27.183,51)	(17.663,79)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(4.800,00)	-
Outros rendimentos e ganhos	12.5	40.336,52	38.819,19
Outros gastos e perdas	12.6	(5.284,18)	(3.133,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.068,83	18.021,80
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	12.7	(7.418,18)	(7.418,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(4.349,35)	10.603,64
Juros e gastos similares suportados	12.8	(79.872,46)	(39.440,83)
Resultado antes de impostos		(84.221,81)	(28.837,19)
Imposto sobre o rendimento do período	10	20.885,82	7.209,30
Resultado líquido do período		(63.335,99)	(21.627,89)

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Gerência

Jorge Manuel Soares Simões - Gerente | José Luís Soares Simões - Gerente | Leonel Fernando Soares Simões - Gerente

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração Individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		34.464,49	34.827,87
Pagamentos a fornecedores		(31.825,58)	(147.318,08)
Caixa gerada pelas operações		2.638,91	(112.490,21)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.000,00)	(1.155,24)
Outros recebimentos/pagamentos		(2.178,45)	(3.892,06)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(539,54)	(117.537,51)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		224,37	224,37
Investimentos financeiros		0,49	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		224,86	224,37
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		72.294,49	133.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(168.814,99)	(4.904,54)
Juros e gastos similares		(40.752,29)	(9.124,03)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(137.272,79)	118.971,43
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(137.587,47)	1.658,29
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(16.342,70)	(18.000,99)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(153.930,17)	(16.342,70)

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Gerência

Jorge Manuel Soares Simões - Gerente | José Luís Soares Simões - Gerente | Leonel Fernando Soares Simões - Gerente



327

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

No Período de 2010

(Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2010		921.000	1.001,79	4.894,26	(14.687,50)	(33.081,17)	879.127,38
		921.000	1.001,79	4.894,26	(14.687,50)	(33.081,17)	879.127,38
Resultado líquido do período						(21.627,89)	(21.627,89)
Resultado integral						(54.709,06)	857.499,49
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições		-	-	-	(33.081,17)	33.081,17	-
		-	-	-	(33.081,17)	33.081,17	-
Posição no fim do período 2010		921.000	1.001,79	4.894,26	(47.768,67)	(21.627,89)	857.499,49

No Período de 2011

(Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2011		921.000	1.001,79	4.894,26	(47.768,67)	(21.627,89)	857.499,49
Resultado líquido do período						(63.335,99)	(63.335,99)
Resultado integral						(84.963,88)	794.163,50
Operações com detentores de capital no período							
Distribuições		-	-	-	(21.627,89)	21.627,89	-
		-	-	-	(21.627,89)	21.627,89	-
Posição no fim do período 2011		921.000	1.001,79	4.894,26	(69.396,56)	(63.335,99)	794.163,50

ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

A empresa foi constituída em 23 de Fevereiro de 2000 com a denominação Social de Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda., com o NIF 504 862 332.

1.2 - SEDE:

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

1.3 - NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A actividade da Empresa consiste na compra, venda e revenda de bens imóveis.

1.4 - DESIGNAÇÃO DOS DETENTORES DE CAPITAL:

A empresa é detida pelos seguintes detentores de capital descritos no quadro seguinte:

Entidades	V. Quotas	% Participação
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	104.945	11,39%
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	1.060	0,11%
José Luís Simões	271.665	29,50%
Leonel Simões	271.665	29,50%
Jorge Simões	271.665	29,50%

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo

da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.15.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.



3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICA

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 - CONVERSÃO CAMBIAL

3.1.1 - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.1.2 - Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo na data da transição para o SNC, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do custo depreciado, o qual é aplicado a todos os activos classificados como propriedades de investimento.

3.3 - LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

3.5 - INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição, sendo adoptado como método de custeio das saídas dos inventários o custo específico.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

3.6 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os activos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos e passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos activos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os activos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado: (i) os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e (ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes valores estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os Descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos obtidos do Balanço.

3.8 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.9 - PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

3.10 - GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.11 - RÉDITO

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O crédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O crédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O crédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O crédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.12 - ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.13 - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.14 - CAPITAIS PRÓPRIOS

a) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As acções próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das acções próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

b) Dividendos Antecipados

A distribuição de dividendos aos sócios da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.15 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gerência, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.15.1 - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efectuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efectuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

3.15.2 - ProvisõesAs estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos dos valores registados, nomeadamente, no que se refere aos processos em curso e às contingências.

3.15.3 - Reconhecimento de activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos activos por impostos diferidos é efectuada pela Gerência no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Descobertos bancários	(153.930,17)	(16.342,70)
	(153.930,17)	(16.342,70)

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida pelos detentores de capitais descriminados no quadro seguinte:

Entidades	V. Quotas	% Participação
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	104.945	11,39%
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	1.060	0,11%
José Luís Simões	271.665	29,50%
Leonel Simões	271.665	29,50%
Jorge Simões	271.665	29,50%

5.2 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 não existiram remunerações atribuídas pela empresa ao pessoal chave da gestão.

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão.

5.3 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (Serviços que presta)	Natureza do relacionamento (Serviços que recebe)
Outras partes relacionadas:		
LS - Luís Simões SPGS, S.A.	Financiamentos	Dividendos
Lusiseg - Mediadores de Seguros, Lda.	n/a	Aluguer prop. Investimento
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Serviços de Gestão e Administrativos	n/a

b) Quantias de transacções e saldos pendentes com partes relacionadas
A quantia das transacções e dos saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Fornecimentos e Serviços externos	Outros Rendimentos e Ganhos
Outras partes relacionadas:			
Lusiseg - Mediadores de Seguros. Lda	2010	-	-
	2011	-	20.520,00
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	9.143,27	-
	2011	9.020,84	3.817,28

	Ano	Contas a Receber	Contas a Pagar
Outras partes relacionadas:			
LS - Luís Simões SPGS, S.A.	2010	605,00	39.272,60
	2011	-	1.250,00
Lusiseg - Mediadores de Seguros. Lda.	2010	-	-
	2011	1.710,00	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	-	-
	2011	346,07	301,35

Não existem ajustamentos de dívidas de cobranças duvidosas relacionados com a quantia de saldos pendentes, nem gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

A quantia dos financiamentos a receber e a pagar de partes relacionadas bem como dos rendimentos e gastos de juros são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Financiamentos a Pagar	Gastos de Juros
Outras partes relacionadas:			
LS - Luís Simões SPGS, S.A.	2010	1.390.235,46	39.124,14
	2011	1.293.714,96	79.188,56

6 - LOCAÇÕES

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

a) Futuros pagamentos mínimos

Os futuros pagamentos mínimos das locações operacionais em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Alugueres Imóveis	6.073,92	6.073,92	-	-
	6.073,92	6.073,92	-	-
	2010			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Alugueres Imóveis	5.950,38	6.073,92	-	-
	5.950,38	6.073,92	-	-

7 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compostas por terrenos e edifícios não afectos à actividade da Empresa, apresenta a seguinte evolução:

	2011	2010
Propriedades de investimento		
Saldo inicial	386.237,00	393.655,16
Depreciações	(7.418,18)	(7.418,16)
Saldo final	378.818,82	386.237,00

As propriedades de investimento têm como finalidade a cedência de exploração às empresas do Grupo e a entidades externas.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam propriedades de investimento apresentadas como garantias a terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os rendimentos e gastos operacionais directos associados às propriedades de investimento, tinham a seguinte composição:

	2011		2010	
	Rendas	Gastos Directos	Rendas	Gastos Directos
Propriedades de Investimento	35.167,77	8.713,38	7.424,37	10.759,52
	35.167,77	8.713,38	7.424,37	10.759,52

8 - INVENTÁRIOS

8.1 - QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Mercadorias	990.866,41	990.866,41
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	939.150,32	931.846,03
	1.930.016,73	1.922.712,44

8.2 - QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010, as quantias de inventários reconhecidas como gasto foram as seguintes:

Custo da Mercadoria Vendida e Consumida:

	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2010	990.866,41	920.876,13	1.911.742,54
Compras	-	10.969,90	10.969,90
Existências em 31 de Dezembro de 2010	990.866,41	931.846,03	1.922.712,44
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	-	-
Existências em 1 de Janeiro de 2011	990.866,41	931.846,03	1.922.712,44
Compras	-	7.304,29	7.304,29
Existências em 31 de Dezembro de 2011	990.866,41	939.150,32	1.930.016,73
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	-	-

8.3 - QUANTIA DE AJUSTAMENTO E REVERSÃO DE AJUSTAMENTOS RECONHECIDA COMO GASTO DO PERÍODO

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 não existem ajustamentos nem reversões dos mesmos relativos a inventários.

8.4 - QUANTIA ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS DADOS COMO PENHOR DE GARANTIA A PASSIVOS

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 não existem penhores sobre os inventários.

9 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

9.1- AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Gerência, em 15 de Fevereiro de 2012.

9.2 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE ORIGINARAM ALTERAÇÕES NAS DIVULGAÇÕES

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que originem alterações nas divulgações.

9.3- ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTO

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço a referir.

10 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5 % sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

10.1 - DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos;

O Gasto (rendimento) por impostos no período é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(20.885,82)	(7.209,30)
	(20.885,82)	(7.209,30)
	(20.885,82)	(7.209,30)

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte.

	2011	2010
Excesso de Estimativa para Impostos	1.642,46	-
	1.642,46	-

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro seguinte:

	2011	2010
Activos por impostos diferidos:	(20.090,82)	(7.209,30)
Prejuízos fiscais	(795,00)	-
Provisões e ajustamentos	(20.885,82)	(7.209,30)

d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos; Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

10.2 - RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO (EM UMA OU EM AMBAS DAS SEGUINTE FORMAS):

a) Reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	(84.221,81)	(28.837,19)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%	26,50%	26,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	(22.318,78)	(7.641,86)		
Proveitos não tributáveis				
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	1.642,46	-		
	1.642,46	-		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	1.250,00			
Multas, comia e juros compensatórios	1.251,00			
Registo de perdas de imparidade	3.000,00	-		
	5.501,00	-		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	(80.363,27)	(28.837,19)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(20.885,82)	(7.209,30)		
	(20.885,82)	(7.209,30)	24,80%	25,00%
Imposto sobre o rendimento	(20.885,82)	(7.209,30)	24,80%	25,00%

10.3 — EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTÁBILÍSTICO ANTERIOR;

Não houve alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

10.4 — POR CADA TIPO DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E COM RESPEITO A CADA TIPO DE PERDAS POR IMPOSTOS NÃO USADAS E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS:

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados	
	2011	2010	2011	2010
Activos por impostos diferidos				
Diferenças temporárias:				
Outras				
Prejuízos Fiscais - Constituições	38.153,11	18.062,29	20.090,82	7.209,30
Provisões não aceites fiscalmente:				
Constituição de provisões não aceites fiscalmente	795,00	-	795,00	-
Reversão de Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-
	795,00	-	795,00	-
	38.948,11	18.062,29	20.885,82	7.209,30

11 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

11.1 - RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA
As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do balanço:

Activos	2011	2010
Corrente		
Clientes	2.707,43	3.223,46
Adiantamentos a fornecedores	14,38	-
	<u>2.721,81</u>	<u>3.223,46</u>

Passivos	2011	2010
Não Corrente		
Financiamentos obtidos	1.293.714,96	1.390.235,46
Corrente		
Fornecedores	29.844,48	28.216,26
Accionistas	1.250,00	-
Financiamentos obtidos	153.930,17	16.342,70
Outras contas a pagar	81.659,81	41.315,30
	<u>1.560.399,42</u>	<u>1.476.109,72</u>

Instrumentos de Capital	2011	2010
Capital	921.000,00	921.000,00
	<u>921.000,00</u>	<u>921.000,00</u>

11.2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os activos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Clientes c/c	2.707,43	3.223,46
Adiantamentos a fornecedores	14,38	-
	<u>2.721,81</u>	<u>3.223,46</u>

11.3 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os passivos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Financiamentos - Não correntes		
Participantes de Capital	1.293.714,96	1.390.235,46
Fornecedores	29.844,48	28.216,26
Accionistas	1.250,00	-
Financiamentos obtidos - Correntes		
Descobertos bancários	153.930,17	16.342,70
Outras contas a pagar - Correntes		
Acréscimo - partes relacionadas	79.188,56	39.124,14
IMI	2.361,99	2.135,19
Outros Acréscimos de Gastos	109,26	55,97
	<u>1.560.399,42</u>	<u>1.476.109,72</u>

11.4 - SITUAÇÕES EM INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DE BALANÇO

Todos os incumprimentos ocorridos durante o período que permitiam ao credor exigir o pagamento acelerado foram sanados ou os termos do compromisso renegociados, até à data de balanço.



11.5 - GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Passivos financeiros ao custo:				
Juros suportados	-	79.872,46	-	39.440,83
	-	79.872,46	-	39.440,83
	-	79.872,46	-	39.440,83

11.6 - QUANTIA DE PERDA DE IMPARIDADE RECONHECIDA EM CADA UMA DAS CLASSES DE ACTIVOS FINANCEIROS

A quantia de perdas por imparidade reconhecidas em cada uma das classes de activos financeiros é a indicada nos quadros seguintes:

	Saldo Inicial	Imparidade	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade			
Clientes c/c	-	4.800,00	4.800,00
	-	4.800,00	4.800,00

11.7- INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

a) Quantia escriturada do capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Capital		
Valor nominal	921.000,00	921.000,00
	921.000,00	921.000,00

b) Quotas representativas do capital social

As quotas representativas do capital social, são as indicadas no quadro seguinte:

Entidades	V. Quotas	% Participação
Luís Simões, SGPS, S.A.	104.945	11,39%
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	1.060	0,11%
José Luís Simões	271.665	29,50%
Leonel Simões	271.665	29,50%
Jorge Simões	271.665	29,50%

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 - DIFERIMENTOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos		
Custos Diferidos - Seguros	234,77	269,77
	234,77	269,77
Diferimentos passivos		
Outros Proveitos Diferidos	1.075,00	875,00
	1.075,00	875,00

12.2 - RESERVAS, RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

A rubrica de reservas e de resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	1.001,79	4.894,26	(47.768,67)	(21.627,89)	(63.500,51)
Aplicação de resultados			(21.627,89)	(21.627,89)	-
Resultado do ano			-	(63.335,99)	(63.335,99)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.001,79	4.894,26	(69.396,56)	(63.335,99)	(126.836,50)
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	1.001,79	4.894,26	(14.687,50)	(33.081,17)	(41.872,62)
Aplicação de resultados			(33.081,17)	33.081,17	-
Resultado do ano				(21.627,89)	(21.627,89)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.001,79	4.894,26	(47.768,67)	(21.627,89)	(63.500,51)

12.3 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	2.000,00	-	1.000,00	-
Imposto sobre o valor acrescentado - a recuperar	2.897,68	-	2.979,25	-
	4.897,68	-	3.979,25	-

12.4 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	13.410,25	8.164,27
Comissões bancárias	861,96	433,79
Conservação e Reparação	4.789,63	1.738,23
Material de economato	-	26,75
Electricidade	899,43	155,98
Deslocações e estadas	-	-
Rendas e alugueres	6.145,92	6.036,49
Seguros	688,82	612,60
Contencioso e notariado	172,25	285,00
Limpeza e higiene	215,25	-
Outros	-	210,68
	27.183,51	17.663,79

12.5 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Rendimentos suplementares:		
Outros	3.525,44	31.360,06
Descontos antecipação de pagamento	-	34,76
Rendas propriedades investimento	35.167,77	7.424,37
Outros	1.643,31	-
	<u>40.336,52</u>	<u>38.819,19</u>

12.6 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	2.705,75	3.133,60
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.325,48	-
Multas	1.251,00	-
Outros	1,95	-
	<u>5.284,18</u>	<u>3.133,60</u>

12.7 - DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Propriedades de Investimento	7.418,18	7.418,16
	<u>7.418,18</u>	<u>7.418,16</u>

12.8 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros suportados		
De financiamentos obtidos - Empresa Mãe	79.188,56	39.124,14
De descobertos bancários	683,90	316,69
	<u>79.872,46</u>	<u>39.440,83</u>

12.9 - GARANTIAS

A empresa apresentou livranças a terceiros como garantia de pagamento de dívidas, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 153.930,17 euros.

O Técnico Oficial de Contas

Vitor José Caetano de Sousa

A Gerência

Jorge Manuel Soares Simões - Gerente | José Luís Soares Simões - Gerente
Leonel Fernando Soares Simões - Gerente



Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.

A | RELATÓRIO DE GESTÃO

ACTIVIDADE NO EXERCÍCIO

Em 2011 o património detido pela Patrimundus composto pelo Centro de Assistência Técnica localizado no Carregado, gerou resultados positivos, mantendo a tendência do ano anterior, contribuindo de forma decisiva na redução do endividamento necessário à aquisição e construção do imóvel.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A exploração do imóvel efectuada pela cessionária teve o desenvolvimento esperado, à semelhança de anos anteriores, verificando-se que o valor das receitas auferidas pela Patrimundus durante o ano foram suficientes para a cobertura dos custos incorridos, tendo-se libertado margem suficiente para a cobertura da totalidade dos resultados negativos de exercícios anteriores.

O Resultado Operacional fixou-se nos **275 Mil Euros**, enquanto que o Resultado Líquido, nos **97 Mil Euros**. Os Rácios de Autonomia Financeira e Solvabilidade registaram 15% e 17% respectivamente e melhoraram ligeiramente o seu desempenho face ao ano transacto.

PERSPECTIVAS PARA 2012

Durante o ano de 2012, conforme previsto em orçamento, a Patrimundus continuará a desenvolver a sua actividade na gestão do activo que detém, sendo expectável a manutenção de um nível de resultados positivo mas um pouco inferiores ao verificado em 2010 e 2011, fruto do peso dos custos financeiros e seu expectável acréscimo.

Caso a concessionária conclua o projecto de expansão previsto, encontra-se a Patrimundus disponível para acompanhar esse processo de expansão estudando conjuntamente as melhores formas de concretização dos investimentos.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos da Empresa é definida pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade de cada uma das áreas a sua aplicação prática.

A Empresa pretende que as Políticas de Gestão de Riscos, actualmente descentralizadas pelas diversas áreas da sua estrutura, sejam no futuro consolidadas com o objectivo de promover uma actuação integrada das diversas vertentes de gestão de risco.

A gestão de riscos de crédito, de taxa de juro, de tesouraria e restantes riscos financeiros é da responsabilidade da Direcção Financeira do Grupo.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

Adicionalmente, a Empresa aplica a gestão de riscos a outras áreas, nomeadamente: de seguros, ambiente, SSHT (saúde, segurança e higiene no trabalho) e tecnologias de informação, cuja responsabilidade está actualmente descentralizada por cada uma dessas áreas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

José Luís Soares Simões	Presidente
Leonel Fernando Soares Simões	Vogal
Jorge Manuel Soares Simões	Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blazquez Pereira Silva	Secretária

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados	Efectivo
João Carlos Miguel Alves	Suplente

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Empresa Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A., encerrou o exercício de 2011 com Resultados Líquidos no valor de 96.586,97 Euros.

Atendendo às disposições legais e estatutárias aplicáveis, é proposta a seguinte aplicação de resultados:

Reserva Legal	4.829,35 Euros
Resultados Transitados	91.757,62 Euros

Moninhos, 17 de Fevereiro de 2012

José Luís Soares Simões - Presidente

Leonel Fernando Soares Simões - Vogal

Jorge Manuel Soares Simões - Vogal



B | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		2011	2010
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	6	83.094,10	4.885.602,59
Propriedades de investimento	8	4.590.258,50	-
Participações financeiras - outros métodos	12	12.500,00	-
		4.685.852,60	4.885.602,59
ACTIVO CORRENTE			
Clientes	12	53.514,37	-
Estado e outros entes públicos	14.3	19.442,74	19.511,53
Diferimentos	14.1	16.795,32	15.507,49
Caixa e depósitos bancários	4	2.647,60	1.461,68
		92.400,03	36.480,70
Total do activo		4.778.252,63	4.922.083,29
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	12	510.000,00	510.000,00
Reservas legais	14.2	12.122,10	4.990,23
Outras reservas	14.2	97.428,65	-
Resultados transitados	14.2	-	(38.076,86)
		619.550,75	476.913,37
Resultado líquido do período	11	96.586,97	142.637,38
Total do capital próprio		716.137,72	619.550,75
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	12	3.124.641,21	3.727.241,44
		3.124.641,21	3.727.241,44
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12	424,35	9.342,73
Estado e outros entes públicos	14.3	799,46	30.464,03
Financiamentos obtidos	12	839.418,06	460.400,51
Outras contas a pagar	12	96.831,83	75.083,83
		937.473,70	575.291,10
Total do passivo		4.062.114,91	4.302.532,54
Total do capital próprio e do passivo		4.778.252,63	4.922.083,29

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões - Presidente | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2011		(Euros)	
Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	9	522.091,44	522.091,44
Fornecimentos e serviços externos	14.4	(15.795,72)	(12.964,52)
Outros gastos e perdas	14.5	(18.988,15)	(11.953,73)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		487.307,57	497.173,19
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	14.6	(212.249,99)	(212.365,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		275.057,58	284.808,19
Juros e gastos similares suportados	14.7	(145.772,58)	(92.311,88)
Resultado antes de impostos		129.285,00	192.496,31
Imposto sobre o rendimento do período	11	(32.698,03)	(49.858,93)
Resultado líquido do período		96.586,97	142.637,38

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões - Presidente | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

(Euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		588.658,07	681.329,30
Pagamentos a fornecedores		(58.814,72)	(3.701,75)
Caixa gerada pelas operações		529.843,35	677.627,55
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(63.715,03)	(3.609,05)
Outros recebimentos/pagamentos		(16.749,75)	(10.825,70)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		449.378,57	663.192,80
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(7.500,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,58	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(7.499,42)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.831.371,60	499.238,50
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.809.902,26)	(526.795,36)
Juros e gastos similares		(98.616,43)	(102.879,54)
Outras operações de financiamento		(556.887,44)	(543.397,97)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(634.034,53)	(673.834,37)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(197.155,38)	(10.641,57)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(4.007,29)	6.634,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(201.162,67)	(4.007,29)

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Administração

José Luís Soares Simões - Presidente | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal



347

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

No Período de 2010

(Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2010		510.000	665,86	-	(120.239,95)	86.487,46	476.913,37
		510.000	665,86	-	(120.239,95)	86.487,46	476.913,37
Resultado líquido do período						142.637,38	142.637,38
Resultado integral						229.124,84	619.550,75
Operações com detentores de capital no período							
Aplicações de resultados			4.324,37	-	82.163,09	(86.487,46)	-
		-	4.324,37	-	82.163,09	(86.487,46)	-
Posição no fim do período 2010		510.000	4.990,23	-	(38.076,86)	142.637,38	619.550,75

No Período de 2011

(Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Posição no início do período 2011		510.000	4.990,23	-	(38.076,86)	142.637,38	619.550,75
Resultado líquido do período						96.586,97	96.586,97
Resultado integral						239.224,35	716.137,72
Operações com detentores de capital no período							
Aplicações de resultados		-	7.131,87	97.428,65	38.076,86	(142.637,38)	
		-	7.131,87	97.428,65	38.076,86	(142.637,38)	
Posição no fim do período 2011		510.000	12.122,10	97.428,65	-	96.586,97	716.137,72

ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

A empresa foi constituída em 20 de Abril de 2004 com a denominação Social de Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A. com o NIF 506 861 341 (adiante designada por “Empresa”).

1.2 - SEDE:

A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

1.3 - NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A actividade da Empresa consiste na compra e venda de imóveis e revenda de imóveis adquiridos para esse fim; gestão, administração e exploração de propriedades para fins habitacionais, comerciais, industriais ou turísticos; construção civil.

1.4 - DESIGNAÇÃO DOS DETENTORES DE CAPITAL:

A Empresa é detida pelas entidades discriminadas no quadro seguinte:

Entidades	% Participação	Nº Acções
José Luís Soares Simões	29.41%	30,000
Jorge Manuel Soares Simões	29.41%	30,000
Leonel Fernando Soares Simões	29.41%	30,000
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	11.76%	11,999
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	0.01%	1
	100.00%	102,000

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 17 de Fevereiro de 2012. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.15.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.



3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1- CONVERSÃO CAMBIAL

3.1.1 - Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.1.2 - Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Bem	2011	2010
Edifícios e outras construções	2,00 - 33,33	2,00 - 33,33
Equipamento Básico	5,00 - 33,33	5,00 - 33,33

- As NCRF em vigor, na presente data, com as Isenções descritas no parágrafo 2.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.3 - LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.4 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo na data da transição para o SNC, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do custo depreciado, o qual é aplicado a todos os activos classificados como propriedades de investimento.

3.5 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, a perda de imparidade não é reconhecida, sendo feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

A Empresa utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transacção, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

3.7 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

3.8 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os activos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos e passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos activos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os activos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado: (i) os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e (ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes valores estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

3.10- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.11- GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.12- RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.13 - ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.14 - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.15 - CAPITAIS PRÓPRIOS

a) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As acções próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das acções próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

b) Dividendos Antecipados

A distribuição de dividendos aos sócios da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus accionistas.

3.16 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.15.1 - Activos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adoptadas por empresas do sector.

3.15.2 - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efectuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efectuadas pela Luís Simões dos fluxos de caixa que se espera receber.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos à ordem	2.647,60	1.461,68
	2.647,60	1.461,68

O saldo de Caixa e Equivalentes constante na Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.647,60	1.461,68
	2.647,60	1.461,68
Descobertos bancários	(203.810,27)	(5.468,97)
	(201.162,67)	(4.007,29)

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida pelas entidades descriminadas no quadro seguinte:

Entidades	% Participação
José Luís Soares Simões	29.41%
Jorge Manuel Soares Simões	29.41%
Leonel Fernando Soares Simões	29.41%
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	11.76%
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	0.01%
	100.00%

5.2 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2010 e 31.12.2009 não existiram remunerações atribuídas pela empresa ao pessoal chave da gestão.

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” de gestão.

5.3 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (Serviços que a Empresa recebe)	Natureza do relacionamento (Serviços que a Empresa presta)
Empresa-mãe:		
Luís Simões SPGS, S.A.	Financiamentos	Dividendos
Outras partes relacionadas:		
Reta, S.A.	n/a	Aluguer imóveis
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Serviços Administrativos e Financeiros	n/a

b) Quantias de transacções e saldos pendentes com partes relacionadas

A quantia das transacções e dos saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Vendas /Prestações de Serviços	Fornecimentos e serviços externos
Outras partes relacionadas:			
Reta, S.A.	2010	522.091,44	-
	2011	522.091,44	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	-	1.689,76
	2011	-	1.561,22

	Ano	Clientes	Fornecimentos e serviços externos
Outras partes relacionadas:			
Lusiseg	2010	-	9.076,53
	2011	-	-
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	2010	-	266,20
	2011	-	-
Reta, S.A.	2010	-	-
	2011	53.514,37	-

Não existem ajustamentos de dívidas de cobranças duvidosas relacionados com a quantia de saldos pendentes, nem gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

A quantia dos financiamentos a receber e a pagar de partes relacionadas bem como dos rendimentos e gastos de juros são os indicados no quadro seguinte:

	Ano	Financiamentos a Pagar	Gastos de Juros
Empresa-mãe:			
Luís Simões SPGS, S.A.	2010	(1.751.943,14)	50.571,49
	2011	(532.773,18)	62.190,74

6 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Totais
Valores em 01.01.2010				
Quantias brutas escrituradas	2.010.766,70	3.439.322,40	282.606,94	5.732.696,04
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(515.898,36)	(118.830,09)	(634.728,45)
Quantias líquidas escrituradas	2.010.766,70	2.923.424,04	163.776,85	5.097.967,59
Depreciações		(171.966,12)	(40.398,88)	(212.365,00)
Valores em 31.12.2010				
Quantias brutas escrituradas	2.010.766,70	3.439.322,40	282.606,94	5.732.696,04
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(687.864,48)	(159.228,97)	(847.093,45)
Quantias líquidas escrituradas	2.010.766,70	2.751.457,92	123.377,97	4.885.602,59
Valores em 01.01.2011				
Reclassificação para propriedades de investimento				
Quantias brutas escrituradas	(2.010.766,70)	(3.439.322,40)	-	(5.450.089,10)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	687.864,48	-	687.864,48
Depreciações	-	-	(40.283,87)	40.283,87
Valores em 31.12.2011				
Quantias brutas escrituradas	-	-	282.606,94	282.606,94
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	(199.512,84)	(199.512,84)
Quantias líquidas escrituradas	-	-	83.094,10	83.094,10

Atendendo à sua natureza e finalidade, a Empresa procedeu à reclassificação dos Activos Fixos Tangíveis referentes a terrenos e edifícios e outras construções, relativos às oficinas cedidas para exploração à Reta no Carregado, para propriedades de investimento.

6.1 – TITULARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Não existem activos tangíveis dados como garantias de passivos nos exercícios de 2011 e 2010.

6.2 – COMPROMISSOS FUTUROS PARA AQUISIÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Não existem compromissos futuros para aquisição de activos fixos tangíveis.

7 - LOCAÇÕES

Locações financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço

A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação financeira à data de balanço, para cada categoria de activo, é a constante do quadro seguinte:

	2011	2010
	Propriedades de investimento	Activos Fixos Tangíveis
Terrenos e recursos naturais	2.010.766,70	2.010.766,70
Edifícios e outras construções	2.579.491,80	2.751.457,97
	4.590.258,50	4.762.224,67

b) Pagamentos mínimos futuros da locação e o seu valor presente

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31.12.2011 e 31.12.2010 são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos
Até 1 ano	501.341,16	460.607,79	495.774,65	454.931,54
Entre 1 ano e 5 anos	1.575.633,33	1.516.868,03	1.983.098,56	1.904.010,48
A mais de 5 anos	-	-	71.609,85	71.287,82
Total dos pagamentos mínimos	2.076.974,49	1.977.475,82	2.550.483,06	2.430.229,84
Encargos financeiros	(99.498,67)	n/a	120.253,22	n/a
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.977.475,82	1.977.475,82	2.430.229,84	2.430.229,84



c) Descrição geral dos acordos de locação significativos:

A Empresa tem um contrato de locação financeira afecto ao terreno e edifício do Centro de Assistência Técnica localizado no Carregado.

O contrato referido não prevê rendas contingentes e inclui opção de compra.

8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compostas por terrenos e edifícios não afectos à actividade da Empresa, apresenta a seguinte evolução:

	2011
A 1 de Janeiro	
Valor bruto	-
Depreciações acumuladas	-
Valor líquido	-
Transferências de activo fixo tangível	
Quantia bruta	5.450.089,10
Depreciações acumuladas	(687.864,48)
Depreciações	(171.966,12)
A 31 de Dezembro	
Valor bruto	5.450.089,10
Depreciações acumuladas	(859.830,60)
Valor líquido	4.590.258,50

As propriedades de investimento têm como finalidade a cedência de exploração às empresas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam propriedades de investimento apresentadas como garantias a terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2011 não existiam obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os rendimentos e gastos operacionais directos associados às propriedades de investimento, tinham a seguinte composição:

	2011	2010
	Rendas	Gastos Directos
Propriedades de Investimento	522.091,44	191.789,03
	522.091,44	191.789,03

9 - RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhado conforme se segue:

	2011	2010
Prestação de Serviços		
Serviços	522.091,44	522.091,44
	522.091,44	522.091,44

A repartição do rédito apurado nos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010 é a seguinte:

	2011	2010
Mercado Interno	522.091,44	522.091,44
	522.091,44	522.091,44

Os valores indicados nos quadros acima incluem o montante de 522.091,44 euros em 2011 e de 522.091,44 euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

10 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

10.1 - AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelo Conselho de Administração, em 17 de Fevereiro de 2012.

10.2 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE ORIGINARAM ALTERAÇÕES NAS DIVULGAÇÕES

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que originem alterações nas divulgações.

10.3 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTO

Não ocorrerem quaisquer acontecimentos após a data do balanço a referir.

11 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida de Derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

11.1 — DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos;

O Gasto (rendimento) por impostos no período é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Imposto Corrente		
IRC do ano	32.698,03	37.807,21
Imposto Diferido	-	12.051,72
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	-	12.051,72
	32.698,03	49.858,93

b) Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

O Ajustamento reconhecido no período de impostos correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte.

	2011	2010
Insuficiência de Estimativa para Impostos	-	1.546,84
	-	1.546,84

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

A quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada no quadro apresentado na alínea a) do presente parágrafo.

d) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;

Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

e) Gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um activo por impostos diferidos;

O efeito no Gasto por Impostos Diferidos de ajustamentos em contas de Impostos Diferidos Activos é o indicado no quadro seguinte:

	2011	2010
Prejuízos fiscais utilizados no exercício	-	12.051,72
	-	12.051,72

11.2 — RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO:

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	129.285,00	192.496,31		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,50%	26,50%	26,50%	26,50%
Imposto sobre o Rendimento à taxa nominal	32.698,03	49.449,02		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	-	1.546,84		
	-	1.546,84		
Lucro tributável/Prejuízo fiscal	129.285,00	194.043,15		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
IRC Calculado	30.758,75	46.948,29	23,79%	24,39%
Derrama	1.939,28	2.910,65		
Tributação autónoma	-	-		
Utilização de perdas fiscais	-	(12.051,73)		
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	-	12.051,72		
	1.939,28	2.910,64	1,50%	1,51%
Imposto sobre o rendimento do período	32.698,03	49.858,93	23,29%	25,90%

11.3 — EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR

Não houve alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

11.4 — POR CADA TIPO DE DIFERENÇA TEMPORÁRIA E COM RESPEITO A CADA TIPO DE PERDAS POR IMPOSTOS NÃO USADAS E CRÉDITOS POR IMPOSTOS NÃO USADOS:

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

As quantias de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Dem. Resultados		Outras Rubricas de Cap. Próprio	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Impostos Diferidos Activos						
Diferenças temporárias:						
Outras						
Prejuízos Fiscais			-	(12.051,72)	-	-
			-	(12.051,72)	-	-

12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1 - RUBRICAS DE BALANÇO ABRANGIDAS PELAS DIVULGAÇÕES DA PRESENTE NOTA

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do balanço:

Activos:

	2011	2010
Não Corrente		
Participações financeiras - Outros métodos	12.500,00	-
Corrente		
Clientes	53.514,37	-
Caixa e bancos	2.647,60	1.461,68
	<u>68.661,97</u>	<u>1.461,68</u>

Passivos:

	2011	2010
Não Corrente		
Financiamentos obtidos	3.124.641,21	3.727.241,44
Corrente		
Fornecedores	424,35	9.342,73
Financiamentos obtidos	839.418,06	460.400,51
Outras contas a pagar	96.831,83	75.083,83
	<u>4.061.315,45</u>	<u>4.272.068,51</u>

Instrumentos de Capital:

	2011	2010
Capital	510.000,00	510.000,00
	<u>510.000,00</u>	<u>510.000,00</u>

12.2 - ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os activos financeiros mensurados ao custo são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Participações financeiras - outros métodos		
Participações de capital em empresas não cotadas	12.500,00	-
Clientes c/c		
Clientes - empresas relacionadas (NOTA 5)	53.514,37	-
Caixa e depósitos bancários		
Outros depósitos bancários	2.647,60	1.461,68
	<u>68.661,97</u>	<u>1.461,68</u>

Não existem imparidades registadas relativas a estes activos.

12.3 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO

Os passivos financeiros mensurados ao custo ou ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	2011	2010
Financiamentos - Não correntes		
Empréstimos bancários	1.075.000,00	-
Locações Financeiras	1.516.868,03	1.975.298,30
Participantes de Capital (nota 5)	532.773,18	1.751.943,14
Fornecedores		
Fornecedores - entidades relacionadas (nota 5)	-	9.342,73
Fornecedores - outras entidades	424,35	-
Accionistas	-	-
Financiamentos obtidos - Correntes		
Empréstimos bancários	175.000,00	
Decobertos bancários	203.810,27	5.468,97
Locações	460.607,79	454.931,54
Outras contas a pagar - Correntes		
IMI	23.525,74	23.362,34
Acréscimo juros partes relacionadas (nota 5)	62.190,74	50.571,49
Acréscimo juros outras entidades	10.510,35	-
Outros acréscimos de gasto	605,00	1.150,00
	<u>4.061.315,45</u>	<u>4.272.068,51</u>

A maturidade dos Financiamentos não correntes é a seguinte:

	2011	2010
Empréstimos bancários		
Entre 1 e 5 anos	1.075.000,00	-
A mais de 5 anos	-	-
Locações Financeiras		
Entre 1 e 5 anos	1.516.868,03	1.904.010,48
A mais de 5 anos	-	71.287,82
Participantes de capital		
Entre 1 e 5 anos	532.773,18	1.751.943,14
	<u>3.124.641,21</u>	<u>3.727.241,44</u>

No final do exercício de 2011, o valor das linhas de crédito contratadas era de 250.000,00 euros, estando utilizados apenas 203.810,27 euros.

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os tipos de juros pagos pela Empresa nos exercícios de 2011 e 2010 referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas com a Empresa mãe e com instituições de crédito encontram-se principalmente referenciados Euribor, acrescida de diferencial de mercado.

12.4 - SITUAÇÕES EM INCUMPRIMENTO PARA EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS RECONHECIDOS À DATA DE BALANÇO

Não existiram situações de incumprimento para empréstimos contraídos.

12.5 - GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2011		2010	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Passivos financeiros ao custo:				
Juros suportados	-	145.772,58	-	92.311,88
	-	145.772,58	-	92.311,88
	-	145.772,58	-	92.311,88

12.6 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

a) Quantia escriturada do capital próprio

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:

	2011	2010
Capital		
Valor nominal	510.000,00	510.000,00
	<u>510.000,00</u>	<u>510.000,00</u>

b) Número de acções representativas do capital social

O número de acções representativas do capital social, são as indicadas no quadro seguinte:

	2011		2010	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Acções emitidas				
Acções ordinárias a 5€ cada	510.000,00	102.000	510.000,00	102.000
	<u>510.000,00</u>	<u>102.000</u>	<u>510.000,00</u>	<u>102.000</u>

Em 31.12.2011 e 31.12.2010 o capital subscrito é detido pelas entidades identificadas na nota 1.4 e encontra-se totalmente realizado.

13 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

13.1 - DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

14 - OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 - DIFERIMENTOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Diferimentos activos		
Custos Diferidos - Seguros	8.831,72	8.597,49
Custos Diferidos - Juros	7.963,60	6.910,00
	16.795,32	15.507,49

14.2 - RESERVAS, RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

A rubrica de reservas, resultados e outras variações nos capitais próprios decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	665,86	-	(120.239,95)	86.487,46	(33.086,63)
Constituição da Reserva Legal	4.324,37	-	-	(4.324,37)	-
Aplicação de resultados	-	-	82.163,09	(82.163,09)	-
Resultado do ano	-	-	-	142.637,38	142.637,38
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	4.990,23	-	(38.076,86)	142.637,38	109.550,75
Saldos em 1 de Janeiro de 2011	4.990,23	-	(38.076,86)	142.637,38	109.550,75
Aplicação de resultados	7.131,87	97.428,65	38.076,86	(142.637,38)	-
Resultado do ano	-	-	-	96.586,97	96.586,97
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	12.122,10	97.428,65	-	96.586,97	206.137,72



Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de Dezembro de 2011 resultam de:

a) Aplicação de resultados

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de Março de 2011, o resultado líquido positivo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de 142.637,38 euros teve a seguinte aplicação:

- Reservas Legais:	7.131,87
- Outras Reservas:	97.428,65
- Resultados Transitados:	38.076,86

A reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de capital social.

14.3 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2011 e em 31.12.2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	33.251,00	-	-	7.343,18
Estimativa de imposto	(32.698,03)	-	-	(37.807,21)
Imposto sobre o valor acrescentado - a recuperar	18.889,77	-	19.511,53	-
Imposto sobre o valor acrescentado - a pagar	-	(799,46)	-	-
	19.442,74	(799,46)	19.511,53	(30.464,03)

14.4 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é detalhada conforme se segue:



	2011	2010
Trabalhos especializados	5.252,05	3.430,28
Comissões	1.157,54	489,53
Rendas e alugueres	191,66	-
Seguros	9.109,47	8.959,71
Contencioso e notariado	85,00	85,00
	<u>15.795,72</u>	<u>12.964,52</u>

Os valores indicados no quadro acima incluem o montante de 1.561,22 euros em 2011 e de 1.689,76 euros em 2010 relativos a entidades relacionadas, conforme indicado na nota 5.

14.5 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Impostos	18.988,15	11.953,73
	<u>18.988,15</u>	<u>11.953,73</u>

14.6 - DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	40.283,87	212.365,00
Propriedades de Investimento (Nota 8)	171.966,12	-
	<u>212.249,99</u>	<u>212.365,00</u>

14.7 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 é conforme se segue:

	2011	2010
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	37.426,09	-
De financiamentos obtidos - entidades relacionadas (Nota 5)	62.190,74	50.571,49
De descobertos bancários	1.260,06	77,07
De locações financeiras	44.895,69	41.663,32
	<u>145.772,58</u>	<u>92.311,88</u>

14.8 - GARANTIAS PRESTADAS

A Empresa apresentou livranças a terceiros como garantia de pagamento de dívidas, que a 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 3.431.286 euros (2.430.310,14 euros em 2010).

14.9 - RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos exercícios findos em 31.12.2011 e em 31.12.2010 foi determinado conforme se segue:

	2011	2010
Resultados:		
Resultado líquido do período	96.586,97	142.637,38
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	102.000,00	102.000,00
Resultado por acção básico	<u>0,95</u>	<u>1,40</u>

O Técnico Oficial de Contas
Vitor José Caetano de Sousa

A Administração
José Luís Soares Simões - Presidente
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal



C | RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Patrimundus - Investimentos Imobiliários S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.
4. No âmbito das nossas funções Verificámos que:
 - i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6. Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

31 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000



PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 231 599 999
www.pwc.com/pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 4.778.253 euros e um total de capital próprio de 716.138 euros incluindo um resultado líquido de 96.587 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

31 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 231 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011 | GLOSSÁRIO

Glossário

- **BENCHMARK** - Processo contínuo e sistemático, utilizado pelas empresas para melhorar a sua gestão mediante a realização de levantamentos, comparações e análises de políticas, produtos, programas e estratégias prestados por outras empresas (normalmente dentro do mesmo setor), reconhecidas como representantes das melhores práticas.
- **COL** - Centro de Operações e Logísticas.
- **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** - Desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer as necessidades das gerações futuras (fonte: *The Brundtland Report, UN World Commission on Environment and Development, 1987*).
- **EBITDA** - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, termo inglês que corresponde aos Resultados Antes de Impostos, Encargos Financeiros e Amortizações.
- **FOCUS GROUP** - Técnica de pesquisa em que se avalia, de forma qualitativa, a atitude de um grupo de pessoas relativamente a um produto, serviço, empresa ou conceito.
- **GEE (Gases com efeito de estufa)** - Componentes gasosos da atmosfera responsáveis pelo fenómeno de efeito de estufa.
- **GRI** - *Global Reporting Initiative*.
- **I&D** - Inovação e Desenvolvimento.
- **ISO 14001:2004** - Certificação de Sistema de Gestão de Ambiente.
- **ISO 9001:2000** - Certificação de Sistema de Gestão de Qualidade.
- **ISO 22000:2005** - Certificação de Sistema de Gestão de Segurança Alimentar.
- **ONG** - Organizações Não Governamentais.
- **STAKEHOLDER** - Termo inglês utilizado para referir as entidades que afetam e são afectadas pela atividade de uma empresa.



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE INTERCALAR 2011 | TABELA GRI

	PERFIL	LOCALIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO
1	ESTRATÉGIA E ANÁLISE	
1.1	Declaração do Conselho de Administração.	Mensagem do presidente
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	2.2. Envolvimento dos <i>stakeholders</i> - Tabela 1
2	PERFIL ORGANIZACIONAL	
2.1	Nome da organização.	Sobre este relatório
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.	Universo LS
2.3	Estrutura operacional da organização.	1.1. Organigrama
2.4	Localização da sede da organização.	Moninhos, Apartado 41, 2671-951 Loures
2.5	Número e nome de países em que a organização opera.	Portugal e Espanha
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	Sociedade anónima de capitais sociais
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).	Universo LS
2.8	Dimensão da organização.	1. Perfil LS
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório.	Não se verificaram
2.10	Prémios recebidos no período coberto pelo relatório.	Em 2011 não foram recebidos quaisquer prémios.
3	PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO	
	PERFIL DO RELATÓRIO	
3.1	Período coberto pelo relatório.	Sobre este relatório
3.2	Data do relatório anterior mais recente.	2010.
3.3	Ciclo de emissão de relatórios.	Trienal.
3.4	Contacto para questões.	Sobre este relatório
	ÂMBITO E LIMITE DO RELATÓRIO	
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório.	Sobre este relatório Universo LS
3.6	Limite do relatório.	Sobre este relatório Universo LS
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório.	Sobre este relatório Universo LS
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações.	Sobre este relatório Universo LS
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas.	Sobre este relatório
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores.	n.a.
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores.	Sobre este relatório

	SUMÁRIO DE CONTEÚDO DO GRI	
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	Presente tabela
	VERIFICAÇÃO	
3.13	Política e prática actual relativa à busca de verificação externa para o relatório.	Este relatório não foi submetido a uma verificação externa independente
4	GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO	
	GOVERNAÇÃO	
4.1	Estrutura de governação da organização	1.2. Governação
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação também seja um diretor executivo.	1.2. Governação
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governação.	n.a.
4.4	Mecanismos que permitam a acionistas e funcionários transmitir recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governação.	1.2. Governação
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governação, diretoria executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios), e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental).	n.a.
4.6	Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse.	n.a.
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de Governação para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas económicos, ambientais e sociais.	n.e.
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.	1. Perfil LS
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governação para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho económico, ambiental e social	Relatório & Contas Relatório de Sustentabilidade
4.10	Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governação, especialmente com respeito ao desempenho económico, ambiental e social.	n.e.
	COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS	
4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma.	Gestão do risco na segurança alimentar e prevenção da segurança rodoviária
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou endossa	IRU Princípios do Global Compact das Nações Unidas
4.13	Participação significativa em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa, a nível de organização.	11.3.2. Participação em instituições e associações
	ENVOLVIMENTO DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> envolvidos pela organização.	2.2. Envolvimento dos <i>stakeholders</i>
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> .	2.2. Envolvimento dos <i>stakeholders</i>
4.16	Formas e frequência do envolvimento dos <i>stakeholders</i> , por tipo e por grupos de <i>stakeholders</i> .	12.4. Formas de envolvimento com os <i>stakeholders</i>
4.17	Principais temas e preocupações que foram levantados pelos <i>stakeholders</i> e que medidas a organização tem adotado para tratá-los.	2.2. Envolvimento dos <i>stakeholders</i>

PRINCÍPIOS GLOBAL COMPACT		INDICADORES DE DESEMPENHO	ESSENCIAL/ACESSÓRIO	LOCALIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO
		DESEMPENHO ECONÓMICO		
	EC1	Valor económico direto gerado e distribuído.	E	4.2. Principais indicadores consolidados
P7	EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas.	E	n.d.
	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	E	n.e.
	EC4	Apoio financeiro significativo recebida do governo.	E	13. Contas
P1	EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.	A	n.d.
	EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	E	n.d.
P6	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.	E	n.e.
	EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.	E	11.3.1. Serviços de transporte em regime de mecenato
	EC9	Descrição e análise dos impactes económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.	A	n.d.

PRINCÍPIOS GLOBAL COMPACT		INDICADORES DE DESEMPENHO	ESSENCIAL/ACESSÓRIO	LOCALIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO
		DESEMPENHO AMBIENTAL		
P8	EN1	Materiais usados por peso ou volume.	E	n.d.
P8 P9	EN2	Percentagem de materiais utilizada que são provenientes de reciclagem.	E	n.a.
P8	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	E	Consumo total de gasóleo da frota própria - 20.293.576 litros
P8	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	E	10.2 Eficiência energética e emissões associadas - Gráfico 11
P8 P9	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação energética.	A	9.3 Desempenho do motorista
P8 P9	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução no consumo de energia resultante dessas iniciativas.	A	9.3. Desempenho do motorista
P8 P9	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireto e as reduções obtidas.	A	9.3. Desempenho do motorista
P8	EN8	Consumo total de água, por fonte.	E	10.4 - Consumo de água - Gráfico 15
P8	EN9	Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.	A	n.a.
P8 P9	EN10	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	A	n.a.
P8	EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas ou a elas adjacente, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	E	n.a.

P8	EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade, fora das áreas protegidas.	E	n.a.
P8	EN13	Habitats protegidos ou recuperados.	A	n.e.
P8	EN14	Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.	E	n.e.
P8	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	E	n.e.
P8	EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.	E	9.3. - Desempenho do motorista - Tabela 18 10.2. - Eficiência energética e emissões associados - Tabela 20
P8	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	E	n.d.
P7 P8 P9	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, assim como as reduções obtidas.	E	9.3. Desempenho do motorista
P8	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	A	n.d.
P8	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	A	n.d.
P8	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.	E	15.036 m3
P8	EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	E	10.3.1. Resíduos por tipologia 10.3.2. Resíduos por método de deposição
P8	EN23	Número e volume total de derrames significativos.	E	n.e.
P8	EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III e IV, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	A	n.e.
P8	EN25	Identificação, tamanho, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade de recursos hídricos e respetivos habitats, significativamente afetados por descargas de água e escoamento superficial.	A	n.e.
P7 P8 P9	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	E	9.3. Desempenho do motorista
P8 P9	EN27	Percentagem de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	E	n.a.
P8	EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	E	RETA - 3.100€
P8	EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de colaboradores.	A	n.d.
P7 P8 P9	EN30	Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.	A	n.d.

DESEMPENHO SOCIAL- Desempenho em matéria de práticas de trabalho e trabalho digno

	LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	E	6.2. Colaboradores - Tabela 6 6.2. Colaboradores - Gráfico 3
P6	LA2	Número total e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região.	E	6.2. Colaboradores 6.4. Distribuição por faixa etária e género
	LA3	Benefícios assegurados aos colaboradores a tempo integral que não são oferecidos a colaboradores temporários ou a tempo parcial.	A	n.e.
P1 P3	LA4	Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de contratação coletiva.	E	Todas as empresas do grupo estão abrangidas por acordo de contratação coletiva, à exceção da Luís Simões Gestão Empresarial e Imobiliária. S.A. (Serviços Partilhados)
P3	LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de contratação coletiva.	E	O prazo praticado encontra-se de acordo com a Legislação em vigor
P1	LA6	Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	A	n.e.
P1	LA7	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	E	7.2.2. Monitorização dos acidentes de trabalho e suas causas
P1	LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco para assistir a empregados, seus familiares ou membros da comunidade, em relação a doenças graves.	E	11.2. Principais ações em 2011 - Público Interno
P1	LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	A	n.e.
	LA10	Média de horas de formação por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.	E	6.5. Atração, retenção e desenvolvimento profissional - Tabela 12
	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.	A	6.5.1. Gestão de talento - Projeto LSplus
	LA12	Percentagem de funcionários que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	A	n.e.
P1 P6	LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governação corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	E	6.2. Colaboradores 6.3. Qualificação 6.4. Distribuição por faixa etária e género
P1 P6	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	E	6.4. Distribuição por faixa etária e género

PRINCÍPIOS GLOBAL COMPACT		INDICADORES DE DESEMPENHO	ESSENCIAL/ACESSÓRIO	LOCALIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO
		DESEMPENHO SOCIAL- Direitos Humanos		
P1 P2 P3 P4 P5 P6	HR1	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	E	6.8. Direitos Humanos e abolição do trabalho infantil
	HR2	Percentagem de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e às medidas tomadas.	E	n.e.
	HR3	Total de horas de formação para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de empregados que recebeu formação.	A	n.e.
P1 P2	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	E	6.2. Colaboradores
P1 P2 P3	HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode correr risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	E	n.e.
P1 P2 P5	HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	E	n.e.
P1 P2 P4	HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	E	n.e.
P1 P2	HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspetos de direitos humanos.	A	n.e.
P1 P2	HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	A	n.a.

PRINCÍPIOS GLOBAL COMPACT		INDICADORES DE DESEMPENHO	ESSENCIAL/ACESSÓRIO	LOCALIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO
		DESEMPENHO SOCIAL- Sociedade		
	S01	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	E	n.e.
P10	S02	Percentagem e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	E	0%
P10	S03	Percentagem de empregados formados nas políticas e procedimentos anti-corrupção da organização.	E	0%
P10	S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	E	n.a.
P1 P2 P3 P4 P5 P6 P7 P8 P9 P10	S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	E	n.e.
P10	S06	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	A	Zero
	S07	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas antitrust e monopólio, e seus resultados.	A	Não se verificaram
	S08	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	E	Não se verificaram

PRINCÍPIOS GLOBAL COMPACT	INDICADORES DE DESEMPENHO		ESSENCIAL/ACESSÓRIO	LOCALIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO
	DESEMPENHO SOCIAL - Responsabilidade pelo Produto			
P1	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses Procedimentos.	E	3.2. Níveis de serviço
P1	PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	A	N.E.
P8	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	E	N.A.
P8	PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	A	N.E.
	PR5	Práticas relacionadas com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	A	3.5.1. Inquérito de satisfação do cliente (ISC)
	PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	E	n.a.
	PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	A	n.a.
P1	PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	A	n.e.
	PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	E	n.e.

Nota:

- n.a. - não aplicável
- n.d. - não desenvolvido
- n.e. - não existente





FICHA TÉCNICA

Título | Relatório Anual da Luís Simões 2011

Propriedade | Luís Simões SGPS, S.A.

Direção | Gabinete de Comunicação

Design | Complementar Consultoria em Marketing, Lda.